



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 01/2023

O **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE – DER/SE**, pessoa jurídica de direito público interno, constituído sob a forma de Autarquia Especial integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Sergipe, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEDURBI, nos termos da Lei Estadual nº 5.697, de 18 de julho de 2005, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.555.286/0001-10, com sede na Av. São Paulo, n.º 3.005, Bairro José Conrado de Araújo, CEP 49085-380, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, doravante denominado simplesmente **DER/SE**, vem, por intermédio da Comissão Especial Mista de Licitação – CEML, constituída pela Portaria Conjunta SEDURBI-DER/SE nº 001/2023, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura e do Diretor-Presidente do DER/SE, sob a presidência do Bel. Frederico Galindo de Góes, tornar público que, de acordo com a autorização constante do **Processo Administrativo nº 776/2021-COMPRAS.GOV-DER/SE**, fará realizar, às **09h** do dia **11 de maio de 2023**, na sede administrativa do DER/SE, especificamente no seu Auditório, situado na Avenida São Paulo, nº 3005, Edifício Hernan Centurion, Bairro José Conrado de Araújo, CEP 49085-380, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, licitação sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, para recebimento dos envelopes contendo a documentação necessária para selecionar, pelo critério de **MENOR VALOR DA TARIFA** para cada uma das Áreas de Operação (Lote 1 – Área de Operação 1 e Lote 2 – Área de Operação 2), a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Estadual para a **CONCESSÃO** do serviço público de **Transporte Público Regular Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe**, nos termos do artigo 175 da Constituição Federal; das Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nº 9.074, de 7 de julho de 1995; nº 8.666, de 21 de junho de 1993; do inciso II do artigo 7º da Constituição do Estado de Sergipe; das Leis Estaduais nº 3.800, de 26 de dezembro de 1996; nº 5.848, de 13 de março de 2006 (com os acréscimos e alterações da Lei Estadual nº 6.640, de 26 de junho de 2009); e demais legislação pertinente, bem como nas disposições contidas adiante neste Edital e seus anexos, os quais estarão disponíveis em via eletrônica e gratuita, a partir da data de sua publicação na imprensa oficial, no sítio eletrônico do DER/SE: <http://www.der.se.gov.br/>.

A – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE autorizou a abertura da presente licitação para a concessão do serviço público de Transporte Público Regular Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe, com base no Plano Diretor do Sistema de Transporte Intermunicipal (PDTI) de Passageiros do Estado de Sergipe contratado pela então Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano – SEINFRA, atual Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEDURBI, em atendimento à Sentença transitada em julgado nos autos da Ação Civil Pública nº 201110307114 e ao Cumprimento de Sentença nº 201510300943, movidos pelo Ministério Público Estadual em face do Estado de Sergipe perante o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Aracaju/SE, bem como considerando a transferência de



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

competência supervenientemente promovida pela Lei Estadual nº 8.802, 17 de dezembro de 2020, que transferiu a então Diretoria de Transportes – DITRANSP, atual Diretoria de Transportes e Trânsito – DITRANS, da estrutura orgânico-administrativa daquela Secretaria para este DER/SE.

B – COMUNICADO PRÉVIO

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe e em jornal de grande circulação o Ato Justificativo da presente Concorrência Pública, indicando a conveniência e oportunidade da contratação, em cumprimento ao artigo 5º da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e ao artigo 5º da Lei Estadual nº 3.800, de 26 de dezembro de 1996.

C – CONSULTA PÚBLICA

O modelo de concessão foi submetido a consulta pública, por meio de plataforma disponibilizada no sítio eletrônico na internet da então Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano – SEINFRA, atual Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEDURBI. Após a análise de todas as contribuições recebidas em sede consulta pública, os ajustes necessários foram realizados e as contribuições pertinentes foram inseridas nos documentos finais.

D – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente Licitação é regida pelas regras constantes deste Edital e seus Anexos, assim como nos termos do artigo 175 da Constituição Federal; das Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nº 9.074, de 7 de julho de 1995; nº 8.666, de 21 de junho de 1993; do inciso II do artigo 7º da Constituição do Estado de Sergipe; das Leis Estaduais nº 3.800, de 26 de dezembro de 1996; nº 5.848, de 13 de março de 2006 (com os acréscimos e alterações da Lei Estadual nº 6.640, de 26 de junho de 2009); e demais legislação pertinente.

1. OBJETO

1.1. Seleção de empresa ou consórcio de empresas para prestar, na respectiva Área de Operação, os Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular), rodoviário e suburbano, em regime de Concessão Comum.

1.2. A prestação dos serviços deverá ser efetuada por conta e risco da Concessionária, mediante apropriação da Tarifa, que será reajustada ou revista na forma prevista no Anexo II - Minuta de Contrato de Concessão.

1.3. O contrato de Concessão que decorrerá desta concorrência autorizará a Concessionária a operar a respectiva Área de Operação, de acordo com as Linhas apresentadas no Anexo I – Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe. Eventuais linhas futuramente criadas também incluem-se no objeto da Concessão.

1.3.1. Estão englobados na Concessão os serviços de:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

1.3.1.1. Operação do transporte intermunicipal de passageiros;

1.3.1.2. Venda de passagens, comercialização dos passes, vales-transporte e demais comprovantes utilizados ou que venham a serem utilizados como contraprestação dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, no período de vigência da Concessão, em forma de bilhetes, cartões, chips ou assemelhados, ou outras tecnologias que venham a substituí-los;

1.3.1.3. A cobrança de tarifas, além dos consectários e encargos incidentes ou agregados à tarifa;

1.3.1.4. Manutenção dos veículos, infraestrutura de apoio, instalações e equipamentos vinculados, direta ou indiretamente, à prestação do serviço e todos os demais bens que forem necessários, de qualquer forma, à referida prestação, excetuados os terminais rodoviários e demais infraestruturas cuja responsabilidade de operação e manutenção seja atribuída expressamente ao Poder Concedente ou terceiros.

1.4. Os Serviços alternativos, complementares, acessórios ou de projetos associados poderão ser contratados com terceiros, desde que não impliquem transferência da prestação do serviço público concedido, oneração de seu custo ou detrimento de sua qualidade, conforme regulamentação prevista neste Edital e Anexos.

1.4.1. Os contratos que vierem a ser firmados pela Concessionária com terceiros, com fundamento no item 1.4, seguirão o regime de direito privado, não tendo os seus contratos qualquer relação com a Contratante ou com o Poder Concedente.

1.4.2. Ainda que a Contratante tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela Concessionária com terceiro, por força do estabelecido neste Edital ou no Contrato, a Concessionária não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar da Contratante ou do Poder Concedente qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.

1.5. São Serviços inerentes à Concessão, de competência específica da Concessionária, sendo vedada a contratação com terceiros a operação dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, incluindo, a planejamento de ligações, horários e itinerários.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Para os fins deste Edital, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listadas abaixo, quando utilizados neste Edital e Anexos deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados:

2.1.1. Adjudicatária: Proponente à qual será adjudicado o objeto da presente Licitação, nos termos da legislação aplicável e deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- I. Administração: a Administração Pública direta e/ou indireta do Estado de Sergipe;
- II. Anexos: Conjunto de documentos, parte integrante do presente Edital de Concorrência Pública, conforme relação contida neste Edital;
- III. Área de Operação: território e serviços abrangidos no objeto da Concessão, conforme detalhamento dos serviços constante do Anexo I – Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe;
- IV. Área Neutra: território que recebe ligações intermunicipais das duas áreas de operação.
- V. Autos: é a numeração relacionada às linhas atualmente existentes;
- VI. Bagageiro: compartimento do veículo destinado exclusivamente ao transporte de bagagens e encomendas, com acesso independente do compartimento de passageiros;
- VII. Bagagem: conjunto de objetos de uso pessoal do passageiro, devidamente acondicionado em malas, sacos ou pacotes, transportado no bagageiro do veículo, nos termos definidos pelo órgão regulador;
- VIII. Bens vinculados: são os bens necessários à prestação adequada e contínua dos serviços que são objeto da Concessão;
- IX. Bilhete de Passagem: documento que comprova o contrato de transporte entre a Concessionária e o usuário;
- X. CEML: Comissão Especial Mista de Licitação;
- XI. Concessão: outorga para prestação dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular) nos termos da legislação pertinente, deste Edital e do Contrato;
- XII. Concessionária: empresa ou consórcio de empresas, ao qual for adjudicado o objeto da licitação;
- XIII. Conselho Estadual de Transportes (CET): órgão colegiado integrante da estrutura do DER/SE, a quem compete instituir a política de transporte terrestre intermunicipal, regulamentos e normas;
- XIV. Contrato: é o instrumento de outorga da Concessão, a ser celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, que tem por objeto regular as condições de sua prestação exploração, que constitui o Anexo II - Minuta de Contrato de Concessão;
- XV. Contratante: o Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

XVI. Demanda: movimento de passageiros, entre pares de localidades, em um período de tempo determinado;

XVII. DOE/SE: Diário Oficial do Estado de Sergipe. É o veículo de comunicação oficial do Estado de Sergipe onde se dá publicidade aos atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado;

XVIII. Edital: O presente Edital de Concorrência Pública e todos os seus Anexos;

XIX. Frequência: número de viagens em cada sentido, numa ligação, em um período de tempo definido;

XX. Grupo Econômico: Para efeitos deste Edital, compõem o grupo econômico da Proponente as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil e do artigo 278, da Lei Federal n.º 6.404/76, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.

XXI. Itinerário: percurso a ser cumprido na execução do serviço;

XXII. Licitação: Esta Concorrência Pública, para seleção de empresa ou consórcio de empresas para a prestação dos serviços públicos objeto desta Concessão, de acordo com a legislação pertinente;

XXIII. Linha: ligação entre dois pontos terminais rodoviários e/ou urbanos, com itinerário e frequência definidos, em municípios diferentes;

XXIV. Linha interáreas: ligação entre dois ou mais municípios em áreas de operação distintas;

XXV. Linha intra-área ou interna: ligação entre dois ou mais municípios em uma mesma área de operação ou utilizando-se de conexão da área operação com a Área Neutra;

XXVI. Lote: cada uma das Áreas de Operação descritas no Edital, as quais serão adjudicadas de forma individual;

XXVII. Órgão Regulador: o Conselho Estadual de Transportes (CET) e o Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE;

XXVIII. Outorga: atribuição da prestação dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular) à empresa ou consórcio de empresas, mediante licitação pública, nas condições definidas pelo órgão regulador;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

XXIX. Passagem: valor a ser cobrado do usuário, corresponde ao valor da Tarifa e, quando inclusos, pedágio, tributos e outros eventuais;

XXX. Plano de Operação: plano composto pelas ligações do sistema concebido no Anexo I – Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe;

XXXI. Poder Concedente: o Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE;

XXXII. Ponto: local de embarque e desembarque de passageiros quando não obrigatório o uso de terminais rodoviários;

XXXIII. Ponto de Parada: local que proporcione embarque e desembarque de passageiros e pausa na viagem para descanso ao motorista e usuários;

XXXIV. Ponto de Seção: local para fins de seção tarifária da ligação;

XXXV. Proponente: é a empresa ou o consórcio de empresas participante da licitação;

XXXVI. Receita Acessória: receita auferida pela Concessionária que não seja decorrente da cobrança de Tarifas, mas de atividades alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, tais como transporte de encomendas, aluguel de bagageiros, publicidade etc.;

XXXVII. Receita Tarifária: receitas da Concessionária decorrentes unicamente da cobrança de Tarifas pagas pelos usuários do serviço;

XXXVIII. Serviço Adequado: como definido pela Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, em seu artigo 6º, assim considerado aquele que atenda às disposições do Anexo I – Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe.

XXXIX. Serviços Delegados: serviços públicos a serem prestados pela Concessionária durante todo o prazo da Concessão, nos termos deste edital e das normas de regulação;

XL. Serviços Não Delegados: serviços de competência do Poder Público, não compreendidos no objeto da Concessão, tais como planejamento integrado entre as Áreas de Operação dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros e fiscalização e autuação de infrações dos serviços;

XLI. Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros: Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular), que proporcionam a ligação entre municípios sem transpor os limites territoriais do Estado de Sergipe, com cobrança individual de passagens e caráter de serviço aberto ao público;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

XLII. Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento: conjunto de equipamentos, “softwares”, procedimentos e informações relacionados à comercialização, contabilização, registro e monitoramento dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros.

XLIII. Sistema de Transporte: o conjunto de pessoas físicas ou jurídicas e bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, e normas que visem, direta ou indiretamente, viabilizar a prestação dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros;

XLIV. Tarifa: é a parcela da passagem correspondente ao valor referente à prestação dos serviços pela Concessionária,

XLV. Terminal Rodoviário ou Urbano: local de concentração de ligações com a finalidade de embarque/desembarque e transbordo de passageiros, integração do sistema e regulação de frota.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar da Licitação sociedades e entidades brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou em consórcio:

a) da qual participe, seja a que título for, direta ou indiretamente, pessoa que seja ou que tenha sido nos últimos 6 (seis) meses, dirigente, gerente, servidor, empregado, ocupante de cargo em comissão, sócio ou componente do seu quadro técnico, do Poder Concedente (DER/SE) e da Administração Pública do Estado de Sergipe, Direta ou Indireta, incluindo suas empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou autarquias;

b) que se encontre em cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

c) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) que tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

e) que esteja em regime de falência, concordata ou recuperação judicial.

3.1.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste item, a existência de quaisquer documentos que atribuam à pessoa nele mencionada a existência de quaisquer vínculos de natureza jurídica, técnica, comercial ou empresarial com a LICITANTE ou qualquer empresa do(s) grupo(s) econômico(s) da LICITANTE.

3.2. Poderão participar da licitação sociedades e entidades brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em consórcio, que atendam às exigências deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

3.2.1. No consórcio de empresas brasileiras com estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira.

3.2.2. As propostas e documentos das Proponentes estrangeiras, relativos aos procedimentos da Licitação, redigidos em idioma estrangeiro, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

3.2.3. A documentação de Proponente estrangeira que tenha origem em país signatário da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros será dispensada do processo de legalização previsto na cláusula 3.2.2, desde que presente a aposição da apostila a que se refere o texto da convenção promulgada pelo Decreto nº 8.660/2016 e esteja traduzida por tradutor juramentado.

3.3. As Licitantes são responsáveis pela análise das condições do respectivo objeto da Licitação e de todos os dados e informações sobre a concessão, bem como pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à concorrência e à concessão, devendo arcar com seus respectivos custos e despesas.

3.4. As Proponentes vencedoras, no caso de consórcio de empresas, deverão constituir e registrar o Consórcio, como condição para a assinatura do contrato de Concessão.

3.5. As Proponentes vencedoras deverão instalar a sede administrativa do contrato, bem como suas bases operacionais, em municípios pertencentes à respectiva Área de Operação e/ou Área Neutra, nos limites do Estado de Sergipe.

3.6. É vedada a participação, em um mesmo Lote, de empresa ou consórcio formado por empresa que participe ou pertença a um mesmo Grupo Econômico de outra empresa que dispute a licitação isoladamente ou em outro consórcio.

3.6.1. A vedação do item 3.6 também se aplica a empresas, isoladamente ou em consórcio, e consórcios que possuam, entre si, vínculo de controle.

3.6.1.1. Será entendido como controle (incluindo, quando com significados correlatos, os termos “Controladora” e “Controlada” ou palavras de significado similar), para os fins do subitem acima, significa, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto com outras pessoas ou entidades, a propriedade, no caso de uma empresa, de mais de 50% (cinquenta por cento) de suas ações ou cotas que tem direito de voto ou, no caso de qualquer outra entidade, a propriedade de maioria de títulos representativos do direito de voto de tal entidade ou poder de conduzir a gestão da pessoa ou entidade controlada, seja por meio de voto, contrato, acordo de acionistas ou qualquer outro meio.

3.7. No caso de participação em consórcio é exigido da Proponente que apresente o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, contendo, dentre outros:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODoviÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- a) denominação do consórcio;
- b) objetivos do consórcio;
- c) compromisso de que os consorciados respondem solidariamente por todos os atos do consórcio, tanto na fase de Licitação quanto na de execução contratual;
- d) previsão de que o consórcio não poderá ter sua composição ou constituição alterada, ou de qualquer forma modificada, sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente;
- e) previsão de que o consórcio não poderá ser extinto antes do adimplemento de todas as obrigações eventualmente existentes perante o Poder Concedente e emissão do Termo Definitivo de Devolução;
- f) percentual de participação de cada um dos consorciados;
- g) indicação da empresa líder, única representante legal do consórcio perante o Poder Concedente, com plenos poderes para receber notificações, intimações e citações quanto aos assuntos relativos à Licitação ou ao Contrato;
- h) procuração outorgando à empresa líder poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, recorrer e desistir de recurso, comprometer-se a assinar, em nome do consórcio, quaisquer papéis e documentos relacionados com o objeto da Licitação, na fase de licitação.

3.8. Os participantes têm pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e específicas do objeto da presente licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato.

3.9. A participação nesta Licitação implicará a integral e incondicional aceitação de todos os termos, condições e disposições deste Edital e seus Anexos, assim como da minuta do Contrato de concessão e seus anexos e demais disposições aplicáveis à Licitação.

4. PROCEDIMENTO GERAL

4.1. Esta licitação será processada e julgada pela Comissão Especial Mista de Licitação - CEML, obedecidas as regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.

4.2. A sessão pública, para abertura do certame e apresentação dos envelopes com (1) PROPOSTA COMERCIAL e (2) DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, das empresas ou consórcios de empresas interessadas, será realizada no Auditório do DER/SE, situado na Avenida São Paulo, nº 3005, Edifício Hernan Centurion, Bairro José Conrado de Araújo, CEP 49085-380, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, no dia e horário indicados no preâmbulo deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

4.3. Os Lotes serão adjudicados de maneira sequencial, entendendo-se cada qual como uma licitação própria, na seguinte ordem: Lote 1 e Lote 2.

4.3.1. Os envelopes de todos os lotes serão recebidos simultaneamente. Os envelopes relativos ao Lote 2 somente serão abertos após a definição da menor tarifa para o Lote 1.

4.3.2. Não será aberto eventual envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL apresentado pela Proponente vencedora do Lote 1 para o Lote 2, tendo em vista a vedação contida no item 17.4.2 deste Edital.

4.4. Os envelopes de cada Lote serão abertos iniciando-se pelo envelope nº 1 com documentação para PROPOSTA COMERCIAL, para análise pela CEML.

4.5. Após a definição da menor tarifa para todos os Lotes serão abertos os invólucros da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO do PROPONENTE melhor classificado, para oportuna verificação, pela CEML, do atendimento das condições fixadas neste Edital.

4.6. A análise prevista no item 4.5 se dará de forma simultânea para todos os Lotes.

4.7. Toda documentação exigida deverá ser apresentada na forma impressa e em meio magnético.

4.8. Verificado o atendimento das exigências deste Edital, a Proponente melhor classificada será declarada vencedora.

4.9. Inabilitada a Proponente melhor classificada, serão analisados os documentos habilitatórios da Proponente com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma Proponente classificada atenda às condições fixadas no Edital.

4.10. Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

4.11. A CEML divulgará o resultado da Licitação, declarando vencedora a Proponente com o MENOR VALOR DE TARIFA e que atenda às exigências deste Edital.

4.12. Das decisões adotadas pela CEML no curso do certame ficará assegurado o direito de interposição de recurso pelas Proponentes, nos termos do artigo 109, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1.993 e deste Edital.

4.13. A participação na concorrência implica aceitação tácita e incondicional das normas estabelecidas neste Edital.

4.14. O Envelope nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL e o Envelope nº 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO serão recebidos em 2 (dois) invólucros fechados e específicos, conforme estabelecido no capítulo 11 deste Edital, pela Contratante, no dia e hora designados, sendo facultado aos representantes credenciados rubricar os documentos.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

4.14.1. Somente serão admitidos envelopes entregues direta e pessoalmente por representantes das Proponentes, não sendo admitidas documentação ou propostas remetidas pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.

4.14.2. No local, dia e hora designados, a CEML realizará a sessão de abertura dos envelopes, que poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas dela só poderão se manifestar os representantes das Proponentes credenciados por escrito, vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas.

4.14.3. Caberá recurso dos atos da CEML nos termos e prazos previstos no artigo 109 inciso I da Lei Federal nº 8666/1993, dirigido ao presidente da CEML. Interposto recurso serão comunicadas as demais proponentes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4.14.4. Será lavrada ata da sessão de abertura do certame e demais sessões que, após lidas em voz alta e aprovadas, deverão ser assinadas por todos os membros da CEML, facultada a assinatura aos representantes credenciados, de modo a tomarem ciência dos atos praticados e das condições de prosseguimento da Licitação.

4.14.5. As propostas, bem como toda a correspondência, informações e documentos relativos aos procedimentos da Licitação deverão estar redigidos em português.

4.14.6. As propostas e documentos das Proponentes estrangeiras, relativos aos procedimentos da Licitação, redigidos em idioma estrangeiro, deverão estar acompanhados de tradução feita por tradutor juramentado e autenticados pelos respectivos consulados.

4.14.6.1. No caso de divergência entre proposta ou documento no idioma original e a tradução, prevalecerá o texto traduzido.

4.14.7. Toda a documentação que as Proponentes apresentarem em forma impressa, para a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 2), deverá ser reproduzida, também, em cópia fiel, em meio digital, em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat), que permitam a publicação na WEB, para vistas dos interessados que assim o desejarem, atendidas as seguintes especificações:

I. Digitalizar as imagens com no máximo 200 DPI;

II. Limpar as imagens digitalizadas (bordas, fundos, sombras etc.) antes de gerar o arquivo matriz;

III. As imagens devem ser inseridas e não coladas no arquivo matriz;

IV. Não utilizar imagens desnecessárias no arquivo, ou seja, aquelas que não fazem parte do escopo da Licitação;

V. Gerar PDF compatível com Acrobat 4 ou superiores;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

VI. Utilizar o otimizador de PDF para gerar arquivo com visualização rápida e página a página na WEB;

VII. Páginas devem ser comprimidas com JBIG2, visando a redução do tamanho dos arquivos;

VIII. Não aplicar segurança nos arquivos.

4.14.7.1. Os CD's deverão estar etiquetados com o nome da Proponente (empresa, entidade ou consórcio), número e objeto do Edital, e a seguinte indicação: "CD 2", referente ao envelope nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO. Junto com os CD's deverá ter a declaração, assinada pelo(s) representante(s) da Proponente, conforme segue:

"Declaro(amos), para todos os efeitos e fins de direito, que o conteúdo do CD 2 / (conforme o caso) é representativo de cópia fiel da documentação impressa apresentada de DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (para o Envelope nº2)";

4.14.8. As superfícies dos CD's da Proponente melhor classificada serão rubricadas pelos membros da CEML, ficando facultada a rubrica aos representantes credenciados presentes à sessão, e, em seguida, serão incorporados ao processo da Licitação, juntamente com os demais documentos impressos apresentados. Se houver divergência entre a forma impressa e a apresentada sob forma digital, prevalecerá o conteúdo da forma impressa.

4.14.9. As PROPOSTAS COMERCIAIS das Proponentes serão rubricadas pelos membros da CEML, ficando facultada a rubrica aos representantes credenciados presentes à sessão.

4.14.9.1. Após a verificação da conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e as especificações do Edital, a classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS e anunciado o resultado pela CEML, desde que não interposto recurso ou após a sua denegação, será realizada a abertura do Envelope nº. 2 contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da Proponente melhor classificada, cujo conteúdo será rubricado pelos membros da CEML, ficando facultada a rubrica aos representantes credenciados presentes à sessão.

4.14.10. Após a publicação do julgamento pela CEML dos documentos referentes à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da Proponente melhor classificada, ficará aberto às Proponentes que o solicitarem, o exame da respectiva documentação, dentro do prazo legal.

4.14.11. Caso a Proponente melhor classificada não atenda às disposições editalícias quanto à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, suceder-se-á novamente o procedimento previsto no item 4.14.9. com relação à documentação da Proponente com proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente.

5. DOS REPRESENTANTES CREDENCIADOS



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

5.1. Cada Proponente ou cada Consórcio poderá ter até 2 (dois) Representantes Credenciados.

5.2. A comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados se dará:

5.2.1. No caso de Proponentes que sejam empresas brasileiras, mediante instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da Proponente, todos os atos referentes à Concorrência (incluindo os poderes de receber citação, representar a Proponente administrativa e judicialmente, fazer acordos e renunciar a direitos), com firma reconhecida e acompanhado de documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s);

5.2.2. No caso de Proponentes em Consórcio, o instrumento de procuração mencionado no item anterior deverá ser outorgado pela Empresa Líder, com firma reconhecida e acompanhado de documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s);

5.2.3. No caso de empresa estrangeira isoladamente, mediante apresentação de instrumento de procuração outorgado a representante residente e domiciliado no Brasil, que comprove poderes expressos para: (i) praticar, em nome da Proponente, todos os atos referentes à Concorrência; (ii) receber citação e representar a Proponente administrativa e judicialmente; e (iii) fazer acordos e renunciar a direitos. A procuração deverá estar acompanhada dos documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, reconhecidos pela representação consular brasileira mais próxima, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e registrados em Cartório de Títulos e Documentos.

5.2.4. Aplicam-se ao item 5.2.3 as disposições constantes dos itens 3.2.2. e 3.2.3.

5.3. Os representantes credenciados poderão, de forma facultativa, assinar e reconhecer firma de todas as declarações e documentos referidos neste Edital.

5.4. A Proponente que não cumprir os requisitos para o credenciamento de seu representante estará impedida de exercer as faculdades e direitos inerentes à sua condição de Proponente durante as sessões públicas que ocorrerem no curso do procedimento licitatório, mas não implica qualquer impedimento à participação na Licitação.

5.5. Cada Representante Credenciado somente poderá exercer a representação de uma única Proponente.

5.6. Na abertura de qualquer Sessão Pública instaurada para a realização ou prosseguimento desta Concorrência, poderão os Proponentes credenciar representantes, observada a limitação quantitativa, bem como substituir ou revogar credenciamento já realizado em outra sessão.

5.7. Tanto o credenciamento de novo representante como a substituição ou revogação de representantes serão registrados na respectiva ata da Sessão Pública em que ocorridos.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

5.8. O credenciamento de representante da Proponente não constitui condição para o recebimento dos envelopes.

5.9. A documentação original relativa ao credenciamento deverá ser apresentada no Envelope nº 01 – Proposta Comercial e, em cópia simples, à CEML nas sessões públicas.

6. CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

6.1. No caso de eventuais dúvidas a respeito das condições deste Edital, as Proponentes poderão solicitar esclarecimentos por escrito à Comissão Especial Mista de Licitação – CEML, na forma indicada no subitem a seguir.

6.1.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação ao presente Edital deverá ser apresentado por escrito, redigido na língua portuguesa (Brasil), e entregue à Comissão Especial Mista de Licitação – CEML até os 05 (cinco) dias úteis anteriores à data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes, no Protocolo do DER/SE (das 08h às 12h) situado na Avenida São Paulo, nº 3005, Bairro José Conrado de Araújo, CEP 49.085-380, Aracaju/SE ou por meio do sistema e-doc disponível no site <https://www.edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/> ou pelo endereço eletrônico ceml@der.se.gov.br.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão prestadas por escrito pela Comissão Especial Mista de Licitação – CEML e serão transmitidas por mensagem eletrônica à parte questionadora ao endereço eletrônico por ela indicado e publicadas no sítio eletrônico do DER/SE na internet no endereço www.der.se.gov.br (no link “Licitações”) para conhecimento dos demais interessados, sem identificação da parte autora do pedido de esclarecimentos. O DER/SE não se responsabiliza por endereços eletrônicos apontados incorretamente por ocasião da retirada do Edital e apresentação do pedido de esclarecimento.

6.3. Esclarecimentos, adendos ou comunicados relevantes passarão a fazer parte integrante deste Edital.

6.4. Superada a fase de solicitação de esclarecimentos e informações sobre a licitação, presumir-se-á que as informações e os elementos disponibilizados neste EDITAL e em seus ANEXOS são suficientes para permitir a elaboração da PROPOSTA COMERCIAL e a apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e, conseqüentemente, para participação da LICITAÇÃO, razão pela qual não serão admitidas solicitações posteriores.

6.5. Se as dúvidas suscitadas pelos interessados implicarem alteração das condições necessárias para a formulação de propostas, o Edital será republicado, alterando-se a data de realização da sessão.

6.6. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este EDITAL, devendo a impugnação ser apresentada por escrito, redigida na língua portuguesa (Brasil), e entregue à Comissão Especial Mista de Licitação – CEML até os 05 (cinco) dias úteis anteriores à data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes, no Protocolo do DER/SE (das 08h às



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

12h) situado na Avenida São Paulo, nº 3005, Bairro José Conrado de Araújo, CEP 49.085-380, Aracaju/SE ou por meio do sistema e-doc disponível no site <https://www.edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/>, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

6.7. Todas as correspondências, pedidos de esclarecimentos, impugnações ou quaisquer outros documentos relativos à LICITAÇÃO serão considerados entregues na data de seu recebimento pelo destinatário, exceto aqueles eventualmente recebidos em meio físico após as 12h, hipótese na qual serão considerados entregues, para todos os efeitos, inclusive para a conferência de tempestividade, no dia útil imediatamente posterior. Somente aqueles que indicarem expressamente o seu correto endereço de e-mail, com a devida identificação do (i) nome/razão social; (ii) nacionalidade/país onde sediada; (iii) profissão/objeto social; RG e CPF/CNPJ; (v) endereço; (vi) telefones e correio eletrônico para contato, possuem a garantia de que:

- a) Serão comunicados diretamente, via e-mail, dos atos da LICITAÇÃO;
- b) Serão comunicados diretamente, via e-mail, dos esclarecimentos prestados acerca deste EDITAL;
- c) Receberão cópia do ato administrativo que proceder à eventual modificação deste EDITAL, se for o caso; e
- d) Receberão, por e-mail, demais comunicados com conteúdo importante que seja pertinente à LICITAÇÃO.

7. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A prestação do serviço deve observar toda a regulamentação prevista para os serviços de transporte intermunicipal de passageiros, consistente, mas não somente de:

- I. Decretos, Portarias e/ou Resoluções;
- II. Normas técnicas pertinentes;
- III. Legislação vigente quanto às gratuidades incidentes no sistema de Transporte;
- IV. Termo de Referência para a prestação dos serviços e demais anexos deste Edital;
- V. Contrato de Concessão.

8. REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS

8.1. A receita da Concessionária advirá primordialmente da cobrança de Tarifa pela prestação do serviço público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

8.2. Além das Tarifas correspondentes aos serviços prestados, a Concessionária poderá ser remunerada por Receitas Acessórias, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I. Não ocorra prejuízo à normal prestação do serviço delegado em virtude do desempenho de atividades diversas daquelas que caracterizam os serviços de transporte intermunicipal de passageiros;

II. A exploração das receitas seja prévia e expressamente aprovada pelo DER/SE;

III. Seja revertido ao DER/SE o montante de 2% (dois por cento) do total das receitas acessórias líquidas auferidas.

8.3. As receitas provenientes da prestação de serviços alternativos, complementares, acessórios ou projetos associados (ex.: transporte de encomendas, aluguel de bagageiros, publicidade etc.) devem ser obrigatoriamente apresentadas ao DER/SE, nos termos do Contrato de Concessão e respectivos anexos; porém, deverão ser contabilizadas em separado.

9. RECEITAS DO PODER CONCEDENTE PELA OUTORGA DOS SERVIÇOS

9.1. A Concessionária recolherá mensalmente ao DER/SE o valor de 2% (dois por cento) sobre a totalidade das receitas líquidas por ela auferidas no mês anterior aquele correspondente ao pagamento, durante todo o período da Concessão.

10. DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O EDITAL

10.1. Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe;

Anexo II – Minuta de Contrato de Concessão;

Anexo III – Critérios para formulação da Proposta Comercial;

Anexo IV – Sistema de Relacionamento com Clientes;

Anexo V – Envio de Documentos ao DER/SE;

Anexo VI – Parâmetros de avaliação da qualidade do serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal;

Anexo VII – Norma sistemática de alteração, criação de novas linhas;

Anexo VIII – Sanções;

Anexo IX – Modelos de Declarações;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Anexo X – Compromisso de Capacidade Técnico-Operacional;

Anexo XI – Termo de Compromisso Formal Recíproco Proponente/Profissional;

Anexo XII – Declaração de Pleno Conhecimento.

11. ENTREGA DOS ENVELOPES

11.1. A PROPOSTA COMERCIAL e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues durante a sessão pública de apresentação, em local e hora estabelecidos no presente Edital, no momento de recebimento dos envelopes do respectivo Lote, em invólucros separados, identificados por etiqueta centralizada conforme o seguinte modelo:

Envelope nº 1
DER/SE – Concorrência Pública nº [.] – Lote nº [.]
PROPOSTA COMERCIAL
(NOME DA EMPRESA OU CONSÓRCIO PARTICIPANTE)

Envelope nº 2
DER/SE – Concorrência Pública nº [.] - Lote nº [.] DOCUMENTAÇÃO DE
HABILITAÇÃO
(NOME DA EMPRESA OU CONSÓRCIO PARTICIPANTE)

11.2. Após a entrega dos ENVELOPES, não serão admitidos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões no seu conteúdo.

11.3. Somente serão aceitos envelopes entregues direta e pessoalmente por portador, não sendo admitido o envio pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.

11.4. O ato de recebimento e abertura dos envelopes poderá ser presenciado por qualquer pessoa. Entretanto, dos procedimentos da sessão pública, somente poderão participar os representantes das Proponentes que tenham sido devidamente credenciados.

11.5. Os conteúdos dos 2 (dois) envelopes deverão ser apresentados em 1 (uma) via, com termo de abertura, índice e termo de encerramento, para a documentação completa de cada envelope.

11.6. Será admitida a correção de vícios formais nos documentos apresentados pelos Licitantes, caso possam ser corrigidos no prazo previsto no item 14.8, sem prejuízo à



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

condução do certame licitatório, em observância ao princípio da instrumentalidade das formas.

11.7. As divergências que venham a existir relativamente à aplicação do Edital e da minuta do Contrato de concessão resolver-se-ão de acordo com os seguintes critérios, na seguinte ordem:

I. o Edital da Concorrência Pública;

II. o Contrato de concessão;

III. os demais Anexos do Edital.

12. ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA COMERCIAL

12.1. O envelope referente à Proposta Comercial deverá conter:

12.1.1. A apresentação do Valor da Tarifa – TARIFA DE REMUNERAÇÃO – acompanhado de comprovação do cálculo que a apurou, conforme exigências e modelo apresentado no Anexo III.

12.1.2. A estrutura de controle das Proponentes, considerando inclusive as situações que caracterizam controle empresarial exemplificadas no item 3.6. até o nível de pessoa física, acompanhadas dos documentos comprobatórios respectivos.

12.2. Ocorrendo divergência entre o valor numérico e sua respectiva forma extensa, prevalecerá esta última.

12.3. A proposta deverá expressar todos os valores em real (R\$), referidos à data de publicação deste Edital.

12.4. O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias da data da entrega da proposta.

12.5. Somente será considerada PROPOSTA DE PREÇO que abranja a totalidade do objeto de cada Área de Operação.

13. ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1. O envelope de Documentação de Habilitação deverá ser entregue contendo as declarações, documentos e compromissos devidamente datados e assinados, conforme abaixo relacionados:

I. Anexo IX – Modelos de Declaração:

- Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- Declaração de Inexistência de Processo Falimentar, Concordata ou Recuperação Judicial;
- Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos para Licitar ou Contratar com a Administração Pública Estadual;
- Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho;
- Declaração de Investimentos, Operação, Gestão e Manutenção.

II. Anexo X - Compromisso de Capacidade Técnico-Operacional;

- Declaração de que:

- a) Autoriza a Contratante a proceder diligências visando a comprovação das informações prestadas pela Proponente;
- b) Responderá pela veracidade de todas as informações apresentadas na Proposta;
- c) No caso de vencer a Licitação, se compromete a atender aos termos fixados neste Edital e em sua Proposta.

13.2. No caso de a Proponente ser consórcio:

I. Todas as empresas consorciadas devem cumprir os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira;

II. Termo de Compromisso de constituição de consórcio da Licitante.

13.3. Os documentos de habilitação serão avaliados de maneira separada para cada um dos Lotes.

13.3.1. É possível às Proponentes utilizarem os mesmos documentos para fins de habilitação em mais de um Lote, devendo apresentá-los no envelope de cada Lote em que participarem, não sendo válido o aproveitamento de documento contido em envelope de Lote diverso.

13.4. As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil, deverão atender, tanto quanto possível, às exigências de habilitação, mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, e deverão ter representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

13.5. Os documentos de Habilitação equivalentes aos solicitados neste Edital, devem ser apresentados de forma a possibilitar a clara identificação da sua validade, exigibilidade e eficácia, devendo a Licitante indicar a que item do Edital, o documento corresponde.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

13.5.1. Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste Edital, deverá ser apresentada, por parte da Licitante, declaração informando tal fato.

13.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.6.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor, conforme última alteração arquivada na Junta Comercial, ou em cartório de registro competente; caso a última alteração do estatuto social/contrato social não consolide as disposições do estatuto social/contrato social em vigor, deverão também ser apresentadas as alterações anteriores que contenham tais disposições.

13.6.2. Prova de eleição/nomeação dos Administradores da Proponente em exercício, arquivada na Junta Comercial ou em cartório competente.

13.6.3. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

13.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

13.7.2. Prova de regularidade:

a) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão de regularidade de débito tributário perante Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Proponente;

c) Certidão de Regularidade de débito tributário perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede da Proponente pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

13.7.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

13.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.7.5. Todas as certidões listadas acima deverão estar dentro do prazo de validade.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

13.7.6. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, somente serão aceitas aquelas emitidas até 180 (cento e oitenta) dias antes de sua apresentação.

13.7.7. Caso alguma certidão apresentada em conformidade com o subitem 13.7 seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data final para o recebimento dos envelopes.

13.7.8. Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões.

13.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. A Licitante deverá apresentar comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, por meio de Atestado(s) em seu nome, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que prestou ou está prestando serviço(s) pertinente(s) e compatível(eis) em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

13.8.1.1. O documento deverá informar o local, a natureza e o quantitativo da frota utilizada na prestação do respectivo serviço, bem como assinalar o prazo pelo qual a Licitante presta ou prestou o serviço.

13.8.1.2. Caso a prestação de serviço tenha sido realizada por subcontratação, o atestado fornecido pela subcontratante deverá ser homologado pelo respectivo PODER CONCEDENTE.

13.8.1.3. O documento deverá ser apresentado em nome da empresa LICITANTE, por se tratar de comprovação de experiência técnico-operacional, sendo vedada a apresentação de atestados em nome de sócios ou responsáveis técnicos da proponente.

13.8.1.4. Entende-se como pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação qualquer atividade de transporte coletivo regular de passageiros em serviço público municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional ou serviço autorizado de fretamento.

13.8.1.5. No caso de serviço público, o atestado deverá ser fornecido pelo Poder Público Concedente.

13.8.1.6. No caso de serviço de fretamento, o atestado deverá ser fornecido por pessoa física ou jurídica a quem os serviços estejam sendo ou tenham sido prestados.

13.8.1.7. No caso de consórcio, será admitido o somatório de atestados técnicos.

13.8.2. A Licitante deverá apresentar comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, por meio de Atestado(s), devidamente acervado(s) no conselho profissional competente, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome de profissional que



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

será o Responsável Técnico pela execução do contrato, integrante do seu quadro na data prevista para a entrega da Proposta, referente(s) ao(s) serviço(s) pertinente(s) e compatível(eis) com o objeto da presente licitação.

13.8.2.1. A comprovação quanto ao compromisso do profissional pertencer ao quadro técnico da Proponente se dará mediante a apresentação de declaração formal da sua disponibilidade, conforme Anexo XI – Termo de Compromisso Formal Recíproco Proponente/Profissional, acompanhado de quaisquer dos seguintes documentos comprobatórios de que o profissional possui vínculo trabalhista ou societário ou civil:

- a) Contrato de Trabalho; e/ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; e/ou
- c) Ficha de Registro de Empregados; e/ou
- d) Contrato de Prestação de Serviço de natureza civil (que poderá se referir apenas ao compromisso de execução dos serviços objeto deste Edital acaso a Licitante venha a ser vencedora da licitação); e/ou
- e) Contrato Social e a sua última alteração (caso exista alteração), na hipótese de o profissional ser sócio da Licitante.

13.8.3. Declaração da Proponente de que tem pleno conhecimento das condições locais e da região onde serão executados os serviços, cujo modelo encontra-se no Anexo XII - Declaração de Pleno Conhecimento.

13.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

13.9.1.1. Caso a Proponente, ou algum membro do consórcio, seja filial/sucursal, deverá apresentar o balanço patrimonial consolidado da matriz.

13.9.1.2. Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelos administradores e por contabilista legalmente habilitado.

13.9.2. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

I. No caso de sociedade empresária, certidão negativa de pedido de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca (varas cíveis) da cidade onde a sociedade for sediada;

II. No caso de sociedade simples, certidão expedida pelo distribuidor judicial das varas cíveis da comarca onde a sociedade está sediada, relativa à execução patrimonial datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega.

13.9.2.1. Havendo qualquer ação judicial distribuída, a Proponente deverá apresentar certidão atualizada que aponte a situação do processo.

13.9.3. Garantia de Participação, em qualquer das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

13.9.3.1. O valor exigido para Garantia de Participação foi apurado com base no valor estimado do objeto da contratação, de acordo com os valores expressos na Tabela 6.18 do Plano Diretor do Sistema de Transporte Intermunicipal (PDTI) de Passageiros do Estado de Sergipe (Produto 8 – Tomo I) anexo ao presente Processo Administrativo, conforme especificações contidas neste Edital e nos limites impostos pelo artigo 31 inciso III da Lei nº 8.666/1993, devendo ser:

I. Para o Lote 1, Garantia no valor de ao menos R\$ 765.512,16 (setecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e doze reais e dezesseis centavos), correspondente a 1% (um por cento) dos investimentos previstos para o primeiro ano de concessão, com prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias contados da data prevista para apresentação dos envelopes, devendo ser renovada automaticamente até a assinatura do Contrato.

II. Para o Lote 2, Garantia no valor de ao menos R\$ 765.512,16 (setecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e doze reais e dezesseis centavos) dos investimentos previstos para o primeiro ano de concessão, com prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias contados da data prevista para apresentação dos envelopes, devendo ser renovada automaticamente até a assinatura do Contrato.

13.9.3.2. Em caso de recolhimento da garantia da proposta em dinheiro, o recolhimento deverá ser efetuado mediante depósito, até o dia útil imediatamente anterior à data designada para entrega das propostas, no Banco do Estado de Sergipe - BANESE, Agência nº 028, Conta Poupança 24/400178-2, com comprovação emitida pela Diretoria Administrativa e Financeira – DIAF do DER/SE, através da GUIA DE DEPÓSITO DE CAUÇÃO que deverá ser juntada ao Envelope nº 01.

13.9.3.3. A garantia, em quaisquer das suas modalidades, deverá ter validade por período não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data prevista para apresentação dos envelopes, devendo ser prorrogada por igual período ao da prorrogação da validade da proposta, quando ocorrer tal situação e assim for aceito pelo licitante.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

13.9.3.4. No caso de consórcio, a garantia da proposta poderá ser única ou dividida pelas empresas consorciadas, desde que a soma atinja o valor previsto neste Edital.

13.9.3.5. A garantia será devolvida ao licitante nas seguintes situações e condições:

I. A todos os participantes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, em 5 (cinco) dias úteis a contar do ato;

II. Ao licitante inabilitado ou desclassificado, depois de decorrido os prazos recursais, em 5 (cinco) dias úteis a contar do julgamento final dos recursos;

III. Aos licitantes perdedores, após homologação da licitação, em 5 (cinco) dias úteis a contar do ato;

IV. Aos licitantes vencedores, 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

13.9.3.6. A Garantia será executada, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

I. Retirar a proponente a sua proposta dentro do período de validade;

II. Deixar a adjudicatária de apresentar, nos prazos previstos, os documentos exigíveis para a contratação da concessão, conforme descrito neste Edital;

III. Deixar a proponente de manter a Garantia nas condições definidas neste Edital;

IV. Recusar-se a adjudicatária a assinar o contrato de concessão no prazo.

14. ABERTURA DOS ENVELOPES

14.1. Iniciada a sessão pública, com a presença de, no mínimo, 3 (três) membros da CEML, proceder-se-á à rubrica pelos componentes da CEML, dos envelopes entregues para o respectivo Lote, conforme item 4.3. Na sequência será efetivada a abertura dos envelopes nº 1 - Proposta Comercial, atendidas as exigências do artigo 43, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.2. Na sequência, respeitado o disposto no item 4.14, a CEML examinará as PROPOSTAS COMERCIAIS, procederá a classificação das mesmas pelos valores das ofertas pela outorga da concessão apresentados pelas Proponentes e divulgará os resultados, declarando como Proponente melhor classificada aquela que oferecer o MENOR VALOR DA TARIFA.

14.2.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, nos termos do artigo 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

14.3. Encerrada a fase de classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS, desde que não interposto recurso ou após seu julgamento, a CEML procederá a abertura dos envelopes do Lote seguinte.

14.4. Encerrada a classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS de todos os Lotes, a CEML procederá à abertura dos envelopes da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 2), da proponente melhor classificada, atendidas as exigências do artigo 43, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.5. Após os membros da CEML rubricarem os documentos impressos e os CD constantes dos envelopes mencionados, ficando facultada a rubrica aos representantes credenciados, o Presidente da Comissão declarará encerrada a sessão, para oportuna análise da documentação da Proponente melhor classificada pela CEML, para averiguação do atendimento de todas as exigências deste Edital.

14.6. A CEML poderá, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo ainda:

14.7. Solicitar às Proponentes, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a documentação contida nas PROPOSTAS COMERCIAIS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apresentados, admitindo-se o saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal, desde que os elementos faltantes possam ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação ou inabilitação da LICITANTE.

14.8. As falhas na documentação passíveis de saneamento no prazo referido neste subitem são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL.

14.9. Prorrogar os prazos de que trata o Edital, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às Proponentes direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.

14.10. Será admitida a correção de vícios formais nos documentos apresentados pelos Proponentes, caso possam ser corrigidos no prazo previsto no item 14.8, sem prejuízo à condução do certame licitatório, em observância ao princípio da instrumentalidade das formas.

15. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

15.1. Aprovada a PROPOSTA COMERCIAL da Proponente melhor classificada, desde que não interposto recurso ou após seu julgamento, a CEML examinará a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 2) apresentada, divulgando o resultado por intermédio de publicação no Diário Oficial do Estado.

15.2. A Proponente melhor classificada estará habilitada se, cumulativamente:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

I. Apresentar toda a documentação exigida;

II. Satisfazer todos os requisitos estabelecidos neste Edital, principalmente as disposições do seu Item 13;

III. No caso de consórcio, atender ao disposto no item 13.2.

16. RECURSOS

16.1. Dos atos da Comissão Especial Mista de Licitação – CEML caberão Recursos, no prazo de 05 (dias) úteis a partir da intimação do referido ato, nos casos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, o qual deverá ser interposto no Protocolo do DER/SE (das 08h às 12h) situado na Avenida São Paulo, nº 3005, Bairro José Conrado de Araújo, CEP 49.085-380, Aracaju/SE ou por meio do sistema e-doc disponível no site <https://www.edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/>, sob pena de não conhecimento do Recurso;

16.2. O recurso deverá ser datilografado/digitado e devidamente fundamentado, sendo assinado por representante legal da licitante;

16.3. O recurso interposto fora do prazo não será conhecido;

16.4. Na contagem dos prazos recursais, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis e consecutivos;

16.4.1. Se o vencimento ocorrer em dia que não haja expediente na Administração Estadual, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

16.5. Os recursos referentes ao julgamento das propostas e das habilitações terão efeito suspensivo, não o sendo nos demais casos.

17. PROPOSTA VENCEDORA

17.1. Será considerada vencedora da Licitação a proposta que apresentar o MENOR VALOR DA TARIFA e que esteja devidamente habilitada quanto à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO prevista neste Edital.

17.2. Julgados os recursos, ou decorrido o prazo para sua interposição, a CEML proclamará o resultado final do Lote.

17.3. O objeto da Licitação será adjudicado às Proponentes vencedoras nas condições por ela ofertadas, após a homologação da decisão da CEML pelo Diretor Presidente do DER/SE.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

17.4. O ato de homologação da licitação, de adjudicação do objeto e de convocação da adjudicatária para cumprimento das exigências pré-contratuais, será publicado no Diário Oficial do Estado – DOE.

17.4.1. Decorridos os prazos mencionados e após assinatura do Contrato de Concessão, serão devolvidos às demais Proponentes os envelopes lacrados com a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, conforme recibo que deverão firmar.

17.4.2. Os Proponentes somente poderão ser adjudicatários de um único lote, porém, poderão concorrer nos dois lotes, devendo apresentar, para tanto, um único Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação, contendo a identificação dos lotes em que concorrer, e um Envelope nº 01 – Proposta Comercial, para cada um dos lotes em que concorrer.

18. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONCESSÃO

18.1. O prazo de vigência da Concessão será de 10 (dez) anos, contados a partir da assinatura do contrato.

18.2. Após o término do prazo de Concessão, vedadas prorrogações automáticas, considerar-se-á extinta a Concessão, nos termos do Contrato.

18.3. A Concessionária deverá, ao final da Concessão, colaborar para a transição da prestação do serviço e fornecer as informações operacionais necessárias para a assunção dos serviços por outrem.

18.4. A Concessão poderá ser prorrogada, por igual prazo ao inicial, a critério do Poder Concedente, mediante Termo Aditivo ao Contrato a ser celebrado entre as partes.

19. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

19.1. O valor total estimado do prazo inicial de 10 (dez) anos da Concessão, para as duas Áreas de Operação, é de R\$ 1.702.959.260,00 (um bilhão, setecentos e dois milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta reais), de acordo com os valores expressos na Tabela 6.18 do Plano Diretor do Sistema de Transporte Intermunicipal (PDTI) de Passageiros do Estado de Sergipe (Produto 8 – Tomo I) anexo ao presente Processo Administrativo,

20. ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

20.1. A contratante adjudicará o objeto da licitação e convocará o adjudicatário, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, para assinatura do contrato no prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, contados da data da mencionada publicação.

20.2. Na data prevista para assinatura do contrato, o Adjudicatário deverá comprovar à contratante que:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- I. Depositou a garantia contratual;
- II. Contratou as coberturas de seguro;
- III. Mantém vínculo com os profissionais indicados para efeito de qualificação técnica;
- IV. Criou subsidiária integral, no caso de empresa estrangeira;
- V. Na hipótese de ser o adjudicatário consórcio, constituiu e registrou o consórcio.

20.3. O não atendimento à convocação por parte da Adjudicatária, para assinatura do Contrato de concessão, ou sua recusa injustificada em assiná-lo no prazo estipulado, sujeitará o infrator à execução da garantia de participação, sem prejuízo das demais penalidades legais.

20.4. O DER/SE, em face do não comparecimento da Adjudicatária no prazo estipulado, de seu impedimento ou de sua recusa, poderá convocar as Proponentes remanescentes, na ordem de classificação, verificado o cumprimento de requisitos de habilitação, para assinar o Contrato de Concessão, em igual prazo e nas mesmas condições da proposta vencedora, ou revogar a Licitação.

20.5. No caso de consórcio, as empresas que o integram assinarão o Contrato como Intervenientes-anuentes, assumindo todas as obrigações dele decorrentes junto à Contratante.

20.6. A Proponente, no caso de consórcio de empresas, para assinar o contrato deverá constituir-se em Consórcio, conforme seu Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, com a finalidade única de explorar a Concessão, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades.

20.6.1. A minuta do Termo de Compromisso de constituição de Consórcio da Concessionária deverá ser apresentada juntamente com a documentação que compõe o Envelope 2 - Documentação de Habilitação.

20.6.2. O Termo de Compromisso de constituição de Consórcio deverá dispor sobre garantias dos Contratos de Financiamentos, no âmbito dos quais a Concessionária poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da Concessão até o limite em que não comprometa a execução dos serviços concedidos, observadas, para tanto, as disposições contidas nos artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987/1995 e mediante prévia autorização do DER/SE.

20.6.3. A Concessionária deverá submeter à aprovação prévia da Contratante a modificação em seu estatuto ou contrato social que implique na alteração de seu poder de controle ou no caso de transferência da concessão, durante todo o período da concessão, observado os artigos 27 e 27-A da Lei nº 8.987/1995.

20.6.4. Durante todo o prazo de vigência do Contrato, o controle societário da Concessionária só poderá ser modificado com prévia autorização do Poder Concedente.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

21. INÍCIO DA OPERAÇÃO

21.1. O início da operação da Área de Operação, com a configuração das Linhas no sistema atual, ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.

21.2. A Concessionária assumirá o sistema atual de transporte da respectiva Área de Operação, bem como das ligações interáreas, conforme definido no Anexo I – Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe, sendo-lhe defeso alegar o desconhecimento das condições do sistema.

21.3. A Proponente deverá planejar a assunção dos serviços de forma que o intervalo entre a assunção da primeira e da última Linha de cada uma das empresas operadoras do sistema atual, não seja superior a 30 (trinta) dias. A transferência de cada Linha do sistema atual ocorrerá mediante as assinaturas dos Termos de Entrega de cada ligação assumida pela Concessionária, tornando-se daí em diante responsável exclusiva da prestação de um Serviço Adequado, competindo-lhe a venda de passagem e os serviços prestados aos usuários. No término desta etapa será lavrado o Termo de Entrega Definitivo, configurando a assunção completa da Área de Operação.

21.4. A Concessionária deverá apresentar as instalações e os veículos na quantidade necessária para atender cada etapa do cronograma de assunção dos serviços do sistema atual.

21.5. Com o intuito de organizar a assunção das ligações na operação do sistema atual, o DER/SE convocará todas as Concessionárias para equalizar a assunção das Linhas com o objetivo de que não ocorram desatendimentos à população nesta primeira etapa de operação, sem que disto advenha qualquer reivindicação futura.

21.6. Para a assunção das Linhas atuais, o DER/SE deverá comunicar os operadores atuais do sistema das datas em que a Concessionária assumirá suas Linhas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da assunção da referida Linha.

21.7. Qualquer que seja a situação operacional a ser dirimida entre as partes não deverá ocorrer em hipótese alguma desatendimento ao usuário.

21.8. Para tomada de decisão nos casos em que envolva as duas Áreas de Operação e não houver consenso entre as Concessionárias envolvidas, o DER/SE levará em conta a alternativa que possibilite a assunção da(s) Linha(s) o mais antecipadamente possível.

21.9. A Concessionária somente poderá dar início à assunção dos serviços após a aprovação pelo DER/SE de seu plano de assunção equalizado, que será formalizado pela ordem de início de operação.

21.10. Se em decorrência da assunção dos serviços objeto desta licitação a Concessionária causar distúrbio no sistema atual, o DER/SE, com o intuito de garantir a continuidade de



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

atendimento aos usuários, utilizará os meios necessários, à custa da Concessionária causadora do desatendimento, sem que disto advenha qualquer reivindicação futura.

21.11. O início da operação das Linhas interáreas será determinado pelo DER/SE.

21.12. As Linhas que atualmente ultrapassam os limites da Área de Operação, mas no sistema futuro não serão interáreas, terão o início da operação determinado pelo DER/SE, para evitar o desatendimento parcial da ligação.

21.13. A implementação, exclusão ou alteração de linhas, horários e itinerários deverá ser divulgada aos usuários com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência.

21.14. Por ocasião dos entendimentos entre os atuais e futuros operadores para a assunção das ligações, o DER/SE participará das negociações.

21.15. A Concessionária se submete à regulação do DER/SE, que terá a prerrogativa de criar, modificar ou excluir Linhas com o consequente reequilíbrio econômico- financeiro do contrato quando cabível.

22. BENS REVERSÍVEIS

22.1. Serão revertidos ao DER/SE, com o advento do termo contratual, os bancos de dados e sistemas de gerenciamento ligados exclusivamente à prestação dos serviços.

22.2. Não serão considerados bens reversíveis os ônibus, as garagens e instalações de prestação de serviços, bem como as demais instalações da Concessionária (sede).

23. TRANSFERÊNCIA DA OUTORGA

23.1. O Poder Concedente transferirá à Concessionária a operação do sistema existente nos termos deste Edital. 23.1.1. A transferência da operação se formalizará com assinatura, pelas Partes, do Termo de Entrega.

24. INTERVENÇÃO

24.1. Nos termos da lei, a Contratante poderá intervir na Concessão, com o fim de assegurar a adequação da prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

25. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

25.1. A Concessão extinguir-se-á por:

a) Advento do termo contratual;

b) Encampação;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

c) Caducidade;

d) Rescisão;

e) Anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e

f) Falência ou extinção da Concessionária.

25.2. Extinta a Concessão, haverá a assunção imediata dos serviços pelo Poder CONCEDENTE.

26. PENALIDADES

26.1. A Proponente que tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Poder Concedente em virtude de atos ilícitos praticados, estará sujeita à aplicação das sanções previstas no artigo 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da execução da garantia de participação, com respaldo no artigo 88 da Lei nº 8.666/1993, garantido o direito prévio ao contraditório e ampla defesa, na forma do Decreto Estadual nº 24.912, de 20 de dezembro de 2007.

26.1.1. A recusa em assinar o Contrato, sem justificativa aceita pelo Poder Concedente, dentro do prazo estabelecido, acarretará à Adjudicatária empresa individual, ou, no caso de consórcio, a todas as empresas membro, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, aplicação de multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do Contrato, sendo ainda executada a garantia de participação.

26.1.2. A Proponente que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a PROPOSTA COMERCIAL ou fizer declaração falsa, ficará sujeita, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, à aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da execução da garantia de participação.

26.2. As sanções e penalidades aplicadas em virtude da execução do contrato estão descritas no Anexo VIII – Sanções.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A CEML determinará e dará ampla publicidade aos procedimentos a serem adotados para obtenção das informações referidas neste Edital.

27.2. As Proponentes poderão obter cópias dos referidos documentos, mediante o pagamento dos custos de reprodução gráfica desde que as solicite por escrito à CEML.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

27.3. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

27.4. Toda a documentação fornecida pelo Poder Concedente às Licitantes somente poderá ser utilizada por estas para apresentação de suas Propostas de Preço, sendo vedada a sua reprodução, divulgação e utilização, total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos nesta Concorrência, sob pena de responder pelo uso indevido destes documentos.

27.5. O Poder Concedente poderá a qualquer tempo revogar, adiar ou mesmo anular esta Concorrência nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba direito à indenização ou ao reembolso de despesa a qualquer título.

27.6. No interesse do Poder Concedente, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a Sessão Pública de recebimento de propostas e de documentação, e/ou alterado o edital, com fixação de novo prazo, nos termos da legislação específica, para a realização da licitação, e/ou marcada nova sessão pública para divulgação dos resultados das análises dos Envelopes caso a Comissão Especial Mista de Licitação entenda pertinente para que se possa proceder a uma avaliação mais detida e minuciosa de todos os documentos recebidos.

27.7. A qualquer tempo, o Poder Concedente poderá, de acordo com a fase da licitação, desqualificar a Licitante, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesa a qualquer título, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade ou comprometa sua capacidade financeira, técnica, de produção ou administrativa.

27.8. A Licitante se obriga a comunicar ao Poder Concedente, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de habilitação ou qualificação, imediatamente após sua ocorrência.

27.9. A eventual criação das novas regiões metropolitanas não afasta, por si só a vigência ou validade dos contratos a serem celebrados ao final do certame em apreço.

27.10. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe.

Aracaju/SE, 7 de março de 2023.

Frederico Galindo de Góes
Presidente da Comissão Especial Mista de Licitação



ANEXO I

Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado de Sergipe

1. ASPECTOS GERAIS DO MODELO OPERACIONAL E TARIFÁRIO

Este capítulo aborda as principais definições quanto ao modelo operacional, tarifário e de remuneração dos operadores. Entre os pontos levantados no diagnóstico e que merecem destaque na definição do modelo operacional, podem ser listados:

- Consórcio intermunicipal na Região Metropolitana de Aracaju: a interpretação inicial da lei que institui a RMA é que o serviço gerido pela DER/SE entre as cidades de Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro é diferenciado daquele de responsabilidade da Prefeitura de Aracaju. Estes serviços, portanto, serão considerados em todas as alternativas propostas para o modelo operacional;
- Linhas que transcendem limite interestadual: as linhas que ultrapassam o limite interestadual são de competência da ANTT e, portanto, não estão contempladas nas alternativas operacionais. Foram previstos nos terminais próximos às divisas estaduais baías para que veículos oriundos de outros estados façam embarque/desembarque de passageiros e utilizem as linhas do sistema intermunicipal;
- Dimensionamento das linhas: observou-se que algumas das linhas atuais operam com baixa ocupação. O modelo operacional proposto considerou o redimensionamento destas linhas; com o intuito de reduzir custos operacionais;
- Fiscalização sobre os táxis e clandestinos: o transporte clandestino tem impacto direto sobre a demanda do sistema de transporte intermunicipal. A existência de serviço concorrencial é prejudicial e reduz a quantidade de passageiros do serviço regular. Com a redução da quantidade de passageiros, a tendência é pelo aumento da tarifa, o que desincentiva ainda mais os passageiros a utilizar o serviço regular, iniciando uma tendência de degradação do serviço. Para evitar isso, deve ser formulada uma fiscalização intensiva sobre o transporte clandestino para garantir a qualidade e sobrevivência do serviço coletivo por ônibus;
- Tecnologia veicular: os veículos menores possuem maior penetração no sistema viário de municípios menores, cujas vias são estreitas e por muitas vezes sem pavimento. Além disso, o fato dos veículos possuírem bagageiro ajuda o transporte de mercadorias, muito usual principalmente nos dias de feira. Ademais, a pesquisa de opinião revelou que os usuários avaliam bem a qualidade do veículo. Foi mantida



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

ainda a impossibilidade de passageiros em pé nos deslocamentos, fator que contribui para a segurança, visto que a maior parte dos deslocamentos é realizado em rodovias.

1.1. DEFINIÇÃO DA POLÍTICA TARIFÁRIA E DAS FORMAS DE COBRANÇA

A política tarifária de um sistema de transporte público urbano é o conjunto de medidas, regras e normas estabelecidas pelo poder público que delimitam a forma de financiamento da operação desses sistemas e a cobrança de contrapartida financeira por parte dos usuários (CARVALHO, 2016)¹.

A definição da política tarifária é ponto importante para que um sistema de transporte coletivo prospere. Para tanto, deve estar adequada às características da população, dos usuários, do uso do solo e da infraestrutura disponível e planejada.

Assim, por ser um serviço de interesse público gerido pelo Estado, deve estabelecer objetivos claros e estar em consonância com o desenvolvimento social e econômico do Estado de Sergipe.

Alguns objetivos identificados na elaboração do diagnóstico e ao longo das reuniões realizadas com a equipe técnica da DER/SE são:

- Estabelecer níveis tarifários módicos para a população;
- Aumento da qualidade dos serviços;
- Auto sustentabilidade do serviço, sem perspectiva de subsídios diretos;
- Possibilitar um monitoramento eficiente por parte do poder público.

Em relação a estes quatro objetivos, comuns a muitos sistemas de transporte coletivo, faz-se notório perceber a dificuldade que é gerir um sistema que necessita de investimentos para melhoria da qualidade e simultaneamente deve estabelecer tarifas que a população tenha capacidade de pagar, sem considerar subsídios.

Diante das características atuais do sistema, uma das recomendações de melhoria do sistema é aprimorar seu sistema de cobrança, através da implantação de um sistema de bilhetagem eletrônica nos veículos, o que permite maior controle sobre a arrecadação do sistema.

A instalação de catracas e validadores eletrônicos de passagem nos ônibus trará benefícios para o usuário, já que contribui para a segurança ao reduzir o volume de dinheiro que circula nos veículos (diminuindo os riscos de assalto), e para o gestor público e os operadores, pois permitirá o acompanhamento detalhado da demanda e da arrecadação do sistema.

¹ de CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro. Aspectos Regulatórios e Conceituais das Políticas Tarifárias dos Sistemas de Transporte Público Urbano no Brasil. Texto para discussão 2192 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília, 2016.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODoviÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

A implantação de sistema de bilhetagem facilita ainda a proposição de melhores alternativas operacionais que incluam integração tarifária, que terá como premissa a busca pela redução dos custos do sistema e consequentemente da tarifa.

Decidiu-se também por manter a gestão dos terminais separada do serviço de transporte. Assim, a manutenção e operação dos terminais deve ser viabilizada por taxas de embarque e de acostamento e/ou aporte financeiro direto do ente público responsável pela sua gestão.

1.2. DEFINIÇÃO PRELIMINAR DOS TIPOS DE VEÍCULOS

Em virtude das características do sistema de transporte intermunicipal, serão utilizados veículos com capacidades variadas, similar ao que acontece na frota atualmente em operação, podendo ser micro-ônibus ou similar, desde que dentro das especificações do órgão gestor. A diferença básica em relação ao sistema vigente é que cada linha opere preferencialmente com apenas um tipo de veículo.

Nenhum veículo de transporte de passageiros regular deve ultrapassar a idade máxima de 10 anos. Todos os veículos devem possuir catraca e sistema embarcado de bilhetagem e monitoramento, bem como estar de acordo com as normas vigentes de acessibilidade.

A catraca registradora de passageiros deverá ter as características construtivas e estar posicionada conforme descrito na Norma Brasileira ABNT NBR 15570/2011. Ressalta-se ainda que passageiros só podem ser transportados sentados.

Os veículos deverão ser equipados com Sistema de Geoposicionamento Global – GPS e aplicativos que permitam o monitoramento da operação em tempo real. Deverão ser disponibilizadas à SEINFRA/SE, no mínimo as seguintes informações: posição do veículo, horário de partida, prefixo e placa do veículo, linha em que está operando e nível de carregamento.

A seguir são apresentadas as diferentes capacidades de referência adotadas:

Tabela 1.1 - Categorias de veículos

Categoria	Tipo de Veículo de Referência	Capacidade do veículo
Tipo 1	Van	16
Tipo 2	Micro-ônibus	20
Tipo 3	Micro-ônibus	24
Tipo 4	Micro-ônibus	28
Tipo 5	Micro-ônibus	32
Tipo 6	Micro-ônibus	36



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Tipo 7	Micro-ônibus	40
--------	--------------	----

Para todos os efeitos, devem ser consideradas as definições técnicas constantes nas Normas Brasileiras ABNT NBR 15320/2005, 14022/2006 e 15570/2008, relativas à acessibilidade e especificações técnicas para fabricação de veículos rodoviários e urbanos para transporte de passageiros, respectivamente.

1.3. MODELO TARIFÁRIO

O modelo tarifário, em consonância com o modelo operacional apresentado, considera os seguintes aspectos:

- Estrutura tarifária;
- Valor ou nível médio da tarifa;
- Modelos de Remuneração dos Operadores.

A estrutura tarifária diz respeito às formas e aos métodos com que a tarifa pública é cobrada do usuário. No âmbito do transporte rodoviário por ônibus intermunicipal e interestadual observa-se que estas tarifas podem variar em função da distância, em função do tipo de serviço ou ainda, em sistemas mais complexos, adotarem tarifas variáveis com o horário de utilização (madrugada, fins de semana, feriados).

O atual modelo adotado pelo DER/SE é predominantemente de diversificação da tarifa por distância. São adotados valores por seção tarifária entre dois municípios que, em média, possuem uma proporcionalidade com a distância a ser percorrida. Apenas algumas linhas têm tarifa unificada por estarem dentro da abrangência da RMA e por isso respeitam o sistema tarifário da região. Este modelo de estrutura tarifária será mantido, pois revela-se coerente com o modelo operacional adotado, além de ser mais simples para compreensão por parte do usuário e para acompanhamento da evolução dos custos por parte dos gestores.

Deve ser mantido o sistema de remuneração dos operadores pela receita tarifária, privilegiando a eficiência e a auto sustentabilidade financeira do sistema.

O operador, entretanto, deve disponibilizar informações periódicas para permitir ao poder público o monitoramento da evolução dos custos e da qualidade do sistema. Além disso, o sistema de localização do veículo deve transmitir os dados em tempo real mediante tecnologias como GPRS (telefonia celular), Rádio Digital ou similar. Os dados de bilhetagem também devem ser disponibilizados periodicamente para o poder público, com o intuito de estabelecer um alto controle sobre a arrecadação do sistema e a qualidade do serviço.

Metodologia de Fluxo de Caixa



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

O modelo tarifário recomendado para o sistema de transporte coletivo intermunicipal do DER/SE é o de fluxo de caixa descontado, visto sua maior acurácia e representatividade para uma contrato com prazo determinado. Neste método, a análise tarifária consiste na projeção do comportamento futuro dos parâmetros econômicos básicos do projeto para um médio ou longo prazo.

Diferentemente do modelo de planilha tarifária, ele é capaz de explicitar os parâmetros de atratividade do negócio para o empreendedor, como lucro sobre custos, Taxa Interna de Retorno (TIR), Valor Presente Líquido (VPL), etc. Traz, portanto, maior clareza para a realidade de custos e investimentos necessários à boa prática empresarial e à gestão dos contratos de delegação (FERIANCIC et.al, 2003)².

No fluxo de caixa, os resultados futuros projetados são trazidos a valor presente utilizando uma taxa de desconto, obtendo-se o valor operacional do empreendimento, incluindo os investimentos. A este valor, quando for o caso, são acrescidos ativos e passivos não operacionais, incluindo financeiros, obtendo-se, assim, o valor financeiro do empreendimento.

Avaliação Financeira

O objetivo dos estudos de viabilidade financeira foi o de demonstrar a exequibilidade do projeto em análise, abrangendo a demonstração da capacidade de o ente responsável pela operação fazer face às obrigações preconizadas na nova operação e da viabilidade da estrutura tarifária proposta.

O instrumento de análise adotado para análise da viabilidade econômico-financeira dos contratos foi através de Fluxo de Caixa, projetado para 10 anos, com periodicidade anual. O Fluxo de Caixa permite demonstrar as movimentações monetárias previstas em função de investimentos e operação dos serviços, descontados a uma taxa de retorno.

Os itens que fazem parte do estudo financeiro a partir do Fluxo de Caixa incluem:

- Demanda e receita tarifária;
- Custo e despesas operacionais, incluindo a estrutura de operação;
- Depreciação e Amortização;
- Investimentos em frota, sistema de bilhetagem e monitoramento e equipamentos de acessibilidade nos veículos;
- Impostos e tributos.

² FERIANCIC, Stanislav, VERRONI, José Henrique Z., FERIANCIC, Gabriel. Cálculo de Tarifa de Transporte Público por Avaliação de Longo Prazo. Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), em Vitória, 2003.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODoviÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Os dados utilizados para a elaboração do fluxo de caixa resultam essencialmente de duas fontes. Os dados físicos são oriundos do plano operacional do sistema, de onde foram extraídos os dados de frota, quilometragem percorrida, demanda e investimentos e a partir de onde foi proposta racionalização dos serviços para uma rede de transporte mais eficiente. Já os preços de insumos foram obtidos de levantamentos com operadores atuais e verificação de preços de mercado.

Todos os valores financeiros das projeções realizadas encontram-se em moeda constante, com base nos preços de fevereiro de 2017. Todos os preços correspondem a preços de mercado.

A estrutura de custos proposta buscou uma composição simples, com níveis de investimento relativamente baixos, que não onerem muito o sistema. Porém, é necessário reconhecer que uma necessidade de investimentos mínimos para qualificação do sistema e que isso certamente tem impacto na tarifa, cujos valores são detalhados mais à frente.

Vale ressaltar que as linhas dentro da Região Metropolitana de Aracaju possuem tarifa diferenciada, em respeito àquela estabelecida pela SMTT, que de acordo com a vigência no mês de referência corresponde ao valor de R\$ 3,10.

Como a estrutura de custos proposta é fixa, a variável a ser obtida é o coeficiente quilométrico que gera receita suficiente para a viabilidade da operação. Assim como é realizado atualmente, a tarifa de cada linha será dada pelo coeficiente quilométrico multiplicado pela extensão da seção entre origem e destino. A receita bruta é calculada em função da demanda por seção estimada multiplicada por esse coeficiente quilométrico.

Conforme especificado no modelo operacional, apresentado mais à frente, há trechos em que o coeficiente tarifário quilométrico deve ser comum às duas áreas de operação, devido à sobreposição de serviços de diferentes operadores.

A taxa interna de retorno (TIR) foi o indicador econômico utilizado como referência para avaliar o retorno econômico dos investimentos efetuados, em bases percentuais, por período de capitalização.

Reajuste tarifário por meio de índices referenciais

A equação inicial entre os parâmetros de prestação do serviço e a remuneração dos operadores deve ser mantida durante toda a vigência do contrato. Como as estruturas de custo variam ao longo do tempo, é importante que haja um processo de revisão da tarifa, em que se verifique se os pesos dos componentes se alteraram.

Alguns sistemas adotam em seu modelo tarifário, reajustes periódicos através de fórmula paramétrica para a gestão do regime de concessão e permissão. Esta fórmula é geralmente composta por uma cesta de índices com pesos específicos. Cada item é reajustado para um



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

determinado período conforme a variação do índice correspondente mais apropriado para seu acompanhamento, ponderado pela sua representatividade no total de custos.

A vantagem de adotar tais critérios para os reajustes é trazer objetividade e facilidade na mensuração do reajuste, afastando a influência política do processo. Consequentemente, requer menor mobilização de equipe técnica para acompanhamento da evolução das tarifas.

Para futuros reajustes ordinários recomenda-se a periodicidade anual e a utilização de fórmula paramétrica que pondere os principais itens de custo e variação de índices econômicos. Uma revisão da fórmula deve ser realizada a cada quatro anos para verificar se a proporcionalidade entre itens se alterou.

2. MODELO OPERACIONAL

2.1. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados em conformidade com as normas e especificações constantes deste EDITAL, de seus ANEXOS, do CONTRATO de CONCESSÃO e das demais normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pelo Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE.

O OBJETO da CONCESSÃO compreende os serviços e funções, de competência exclusiva da CONCESSIONÁRIA, correspondentes às funções de operação de atendimento à demanda de passageiros do serviço intermunicipal em todo o Estado de Sergipe, bem como implantação, operação e manutenção de Sistema de Bilhetagem e Monitoramento.

Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente pela CONCESSIONÁRIA durante todo o período da CONCESSÃO de forma adequada ao pleno atendimento dos usuários, conforme parâmetros especificados no capítulo 2 do presente anexo. O capítulo 3 apresenta os itinerários das linhas do Modelo Operacional adotado apresentado.

As atribuições do sistema de bilhetagem e de monitoramento são descritas no item 0 do presente anexo.

Especificações referentes ao adequado atendimento aos clientes são especificados no Anexo III- Sistema de Relacionamento com Clientes.

No intuito de estabelecer um adequado acompanhamento e fiscalização dos serviços, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar periodicamente uma série de documentos, conforme previsto no Anexo IV - Envio de Documentos à Seinfra.

A avaliação da qualidade do serviço será balizada pela metodologia apresentada no Anexo V – Parâmetros de avaliação da qualidade do serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal. Futuras alterações de linhas, seja para criação de linha nova ou alteração de linhas existentes serão regidas pelas especificações descritas no Anexo VI – Norma sistemática de alteração, criação de novas linhas.



2.2. METODOLOGIA DO DIMENSIONAMENTO OPERACIONAL

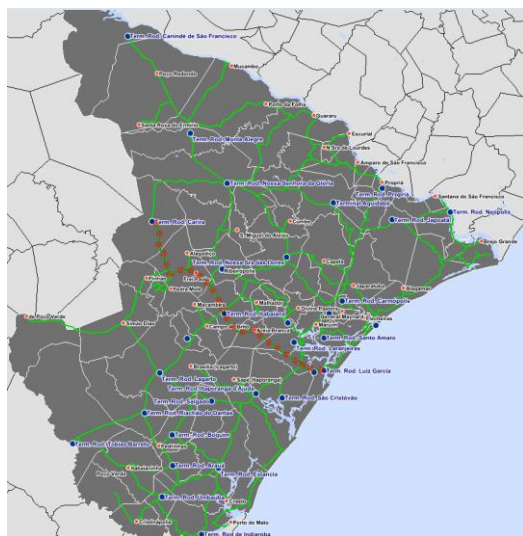
Para elaboração do modelo operacional, foi necessário estabelecer regras sobre o funcionamento do sistema. Via de regra, estas premissas devem representar o desejo do Estado sobre o formato que o sistema deverá operar futuramente. Foram definidas as seguintes premissas gerais, aplicadas em ambos os modelos:

- Não gerar desatendimentos;
- Sistema continuará operando em caráter seletivo, ou seja, sem transportar passageiros em pé;
- Não considerar a operação do consórcio Metropolitano e;
- Frota composta devans e micro-ônibus, totalizando sete tipos de capacidades distintas, (ver item 0).

Destaca-se também que o conceito de operação por cooperativas deve ser abstraído, uma vez que as alternativas operacionais poderão ser utilizadas, futuramente, em eventual processo licitatório do sistema não devendo, portanto, preservar o elo entre cooperado e linha. Portanto, as alternativas devem ser interpretadas de forma sistêmica e para situações típicas de operação.

Outro processo fundamental para o desenvolvimento do modelo operacional é a construção de uma rede de transportes georreferenciada. Nesta rede, todos os itinerários foram cadastrados e associados a um banco de dados com as informações necessárias para realização do dimensionamento operacional. Pode-se observar na figura a seguir a estruturação desse banco de dados inicial, que tomou como exemplo a Linha 009 - Carira / Aracaju e a estruturação das seguintes informações, fundamentais:

- Código;
- Nome (Letreiro);
- Origem/Destino;
- Tipo de Sistema (Principal, Secundário e Metropolitana);
- Extensão por sentido (km);
- Velocidade Média (km/h) e;
- Tempo de Ciclo.



COD. SI	NOME	ORIGEM	DESTINO	TIPO DE SISTEMA	EXT_KM VIA	EXT_KM VOLTA	EXT_KM TOTAL	VEL_KMH	T. CICLO
43	PIRAMBU / ARACAU – VIA BR-302	PIRAMBU	ARACAU – VIA BR-302	PRINCIPAL	83.901	84.305	168.206	48,85	226,482
83	ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO	ESTÂNCIA	TOBIAS BARRETO	SECUNDÁRIO	85,49	84,884	170,374	45,925	237,59
225	LAGARTO / SIMÃO DIAS	LAGARTO	SIMÃO DIAS	SECUNDÁRIO	26,616	25,843	52,459	53,39	73,9537
227	LAGARTO / CRISTINAPOLES VIA REACHÃO	LAGARTO	CRISTINAPOLES VIA REACHÃO	SECUNDÁRIO	82,253	82,128	164,381	49,56	214,008
230	ESTÂNCIA / TOMAR DO GERU VIA UIMBAUBA	ESTÂNCIA	TOMAR DO GERU VIA UIMBAUBA	SECUNDÁRIO	67,802	66,856	134,658	47,77	184,133
231	ESTÂNCIA / CRISTINAPOLES VIA UIMBAUBA	ESTÂNCIA	CRISTINAPOLES VIA UIMBAUBA	SECUNDÁRIO	50,143	50,45	100,613	50,065	135
233	ESTÂNCIA / INDAROBIA VIA SANTA LUÍZA	ESTÂNCIA	INDAROBIA VIA SANTA LUÍZA	SECUNDÁRIO	34,83	34,397	69,227	48,73	100,227
239	FLEXEIRAS / ARACAU – VIA SERRA DOS COQUE	FLEXEIRAS	ARACAU – VIA SERRA DOS COQUE	PRINCIPAL	42,357	42,332	84,689	37,78	154,498
262	LARANJEIRAS / ARACAU	LARANJEIRAS	ARACAU	METROPOLITANA	22,215	39,63	55,845	42,615	83,6772
284	NOSSA SENHORA DO SOCORRO / ARACAU	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	ARACAU	METROPOLITANA	18,048	19,029	37,077	30,43	74,1061
304	LAGARTO / ESTÂNCIA	LAGARTO	ESTÂNCIA	SECUNDÁRIO	66,019	66,669	132,688	46,46	188,941
305	ITABAIA/INHA / ESTÂNCIA	ITABAIA/INHA	ESTÂNCIA	SECUNDÁRIO	54,515	54,105	108,62	50	145,344
307	SIRIRI / ARACAU	SIRIRI	ARACAU	PRINCIPAL	58,489	58,133	116,622	50	158,946
400	GLÓRIA / MONTE ALEGRE / POÇO REDONDO	GLÓRIA	MONTE ALEGRE / POÇO REDONDO	SECUNDÁRIO	80,838	79,74	160,578	54,825	190,415
404	GRACHO CARDOSO / N. S. DA GLÓRIA	GRACHO CARDOSO	N. S. DA GLÓRIA	SECUNDÁRIO	26,04	27,986	54,026	56,61	74,161
411	GLÓRIA / PROPRIÁ	GLÓRIA	PROPRIÁ	SECUNDÁRIO	98,832	96,573	195,405	55	228,169
512	NOSSA SENHORA DAS DORES / CAPELA	NOSSA SENHORA DAS DORES	CAPELA	SECUNDÁRIO	19,668	19,317	38,985	40,905	72,1837
513	CUMBE / NOSSA SENHORA DAS DORES	CUMBE	NOSSA SENHORA DAS DORES	SECUNDÁRIO	17,084	17,227	34,311	46,085	96,6903
302	ARACAU / MISSUCA (LARANJEIRAS)	ARACAU	MISSUCA (LARANJEIRAS)	METROPOLITANA	24,568	30,709	55,275	40,99	85,6172
13	CUMBE / ARACAU	CUMBE	ARACAU	PRINCIPAL	132,83	132,087	264,917	54,995	309,027
2	BOQUIM / ARACAU – VIA SALGADO	BOQUIM	ARACAU – VIA SALGADO	PRINCIPAL	88,636	88,578	177,214	55	213,324
3	BREJO GRANDE / ARACAU	BREJO GRANDE	ARACAU	PRINCIPAL	152,862	152,241	305,103	51,41	376,082
4	CAMPO DO BRITO / ARACAU	CAMPO DO BRITO	ARACAU	PRINCIPAL	68,896	68,58	137,476	51,0285	180
6	CAPELA / ARACAU – VIA DORES	CAPELA	ARACAU – VIA DORES	PRINCIPAL	95,127	95,866	190,993	52,089	240
7	CAPELA / ARACAU – VIA MIRANDA	CAPELA	ARACAU – VIA MIRANDA	PRINCIPAL	79,67	71,356	151,026	46,4695	215
8	CAPELA / ARACAU VIA SANTA CLARA	CAPELA	ARACAU VIA SANTA CLARA	PRINCIPAL	89,226	81,446	170,672	51,2016	220
0	CARMOPOLES / ARACAU	CARMOPOLES	ARACAU	PRINCIPAL	115,115	115,713	230,828	52,018	247,810
10	CRISTINAPOLES / ARACAU	CRISTINAPOLES	ARACAU	PRINCIPAL	97,602	99,484	197,086	47,366	168,333
12	CRISTINAPOLES / ARACAU	CRISTINAPOLES	ARACAU	PRINCIPAL	123,42	122,97	246,39	52,225	302,53
14	DIVINA PASTORA / ARACAU	DIVINA PASTORA	ARACAU	PRINCIPAL	40,982	41,697	82,679	49,545	120,126
15	ESTÂNCIA / ARACAU	ESTÂNCIA	ARACAU	PRINCIPAL	75,877	73,767	149,644	55	183,248
16	GARARU / ARACAU – VIA ITABÉ E AQUIDABÁ	GARARU	ARACAU – VIA ITABÉ E AQUIDABÁ	PRINCIPAL	167,048	163,705	330,753	50,94	409,59
17	FREI PAULO / ARACAU	FREI PAULO	ARACAU	PRINCIPAL	77,096	76,706	153,712	55	189,933
18	GARARU / ARACAU – VIA PROPRIÁ	GARARU	ARACAU – VIA PROPRIÁ	PRINCIPAL	161,621	157,534	319,155	57,44	353,379
19	GENERAL MAYNARD / ARACAU	GENERAL MAYNARD	ARACAU	PRINCIPAL	57,071	59,371	116,442	44,259	177,87
20	GRACHO CARDOSO / ARACAU – VIA AQUIDABÁ	GRACHO CARDOSO	ARACAU – VIA AQUIDABÁ	PRINCIPAL	124,181	124,282	248,463	53,2421	300
21	INDAROBIA / ARACAU	INDAROBIA	ARACAU	PRINCIPAL	108,81	107,96	216,57	54,429	260
22	ITABAIA/INHA / ARACAU	ITABAIA/INHA	ARACAU	PRINCIPAL	55,878	56,88	112,758	49,22	157,454
23	ITABAIA/INHA / ARACAU – VIA ESTÂNCIA	ITABAIA/INHA	ARACAU – VIA ESTÂNCIA	PRINCIPAL	125,65	125,965	251,615	50,61	318,299
24	ITABAIA/INHA / ARACAU – VIA BOQUIM	ITABAIA/INHA	ARACAU – VIA BOQUIM	PRINCIPAL	127,655	127,092	254,747	52,15	313,093
28	LAGARTO / ARACAU	LAGARTO	ARACAU	PRINCIPAL	83,783	82,605	166,388	57,315	194,183

Figura 2.1 - Estruturação do Banco de Dados Georreferenciado Inicial

Com estas informações fundamentais devidamente estruturadas, e com um juízo formado acerca dos principais problemas operacionais existentes no sistema de transporte intermunicipal do Estado, buscou-se a melhor alternativa física e operacional para o sistema de transporte intermunicipal de Sergipe.

A alternativa adotada mantém a mesma configuração da rede atual, porém com seus serviços reprogramados, em função do atendimento da demanda no trecho crítico no sentido de maior carregamento, ou seja, no momento de maior solicitação do sistema. Esta otimização dos serviços propõe o atendimento da demanda atual com a menor frota possível, visando a redução dos custos operacionais através da máxima utilização da frota.

2.3. DIMENSIONAMENTO SUMÁRIO DAS LINHAS

O conceito adotado neste modelo, conforme já mencionado, foi o de otimizar a operação atual com o objetivo final de reduzir os custos operacionais a partir da melhor utilização da frota disponível.

Para evitar a sobreposição entre áreas operacionais, apresentada no item 0, foram eliminadas as seguintes linhas:

- 032 – Monte Alegre / Aracaju via Itabaiana;
- 046 – Porto da Folha / Aracaju via Monte Alegre;
- 078 – Canindé do São Francisco / Aracaju via Itabaiana;
- 097 – Porto da Folha / Aracaju via Itabaiana e Monte Alegre.

As características do sistema atual, segmentado em 3 categorias (Principal, Secundário e Metropolitano) também foram preservadas, assim como os atendimentos nos Terminais Rodoviários, Bases Operacionais das Cooperativas e Pontos Finais. Nas figuras a seguir estão representados os serviços por tipo de sistema tal qual operados atualmente. Apenas para facilitar a visualização, o sistema principal será apresentado separadamente do sistema secundário.

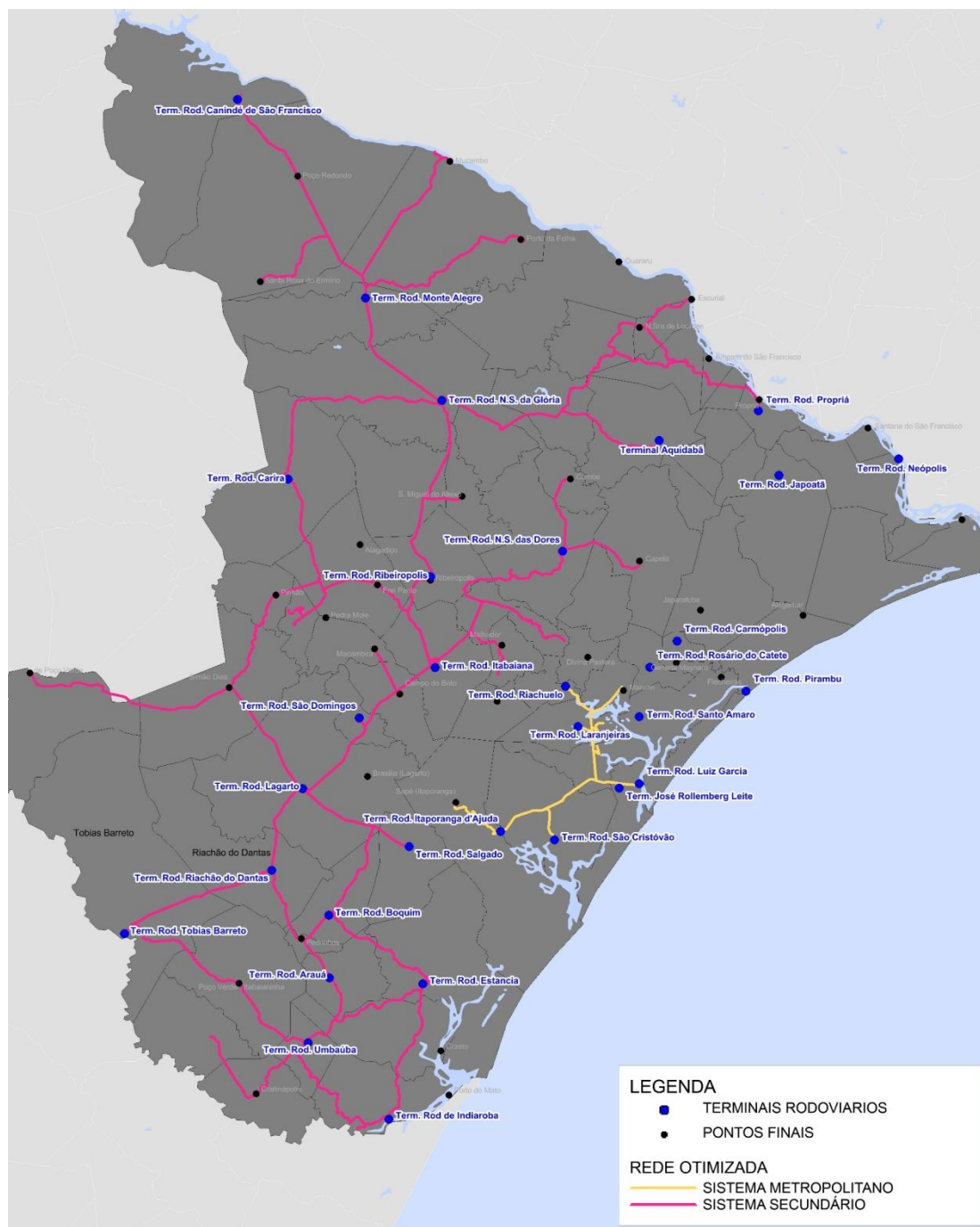


Figura 2.2 - Rede Otimizada - Sistemas Metropolitano e Secundário

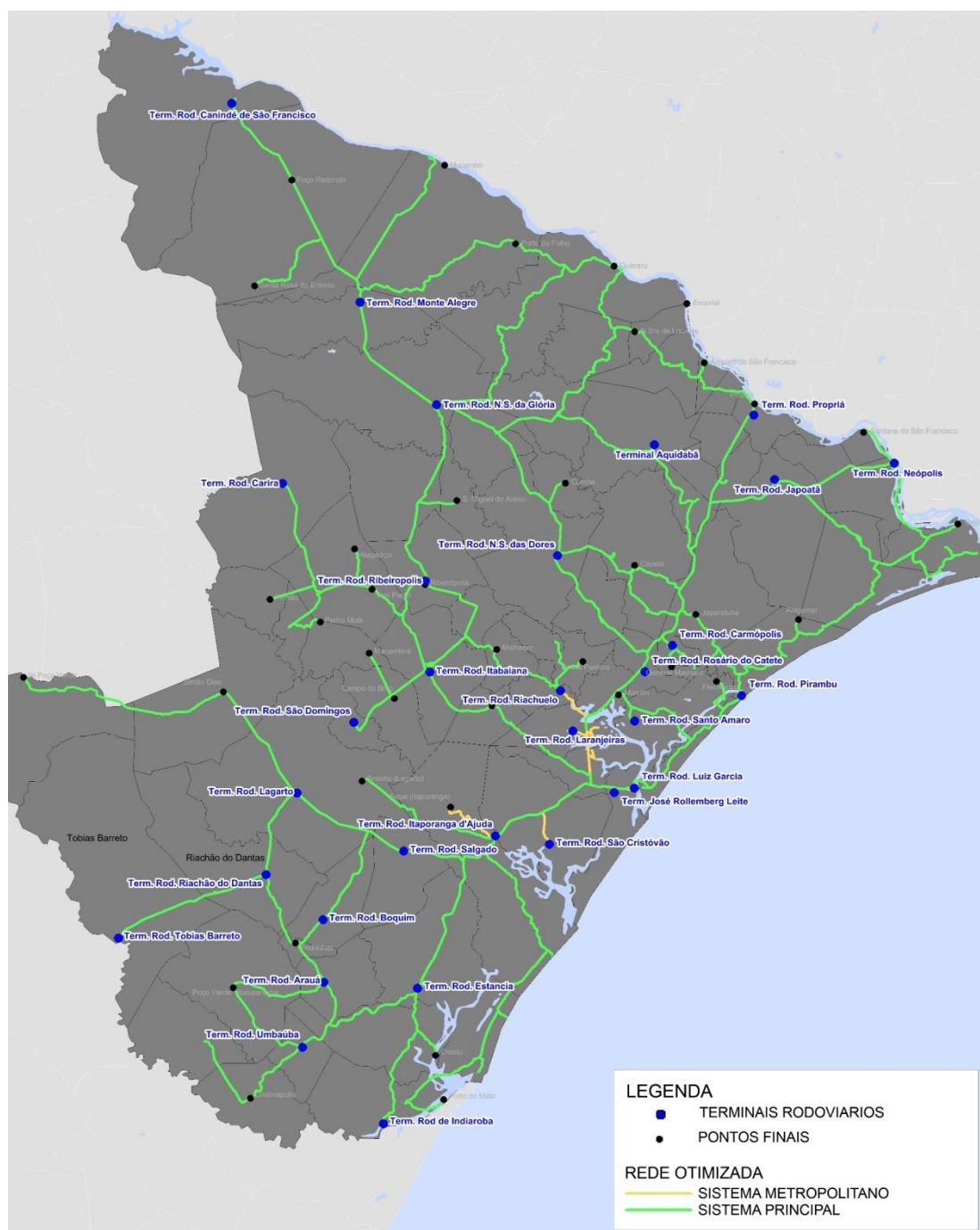


Figura 2.3 - Rede Otimizada - Sistemas Metropolitano e Principal

Para proceder a reprogramação das 132 linhas que compõem o modelo operacional, foi necessário recorrer ao banco de dados consolidado construído a partir das pesquisas de campo.

A partir do georreferenciamento censitário das linhas, foram obtidos os tempos de viagem, a extensão quilométrica por sentido de circulação de cada linha e, por consequência, calculada



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

as velocidades médias. A velocidade média adotada foi a obtida a partir do levantamento por GPS.

Com as velocidades definidas, foram calculados os tempos de ciclo para cada linha. Para isso foram adotados tempos médios distintos de parada nos terminais para cada tipo de serviço: 5 minutos para linhas metropolitanas, 20 minutos para linhas do sistema principal e 15 para linhas do sistema secundário. Por se tratar de uma configuração da rede na qual as características atuais dos serviços foram preservadas, a programação das linhas que operam em dias úteis e finais de semana foram igualmente preservadas. O dimensionamento sumário das linhas será apresentado a seguir de forma segmentada, visando a melhor compreensão das etapas da reprogramação dos serviços para a rede otimizada.

Tabela 2.1 - Rede Otimizada - Definição dos Tempos de Ciclo

COD	NOME	TIPO SISTEMA	OPER. DU/ FDS	EXT. IDA (KM)	EXT. VOLTA (KM)	EXT. TOTAL (KM)	VEL. MEDIA (KM/H)	TEMPO TOTAL (MIN)	TEMPO CICLO TOTAL (MIN)
L001	ARAUÁ / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	107,82	105,44	213,26	53,32	240	260
L002	BOQUIM / ARACAJU - VIA SALGADO	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	88,64	88,58	177,21	55	193,32	213
L003	BREJO GRANDE / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	152,86	152,24	305,1	51,41	356,08	376
L004	CAMPO DO BRITO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	68,9	69,58	138,48	51,93	160	180
L006	CAPELA / ARACAJU - VIA DORES	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	95,13	95,87	190,99	52,09	220	240
L007	CAPELA / ARACAJU - VIA MIRANDA	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	79,67	71,36	151,03	46,47	195	215
L008	CAPELA / ARACAJU VIA SANTA CLARA	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	89,23	81,45	170,67	51,2	200	220
L009	CARIRA / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	114,14	115,33	229,47	52,03	264,62	285
L010	CARMÓPOLIS / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	57,6	59,48	117,09	47,36	148,33	168
L012	CRISTINÁPOLIS / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	123,42	122,97	246,39	52,33	282,53	303
L013	CUMBE/ ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Domingo	132,83	132,09	264,92	55	289,03	309
L014	DIVINA PASTORA / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	40,98	41,7	82,68	49,55	100,13	120
L015	ESTANCIA / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	75,88	73,77	149,64	55	163,25	183
L016	GARARU / ARACAJU – VIA ITABI E AQUIDABÁ	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	167,05	163,71	330,75	50,94	389,58	410
L017	FREI PAULO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	77,07	78,71	155,77	55	169,93	190
L018	GARARU / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	161,62	157,53	319,16	57,44	333,38	353
L019	GENERAL MAYNARD / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	57,07	59,37	116,44	44,26	157,87	178
L020	GRACHO CARDOSO / ARACAJU - VIA AQUIDABÁ	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	124,18	124,28	248,46	53,24	280	300
L021	INDIAROBA / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	108,61	107,96	216,57	54,14	240	260
L022	ITABAIANA / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	55,88	56,88	112,76	49,22	137,45	157
L023	ITABAIANINHA / ARACAJU - VIA ESTANCIA	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	125,65	125,97	251,62	50,61	298,3	318
L024	ITABAIANINHA / ARACAJU - VIA BOQUIM	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	127,66	127,09	254,75	52,15	293,09	313
L028	LAGARTO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	83,78	82,61	166,39	57,32	174,18	194
L029	MACAMBIRA / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	78,53	79,94	158,47	43	221,12	241
L030	MALHADOR / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	50,34	51,29	101,63	49,54	123,08	143
L031	MOITA BONITA/ ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	73,12	73,56	146,68	44,15	199,34	219
L034	NEÓPOLIS / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	125,53	125,21	250,74	54,05	278,33	298
L035	NITERÓI / ARACAJU - VIA GLORIA	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	186,42	182,45	368,87	53,33	415,01	435
L036	N. SENHORA DA GLORIA / ARACAJU - VIA DORES	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	121,31	121,61	242,91	49,17	296,42	316
L037	N. SENHORA DE LOURDES / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	139,7	139,97	279,67	52,01	322,67	343
L039	PEDRA MOLE / ARACAJU - VIA PINHÃO	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	108,08	109,78	217,86	46,77	279,52	300
L040	PEDRINHAS / ARACAJU - VIA BOQUIM	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	96,48	95,24	191,71	53,13	216,5	237
L042	PINHÃO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	99,56	102,98	202,54	46,75	259,97	280
L043	PIRAMBÚ / ARACAJU - VIA BR-101	PRINCIPAL	Segunda a Domingo	83,9	84,37	168,27	48,9	206,48	226
L044	POÇO REDONDO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	178,44	178,12	356,55	55,76	383,66	404
L045	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA ITABI E DORES	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	197,58	196,91	394,49	54,73	432,51	453
L047	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	193,94	193,6	387,54	52,85	440	460
L048	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA SÃO MATEUS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	184,87	184,43	369,3	42,31	523,77	544
L049	PORTO DO MATO / ARACAJU - VIA CAUEIRA	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	139,85	138,93	278,79	56,03	298,54	319
L050	PROPRIÁ / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	108,73	103,07	211,79	53,78	236,31	256
L051	RIACHÃO / ARACAJU - VIA BOQUIM	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	112,76	112,67	225,42	52,51	257,6	278



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

COD	NOME	TIPO SISTEMA	OPER. DU/ FDS	EXT. IDA (KM)	EXT. VOLTA (KM)	EXT. TOTAL (KM)	VEL. MEDIA (KM/H)	TEMPO TOTAL (MIN)	TEMPO CICLO TOTAL (MIN)
L052	ROSÁRIO DO CATETE / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	40,08	39,69	79,77	47,73	100,28	120
L054	SANTANA DO SÃO FRANCISCO / ARACAJU - VIA NEÓPOLIS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	135,2	135,16	270,36	55	294,94	315
L055	SÃO DOMINGOS / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	81,79	82,35	164,14	43,9	224,34	244
L056	SÃO MIGUEL DO ALEIXO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	104,62	106,34	210,96	49,35	256,49	276
L057	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	40	41,24	81,24	39,89	122,2	142
L058	SAPÉ (ITAPORANGA) / ARACAJU	METROP.	Segunda a Sábado	48,33	49,66	97,99	49	120	125
L059	SIMÃO DIAS / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	109,7	109,28	218,99	50,49	260,23	280
L060	TOBIAS BARRETO / ARACAJU - VIA BOQUIM	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	145,66	144,83	290,49	55,24	315,52	336
L062	TOBIAS BARRETO / ARACAJU- VIA LAGARTO	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	136,38	136,57	272,95	54,81	298,83	319
L063	TOMAR DO GERU / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	140,37	139,51	279,88	55,01	305,26	325
L065	AQUIDABÃ / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	101,87	102,85	204,72	51,03	240,71	261
L066	BRASÍLIA / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	65,08	70,91	136	41,58	196,24	216
L068	CANINDE / ARACAJU VIA NOSSA SENHORA DAS DORES	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	201,3	200,25	401,55	54,45	442,52	463
L069	ITABI / ARACAJU - VIA AQUIDABÃ	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	141,33	141,39	282,72	49,79	340,69	361
L080	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA ITABAIANA	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	78,65	84,12	162,77	46,92	208,14	228
L082	SANTA ROSA DE LIMA / ARACAJU VIA RIACHUELO	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	43,27	44,02	87,29	41,9	125	145
L083	ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	85,49	84,88	170,37	45,93	222,59	238
L088	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	184,86	184,52	369,38	51,29	432,15	452
L092	LAGARTO / ITABAIANA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	45,83	43,73	89,56	43,52	123,49	138
L094	POÇO VERDE / ARACAJU VIA LAGARTO	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	155,08	153,04	308,12	53,58	345,04	365
L202	ITABAIANA / CAMPO DO BRITO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	13,2	12,82	26,02	35,03	44,58	60
L203	ITABAIANA / CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	142,98	142,74	285,72	48,97	350,08	365
L204	ITABAIANA / CARIRA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	57,74	58,6	116,34	49,99	139,64	155
L205	ITABAIANA / FREI PAULO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	21,61	22,63	44,24	47,16	56,29	71
L206	ITABAIANA / LAGARTO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	45,83	42,82	88,65	44,32	120	135
L207	ITABAIANA / MACAMBIRA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	25,92	24,35	50,27	50,27	60	75
L208	ITABAIANA / MALHADOR	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	25,36	25,34	50,7	30,65	99,24	114
L209	ITABAIANA / MOITA BONITA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	16,76	16,48	33,24	38,75	51,47	66
L210	ITABAIANA / MONTE ALEGRE	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	91,91	92,73	184,64	49,53	223,67	239
L212	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	64,09	62,8	126,89	52,66	144,58	160
L213	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DAS DORES	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	52,92	53,13	106,05	34,74	183,16	198
L214	ITABAIANA / PEDRA MOLE	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	53,44	48,33	101,77	50,89	120	135
L215	ITABAIANA / PINHÃO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	44,04	44,98	89,02	44,59	119,78	135
L216	ITABAIANA / SÃO DOMINGOS	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	25,89	25,35	51,23	39,45	77,93	93
L217	ITABAIANA / SÃO MIGUEL DO ALEIXO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	48,71	49,6	98,32	49,02	120,35	135
L218	ITABAIANA / POV. CANA BRAVA (MOITA BONITA)	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	39,14	39,81	78,95	34,61	136,87	152
L219	PINHÃO / SIMÃO DIAS	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	24,03	26,7	50,73	50	60,87	76
L220	ITABAIANA / MONTE ALEGRE / PORTO DA FOLHA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	135,09	136,61	271,69	50,17	324,93	340
L222	RIBEIRÓPOLIS / ITABAIANA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	21,81	22,47	44,28	46,83	56,74	72
L225	LAGARTO / SIMÃO DIAS	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	26,62	25,84	52,46	53,39	58,95	74
L227	LAGARTO / CRISTINÁPOLIS VIA RIACHÃO	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	82,25	82,13	164,38	49,56	199,01	214
L228	LAGARTO / POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	71,52	71,49	143,02	49,56	173,14	188
L229	LAGARTO / TOBIAS BARRETO VIA RIACHÃO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	52,6	52,55	105,15	50,18	125,71	141
L230	ESTÂNCIA / TOMAR DO GERU VIA UMBÁUBA	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	67,8	66,86	134,66	47,77	169,13	184
L231	ESTÂNCIA / CRISTINÁPOLIS VIA UMBÁUBA	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	50,16	50,45	100,61	50,31	120	135
L232A	ESTÂNCIA / UMBÁUBA (VARIANTE)	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	75,48	74,67	150,15	50	180,18	195
L232	ESTÂNCIA / UMBÁUBA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	33,55	33	66,54	48,91	81,63	97
L233	ESTÂNCIA / INDIAROBA VIA SANTA LUZIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	34,83	34,4	69,23	48,73	85,24	100
L235	UMBÁUBA / ITABAIANINHA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	20,58	20,68	41,26	41,26	60	75
L236	ITABAIANINHA / TOBIAS BARRETO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	31,71	31,1	62,82	44,5	84,69	100
L237	UMBÁUBA / BOQUIM - VIA ARAUÁ	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	37,38	37,47	74,84	48,18	93,21	108
L238	PIRAMBU / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	38,33	38,41	76,74	42,75	107,71	128
L239	FLEXEIRAS / ARACAJU - VIA SERRA DOS COQUEIROS	PRINCIPAL	Segunda a Domingo	42,36	42,33	84,69	37,78	134,5	155
L240	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	42,74	41,93	84,67	42,34	120	140
L243	JAPARATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	57,89	57,43	115,32	53,78	128,67	149
L244	AMPARO DO SÃO FRANCISCO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	125,17	125,97	251,14	50,7	297,21	317
L246	N. SENHORA APARECIDA / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	94,59	95,55	190,14	50	228,16	248



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA Rodoviária DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

COD	NOME	TIPO SISTEMA	OPER. DU/ FDS	EXT. IDA (KM)	EXT. VOLTA (KM)	EXT. TOTAL (KM)	VEL. MEDIA (KM/H)	TEMPO TOTAL (MIN)	TEMPO CICLO TOTAL (MIN)
L247	CRASTO / ARACAJU - VIA ESTANCIE	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	93,08	92,93	186	55	202,91	223
L250	BREJO GRANDE / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	128,37	128,45	256,82	42,8	360	380
L251	ARAUÁ / ARACAJU - VIA BOQUIM	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	106,7	107,3	214	49,06	261,75	282
L252	ILHA DAS FLORES / ARACAJU - VIA NEÓPOLIS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	142,46	142,06	284,51	54,34	314,15	334
L253	PACATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	99,07	99,16	198,23	44,6	266,67	287
L255	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	84,84	85,44	170,28	50,27	203,24	223
L256	MARIMBONDO / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	64,18	64,07	128,25	54,97	140	160
L257	ALAGAMAR / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	68,53	68,34	136,87	45,62	180	200
L259	TAPERA DA SERRA / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	71,15	69,67	140,82	44,12	191,5	212
L261	ALAGADIÇO / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Sábado	88,7	90,41	179,11	47,65	225,56	246
L262	LARANJEIRAS / ARACAJU	METROP.	Segunda a Domingo	22,22	33,63	55,85	42,62	78,63	84
L263	ITAPORANGA / ARACAJU	METROP.	Segunda a Sábado	32,55	35,74	68,29	46,11	88,85	94
L264	NOSSA SENHORA DO SOCORRO / ARACAJU	METROP.	Segunda a Domingo	18,05	19,03	37,08	30,43	73,11	78
L265	RIACHUELO / ARACAJU	METROP.	Segunda a Sábado	30,87	31,84	62,71	46,44	81,02	86
L266	SÃO CRISTOVÃO / ARACAJU	METROP.	Segunda a Sábado	29,67	28,13	57,79	40,03	86,62	92
L303	MARUIM / ARACAJU	METROP.	Segunda a Sábado	31,7	33,06	64,76	44,65	87,03	92
L304	LAGARTO / ESTÂNCIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	68,02	66,67	134,69	46,46	173,94	189
L305	ITABAIANINHA / ESTÂNCIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	54,52	54,11	108,62	50	130,34	145
L307	SIRIRI / ARACAJU	PRINCIPAL	Segunda a Domingo	58,47	58,15	116,62	50	139,95	160
L400	GLÓRIA / MONTE ALEGRE / POÇO REDONDO / CANINDÉ	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	80,84	79,74	160,58	54,93	175,42	190
L401	N. S. DA GLÓRIA / CARIRA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	48,85	49	97,84	53,6	109,54	125
L402	N. S. DA GLÓRIA / PORTO DA FOLHA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	69,93	69,9	139,83	54,35	154,36	169
L403	LAGOA DO RANCHO / N. S. DA GLÓRIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	48,1	48,51	96,61	59,7	97,1	112
L404	GRACHO CARDOSO / N. S. DA GLÓRIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	28,04	27,99	56,03	56,61	59,38	74
L405	ITABI / N. S. DA GLÓRIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	47,67	48,02	95,69	52,11	110,19	125
L406	MUCAMBO / N. S. DA GLÓRIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	69,51	65,07	134,58	49,73	162,37	177
L407	N. S. DA GLÓRIA / AQUIDABÃ	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	52,5	55,79	108,29	46,41	140	155
L409	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / N. S. DA GLÓRIA	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	64,39	64,38	128,77	49,41	156,38	171
L410	ESCURIAL / PROPRIÁ	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	63,55	63,41	126,96	55	138,51	154
L411	GLÓRIA / PROPRIÁ	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	98,83	96,57	195,41	55	213,17	228
L512	NOSSA SENHORA DAS DORES / CAPELA	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	19,67	19,32	38,99	40,91	57,18	72
L513	CUMBE / NOSSA SENHORA DAS DORES	SECUNDÁRIO	Segunda a Domingo	17,08	17,23	34,31	46,07	44,69	60
LXX1	LAGARTO / SALGADO	SECUNDÁRIO	Segunda a Sábado	25,78	25,38	51,16	43,9	69,92	85
LXX2	ARACAJU / MUSSUCA (LARANJEIRAS)	METROP.	Segunda a Domingo	24,37	30,71	55,08	40,99	80,62	86

Conforme mencionado anteriormente, as redes de transportes devem sempre ser dimensionadas para atendimento da demanda no seu momento mais crítico, ou seja, na hora pico. Este momento foi aferido nos resultados das pesquisas de transporte desenvolvidas para o presente estudo. Estes resultados foram aplicados para o redimensionamento da oferta.

Para o cálculo das viagens necessárias para atendimento da demanda na hora pico, foi considerada a capacidade média ponderada dos veículos atualmente alocados em cada serviço. A capacidade deve ser entendida como o número de assentos disponíveis por veículo, exceto do condutor, uma vez que não é permitido o transporte de passageiros em pé.

A ponderação da capacidade dos veículos foi necessária devido a existência de veículos com capacidades diferentes operarem a mesma linha. Neste sentido, sendo este um redimensionamento da rede, julgou-se adequado calcular os demais indicadores de oferta apoiados sobre esta metodologia.

Com base no exposto acima, foram redimensionados os intervalos, a oferta de assentos e a frota operacional para a hora-pico.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Especialmente para a definição da frota é importante destacar que, como o tempo de ciclo da maioria dos serviços é maior que a duração do tempo de pico (60 min), foi necessário estimar os intervalos para o período de entrepico, sob o risco de superdimensionamento da frota. Assim sendo, admitiu-se que a demanda se distribui de maneira uniforme ao longo do dia. O cálculo da frota foi obtido a partir da seguinte fórmula:

$$FHP = (Tp/h) + (Tc - Tp) / Hfp$$

onde:

Tp: duração do período de pico;

h: (headway) = intervalo no pico

Tc: Tempo de ciclo

Hfp: (headway) = fora do pico ou intervalo no entrepico.

A tabela a seguir apresenta a reprogramação da oferta para cada linha no Modelo Operacional.

Tabela 2.2 - Rede Otimizada - Dimensionamento da Frota

COD	NOME	TEMPO CICLO TOTAL (MIN)	CAP. MÉDIA DOS VEÍC.	DEMAN DA (HP)	INTERV , (HP) (minutos)	OFERT A (HP)	VIAG. (HP)	FROTA (HP)	VIAG. (EP)	INTERV , (EP) (minutos)	DEMAN DA (DU)
L001	ARAUÁ / ARACAJU	260	24	11	60	24	1	2	2	240	67
L002	BOQUIM / ARACAJU - VIA SALGADO	213,32	24	29	30	48	2	3	4	150	169
L003	BREJO GRANDE / ARACAJU	376,08	32	14	60	32	1	1	1	600	68
L004	CAMPO DO BRITO / ARACAJU	180	32	23	60	32	1	2	4	150	196
L006	CAPELA / ARACAJU - VIA DORES	240	32	10	60	32	1	2	3	180	100
L007	CAPELA / ARACAJU - VIA MIRANDA	215	32	17	60	32	1	3	10	72	334
L008	CAPELA / ARACAJU VIA SANTA CLARA	220	28	31	30	56	2	5	14	56	538
L009	CARIRA / ARACAJU	284,62	24	33	30	48	2	10	26	28	653
L010	CARMÓPOLIS / ARACAJU	168,33	36	36	60	36	1	4	21	40	932
L012	CRISTINÓPOLIS / ARACAJU	302,53	24	24	60	24	1	3	7	103	270
L013	CUMBE/ ARACAJU	309,03	36	21	60	36	1	3	4	120	178
L014	DIVINA PASTORA / ARACAJU	120,13	32	17	60	32	1	2	6	120	279
L015	ESTANCIA / ARACAJU	183,25	28	34	30	56	2	5	18	47	740
L016	GARARU / ARACAJU – VIA ITABI E AQUIDABÁ	409,58	32	10	60	32	1	1	1	480	59
L017	FREI PAULO / ARACAJU	189,93	28	18	60	28	1	2	6	100	196
L018	GARARU / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	353,38	24	10	60	24	1	2	2	210	59
L019	GENERAL MAYNARD / ARACAJU	177,87	32	31	60	32	1	3	14	56	549
L020	GRACHO CARDOSO / ARACAJU - VIA AQUIDABÁ	300	36	5	60	36	1	2	2	210	59
L021	INDIAROBÁ / ARACAJU	260	32	21	60	32	1	5	15	52	538
L022	ITABAIANA / ARACAJU	157,45	40	126	15	160	4	9	51	18	2579
L023	ITABAIANINHA / ARACAJU - VIA ESTANCIA	318,3	32	9	60	32	1	4	9	80	270
L024	ITABAIANINHA / ARACAJU - VIA BOQUIM	313,09	32	10	60	32	1	2	2	210	67
L028	LAGARTO / ARACAJU	194,18	24	43	30	48	2	5	20	42	517
L029	MACAMBIRA / ARACAJU	241,12	28	54	30	56	2	5	10	72	522
L030	MALHADOR / ARACAJU	143,08	32	54	30	64	2	4	24	35	979
L031	MOITA BONITA/ ARACAJU	219,34	28	26	60	28	1	3	9	73	392
L034	NEÓPOLIS / ARACAJU	298,33	28	29	30	56	2	7	15	44	528
L035	NITERÓI / ARACAJU - VIA GLORIA	435,01	32	10	60	32	1	5	7	94	205
L036	N. SENHORA DA GLORIA / ARACAJU - VIA DORES	316,42	28	12	60	28	1	5	11	71	293
L037	N. SENHORA DE LOURDES / ARACAJU	342,67	24	7	60	24	1	2	3	260	102
L039	PEDRA MOLE / ARACAJU - VIA PINHÃO	299,52	32	14	60	32	1	3	4	120	131
L040	PEDRINHAS / ARACAJU - VIA BOQUIM	236,5	32	10	60	32	1	2	5	120	169
L042	PINHÃO / ARACAJU	279,97	28	15	60	28	1	4	9	67	261



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

COD	NOME	TEMPO CICLO TOTAL (MIN)	CAP. MÉDIA DOS VEÍC.	DEMAN DA (HP)	INTERV .(HP) (minutos)	OFERT A (HP)	VIAG. (HP)	FROTA (HP)	VIAG. (EP)	INTERV .(EP) (minutos)	DEMAN DA (DU)
L043	PIRAMBÚ / ARACAJU - VIA BR-101	226,48	28	28	60	28	1	2	4	165	217
L044	POÇO REDONDO / ARACAJU	403,66	24	6	60	24	1	3	3	160	59
L045	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA ITABI E DORES	452,51	32	8	60	32	1	1	1	1080	29
L047	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	460	32	5	60	32	1	3	3	200	88
L048	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA SÃO MATEUS	543,77	32	9	60	32	1	1	1	1080	29
L049	PORTO DO MATO / ARACAJU - VIA CAUEIRA	318,54	32	16	60	32	1	2	2	270	92
L050	PROPRIÁ / ARACAJU	256,31	28	71	20	84	3	8	18	43	897
L051	RIACHÃO / ARACAJU - VIA BOQUIM	277,6	32	11	60	32	1	1	1	480	63
L052	ROSÁRIO DO CATETE / ARACAJU	120,28	28	24	60	28	1	2	7	86	347
L054	SANTANA DO SÃO FRANCISCO / ARACAJU - VIA NEÓPOLIS	314,94	32	5	60	32	1	2	2	270	68
L055	SÃO DOMINGOS / ARACAJU	244,34	24	37	30	48	2	6	16	41	457
L056	SÃO MIGUEL DO ALEIXO / ARACAJU	276,49	24	21	60	24	1	6	14	47	356
L057	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU	142,2	28	28	60	28	1	3	18	53	779
L058	SAPÉ (ITAPORANGA) / ARACAJU	125	32	56	30	64	2	3	13	60	727
L059	SIMÃO DIAS / ARACAJU	280,23	28	29	30	56	2	9	28	30	798
L060	TOBIAS BARRETO / ARACAJU - VIA BOQUIM	335,52	24	8	60	24	1	4	9	80	202
L062	TOBIAS BARRETO / ARACAJU - VIA LAGARTO	318,83	24	44	30	48	2	10	25	31	711
L063	TOMAR DO GERU / ARACAJU	325,26	28	17	60	28	1	4	7	103	202
L065	AQUIDABÃ / ARACAJU	260,71	28	20	60	28	1	5	15	52	429
L066	BRASÍLIA / ARACAJU	216,24	36	17	60	36	1	3	7	103	250
L068	CANINDE / ARACAJU VIA NOSSA SENHORA DAS DORES	462,52	36	33	60	36	1	14	26	32	934
L069	ITABI / ARACAJU - VIA AQUIDABÃ	360,69	24	16	60	24	1	5	11	71	293
L080	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA ITABAIANA	228,14	28	55	30	56	2	7	23	31	718
L082	SANTA ROSA DE LIMA / ARACAJU VIA RIACHUELO	145	24	39	30	48	2	4	17	46	614
L083	ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO	237,59	28	4	60	28	1	2	5	120	87
L088	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / ARACAJU	452,15	28	7	60	28	1	1	1	1080	29
L092	LAGARTO / ITABAIANA	138,49	36	14	60	36	1	1	2	330	109
L094	POÇO VERDE / ARACAJU VIA LAGARTO	365,04	24	40	30	48	2	19	47	18	1136
L202	ITABAIANA / CAMPO DO BRITO	59,58	24	43	30	48	2	2	18	37	800
L203	ITABAIANA / CANINDE DO SÃO FRANCISCO	365,08	16	13	60	16	1	3	6	180	65
L204	ITABAIANA / CARIRA	154,64	28	37	30	56	2	8	47	17	1199
L205	ITABAIANA / FREI PAULO	71,29	20	38	30	40	2	2	34	23	869
L206	ITABAIANA / LAGARTO	135	36	29	60	36	1	2	10	66	501
L207	ITABAIANA / MACAMBIRA	75	24	25	30	48	2	2	21	40	731
L208	ITABAIANA / MALHADOR	114,24	36	52	30	72	2	3	14	60	945
L209	ITABAIANA / MOITA BONITA	66,47	24	38	30	48	2	2	25	26	841
L210	ITABAIANA / MONTE ALEGRE	238,67	24	6	60	24	1	2	4	165	87
L212	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	159,58	32	44	30	64	2	6	31	25	1012
L213	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DAS DORES	198,16	40	9	60	40	1	1	2	240	87
L214	ITABAIANA / PEDRA MOLE	135	24	14	60	24	1	1	2	240	87
L215	ITABAIANA / PINHÃO	134,78	20	32	30	40	2	6	32	21	796
L216	ITABAIANA / SÃO DOMINGOS	92,93	20	41	20	60	3	4	33	24	998
L217	ITABAIANA / SÃO MIGUEL DO ALEIXO	135,35	16	15	60	16	1	1	3	140	87
L218	ITABAIANA / POV. CANA BRAVA (MOITA BONITA)	151,87	28	7	60	28	1	2	3	120	63
L219	PINHÃO / SIMÃO DIAS	75,87	20	9	60	20	1	1	5	132	152
L220	ITABAIANA / MONTE ALEGRE / PORTO DA FOLHA	339,93	32	15	60	32	1	1	1	1080	22
L222	RIBEIRÓPOLIS / ITABAIANA	71,74	20	38	30	40	2	2	18	40	641
L225	LAGARTO / SIMÃO DIAS	73,95	36	46	30	72	2	2	11	60	619
L227	LAGARTO / CRISTINÓPOLIS VIA RIACHÃO	214,01	28	7	60	28	1	2	3	180	87
L228	LAGARTO / POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS	188,14	36	41	30	72	2	7	27	24	990
L229	LAGARTO / TOBIAS BARRETO VIA RIACHÃO	140,71	36	40	30	72	2	6	40	20	1349
L230	ESTÂNCIA / TOMAR DO GERU VIA UBAUBA	184,13	28	10	60	28	1	2	8	83	217
L231	ESTÂNCIA / CRISTINÓPOLIS VIA UBAUBA	135	20	33	30	40	2	7	42	16	838
L232A	ESTÂNCIA / UBAUBA (VARIANTE)	195,18	36	7	60	36	1	3	9	73	189
L232	ESTÂNCIA / UBAUBA	96,63	20	29	30	40	2	3	17	46	568
L233	ESTÂNCIA / INDIAROA VIA SANTA LUZIA	100,24	24	44	30	48	2	1	7	111	383
L235	UMBAÚBA / ITABAIANINHA	75	20	38	30	40	2	3	22	30	765
L236	ITABAIANINHA / TOBIAS BARRETO	99,69	20	29	30	40	2	5	44	15	905
L237	UMBAÚBA / BOQUIM - VIA ARAUÁ	108,21	16	33	20	48	3	9	96	8	1305
L238	PIRAMBU / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	127,71	36	72	30	72	2	4	30	28	1392
L239	FLEXEIRAS / ARACAJU - VIA SERRA DOS COQUEIROS	154,5	36	16	60	36	1	1	1	1080	52
L240	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	140	36	23	60	36	1	2	11	76	483
L243	JAPARATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	148,67	24	21	60	24	1	2	7	86	217
L244	AMPARO DO SÃO FRANCISCO / ARACAJU	317,21	24	5	60	24	1	2	2	240	34
L246	N. SENHORA APARECIDA / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	248,16	24	14	60	24	1	4	5	72	131
L247	CRASTO / ARACAJU - VIA ESTANCIE	222,91	32	10	60	32	1	2	3	180	92
L250	BREJO GRANDE / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	380	28	5	60	28	1	4	1	120	34
L251	ARAUÁ / ARACAJU - VIA BOQUIM	281,75	32	9	60	32	1	2	4	165	135



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

COD	NOME	TEMPO CICLO TOTAL (MIN)	CAP. MÉDIA DOS VEÍC.	DEMAN DA (HP)	INTERV .(HP) (minutos)	OFERT A (HP)	VIAG. (HP)	FROTA (HP)	VIAG. (EP)	INTERV .(EP) (minutos)	DEMAN DA (DU)
L252	ILHA DAS FLORES / ARACAJU - VIA NEÓPOLIS	334,15	32	4	60	32	1	1	1	480	34
L253	PACATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	286,67	40	65	30	80	2	7	15	48	723
L255	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	223,24	36	32	60	36	1	3	6	80	261
L256	MARIMBONDO / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	160	28	14	60	28	1	2	5	156	157
L257	ALAGAMAR / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	200	28	28	60	28	1	2	3	160	145
L259	TAPERA DA SERRA / ARACAJU	211,5	28	20	60	28	1	2	3	120	131
L261	ALAGADIÇO / ARACAJU	245,56	24	17	60	24	1	3	5	96	131
L262	LARANJEIRAS / ARACAJU	83,63	32	109	15	128	4	5	57	19	2993
L263	ITAPORANGA / ARACAJU	93,85	40	142	15	160	4	5	38	27	3109
L264	NOSSA SENHORA DO SOCORRO / ARACAJU	78,11	32	33	30	64	2	2	13	65	634
L265	RIACHUELO / ARACAJU	86,02	28	68	20	84	3	4	22	38	1155
L266	SÃO CRISTOVÃO / ARACAJU	91,62	24	81	15	96	4	5	42	23	1799
L303	MARUIM / ARACAJU	92,03	36	102	20	108	3	4	34	30	2334
L304	LAGARTO / ESTÂNCIA	188,94	36	6	60	36	1	1	3	200	87
L305	ITABAIANINHA / ESTÂNCIA	145,34	20	7	60	20	1	1	2	180	43
L307	SIRIRI / ARACAJU	159,95	28	14	60	28	1	1	1	600	67
L400	GLÓRIA / MONTE ALEGRE / POÇO REDONDO / CANINDÉ	190,42	16	54	15	64	4	23	130	7	2040
L401	N. S. DA GLÓRIA / CARIRA	124,54	20	4	60	20	1	1	3	160	43
L402	N. S. DA GLÓRIA / PORTO DA FOLHA	169,36	16	27	30	32	2	4	7	51	176
L403	LAGOA DO RANCHO / N. S. DA GLÓRIA	112,1	16	33	20	48	3	1	2	540	88
L404	GRACHO CARDOSO / N. S. DA GLÓRIA	74,38	16	35	20	48	3	1	6	80	176
L405	ITABI / N. S. DA GLÓRIA	125,19	24	30	30	48	2	1	2	540	88
L406	MUCAMBO / N. S. DA GLÓRIA	177,37	16	33	20	48	3	1	2	540	88
L407	N. S. DA GLÓRIA / AQUIDABÃ	155	16	8	60	16	1	1	2	180	43
L409	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / N. S. DA GLÓRIA	171,38	16	43	20	48	3	5	9	47	176
L410	ESCURIAL / PROPRIÁ	153,51	24	13	60	24	1	3	1	60	43
L411	GLÓRIA / PROPRIÁ	228,17	16	4	60	16	1	4	10	66	65
L512	NOSSA SENHORA DAS DORES / CAPELA	72,18	24	38	30	48	2	2	17	39	628
L513	CUMBE / NOSSA SENHORA DAS DORES	59,69	16	36	20	48	3	3	11	55	327
LXX1	LAGARTO / SALGADO	84,92	28	30	30	56	2	4	76	10	1476
LXX2	ARACAJU / MUSSUCA (LARANJEIRAS)	85,62	36	60	30	72	2	2	13	69	881

Com as viagens da hora-pico e do entropico devidamente reprogramadas para atendimento da demanda atual do sistema, foi possível calcular os principais indicadores de transporte que influenciam diretamente a composição da tarifa, especialmente os custos operacionais do sistema. Para isso, foi necessário calcular as viagens totais diárias e, em seguida, as viagens mensais que tomaram como base um mês típico com 22 dias úteis, 4 sábados e 4 domingos.

Para o cálculo da produção quilométrica foi estimado que 3% da quilometragem percorrida mensal será improdutiva, ou seja, esta quilometragem estaria relacionada aos deslocamentos para início das viagens, retornos e outros momentos não operacionais que geram consumo, mas não receita.

Além da redução da frota operacional espera-se, com a otimização proposta, reduzir a produção quilométrica e consequentemente os seus custos associados. A tabela a seguir apresenta os principais indicadores obtidos com a reprogramação operacional tais como: as Viagens Totais Diárias e Mensais, Produção Quilométrica Mensal, Oferta Mensal de lugares, Demanda Mensal, Percurso Médio Mensal além do Índice de passageiro Quilômetro - IPK que, para sistemas rodoviários nos quais a renovação de passageiros é baixa, raramente se apresenta maior que 1.

Tabela 2.3 - Rede Otimizada - Indicadores

COD	NOME	VIAG DIARIAS	PROD.KM (MÊS)	VIAG. (MÊS)	DEMAND A (MÊS)	PMM	IPK
L001	ARAUÁ / ARACAJU	6	17.243	79	1.758	8.622	0,103
L002	BOQUIM / ARACAJU - VIA SALGADO	12	28.749	158	4.436	9.583	0,156
L003	BREJO GRANDE / ARACAJU	4	16.498	53	1.784	16.498	0,109



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

COD	NOME	VIAG DIARIAS	PROD.KM (MÊS)	VIAG. (MÊS)	DEMAND A (MÊS)	PMM	IPK
L004	CAMPO DO BRITO / ARACAJU	10	18.685	131	5.144	9.342	0,279
L006	CAPELA / ARACAJU - VIA DORES	8	20.656	105	2.626	10.328	0,129
L007	CAPELA / ARACAJU - VIA MIRANDA	22	44.878	289	8.766	14.959	0,198
L008	CAPELA / ARACAJU VIA SANTA CLARA	32	73.833	420	14.120	14.767	0,192
L009	CARIRA / ARACAJU	56	173.720	735	17.138	17.372	0,1
L010	CARMÓPOLIS / ARACAJU	44	69.646	578	24.460	17.411	0,35
L012	CRISTINÁPOLIS / ARACAJU	16	53.294	210	7.088	17.765	0,135
L013	CUMBE/ ARACAJU	10	34.790	128	4.536	11.597	0,124
L014	DIVINA PASTORA / ARACAJU	14	15.627	184	7.322	7.813	0,47
L015	ESTANCIA / ARACAJU	40	80.920	525	19.424	16.184	0,243
L016	GARARU / ARACAJU – VIA ITABI E AQUIDABÃ	4	17.885	53	1.548	17.885	0,088
L017	FREI PAULO / ARACAJU	14	29.442	184	5.144	14.721	0,177
L018	GARARU / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	6	25.805	79	1.548	12.903	0,061
L019	GENERAL MAYNARD / ARACAJU	30	47.195	394	14.410	15.732	0,306
L020	GRACHO CARDOSO / ARACAJU - VIA AQUIDABÃ	6	20.089	79	1.548	10.045	0,078
L021	INDIAROA / ARACAJU	32	93.688	420	14.120	18.738	0,151
L022	ITABAIANA / ARACAJU	110	167.649	1.444	67.688	18.628	0,409
L023	ITABAIAININHA / ARACAJU - VIA ESTANCIA	20	68.030	263	7.088	17.008	0,106
L024	ITABAIAININHA / ARACAJU - VIA BOQUIM	6	20.598	79	1.758	10.299	0,086
L028	LAGARTO / ARACAJU	44	98.972	578	13.570	19.794	0,139
L029	MACAMBIRA / ARACAJU	24	51.415	315	13.698	10.283	0,27
L030	MALHADOR / ARACAJU	52	71.440	683	25.694	17.860	0,364
L031	MOITA BONITA/ ARACAJU	20	39.658	263	10.286	13.219	0,263
L034	NEÓPOLIS / ARACAJU	34	115.314	447	13.860	16.473	0,122
L035	NITERÓI / ARACAJU - VIA GLORIA	16	79.787	210	5.380	15.957	0,068
L036	N. SENHORA DA GLORIA / ARACAJU - VIA DORES	24	78.813	315	7.688	15.763	0,099
L037	N. SENHORA DE LOURDES / ARACAJU	8	30.247	105	2.678	15.123	0,09
L039	PEDRA MOLE / ARACAJU - VIA PINHÃO	10	29.508	132	3.440	9.836	0,118
L040	PEDRINHAS / ARACAJU - VIA BOQUIM	12	31.101	158	4.436	15.550	0,144
L042	PINHÃO / ARACAJU	20	54.762	263	6.852	13.691	0,127
L043	PIRAMBÚ / ARACAJU - VIA BR-101	10	22.098	128	5.526	11.049	0,238
L044	POÇO REDONDO / ARACAJU	8	38.561	105	1.548	12.854	0,041
L045	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA ITABI E DORES	4	21.332	53	760	21.332	0,036
L047	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	8	41.913	105	2.308	13.971	0,056
L048	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA SÃO MATEUS	4	19.970	53	760	19.970	0,039
L049	PORTO DO MATO / ARACAJU - VIA CAUEIRA	6	22.685	79	2.416	11.342	0,108
L050	PROPRIÁ / ARACAJU	42	120.198	551	23.542	15.025	0,196
L051	RIACHÃO / ARACAJU - VIA BOQUIM	4	12.190	53	1.654	12.190	0,137
L052	ROSÁRIO DO CATETE / ARACAJU	16	17.254	210	9.106	8.627	0,529
L054	SANTANA DO SÃO FRANCISCO / ARACAJU - VIA NEÓPOLIS	6	21.860	79	1.784	10.930	0,083
L055	SÃO DOMINGOS / ARACAJU	36	79.883	473	11.994	13.314	0,152
L056	SÃO MIGUEL DO ALEIXO / ARACAJU	30	85.505	394	9.342	14.251	0,111
L057	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU	38	41.714	499	20.448	13.905	0,492
L058	SAPÉ (ITAPORANGA) / ARACAJU	30	39.717	394	19.080	13.239	0,482
L059	SIMÃO DIAS / ARACAJU	60	177.624	788	20.944	19.736	0,119
L060	TOBIAS BARRETO / ARACAJU - VIA BOQUIM	20	78.542	263	5.300	19.635	0,068
L062	TOBIAS BARRETO / ARACAJU - VIA LAGARTO	54	199.189	709	18.662	19.919	0,095
L063	TOMAR DO GERU / ARACAJU	16	60.537	210	5.300	15.134	0,089
L065	AQUIDABÃ / ARACAJU	32	88.562	420	11.262	17.712	0,128
L066	BRASÍLIA / ARACAJU	16	29.416	210	6.560	9.805	0,226
L068	CANINDE / ARACAJU VIA NOSSA SENHORA DAS DORES	54	293.032	709	24.512	20.931	0,085
L069	ITABI / ARACAJU - VIA AQUIDABÃ	24	91.729	315	7.688	18.346	0,085
L080	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA ITABAIANA	50	109.977	656	18.846	15.711	0,174
L082	SANTA ROSA DE LIMA / ARACAJU VIA RIACHUELO	38	44.819	499	16.114	11.205	0,361
L083	ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO	12	26.849	153	2.218	13.425	0,073
L088	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / ARACAJU	4	19.974	53	760	19.974	0,038
L092	LAGARTO / ITABAIANA	6	7.288	79	2.862	7.288	0,371
L094	POÇO VERDE / ARACAJU VIA LAGARTO	98	408.130	1.286	29.816	21.481	0,074
L202	ITABAIANA / CAMPO DO BRITO	40	14.379	537	21.466	7.190	1,417
L203	ITABAIANA / CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	14	54.003	184	1.704	18.001	0,030
L204	ITABAIANA / CARIRA	98	160.334	1.338	32.740	20.042	0,195
L205	ITABAIANA / FREI PAULO	72	44.014	966	23.324	22.007	0,503
L206	ITABAIANA / LAGARTO	22	27.026	296	13.492	13.513	0,467
L207	ITABAIANA / MACAMBIRA	46	32.281	624	19.814	16.141	0,584
L208	ITABAIANA / MALHADOR	32	21.932	420	24.804	7.311	1,068
L209	ITABAIANA / MOITA BONITA	54	25.541	746	23.240	12.770	0,87
L210	ITABAIANA / MONTE ALEGRE	10	25.008	132	2.286	12.504	0,086
L212	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	66	117.891	902	27.662	19.649	0,224
L213	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DAS DORES	6	8.629	79	2.286	8.629	0,25



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

COD	NOME	VIAG DIARIAS	PROD.KM (MÊS)	VIAG. (MÊS)	DEMAND A (MÊS)	PMM	IPK
L214	ITABAIANA / PEDRA MOLE	6	8.281	79	2.286	8.281	0,261
L215	ITABAIANA / PINHÃO	68	84.124	918	21.486	14.021	0,243
L216	ITABAIANA / SÃO DOMINGOS	72	51.161	970	26.874	12.790	0,499
L217	ITABAIANA / SÃO MIGUEL DO ALEIXO	8	10.633	105	2.286	10.633	0,203
L218	ITABAIANA / POV. CANA BRAVA (MOITA BONITA)	8	8.539	105	1.654	4.269	0,183
L219	PINHÃO / SIMÃO DIAS	12	8.229	158	3.990	8.229	0,458
L220	ITABAIANA / MONTE ALEGRE / PORTO DA FOLHA	4	14.692	53	576	14.692	0,037
L222	RIBEIRÓPOLIS / ITABAIANA	40	23.945	525	16.824	11.973	0,664
L225	LAGARTO / SIMÃO DIAS	26	17.885	331	15.770	8.942	0,784
L227	LAGARTO / CRISTINÓPOLIS VIA RIACHÃO	8	17.270	102	2.218	8.635	0,114
L228	LAGARTO / POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS	58	112.100	761	25.984	16.014	0,216
L229	LAGARTO / TOBIAS BARRETO VIA RIACHÃO	84	119.405	1.103	35.408	19.901	0,273
L230	ESTÂNCIA / TOMAR DO GERU VIA UмбаUBA	18	31.762	229	5.526	15.881	0,155
L231	ESTÂNCIA / CRISTINÓPOLIS VIA UмбаUBA	88	116.171	1.121	21.348	16.596	0,163
L232A	ESTÂNCIA / UмбаUBA (VARIANTE)	20	40.597	263	4.960	13.532	0,116
L232	ESTÂNCIA / UмбаUBA	38	34.167	499	14.906	11.389	0,412
L233	ESTÂNCIA / INDIAROBA VIA SANTA LUZIA	18	16.364	230	9.758	16.364	0,53
L235	UмбаUBA / ITABAIANINHA	48	26.771	630	20.076	8.924	0,708
L236	ITABAIANINHA / TOBIAS BARRETO	92	78.125	1.208	23.752	15.625	0,287
L237	UмбаUBA / BOQUIM - VIA ARAUÁ	198	200.317	2.599	34.250	22.257	0,162
L238	PIRAMBU / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	64	66.399	840	36.534	16.600	0,552
L239	FLEXEIRAS / ARACAJU - VIA SERRA DOS COQUEIROS	4	4.449	51	1.324	4.449	0,283
L240	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	24	27.471	315	12.674	13.736	0,463
L243	JAPARATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	16	24.945	210	5.694	12.472	0,231
L244	AMPARO DO SÃO FRANCISCO / ARACAJU	6	20.436	79	894	10.218	0,044
L246	N. SENHORA APARECIDA / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	12	30.845	158	3.440	7.711	0,113
L247	CRASTO / ARACAJU - VIA ESTANCIE	8	20.116	105	2.416	10.058	0,122
L250	BREJO GRANDE / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	4	13.888	53	894	3.472	0,065
L251	ARAUA / ARACAJU - VIA BOQUIM	10	28.875	131	3.542	14.438	0,124
L252	ILHA DAS FLORES / ARACAJU - VIA NEÓPOLIS	4	15.385	53	894	15.385	0,059
L253	PACATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	34	91.062	446	18.976	13.009	0,211
L255	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	14	32.271	184	6.852	10.757	0,215
L256	MARIMBONDO / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	12	20.806	158	4.120	10.403	0,201
L257	ALAGAMAR / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	8	14.802	105	3.806	7.401	0,26
L259	TAPERA DA SERRA / ARACAJU	8	15.230	105	3.440	7.615	0,229
L261	ALAGADIÇO / ARACAJU	12	29.056	158	3.440	9.685	0,12
L262	LARANJEIRAS / ARACAJU	122	89.387	1.554	76.246	17.877	0,817
L263	ITAPORANGA / ARACAJU	84	77.543	1.103	81.598	15.509	1,055
L264	NOSSA SENHORA DO SOCORRO / ARACAJU	30	14.589	382	16.152	7.294	1,061
L265	RIACHUELO / ARACAJU	50	42.371	656	30.314	10.593	0,718
L266	SÃO CRISTOVÃO / ARACAJU	92	71.876	1.208	47.214	14.375	0,659
L303	MARUM / ARACAJU	74	64.771	971	61.258	16.193	0,949
L304	LAGARTO / ESTÂNCIA	8	14.150	102	2.218	14.150	0,139
L305	ITABAIANINHA / ESTÂNCIA	6	8.559	77	1.094	8.559	0,114
L307	SIRIRI / ARACAJU	4	6.126	51	1.706	6.126	0,265
L400	GLÓRIA / MONTE ALEGRE / POÇO REDONDO / CANINDÉ	268	564.577	3.414	51.968	24.547	0,082
L401	N. S. DA GLÓRIA / CARIRA	8	10.582	105	1.128	10.582	0,099
L402	N. S. DA GLÓRIA / PORTO DA FOLHA	18	34.061	237	4.620	8.515	0,126
L403	LAGOA DO RANCHO / N. S. DA GLÓRIA	10	13.036	131	2.308	13.036	0,165
L404	GRACHO CARDOSO / N. S. DA GLÓRIA	18	13.244	230	4.484	13.244	0,301
L405	ITABI / N. S. DA GLÓRIA	8	10.349	105	2.308	10.349	0,208
L406	MUCAMBO / N. S. DA GLÓRIA	10	18.158	131	2.308	18.158	0,118
L407	N. S. DA GLÓRIA / AQUIDABÁ	6	8.756	79	1.128	8.756	0,12
L409	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / N. S. DA GLÓRIA	24	41.779	315	4.620	8.356	0,104
L410	ESCURIAL / PROPRIÁ	4	6.866	53	1.128	2.289	0,153
L411	GLÓRIA / PROPRIÁ	22	56.355	280	1.654	14.089	0,026
L512	NOSSA SENHORA DAS DORES / CAPELA	38	19.435	484	15.996	9.717	0,731
L513	CUMBE / NOSSA SENHORA DAS DORES	28	12.599	357	8.330	4.200	0,588
LXX1	LAGARTO / SALGADO	156	107.860	2.047	38.740	26.965	0,334
LXX2	ARACAJU / MUSSUCA (LARANJEIRAS)	30	21.670	382	22.442	10.835	0,987

Importante destacar que este Modelo Operacional, apesar de operacionalmente viável, não esgota as possibilidades de otimização dos serviços que eventualmente venham a ser propostas pelos futuros operadores, uma vez que predominou a simples reprogramação dos serviços e só foram eliminadas quatro linhas. A tabela a seguir apresenta um resumo dos indicadores do Modelo Operacional segundo o tipo de sistema.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Tabela 2.4 - Resumo dos Indicadores do Modelo Operacional Otimizado

SISTEMA	PRINCIPAL	METROPOLITANA	SECUNDÁRIO	TOTAL / MÉDIA
Velocidade Média (km/h)	49	41	46	45
Tempo Médio Ciclo (MIN)	74	87	128	96
Frota (HP)	289	30	160	479
%	60%	6%	34%	100%
Oferta (HP)	2.832	651	2.000	5.608
Viagens (HP)	96	24	87	207
Viagens (DU)	1.688	512	2.024	4.224
Viagens (Mês)	22.141	6.649	26.582	55.371
Prod. Quilométrica Mês	4.299.795	409.635	2.452.501	7.161.930
Percurso Médio Mensal - PMM	14.878	13.655	15.328	14.952
Demanda Mensal	776.206	376.424	632.569	1.785.199
Demanda Mensal sem Gratuidade (7%)	721.871	350.074	588.289	1.660.235
IPKe *	0,17	0,85	0,24	0,23
Passageiros por Viagem (mês)	34	57	24	32

* IPK equivalente: Admitido 7% de gratuidades e fator de viagens de terminal inicial a terminal final de cada linha

A otimização do Modelo Operacional reduziu, através das reprogramações de todos os serviços em 32% o total da frota operacional, passando de 703 veículos para 479. Com isso, a média geral de passageiros por viagem subiu de 18 no sistema atual para 32, demonstrando que o sistema opera atualmente de maneira subutilizada. As viagens mensais foram reduzidas em 56% se comparadas com as executadas atualmente. Na figura a seguir é possível observar o atendimento aos principais vetores de demanda, através das viagens hora-pico reprogramadas.

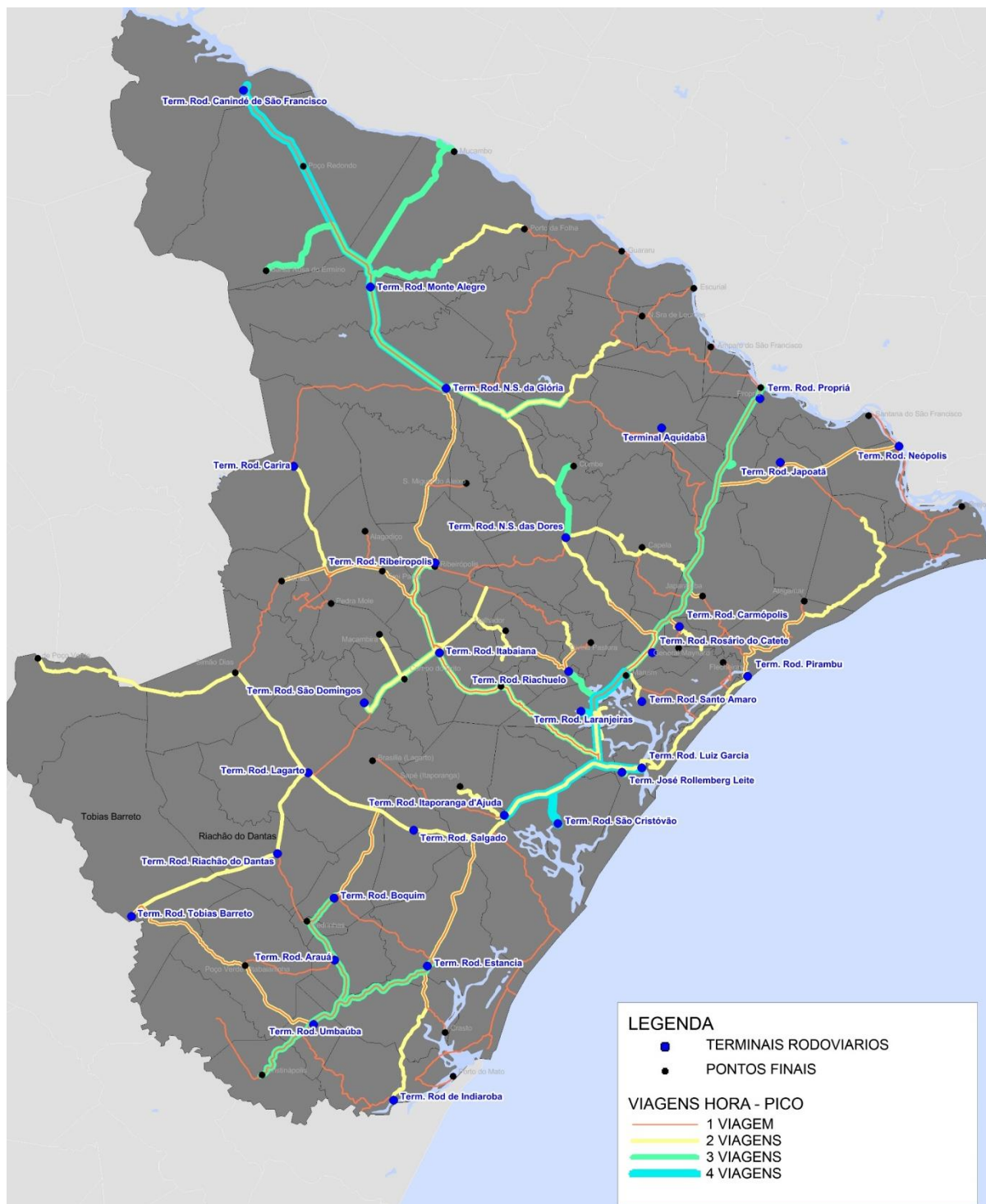


Figura 0.1 - Vetores de Demanda - Viagens Hora - Pico



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

2.4. DIVISÃO DE ÁREAS OPERACIONAIS

A área de abrangência do serviço de transporte coletivo intermunicipal foi dividida em duas áreas operacionais, que possuem capacidade para operar de forma independente sem gerar uma concorrência entre si.

A divisão em duas áreas operacionais buscou manter uma distribuição de serviços que garantisse equilíbrio entre a demanda e a oferta e entre a receita e os custos, dentro de um determinado padrão de qualidade de serviço para cada área.

A Área Operacional 1 tem como abrangência as regiões do Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Leste Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano e uma pequena participação na região do Agreste Central Sergipano (cidade de Nossa Senhora Aparecida).

Já Área Operacional 2 tem como abrangência as regiões do Centro Sul Sergipano, Sul Sergipano e a predominância do Agreste Central Sergipano.

Ambas as áreas possuem participação na região da Grande Aracaju. A Área Operacional 1 abrange os municípios de Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Riachuelo, Laranjeiras, enquanto a Área Operacional 2 abrange São Cristóvão e Itaporanga d'Ajuda. A cidade de Nossa Senhora do Socorro é atendida pelas duas áreas, sendo o eixo norte da BR 101 utilizada pela Área 1 e o eixo sul pela Área 2. Aracaju, por ser polo em comum entre as duas áreas, é considerada zona neutra. A figura a seguir apresenta a divisão geográfica e a distribuição das linhas no território sergipano.

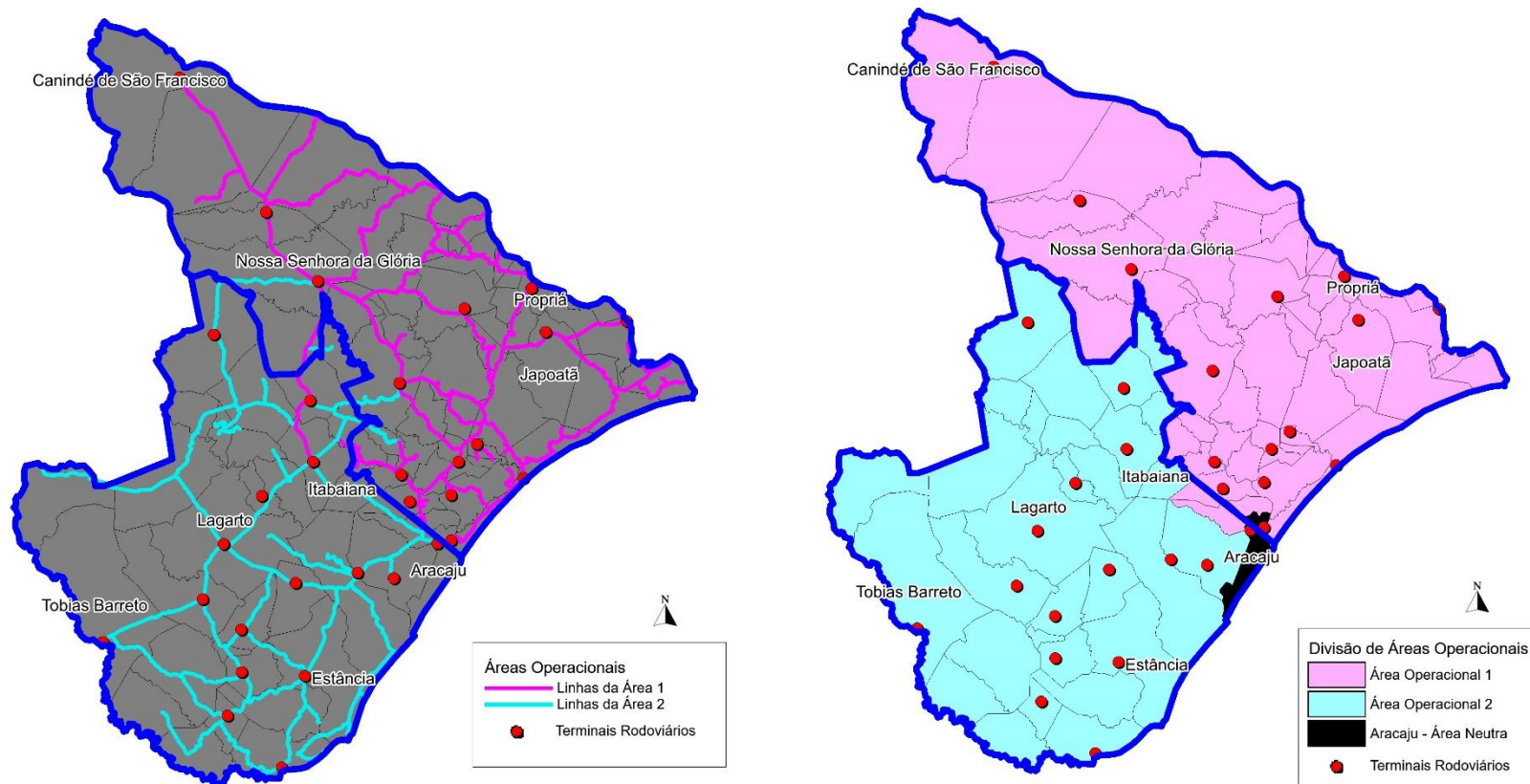


Figura 2.5 Divisão de Áreas Operacionais

Considerando a divisão de áreas operacionais propostas, é possível caracterizar as linhas em 2 tipos:

- **Linhas internas:** são aquelas cujo itinerário está exclusivamente na área operacional à qual pertence, incluindo a área neutra;
- **Linhas interáreas:** são aquelas cujo itinerário inicia na sua área operacional e termina em outra área operacional.

Em relação às linhas interáreas, cabe destacar que essas linhas ficaram na área em que possuem maior parte do traçado.

Apesar da divisão, três seções continuarão com sobreposição de serviços entre linhas de áreas operacionais diferentes, são elas: Nossa Senhora Aparecida-Ribeirópolis, Itabaiana-Ribeirópolis e Ribeirópolis-Moita Bonita, conforme apontado na figura a seguir. A única implicação dessa sobreposição é que o coeficiente tarifário adotado nessas seções deve ser o mesmo para as duas áreas operacionais.

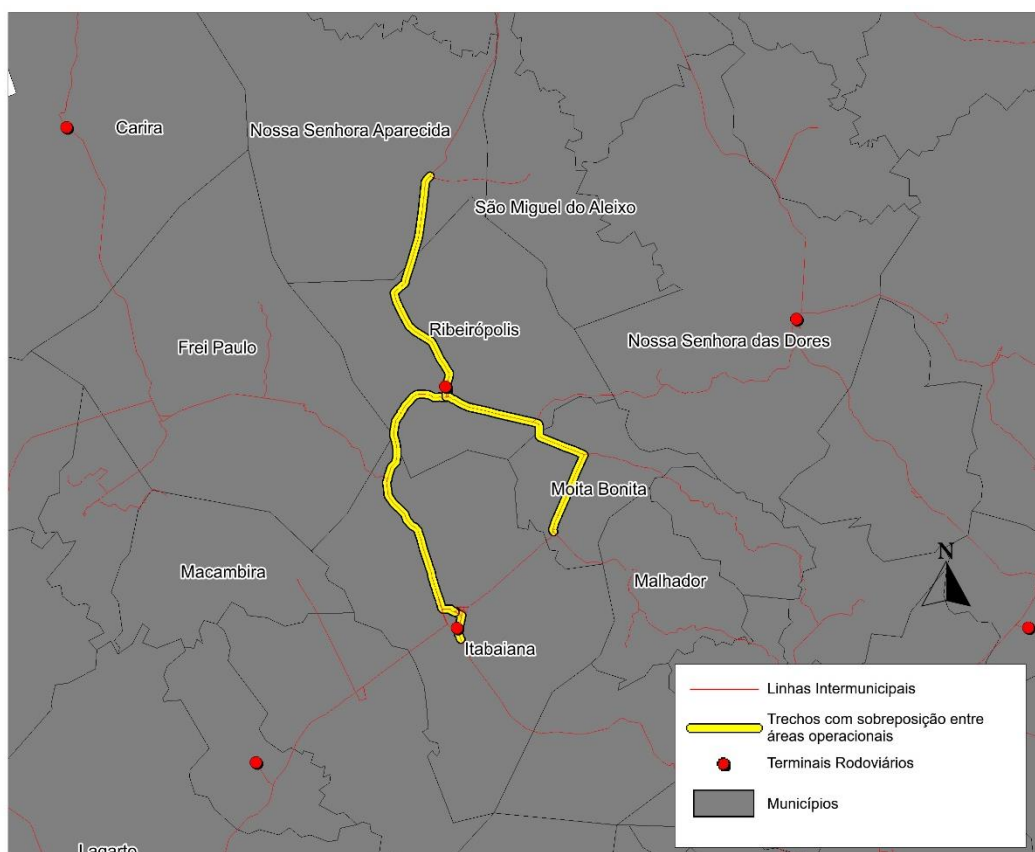


Figura 2.6 – Trechos com sobreposição entre áreas operacionais

Por consequência, a criação de novas linhas deve obedecer a classificação apresentada. Linhas internas à Área Operacional 1 deverão fazer parte do conjunto de regras estabelecidas para essa área. O mesmo se aplica para linhas cujo itinerário esteja totalmente incluído na Área operacional 2.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Para proposição de novas linhas interáreas, prevalece a regra de que a linha deve preferencialmente pertencer à Área Operacional que possuir maior parte do traçado da linha. Eventuais sobreposições de atendimento com linhas de outra área devem ser discutidas com o DER/SE, a fim de manter a tarifa uniforme para o usuário.

As tabelas a seguir apresentam as linhas de cada Área Operacional classificadas pelo tipo.

Tabela 2.5 – Linhas internas da Área Operacional 1

LINHA	NOME	CLASSIFICAÇÃO	ÁREA OPERACIONAL
3	BREJO GRANDE / ARACAJU	Interna	1
6	CAPELA / ARACAJU - VIA DORES	Interna	1
7	CAPELA / ARACAJU - VIA MIRANDA	Interna	1
8	CAPELA / ARACAJU VIA SANTA CLARA	Interna	1
10	CARMÓPOLIS / ARACAJU	Interna	1
13	CUMBE/ ARACAJU	Interna	1
14	DIVINA PASTORA / ARACAJU	Interna	1
16	GARARU / ARACAJU – VIA ITABI E AQUIDABÃ	Interna	1
18	GARARU / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	Interna	1
19	GENERAL MAYNARD / ARACAJU	Interna	1
20	GRACHO CARDOSO / ARACAJU - VIA AQUIDABÃ	Interna	1
30	MALHADOR / ARACAJU	Interna	1
34	NEÓPOLIS / ARACAJU	Interna	1
35	NITERÓI / ARACAJU - VIA GLÓRIA	Interna	1
36	N. SENHORA DA GLÓRIA / ARACAJU - VIA DORES	Interna	1
37	N. SENHORA DE LOURDES / ARACAJU	Interna	1
43	PIRAMBÚ / ARACAJU - VIA BR-101	Interna	1
44	POÇO REDONDO / ARACAJU	Interna	1
45	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA ITABI E DORES	Interna	1
47	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	Interna	1
48	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA SÃO MATEUS	Interna	1
50	PROPRIÁ / ARACAJU	Interna	1
52	ROSÁRIO DO CATETE / ARACAJU	Interna	1
54	SANTANA DO SÃO FRANCISCO / ARACAJU - VIA NEÓPOLIS	Interna	1
57	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU	Interna	1
65	AQUIDABÃ / ARACAJU	Interna	1
68	CANINDE / ARACAJU VIA NOSSA SENHORA DAS DORES	Interna	1
69	ITABI / ARACAJU - VIA AQUIDABÃ	Interna	1
82	SANTA ROSA DE LIMA / ARACAJU VIA RIACHUELO	Interna	1
88	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / ARACAJU	Interna	1
238	PIRAMBU / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	Interna	1
239	FLEXEIRAS / ARACAJU - VIA SERRA DOS COQUEIROS	Interna	1
240	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	Interna	1
243	JAPARATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	Interna	1
244	AMPARO DO SÃO FRANCISCO / ARACAJU	Interna	1
250	BREJO GRANDE / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	Interna	1
252	ILHA DAS FLORES / ARACAJU - VIA NEÓPOLIS	Interna	1
253	PACATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	Interna	1



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

LINHA	NOME	CLASSIFICAÇÃO	ÁREA OPERACIONAL
256	MARIMBONDO / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	Interna	1
257	ALAGAMAR / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	Interna	1
262	LARANJEIRAS / ARACAJU	Interna	1
264	NOSSA SENHORA DO SOCORRO / ARACAJU	Interna	1
265	RIACHUELO / ARACAJU	Interna	1
303	MARUIM / ARACAJU	Interna	1
307	SIRIRI / ARACAJU	Interna	1
400	GLÓRIA / MONTE ALEGRE / POÇO REDONDO / CANINDÉ	Interna	1
402	N. S. DA GLÓRIA / PORTO DA FOLHA	Interna	1
403	LAGOA DO RANCHO / N. S. DA GLÓRIA	Interna	1
404	GRACHO CARDOSO / N. S. DA GLÓRIA	Interna	1
405	ITABI / N. S. DA GLÓRIA	Interna	1
406	MUCAMBO / N. S. DA GLÓRIA	Interna	1
407	N. S. DA GLÓRIA / AQUIDABÃ	Interna	1
409	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / N. S. DA GLÓRIA	Interna	1
410	ESCURIAL / PROPRIÁ	Interna	1
411	GLÓRIA / PROPRIÁ	Interna	1
512	NOSSA SENHORA DAS DORES / CAPELA	Interna	1
513	CUMBE / NOSSA SENHORA DAS DORES	Interna	1
XX2	ARACAJU / MUSSUCA (LARANJEIRAS)	Interna	1

Tabela 2.6 – Linhas interáreas da Área Operacional 1

LINHA	NOME	CLASSIFICAÇÃO	ÁREA OPERACIONAL
203	ITABAIANA / CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	Interárea	1
208	ITABAIANA / MALHADOR	Interárea	1
210	ITABAIANA / MONTE ALEGRE	Interárea	1
212	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	Interárea	1
220	ITABAIANA / MONTE ALEGRE / PORTO DA FOLHA	Interárea	1
246	N. SENHORA APARECIDA / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	Interárea	1

Tabela 2.7 – Linhas internas da Área Operacional 2

LINHA	NOME	CLASSIFICAÇÃO	ÁREA OPERACIONAL
1	ARAUÁ / ARACAJU	Interna	2
2	BOQUIM / ARACAJU - VIA SALGADO	Interna	2
4	CAMPO DO BRITO / ARACAJU	Interna	2
9	CARIRA / ARACAJU	Interna	2
12	CRISTINÁPOLIS / ARACAJU	Interna	2
15	ESTANCIA / ARACAJU	Interna	2
17	FREI PAULO / ARACAJU	Interna	2
21	INDIAROBA / ARACAJU	Interna	2
22	ITABAIANA / ARACAJU	Interna	2
23	ITABAIANINHA / ARACAJU - VIA ESTANCIA	Interna	2



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

LINHA	NOME	CLASSIFICAÇÃO	ÁREA OPERACIONAL
24	ITABAIANINHA / ARACAJU - VIA BOQUIM	Interna	2
28	LAGARTO / ARACAJU	Interna	2
29	MACAMBIRA / ARACAJU	Interna	2
31	MOITA BONITA/ ARACAJU	Interna	2
39	PEDRA MOLE / ARACAJU - VIA PINHÃO	Interna	2
40	PEDRINHAS / ARACAJU - VIA BOQUIM	Interna	2
42	PINHÃO / ARACAJU	Interna	2
49	PORTO DO MATO / ARACAJU - VIA CAUEIRA	Interna	2
51	RIACHÃO / ARACAJU - VIA BOQUIM	Interna	2
55	SÃO DOMINGOS / ARACAJU	Interna	2
58	SAPÉ (ITAPORANGA) / ARACAJU	Interna	2
59	SIMÃO DIAS / ARACAJU	Interna	2
60	TOBIAS BARRETO / ARACAJU - VIA BOQUIM	Interna	2
62	TOBIAS BARRETO / ARACAJU- VIA LAGARTO	Interna	2
63	TOMAR DO GERU / ARACAJU	Interna	2
66	BRASÍLIA / ARACAJU	Interna	2
80	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA ITABAIANA	Interna	2
83	ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO	Interna	2
92	LAGARTO / ITABAIANA	Interna	2
94	POÇO VERDE / ARACAJU VIA LAGARTO	Interna	2
202	ITABAIANA / CAMPO DO BRITO	Interna	2
204	ITABAIANA / CARIRA	Interna	2
205	ITABAIANA / FREI PAULO	Interna	2
206	ITABAIANA / LAGARTO	Interna	2
207	ITABAIANA / MACAMBIRA	Interna	2
209	ITABAIANA / MOITA BONITA	Interna	2
214	ITABAIANA / PEDRA MOLE	Interna	2
215	ITABAIANA / PINHÃO	Interna	2
216	ITABAIANA / SÃO DOMINGOS	Interna	2
219	PINHÃO / SIMÃO DIAS	Interna	2
222	RIBEIRÓPOLIS / ITABAIANA	Interna	2
225	LAGARTO / SIMÃO DIAS	Interna	2
227	LAGARTO / CRISTINÓPOLIS VIA RIACHÃO	Interna	2
228	LAGARTO / POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS	Interna	2
229	LAGARTO / TOBIAS BARRETO VIA RIACHÃO	Interna	2
230	ESTÂNCIA / TOMAR DO GERU VIA UMBAUBA	Interna	2
231	ESTÂNCIA / CRISTINÓPOLIS VIA UMBAUBA	Interna	2
232A	ESTÂNCIA / UMBAUBA (VARIANTE)	Interna	2
232	ESTÂNCIA / UMBAUBA	Interna	2



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

LINHA	NOME	CLASSIFICAÇÃO	ÁREA OPERACIONAL
233	ESTÂNCIA / INDIAROBA VIA SANTA LUZIA	Interna	2
235	UMBAÚBA / ITABAIANINHA	Interna	2
236	ITABAIANINHA / TOBIAS BARRETO	Interna	2
237	UMBAÚBA / BOQUIM - VIA ARAUÁ	Interna	2
247	CRASTO / ARACAJU - VIA ESTANCIE	Interna	2
251	ARAUÁ / ARACAJU - VIA BOQUIM	Interna	2
255	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	Interna	2
259	TAPERA DA SERRA / ARACAJU	Interna	2
261	ALAGADIÇO / ARACAJU	Interna	2
263	ITAPORANGA / ARACAJU	Interna	2
266	SÃO CRISTOVÃO / ARACAJU	Interna	2
304	LAGARTO / ESTÂNCIA	Interna	2
305	ITABAIANINHA / ESTÂNCIA	Interna	2
XX1	LAGARTO / SALGADO	Interna	2

Tabela 2.8 – Linhas interáreas da Área Operacional 2

LINHA	NOME	CLASSIFICAÇÃO	ÁREA OPERACIONAL
56	SÃO MIGUEL DO ALEIXO / ARACAJU	Interárea	2
213	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DAS DORES	Interárea	2
217	ITABAIANA / SÃO MIGUEL DO ALEIXO	Interárea	2
218	ITABAIANA / POV. CANA BRAVA (MOITA BONITA)	Interárea	2
401	N. S. DA GLÓRIA / CARIRA	Interárea	2

A tabela a seguir apresenta uma síntese das características de oferta e demanda de cada área operacional.

Tabela 2.9 - Índices Gerais de Oferta e Demanda por Área Operacional

Área Operacional	Produção Quilométrica Anual	Frota operacional	Percurso Médio Anual	Demanda Anual
1	37.956.552	223	170.209	9.289.884
2	47.986.611	256	187.448	12.042.036

2.5. SISTEMAS OPERACIONAIS E DE INTEGRAÇÃO

O Transporte Coletivo Intermunicipal deverá ser operado com Sistema de Bilhetagem e Gerenciamento Eletrônico, com a instalação de validadores nos veículos e demais equipamentos de apoio na base operacional, visando permitir o pagamento da tarifa e o controle do acesso do (a) passageiro (a) por meio de cartão inteligente.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

A implantação, operação e manutenção do sistema de bilhetagem serão às expensas da Operadora, devendo a mesma gerenciar e controlar a emissão de créditos eletrônicos.

Assim, a Operadora será obrigada a adquirir e manter todos os hardwares e softwares (servidores, computadores, periféricos) necessários a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica.

A Operadora deverá proceder, também, a instalação do sistema fixo de coleta e processamento de dados do sistema de bilhetagem e gerenciamento eletrônico, às suas expensas, o qual será localizado dentro das instalações da própria Operadora, no que tange ao descarregamento dos dados dos ônibus e localizado nos terminais rodoviários, no que tange ao controle de horários e frequências e junto SEINFRA no que refere a terminal de consulta e fiscalização online.

O sistema a ser implantado deverá respeitar o quanto a seguir especificado.

A Operadora se obriga a implantar no início da operação às suas expensas, na totalidade da frota de ônibus utilizada no serviço público de transporte coletivo de passageiros no Estado de Sergipe, o Sistema de Bilhetagem e Gerenciamento Eletrônico e Integrado.

Os dados do sistema de bilhetagem, juntamente com as demais informações obtidas de outros sistemas de controle veicular, são integrados, obtendo um conjunto de dados, compostos do número de passageiros transportados e outros itens proporcionados pelos gerenciadores eletrônicos, inclusive a fiscalização do cumprimento dos programas horários de oferta de serviço.

Tanto a oferta de serviço, quanto a demanda de passageiros serão objeto de controle pelo Concedente. O sistema de tratamento de dados prevê a sua inviolabilidade e a adoção de senhas e outros mecanismos semelhantes que garantam à Concedente quando for necessário o acesso direto aos pontos protegidos. O desenvolvimento do software e hardware desse sistema tem a participação direta do Concedente, bem como toda intervenção de manutenção de software e hardware.

O sistema de bilhetagem funcionará através de validadores instalados nos veículos, que comandam as operações da catraca ou bloqueios de acesso. Os veículos por sua vez deverão estar dotados de antenas de telecomunicação, a fim de possibilitar a troca de informações entre os veículos e a base operacional, através de GPRS. O sistema propicia vantagens como:

- a) Integração tarifária;
- b) Integração física e temporal;
- c) Controle de gratuidades;
- d) Controle de tarifas reduzidas;
- e) Controle da demanda transportada;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

f) Controle da programação horária por veículo;

g) Estatísticas operacionais online.

O Sistema de Bilhetagem e Gerenciamento Eletrônico deverá reunir um conjunto de processos de trabalho para gerenciamento do sistema; cadastramento de usuários; distribuição e comercialização de créditos; validação e transmissão de dados.

As operadoras terão um prazo de até 6 meses para implantar o sistema de bilhetagem de forma plena, onde será possível realizar testes de piloto e de aderência da tecnologia.

Quaisquer modernizações, atualizações ou novas funcionalidades poderão ser determinadas pelo Poder Concedente à Operadora ao longo do período contratual, visando à atualização da prestação do serviço, sempre se assegurando prazo adequado para a obtenção dos produtos no mercado e demais procedimentos e, em qualquer caso, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

2.5.1. CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS

O processo de cadastramento do usuário visa identificá-los através de dados pessoais ou de outras informações relevantes. Neste processo é definida qual a aplicação será gravada no cartão, contendo as regras de uso que devem ser aplicadas para aquele usuário.

Em Sergipe, o Sistema de Bilhetagem deve, minimamente, contemplar as seguintes categorias:

- Idosos: cartão personalizado, permite gratuidade;
- Deficientes: cartão personalizado, permite gratuidade;
- Usuários de vale transporte: cartão personalizado, solicitado junto aos empregadores com subsídio de acordo com lei específica;
- Usuário comum: pode ou não ser personalizado, solicitado pelo usuário nos pontos de venda.

O sistema deve ser configurado de forma a permitir a inclusão de outras categorias que o DER/SE venha a definir posteriormente.

A primeira via de cartão eletrônico será fornecida gratuitamente, quando a legislação o permitir, mediante o cadastramento do usuário.

Poderá ser cobrado do usuário o valor de 4 (quatro) tarifas da menor seção tarifária do serviço de característica comum para emissão da segunda via, excluídos desse pagamento os usuários beneficiados com gratuidade.

É vedada a cobrança de taxas dos serviços relativa ao Sistema de Bilhetagem, exceto aqueles expressamente autorizados pelo PODER CONCEDENTE.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Em relação aos cartões que permitem gratuidade, a Operadora em conjunto com a SEINFRA deve definir formas de identificação do usuário portador do cartão, seja por meio de apresentação de documento com foto ou outro sistema, como por exemplo, identificação facial ou biométrica.

2.5.2. DEFINIÇÃO DE PONTOS DE VENDA (INCLUINDO INTERNET, RECARGA EMBARCADA)

O processo de distribuição e comercialização deve atender à cobertura geográfica que torne possível o acesso dos usuários aos créditos de viagem, sendo necessário que haja pontos de venda instalados em locais estratégicos da rede de transporte. Nestes pontos, operadores recebem dinheiro dos usuários e recarregam o equivalente em títulos de viagem nos cartões.

Além dos pontos de vendas com atendimento presencial, devem ser disponibilizados outros meios de venda e recarga por meio eletrônico (internet, telefone) de créditos pré-pagos. Neste caso, os créditos são enviados a pontos de recarga de autoatendimento ou aos próprios validadores embarcados nos veículos e os créditos são recarregados quando o usuário aproximar seu cartão do equipamento.

A Instalação dos terminais de carregamento, ou Pontos de Venda (PDVs), devem ser constituídos de equipamentos eletrônicos invioláveis e imunes a fraudes ou falsificação, que podem operar de forma online ou off line ao sistema central de armazenamento e processamento. Os PDVs podem operar de forma assistida, ou seja, operados por um agente, ou com autoatendimento, quando operados diretamente pelo usuário.

2.5.3. ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA DE BILHETAGEM

Todos os veículos deverão ser equipados com Validadores que permitam o controle de acesso, da arrecadação tarifária e da operação do veículo. Para a readequação do sistema, as catracas precisam ser equipadas apenas com sensor de giro e solenóide, e deverão estar em perfeitas condições de uso, reduzindo desta forma o custo de implementação.

Deverão ser providenciadas em todas as bases operacionais e pontos de venda, linhas de comunicação de dados. Os custos advindos destas linhas, bem como da comunicação do Sistema, referente a Chips (cartão SIM) e operadoras, serão de inteira responsabilidade das Operadoras.

A Plataforma Embarcada a ser fornecida está baseada em um Validador inteligente integrado a um processador para leitura das diversas categorias de cartões (Comum, VT, Gratuidades, etc.), além de permitir aquisição dos dados referentes a localizações dos veículos através da tecnologia GPS e bem como permitir a transferência desses dados (demanda e outros) utilizando a rede de comunicação GSM/GPRS para comunicação com a Central Operacional.

O Validador possui interface para Cartão Inteligente sem Contato (CSC), utilizando tecnologia MIFARE, e plataforma de arquitetura adequada à leitura de cartões inteligentes fabricados por diferentes fornecedores e atendem aos seguintes requisitos funcionais:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- Processa o cartão inteligente;
- Identifica todas as seções tarifárias definidas na política tarifária, com seus respectivos atributos, como: coordenadas GPS dos terminais rodoviários, extensões, horários;
- Capacidade de registrar as características funcionais do veículo a que está acoplado, como tipo de veículo, ano de fabricação e lotação máxima;
- Aciona indicadores visuais de orientação e informação (mostrador alfanumérico para os passageiros);
- Dispõe de alarme sonoro a ser automaticamente acionado no caso de cartões inválidos e rejeitados e de falhas no equipamento.
- Registra o movimento da catraca detectado através de sensores;
- Dispõe de sistema de detecção de posição e permanência da catraca a 45°;
- Armazena, em memória protegida, os dados de arrecadação, em especial as quantidades de passageiro por tipo de tarifa e os dados operacionais, passageiros por linha, veículo e faixa horária;
- Invalida o cartão que conste em lista de interdições (Hot List). Deverão ser previstas duas alternativas de invalidação: inabilitação temporária e definitiva do Cartão;
- Contagem de passageiros, adicionando ou subtraindo embarques e desembarques ao longo da viagem;
- Processa funções inteligentes com cartões operacionais (abertura e fechamento de viagem)
- Possui dispositivos de segurança que não permitem perda ou alterações nos dados armazenados e que dificultem sua violação ou furto;
- É intercambiável, permitindo a sua substituição por um novo validador em caso de falha;
- Permite a troca de informações on-line com as centrais de computação das empresas operadoras.
- Carga Embarcada: A recarga de créditos será feita automaticamente em qualquer equipamento (validador) em operação no Sistema de Bilhetagem de Sergipe;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- GPS para localização em tempo real, rastreamento de rota e controle de programado x realizado;
- Gestão de Créditos; e
- Gestão de Clearing, composto pelos cadastros e configurações básicas para o funcionamento do sistema, bem como pela definição de relatórios que o sistema deve emitir.

Ao proceder à validação, o equipamento deverá identificar o tipo de cartão utilizado pelo usuário e sua validade, e ao mesmo tempo verificar a disponibilidade de créditos no respectivo cartão, podendo ocorrer as seguintes situações:

- i) Caso o cartão seja identificado como inválido, o validador não executa a operação de desbloqueio da catraca, indicando através de display o motivo da recusa;
- ii) No momento de embarque, o valor cheio da tarifa da linha é debitado do cartão inteligente do passageiro, registrando o ponto de origem correspondente à coordenada levantada pelo Dispositivo de Geoposicionamento e Comunicação. No momento de desembarque, ao validar o cartão inteligente, é registrada a coordenada do ponto de destino e em seguida calculada a tarifa a ser debitada. O validador efetua o ajuste do débito correspondente à viagem realizada, atualiza o saldo remanescente e em seguida libera a catraca. Na condição do cartão não possuir saldo suficiente para pagamento da tarifa calculada, a catraca de saída será liberada, possibilitando assim o usuário completar a sua viagem. O cartão ficará com um saldo negativo que será compensado na próxima recarga efetuada pelo usuário. Caso ocorra alguma situação em que o GPS não consiga determinar a coordenada de forma adequada, o condutor informará, via Terminal de Dados, o ponto de origem ou de destino.
- iii) Na utilização de cartão que não exija a disponibilidade de créditos (cartões especiais de gratuidade) a catraca é liberada logo após a identificação e validade do cartão, desde que os dois assentos reservados para tal categoria não estejam ocupados, seguindo as demais operações da mesma forma como descrito no caso anterior;
- iv) Para usuários eventuais, que não possuam o cartão inteligente, será utilizado um cartão de viagem unitária, devendo o usuário informar o seu destino ao condutor que registrará esta informação no sistema. O sistema efetuará o cálculo do valor da passagem a ser pago pelo passageiro ao condutor e gravará o direito a esta viagem no cartão de viagem unitária, que será entregue ao passageiro. No destino, o usuário apresentará o cartão novamente no validador que efetuará a validação do ponto de destino (levantamento da coordenada GPS com auxílio do Dispositivo de Geoposicionamento e Comunicação) onde foi apresentado o cartão e o ponto de destino informado pelo o usuário no momento da entrada no veículo. Caso o valor da passagem paga corresponda ao trecho da viagem, a catraca será liberada para a saída e o validador efetuará o recolhimento do cartão viagem unitária.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Caso o valor da passagem seja menor que o valor correspondente ao trecho de viagem, o passageiro terá que pagar o valor complementar ao condutor, que atualizará as informações no cartão viagem unitária possibilitando a apresentação e recolhimento do cartão viagem unitária, e a respectiva liberação da catraca de saída.

- v) Todas as transações deverão ser autenticadas através do Módulo Seguro de Acesso – SAM.

As Operadoras devem formar entre si um Consórcio de Arrecadação para gerir e operar em conjunto o Sistema de Bilhetagem para que o usuário utilize apenas um tipo de cartão. Este Consórcio deve estabelecer regras, entre as Operadoras, para balanço do total de créditos vendidos e utilizados dos cartões, por tipo de tarifa e disponibilização de informações ao DER/SE.

2.5.4. SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA

O Sistema será implantado mediante o uso de equipamentos embarcados, instalados nos veículos, para registro de posição (coordenadas geográficas) ao longo do percurso, monitoramento de funções do veículo e transmissão de dados.

As informações coletadas e transmitidas deverão ser processadas numa central de controle operacional. De forma geral, os objetivos do Sistema de Monitoramento são:

- i) Coleta de dados da operação da frota ao longo do trajeto das viagens;
- ii) Permitir análises operacionais, determinando ações sobre o despacho das viagens e sobre a condução dos veículos em trajeto de tal forma a garantir um padrão adequado de regularidade;
- iii) Consolidação do quadro geral da oferta do serviço por dia e período, no dia subsequente à operação, oferecendo indicadores de cumprimento de viagens, regularidade da operação, tempos de viagem e outros indicadores de oferta.

A especificação de monitoramento básica mostrada a seguir constitui um modelo de arquitetura do sistema, não exaustivo, que expõe as funções necessárias ao seu funcionamento. Vale dizer que a arquitetura aqui exposta é baseada em tecnologias disponíveis no mercado nacional que deverão ser integradas para o atendimento dos objetivos expostos. O Sistema de Monitoramento deverá possuir as funcionalidades a seguir descritas: Aquisição de dados de localização, Transmissão de dados e Operação.

2.5.4.1. Aquisição de dados de localização

O Sistema de Aquisição de Dados de Localização, também conhecido como (AVL— Automatic Vehicle Location), permite a aquisição das informações geográficas capazes de restituir o trajeto que o veículo está realizando e tem entre os seus principais equipamentos um receptor de sinal GPS (Sistema de Posicionamento Global).



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

O sistema GPS, já amplamente conhecido, gera através de uma constelação de satélites, em órbita terrestre, um conjunto de sinais que são recepcionados pelo equipamento em terra (no caso no veículo) e mediante cálculos matemáticos (triangulações) gera coordenadas de latitude e longitude. Os dados assim coletados são restituídos em bases georreferenciadas permitindo identificar o posicionamento do veículo.

Além do receptor de sinal GPS, compõem ainda o Sistema AVL que deve ser instalado em cada veículo, uma antena com alta recepção e um terminal de dados com visor e teclado para troca de informações e software específico para aplicação.

As informações deverão ser coletadas em intervalo de tempo parametrizado, não podendo ser superior a 120 segundos, e armazenadas na memória do equipamento de forma cumulativa, permitindo sua recuperação a qualquer tempo, mesmo tendo sido transmitidas em tempo real. O receptor de sinal GPS deve ter uma precisão que viabilize um erro médio de deslocamento de no máximo 20 metros.

2.5.4.2. Transmissão de dados

Os dados coletados deverão ser transmitidos em tempo real mediante tecnologias como GPRS (telefonia Celular), Rádio Digital ou similar. Para a execução destas funções, o Sistema conta com os equipamentos embarcados, associado ao micro de bordo e GPS, responsável pela transmissão dos dados os equipamentos da Central (CCO) dedicados à recepção e concentração das informações, os softwares necessários, protocolos, etc.

Os dados do sistema AVL devem ser disponibilizados através de interface pública do tipo plataforma API/WebService, em formato aberto e documentado, informando minimamente os dados de: Data, Hora, Latitude, Longitude, Número da Linha, Sentido da Linha, número de ordem do veículo, além do vetor (ângulo de direção) e da velocidade no momento de envio da informação. Complementarmente, cada Operadora deverá disponibilizar tabelas operacionais atualizadas com a programação dos veículos, informando número de ordem e hora de início da viagem, conforme Ordem de Serviços especificadas.

As operadoras devem homologar os seus equipamentos junto à SEINFRA antes do início da operação. É imprescindível ainda que os dados do sistema AVL das operadoras sejam padronizados em um único formato para transmissão à SEINFRA, com o intuito de favorecer a interoperabilidade do sistema.

2.5.4.3. Operação

O Sistema é composto por equipamentos de processamento na central de controle e softwares respectivos necessários à recepção dos dados transmitidos pelos veículos, seu processamento, disponibilização de dados para os analistas de operação da Central, envio de mensagens e comandos à distância, permitindo:

- i) Visualizar o veículo ou os veículos de uma determinada linha de forma concomitante através de mapas (sistema de informação geográfica – GIS);



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- ii) Consultar informações operacionais: horário de passagem em pontos estratégicos do trajeto; Intervalo entre as viagens dos veículos de uma mesma linha em trechos determinados; Velocidade comercial acumulada; Velocidade instantânea; Desvio do tempo real com o tempo previsto para o trecho monitorado; Quantidade de passageiros transportados na viagem desde a partida do veículo; Horário previsto de chegada no ponto de controle, estimado com base no tempo realizado até o momento da consulta e na velocidade básica de trechos do trajeto (parametrizados) restantes.
- iii) Consultar informações sobre a condução do veículo em situações de não conformidade, como: Velocidades acima do permitido; Rotação acima da permitida; Direção à noite com faróis desligados; Direção do veículo com portas abertas.
- iv) Enviar mensagens ao motorista do veículo, permitindo que sejam realizadas em tempo real alterações, como: retardamento progressivo e programado da marcha do veículo ou aceleração controlada, ambos para garantia de maior regularidade da operação; modificação de trajeto, em razão de ocorrências de trânsito de caráter emergencial; adequação do tempo de regulação da linha (tempo de ponto) no ponto final da linha, para melhor regularidade da operação.
- v) Recepcionar informação de pânico, isto é, mensagem do motorista informando situação de risco a bordo.

2.5.5. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA

Além da redundância dos equipamentos essenciais à operação - como dispositivos de comunicação de dados, unidades de armazenamento de dados, etc. - a configuração proposta deve atender requisitos de conectividade e modularidade.

A modularidade deve garantir a evolução posterior do sistema, seja no sentido do aumento de sua capacidade, seja no sentido da substituição de partes obsoletas.

Os equipamentos (unidades de processamento e armazenamento, periféricos e concentradores de dados, etc.) que fizerem parte da configuração devem ser os modelos mais recentes, devendo ser considerada a não obsolescência em médio prazo (aproximadamente 5 anos), a confiabilidade e a disponibilidade de sobressalentes no mercado. Deve-se dar preferência a equipamentos de arquitetura aberta.

2.5.6. POLÍTICA DE SEGURANÇA

Os softwares e dados armazenados no Validador só devem ser acessíveis ao pessoal autorizado e credenciado da SEINFRA, que estabelecerá, em conjunto com a Operadora, os níveis hierárquicos de acesso permitido.

Os dados gerados pelas transações do Validador Eletrônico devem ser tratados por mecanismos de proteção contra violação, cópias e leitura. Sob o controle da SEINFRA, serão transmitidos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

os parâmetros de alteração dos algoritmos de criptografia a serem aplicados aos dados, de forma a resguardar as informações com um nível de segurança adicional ao normalmente adotado.

2.6. PLANOS FUTUROS - MODELO OPERACIONAL REORGANIZADO

Embora não tenha sido indicado para a primeira outorga do sistema de transporte, o Modelo Reorganizado apresenta vantagens a longo prazo e por isso, pode ser considerada a rede de referência para uma posterior outorga do sistema. A principal característica do Modelo Reorganizado é a troncalizações do sistema, visando a redução de custos operacionais.

Para a construção do Modelo Operacional Reorganizado, todos os 132 itinerários reprogramados no Modelo Operacional Otimizado foram reavaliados quanto aos seus atendimentos e, principalmente, quanto a ocorrência de sobreposições com outros serviços.

Conforme mencionado, o conceito utilizado é o de promover seccionamentos, eliminações, remanejamentos de itinerários e, inclusive a eventual criação de novas linhas para transformar o sistema de transporte intermunicipal de Sergipe num sistema operacionalmente eficiente e economicamente viável. Este modelo operacional tem como objetivo principal reduzir os custos de transporte sem prejudicar a qualidade dos serviços prestados. Para isso, foram traçadas algumas metas fundamentais que influenciam nos custos operacionais de transporte, em especial, a redução da frota operacional e da produção quilométrica impactam sobremaneira na composição desses custos, com impactos diretos sobre a formação da tarifa.

Por outro lado, o processo de reorganização da rede deve contemplar a máxima cobertura dos serviços e prever um sistema eficiente e integrado aos usuários. No caso específico de Sergipe, o transporte intermunicipal de passageiros assume também o papel do transporte municipal nas cidades menores e mais afastadas da capital. Em virtude disso, mesmo que diagnosticadas demandas incompatíveis com os tipos de serviços prestados, houve muita cautela no processo de eliminação dos serviços, uma vez que a supressão de um serviço nessas condições pode representar imobilidade para o cidadão.

Desta forma, o desafio proposto para a criação do modelo operacional reorganizado considera a criação de uma rede eficiente, com baixos custos operacionais e que não desatenda as regiões mais remotas do estado, por menor que seja a demanda nessas localidades.

A figura a seguir apresenta a cobertura da rede reorganizada sobre a rede otimizada, na qual pode-se observar que a redução da quantidade de linhas não gerou desatendimento em nenhum município.

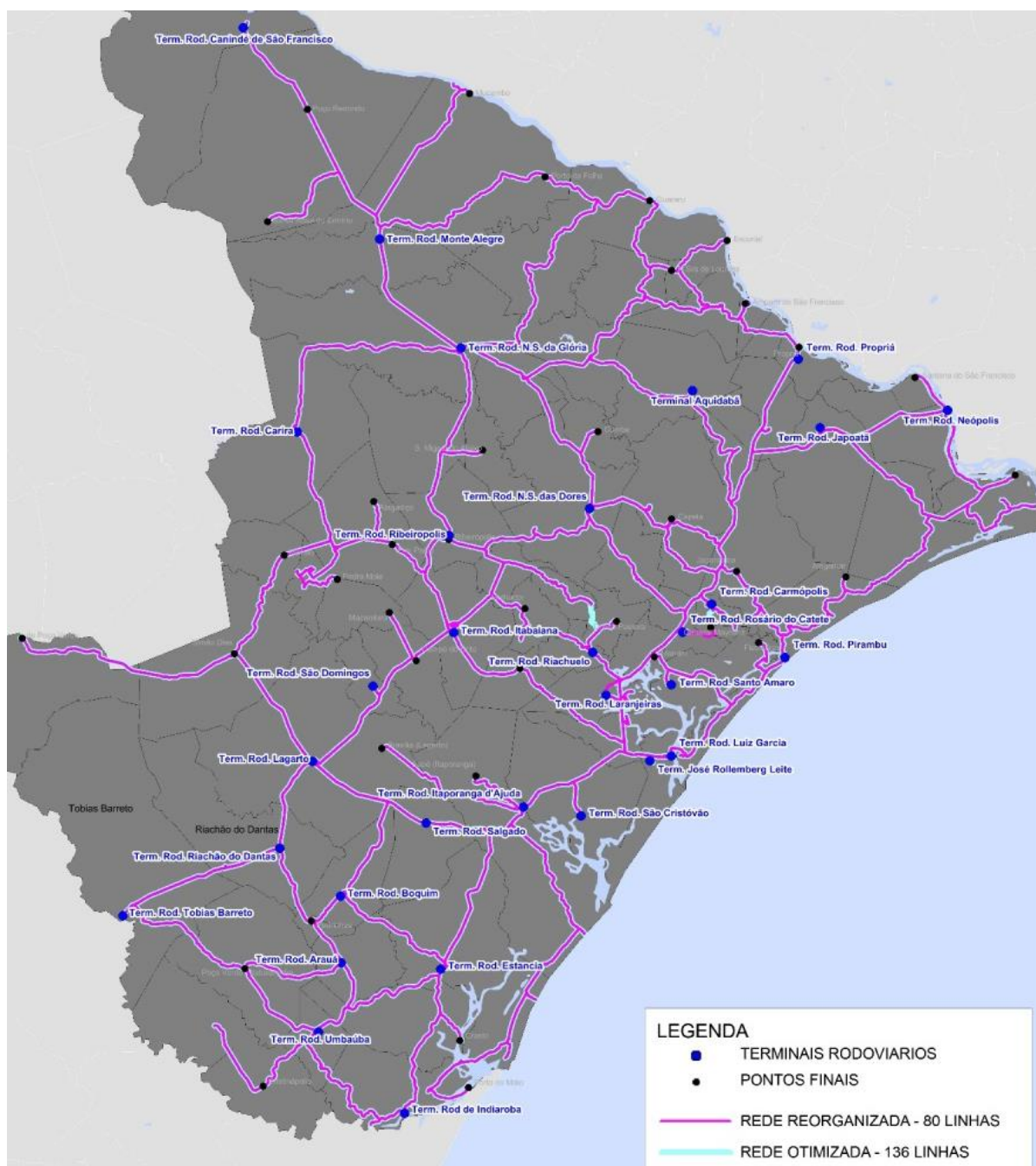


Figura 2.7 – Cobertura das Redes Otimizada x Reorganizada

Sendo assim, o processo de reorganização torna necessário reduzir a produção quilométrica e a frota operacional em relação ao Modelo Otimizado, base para as comparações de sensibilidade entre os modelos. Os índices de passageiros por quilometro - IPK³ e Aproveitamento Padrão - IAP⁴ e o Percurso Médio Mensal - PMM⁵, foram utilizados como parâmetros para avaliação do desempenho da rede.

³IPK: Índice de passageiro equivalente transportado mês / por km percorrida mês

⁴IAP: Índice de Aproveitamento Padrão: Relação entre demanda equivalente transportada e oferta de lugares nos veículos. (Lotação)



2.6.1. Premissas

Antes de discorrer sobre o dimensionamento de cada linha que integra o modelo operacional reorganizado, é importante identificar as premissas que nortearam esta reorganização dos serviços:

- Não gerar desatendimentos em relação aos atualmente prestados;
- Considerar que haverá controle de arrecadação embarcado nos veículos;
- Preservar a tipologia da frota atualmente em operação;
- Capital poderá ser acessada com no máximo um transbordo;
- Utilização da infraestrutura existente de terminais rodoviários;
- Veículos não transportam passageiros em pé.

2.6.2. Dimensionamento Sumário das Linhas

No desenvolvimento da reorganização da rede observou-se, inicialmente, a ocorrência de sobreposição de itinerários com atendimento aos mesmos vetores de demanda, que haviam sido identificados preliminarmente no modelo operacional otimizado. O reconhecimento dos trechos críticos de cada itinerário, apresentados na etapa de pesquisas de campo, permitiu localizar segmentos de itinerários que poderiam ser suprimidos e atendidos por outras linhas de passagem pelo mesmo eixo. A nova rede contempla a definição dos serviços alimentadores, troncais e estruturais cujas características serão apresentadas adiante.

Esta redução da quantidade de serviços se justifica pela grande sobreposição de itinerários, uma vez que o sistema viário do estado, principalmente fora da Grande Aracaju, é exíguo e favorece a concentração do transporte rodoviário nos principais eixos de ligação entre os municípios. Outro aspecto importante que foi considerado, são os itinerários de longo percurso com baixa demanda, ou com trecho crítico, localizado na Grande Aracaju onde já existe vasta oferta de transporte.

Sendo assim, foram verificados todos os trechos críticos coincidentes e propostas modificações físicas nos serviços já otimizados. Nos casos de linhas seccionadas, o trecho remanescente teve sua extensão recalculada e sua programação redefinida de forma conservadora tomando como base sua demanda hora-pico atual e tipo de veículo mais adequado.

Para que o sistema de transporte intermunicipal de Sergipe pudesse ser reorganizado segundo os objetivos traçados, foi necessário intervir sobre os serviços em operação. Neste sentido, 46 permaneceram inalteradas e apenas 1 Linha foi criada e outras 33 linhas foram seccionadas. Desta forma, a rede que antes contemplava 132 linhas poderá operar com 80 linhas sem

⁵PMM: Percurso Médio Mensal: Km percorrida por veículos num mês.

desatender os usuários do sistema. Na figura a seguir é possível observar espacialmente o processo de concepção do novo modelo operacional reorganizado.



Figura 2.8 – Reorganização dos Itinerários

A seguir serão apresentadas as principais características e justificativas para a manutenção, seccionamento e eliminação das linhas da rede intermunicipal de transportes de Sergipe.

a) Linhas Remanescentes

Do total de 132 linhas consideradas no modelo operacional otimizado, 28% delas, ou seja, 37 linhas permaneceram com seus itinerários inalterados. A justificativa para mantê-las como na



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

situação atual, apoia-se sobre dois fatos principais: não gerar desatendimentos, uma vez que o transporte intermunicipal cumpre o papel de sistemas municipais que inexistem em vários municípios do estado e, a eliminação de um serviço nessas condições, poderia representar futuramente, uma brecha para o crescimento dos serviços clandestinos, de táxis ou moto táxis, uma vez que a necessidade por deslocamento não deixa de existir por falta de um sistema regulamentado. Geralmente estas linhas operam com baixa demanda e, apesar dos itinerários inalterados, sua operação foi reprogramada neste modelo operacional. Também permaneceram inalterados os principais serviços com atendimento aos mais importantes vetores de demanda. Geralmente estes serviços possuem demanda mais expressiva e também foram reprogramados.

Portanto, todos os itinerários que compõem a rede no modelo operacional reorganizado, foram classificados em três tipos de serviços: Alimentadores, Troncais e Estruturais.

- Os serviços alimentadores foram definidos como os itinerários que prestam atendimento aos povoados ou pontos finais dos municípios que não possuem terminais rodoviários. Estes serviços, operarão com veículos de menor capacidade que terão maior facilidade de penetração nos povoados e bairros mais distantes. É composto por 37 linhas que transportam aproximadamente 1,3 mil passageiros em 55 viagens na hora-pico.
- Os serviços troncais são aqueles que, via de regra, conectam terminais exceto os localizados em Aracaju. Estas 34 linhas transportarão, segundo o dimensionamento proposto, média de 32 passageiros por viagem na hora pico e contemplam frota de 122 veículos.
- Os serviços estruturais são responsáveis por prover a ligação de oito municípios com os terminais localizados na Capital. O carácter estrutural das 9 linhas que realizam essas ligações se traduz na necessidade de criar serviços integrados, com atendimentos de passagem em terminais intermediários, sendo assim, estas linhas ganham muita importância para a redução dos custos operacionais, uma vez que, estas integrações, permitem eliminar grande parte das sobreposições de itinerários sobretudo aqueles com trechos críticos coincidentes. Neste sentido, foi verificada a necessidade de criação de uma nova linha, que prestasse atendimento entre Nossa Senhora da Glória e Aracaju via Itabaiana. Este serviço cria uma nova opção de conexão entre os municípios e colabora em termos de oferta para o atendimento entre o Eixo Itabaiana / Aracaju.
A maioria desses serviços absorveram a demanda de outros serviços que foram seccionados ou eliminados. A viabilidade da operação das linhas estruturais está diretamente associada a futura implantação do sistema de controle de arrecadação, uma vez que os atendimentos de passagem em terminais intermediários, preconizam a viabilidade de integração tarifária entre os serviços.
Os Serviços estruturais contemplam 9 linhas que transportam cerca de 1,2 mil passageiros na hora-pico, segundo o dimensionamento do modelo operacional reorganizado.

O dimensionamento das Linhas Remanescentes do modelo reorganizado seguiu o mesmo processo do modelo operacional otimizado e é apresentado na sequência de tabelas a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Tabela 2.10 - Rede Reorganizada - Definição dos Tempos de Ciclo das Linhas Remanescentes

CODIGO	PROPOSTA	NOME NOVO	TIPO SERVIÇO	EXTENSÃO TOTAL (KM)	VEL. (KM/H)	TEMPO CICLO (MIN)
L999	NOVA	N. S. DA GLÓRIA / ARACAJU VIA ITABAIANA	LINHA ESTRUTURAL	247,88	55,00	275,41
L008	REMANESCENTE	CAPELA / ARACAJU VIA SANTA CLARA	ALIMENTADORA	180,43	51,20	214,43
L010	REMANESCENTE	CARMÓPOLIS / ARACAJU	LINHA TRONCAL	115,20	47,36	148,95
L015	REMANESCENTE	ESTANCIA / ARACAJU	LINHA ESTRUTURAL	152,88	55,00	171,78
L019	REMANESCENTE	GENERAL MAYNARD / ARACAJU	LINHA TRONCAL	93,31	43,67	131,22
L022	REMANESCENTE	ITABAIANA / ARACAJU	LINHA ESTRUTURAL	115,14	44,22	161,22
L028	REMANESCENTE	LAGARTO / ARACAJU	LINHA ESTRUTURAL	167,73	52,32	197,36
L034	REMANESCENTE	NEÓPOLIS / ARACAJU	LINHA ESTRUTURAL	251,06	54,05	283,69
L036	REMANESCENTE	N. S. DA GLÓRIA / ARACAJU VIA LARANJEIRAS	LINHA ESTRUTURAL	254,00	47,02	329,15
L050	REMANESCENTE	PROPRIÁ / ARACAJU	LINHA TRONCAL	219,37	53,51	249,00
L052	REMANESCENTE	ROSÁRIO DO CATETE / ARACAJU	LINHA TRONCAL	80,16	42,73	115,56
L057	REMANESCENTE	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU	LINHA TRONCAL	79,99	36,38	134,94
L058	REMANESCENTE	SAPÉ (ITAPORANGA) / ARACAJU	LINHA TRONCAL	96,66	49,00	121,37
L062	REMANESCENTE	TOBIAS BARRETO / ARACAJU VIA LAGARTO	LINHA ESTRUTURAL	272,76	50,46	329,35
L065	REMANESCENTE	AQUIDABÃ / ARACAJU	LINHA TRONCAL	203,75	46,03	268,58
L066	REMANESCENTE	BRASÍLIA / ARACAJU	ALIMENTADORA	130,17	36,58	216,51
L068	REMANESCENTE	CANINDÉ DO S.F. / ARACAJU VIA N. S. DAS DORES	LINHA ESTRUTURAL	402,60	52,57	464,54
L083	REMANESCENTE	ESTANCIA / TOBIAS BARRETO	LINHA TRONCAL	173,92	40,93	257,98
L206	REMANESCENTE	ITABAIANA / LAGARTO	LINHA TRONCAL	91,67	44,32	127,10
L208	REMANESCENTE	ITABAIANA / MALHADOR	ALIMENTADORA	50,74	25,65	121,68
L213	REMANESCENTE	ITABAIANA / N. S. DAS DORES	LINHA TRONCAL	105,85	29,74	216,55
L215	REMANESCENTE	ITABAIANA / PINHÃO	ALIMENTADORA	91,39	44,51	126,20
L218	REMANESCENTE	ITABAIANA / POV. CANA BRAVA (MOITA BONITA)	ALIMENTADORA	78,29	29,61	161,63
L219	REMANESCENTE	PINHÃO / SIMÃO DIAS	ALIMENTADORA	48,06	50,00	60,67
L220	REMANESCENTE	ITABAIANA / PORTO DA FOLHA VIA MONTE ALEGRE	ALIMENTADORA	270,17	45,17	361,87
L228	REMANESCENTE	LAGARTO / POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS	ALIMENTADORA	143,05	48,05	181,61
L233	REMANESCENTE	ESTANCIA / INDIAROBA / VIA SANTA LUZIA	LINHA TRONCAL	72,60	43,73	102,61
L237	REMANESCENTE	UMBAUBA / BOQUIM VIA ARAUÁ	LINHA TRONCAL	74,75	43,18	106,87
L238	REMANESCENTE	PIRAMBU / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	LINHA ESTRUTURAL	76,67	37,75	126,85
L239	REMANESCENTE	FLEXEIRAS / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	ALIMENTADORA	84,71	32,78	158,06
L240	REMANESCENTE	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	LINHA TRONCAL	85,48	42,34	124,15
L257	REMANESCENTE	ALAGAMAR / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	ALIMENTADORA	137,07	45,62	183,26
L262	REMANESCENTE	LARANJEIRAS / ARACAJU	LINHA TRONCAL	44,43	37,62	73,87
L263	REMANESCENTE	ITAPORANGA / ARACAJU	LINHA TRONCAL	65,09	45,11	89,59
L264	REMANESCENTE	N. S. DO SOCORRO / ARACAJU	LINHA TRONCAL	36,10	25,43	88,17
L265	REMANESCENTE	RIACHUELO / ARACAJU	LINHA TRONCAL	61,74	41,44	92,39
L266	REMANESCENTE	SÃO CRISTÓVÃO / ARACAJU	LINHA TRONCAL	59,33	36,03	101,82
L303	REMANESCENTE	MARUIM / ARACAJU	LINHA TRONCAL	63,40	40,67	96,55
L304	REMANESCENTE	LAGARTO / ESTANCIA	LINHA TRONCAL	136,27	44,90	185,12
L401	REMANESCENTE	N. S. DA GLÓRIA / CARIRA	LINHA TRONCAL	97,69	48,60	123,62
L406	REMANESCENTE	MUCAMBO / N. S. DA GLÓRIA	ALIMENTADORA	139,01	44,86	188,93
L407	REMANESCENTE	N. S. DA GLÓRIA / AQUIDABÃ	LINHA TRONCAL	104,99	46,41	138,74
L409	REMANESCENTE	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / N. S. DA GLÓRIA	ALIMENTADORA	128,79	48,29	163,02
L410	REMANESCENTE	ESCURIAL / PROPRIÁ	ALIMENTADORA	127,10	55,00	141,66
L411	REMANESCENTE	N. S. DA GLÓRIA / PROPRIÁ	LINHA TRONCAL	200,57	55,00	221,80
L513	REMANESCENTE	CUMBE / N. S. DAS DORES	ALIMENTADORA	34,17	41,07	52,92
LXX2	REMANESCENTE	MUSSUCA / ARACAJU	LINHA TRONCAL	48,73	35,99	84,24

Tabela 2.11 - Rede Reorganizada - Dimensionamento da Frota das Linhas Remanescentes

CODIGO	NOME NOVO	TEMPO CICLO (MIN)	CAP. DOS VEÍCULOS	DEMANDA (HP)	INTERV. (HP) (MIN)	OFERTA (HP)	VIAG. (HP)	FROTA (HP)	VIAG. (EP)	INTERV. (EP) (MIN)	DEMANDA (DU)
L999	N. S. DA GLÓRIA / ARACAJU VIA ITABAIANA	275,41	40	127	15	160	4	18	38	60	1.502
L008	CAPELA / ARACAJU VIA SANTA CLARA	214,43	36	59	30	72	2	7	21	120	755
L010	CARMÓPOLIS / ARACAJU	148,95	40	36	60	40	1	2	24	60	932
L015	ESTANCIA / ARACAJU	171,78	40	107	20	120	3	9	46	60	1.817
L019	GENERAL MAYNARD / ARACAJU	131,22	36	31	60	36	1	2	16	120	549
L022	ITABAIANA / ARACAJU	161,22	40	325	7	360	9	23	135	60	5.385
L028	LAGARTO / ARACAJU	197,36	40	132	15	160	4	13	86	60	3.433
L034	NEÓPOLIS / ARACAJU	283,69	40	52	30	80	2	9	18	120	698
L036	N. S. DA GLÓRIA / ARACAJU VIA LARANJEIRAS	329,15	40	56	30	80	2	11	15	120	567
L050	PROPRIÁ / ARACAJU	249,00	36	93	20	108	3	12	31	60	1.092
L052	ROSÁRIO DO CATETE / ARACAJU	115,56	36	24	60	36	1	1	10	180	347



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

L057	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU	134,94	36	28	60	36	1	2	22	60	779
L058	SAPÉ (ITAPORANGA) / ARACAJU	121,37	36	56	30	72	2	4	21	120	727
L062	TOBIAS BARRETO / ARACAJU VIA LAGARTO	329,35	40	123	15	160	4	22	58	60	2.296
L065	AQUIDABÁ / ARACAJU	268,58	36	51	30	72	2	9	24	60	840
L066	BRASÍLIA / ARACAJU	216,51	32	17	60	32	1	4	8	180	250
L068	CANINDÉ DO S.F. / ARACAJU VIA N. S. DAS DORES	464,54	40	49	30	80	2	15	28	60	1.093
L083	ESTANCIA / TOBIAS BARRETO	257,98	40	116	20	120	3	13	66	60	2.638
L206	ITABAIANA / LAGARTO	127,10	40	43	30	80	2	4	16	120	610
L208	ITABAIANA / MALHADOR	121,68	36	52	30	72	2	4	27	60	945
L213	ITABAIANA / N. S. DAS DORES	216,55	36	9	60	36	1	1	3	480	87
L215	ITABAIANA / PINHÃO	126,20	36	32	60	36	1	2	23	60	796
L218	ITABAIANA / POV. CANA BRAVA (MOITA BONITA)	161,63	36	45	30	72	2	5	26	60	904
L219	PINHÃO / SIMÃO DIAS	60,67	36	9	60	36	1	1	5	300	152
L220	ITABAIANA / PORTO DA FOLHA VIA MONTE ALEGRE	361,87	40	191	12	200	5	30	77	60	3.069
L228	LAGARTO / POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS	181,61	36	41	30	72	2	6	28	60	990
L233	ESTANCIA / INDIAROBA / VIA SANTA LUZIA	102,61	36	44	30	72	2	1	11	120	383
L237	UMBAUBA / BOQUIM VIA ARAUÁ	106,87	40	33	60	40	1	2	33	60	1.305
L238	PIRAMBU / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	126,85	40	191	12	200	5	11	63	60	2.511
L239	FLEXEIRAS / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	158,06	28	16	60	28	1	1	2	660	52
L240	S. AMARO DAS BROTAS / ARACAJU VIA B. DOS COQUEIROS	124,15	36	23	60	36	1	2	14	120	483
L257	ALAGAMAR / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	183,26	36	28	60	36	1	1	5	300	145
L262	ARANJEIRAS / ARACAJU	73,87	40	109	20	120	3	4	75	60	2.993
L263	ITAPORANGA / ARACAJU	89,59	40	142	15	160	4	6	78	60	3.109
L264	N. S. DO SOCORRO / ARACAJU	88,17	32	33	30	64	2	1	20	120	634
L265	RIACHUELO / ARACAJU	92,39	32	68	20	96	3	5	37	60	1.155
L266	SÃO CRISTÓVÃO / ARACAJU	101,82	40	81	20	120	3	5	45	60	1.799
L303	MARUIM / ARACAJU	96,55	40	102	20	120	3	5	59	60	2.334
L304	LAGARTO / ESTANCIA	185,12	36	6	60	36	1	1	3	480	87
L401	N. S. DA GLÓRIA / CARIRA	123,62	24	4	60	24	1	1	2	660	43
L406	MUCAMBO / N. S. DA GLÓRIA	188,93	36	33	60	36	1	1	3	480	88
L407	N. S. DA GLÓRIA / AQUIDABÁ	138,74	40	43	30	80	2	1	6	240	219
L409	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / N. S. DA GLÓRIA	163,02	36	43	30	72	2	1	5	300	176
L410	ESCURIAL / PROPRIÁ	141,66	24	13	60	24	1	1	2	660	43
L411	N. S. DA GLÓRIA / PROPRIÁ	221,80	36	34	60	36	1	1	5	300	153
L513	CUMBE / N. S. DAS DORES	52,92	36	36	60	36	1	1	10	180	327
LXX2	MUSSUCA / ARACAJU	84,24	40	60	30	80	2	3	23	60	881

Tabela 2.12 - Rede Reorganizada - Indicadores das Linhas Remanescentes

CODIGO	NOME NOVO	DEMANDA (DU)	DEMANDA (MES)	VIAGENS (MES)	PRODUÇÃO QUILOMETRICA	PMM	IPK	IAP	PASS/VIA G (MES)
L999	N. S. DA GLÓRIA / ARACAJU VIA ITABAIANA	1.502	38.091	1.065	271.908	15.105,98	0,13	89,41	35,8
L008	CAPELA / ARACAJU VIA SANTA CLARA	755	19.147	583	108.346	15.478,06	0,16	91,23	32,8
L010	CARMÓPOLIS / ARACAJU	932	23.636	634	75.231	37.615,28	0,29	93,20	37,3
L015	ESTANCIA / ARACAJU	1.817	46.079	1.243	195.735	21.748,38	0,22	92,68	37,1
L019	GENERAL MAYNARD / ARACAJU	549	13.923	431	41.424	20.711,87	0,31	89,73	32,3
L022	ITABAIANA / ARACAJU	5.385	136.564	3.652	433.096	18.830,26	0,29	93,49	37,4
L028	LAGARTO / ARACAJU	3.433	87.061	2.282	394.232	30.325,58	0,21	95,38	38,2
L034	NEÓPOLIS / ARACAJU	698	17.701	507	131.106	14.567,36	0,13	87,28	34,9
L036	N. S. DA GLÓRIA / ARACAJU VIA LARANJEIRAS	567	14.379	431	112.758	10.250,75	0,12	83,41	33,4
L050	PROPRIÁ / ARACAJU	1.092	27.693	862	194.769	16.230,75	0,13	89,24	32,1
L052	ROSÁRIO DO CATETE / ARACAJU	347	8.800	279	23.036	23.036,24	0,36	87,61	31,5
L057	SANTO AMARO DAS BROTAS / ARACAJU	779	19.755	583	48.036	24.017,98	0,38	94,13	33,9
L058	SAPÉ (ITAPORANGA) / ARACAJU	727	18.437	583	58.043	14.510,81	0,30	87,84	31,6
L062	TOBIAS BARRETO / ARACAJU VIA LAGARTO	2.296	58.227	1.572	441.647	20.074,87	0,12	92,60	37,0
L065	AQUIDABÁ / ARACAJU	840	21.302	659	138.296	15.366,25	0,14	89,79	32,3
L066	BRASÍLIA / ARACAJU	250	6.340	228	30.569	7.642,19	0,19	86,90	27,8
L068	CANINDÉ DO S.F. / ARACAJU VIA N. S. DAS DORES	1.093	27.718	761	315.572	21.038,11	0,08	91,06	36,4
L083	ESTANCIA / TOBIAS BARRETO	2.638	66.900	1.518	271.928	20.917,53	0,23	110,18	44,1
L206	ITABAIANA / LAGARTO	610	15.470	456	43.056	10.764,09	0,33	84,81	33,9
L208	ITABAIANA / MALHADOR	945	23.965	735	38.410	9.602,44	0,58	90,57	32,6
L213	ITABAIANA / N. S. DAS DORES	87	2.206	101	11.011	11.011,32	0,19	60,68	21,8
L215	ITABAIANA / PINHÃO	796	20.187	609	57.329	28.664,48	0,33	92,08	33,1
L218	ITABAIANA / POV. CANA BRAVA (MOITA BONITA)	904	22.925	710	57.250	11.450,02	0,37	89,69	32,3
L219	PINHÃO / SIMÃO DIAS	152	3.855	152	7.524	7.524,30	0,48	70,44	25,4



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CODIGO	NOME NOVO	DEMANDA (DU)	DEMANDA (MES)	VIAGENS (MES)	PRODUÇÃO QUILOMETRICA	PMM	IPK	IAP	PASS/VIA G (MES)
L220	ITABAIANA / PORTO DA FOLHA VIA MONTE ALEGRE	3.069	77.830	2.080	578.817	19.293,91	0,13	93,55	37,4
L228	LAGARTO / POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS	990	25.106	761	112.125	18.687,52	0,21	91,64	33,0
L233	ESTANCIA / INDIAROBA / VIA SANTA LUZIA	383	9.713	286	21.386	21.385,91	0,42	94,34	34,0
L237	UMBAUBA / BOQUIM VIA ARAUÁ	1.305	33.095	862	66.370	33.185,20	0,46	95,98	38,4
L238	PIRAMBU / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	2.511	63.679	1.724	136.138	12.376,20	0,44	92,34	36,9
L239	FLEXEIRAS / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	52	1.319	66	5.759	5.758,87	0,21	71,36	20,0
L240	S. AMARO DAS BROTAS / ARACAJU VIA B. DOS COQUEIROS	483	12.249	380	33.457	16.728,55	0,34	89,54	32,2
L257	ALAGAMAR / ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS	145	3.677	152	21.459	21.459,36	0,16	67,20	24,2
L262	LARANJEIRAS / ARACAJU	2.993	75.902	1.716	78.530	19.632,44	0,90	110,58	44,2
L263	ITAPORANGA / ARACAJU	3.109	78.844	2.080	139.456	23.242,60	0,53	94,76	37,9
L264	N. S. DO SOCORRO / ARACAJU	634	16.078	484	17.996	17.995,99	0,83	103,81	33,2
L265	RIACHUELO / ARACAJU	1.155	29.291	1.014	64.485	12.896,94	0,42	90,27	28,9
L266	SÃO CRISTÓVÃO / ARACAJU	1.799	45.623	1.217	74.374	14.874,71	0,57	93,72	37,5
L303	MARUIM / ARACAJU	2.334	59.190	1.572	102.657	20.531,35	0,54	94,13	37,7
L304	LAGARTO / ESTANCIA	87	2.206	88	12.352	12.351,93	0,17	69,64	25,1
L401	N. S. DA GLÓRIA / CARIRA	43	1.090	76	7.647	7.647,19	0,13	59,79	14,3
L406	MUCAMBO / N. S. DA GLÓRIA	88	2.232	101	14.461	14.461,34	0,14	61,38	22,1
L407	N. S. DA GLÓRIA / AQUIDABÃ	219	5.554	203	21.952	21.952,36	0,24	68,40	27,4
L409	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / N. S. DA GLÓRIA	176	4.463	178	23.612	23.611,83	0,18	69,65	25,1
L410	ESCURIAL / PROPRIÁ	43	1.090	76	9.949	9.949,47	0,10	59,79	14,3
L411	N. S. DA GLÓRIA / PROPRIÁ	153	3.880	132	27.270	27.269,66	0,13	81,65	29,4
L513	CUMBE / N. S. DAS DORES	327	8.293	242	8.517	8.516,51	0,91	95,19	34,3
LXX2	MUSSUCA / ARACAJU	881	22.342	550	27.606	9.202,07	0,75	101,56	40,6

b) Linhas Seccionadas

O seccionamento de linhas requer uma análise sistêmica da rede de transportes. Nesta etapa, informações obtidas das pesquisas de transportes são analisadas em paralelo aos itinerários georreferenciados, especialmente os trechos críticos identificados nas etapas anteriores do estudo.

A identificação destes trechos permite avaliar a possibilidade de seccionamento de um dado serviço e, ao mesmo tempo, avaliar se o itinerário que vai absorver esta demanda precisa ser reprogramado como, por exemplo, passar a operar com um veículo de maior capacidade, ou reduzir seus intervalos através da alocação de mais frota operacional. Apesar de não ser uma regra geral, procurou-se, na medida do possível, integrar os serviços seccionados aos serviços estruturais nos terminais rodoviários de cada município, de forma facilitar a organização e a operação dos serviços de transportes. A figura a seguir apresenta a título de exemplificação o caso da Linha 003 – Brejo Grande / Aracaju. Nesta situação, foi verificado que a linha apresenta baixa demanda no horário de pico e que o trecho crítico de demanda desta linha está localizado no município de Rosário do Catete. Em virtude disso, para não gerar desatendimento aos usuários de Brejo Grande e arredores, optou-se pelo seccionamento da linha no primeiro ponto de contato com uma linha estrutural, neste caso, no Terminal Rodoviário de Japoatã. Neste terminal, a linha 003 poderá se integrar à Linha Estrutural 034 que prestará atendimento ao trecho seccionado da linha 003 com veículos de maior capacidade e com maior frequência.

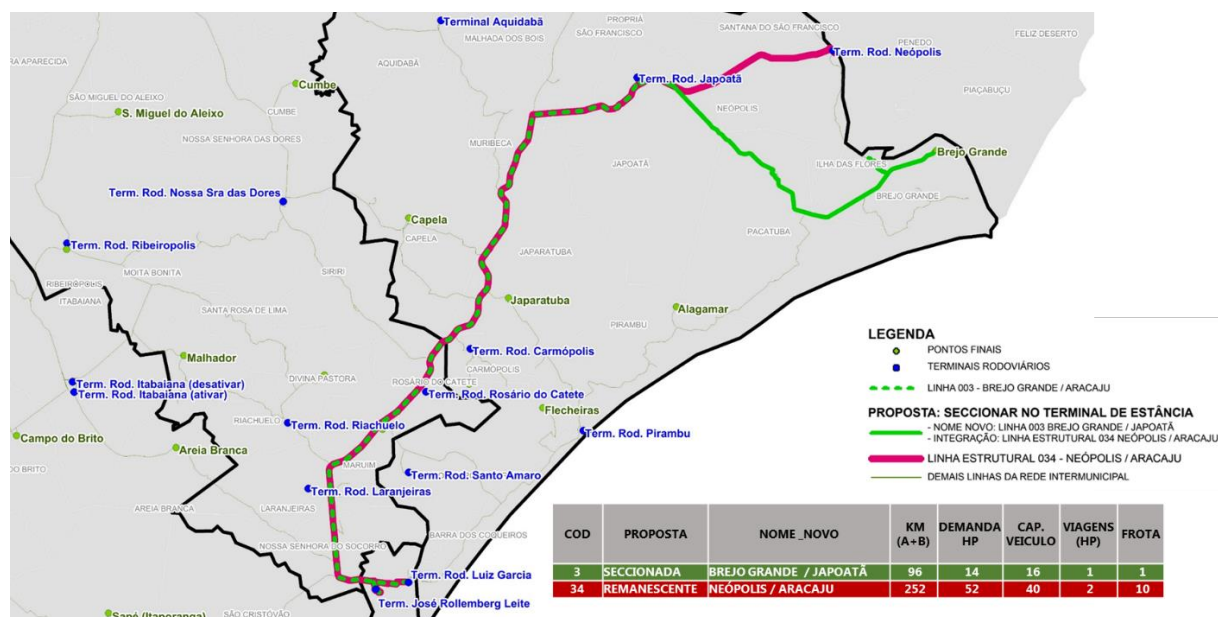


Figura 2.9 – - Exemplo de Seccionamento de Linhas

O dimensionamento completo das linhas que foram seccionadas será apresentado na tabela a seguir e seguiu a mesma base metodológica utilizada no modelo otimizado.

Tabela 2.13 - Rede Reorganizada - Definição dos Tempos de Ciclo das Linhas Seccionadas

CODIGO	PROPOSTA	NOME NOVO	TIPO SERVIÇO	EXTENSÃO TOTAL (KM)	VEL. (KM/H)	TEMPO CICLO (MIN)
L001	SECCIONADA	ARAUÁ / ESTANCIA	LINHA TRONCAL	63,36	53,32	74,30
L003	SECCIONADA	BREJO GRANDE / JAPOATÁ	ALIMENTADORA	110,51	48,17	140,64
L006	SECCIONADA	CAPELA / N. S. DAS DORES	ALIMENTADORA	38,49	52,09	47,34
L007	SECCIONADA	CAPELA / ROSARIO DO CATETE	ALIMENTADORA	77,48	46,47	103,04
L009	SECCIONADA	CARIRA / ITABAIANA	LINHA TRONCAL	119,80	47,03	155,83
L012	SECCIONADA	CRISTINÓPOLIS / ESTANCIA	ALIMENTADORA	103,75	47,33	134,54
L014	SECCIONADA	DIVINA PASTORA / RIACHUELO	ALIMENTADORA	20,08	44,55	30,05
L016	SECCIONADA	GARARU / AQUIDABÁ	LINHA TRONCAL	135,05	47,25	174,48
L017	SECCIONADA	FREI PAULO / ITABAIANA	ALIMENTADORA	45,79	55,00	52,95
L024	SECCIONADA	ITABAIANINHA / SALGADO	LINHA TRONCAL	137,90	47,15	178,48
L029	SECCIONADA	MACAMBIRA / ITABAIANA	ALIMENTADORA	48,70	39,62	76,76
L037	SECCIONADA	N. S. DE LOURDES / PROPRIÁ	ALIMENTADORA	76,34	50,85	93,08
L039	SECCIONADA	PEDRA MOLE / ITABAIANA	ALIMENTADORA	125,94	46,35	166,02
L047	SECCIONADA	PORTO DA FOLHA / PROPRIÁ	ALIMENTADORA	169,41	52,85	195,34
L048	SECCIONADA	PORTO DA FOLHA / N. S. DA GLÓRIA	ALIMENTADORA	127,85	37,31	208,63
L049	SECCIONADA	PORTO DO MATO / ITAPORANGA	ALIMENTADORA	204,85	55,00	226,48
L054	SECCIONADA	SANTANA DO SÃO FRANCISCO / NEÓPOLIS	ALIMENTADORA	19,43	55,00	24,19
L055	SECCIONADA	SÃO DOMINGOS / ITABAIANA	LINHA TRONCAL	52,03	41,04	79,08
L056	SECCIONADA	SÃO MIGUEL DO ALEIXO / ITABAIANA	ALIMENTADORA	100,90	44,35	139,51
L060	SECCIONADA	TOBIAS BARRETO / SALGADO	LINHA TRONCAL	173,85	55,00	192,65
L063	SECCIONADA	TOMAR DO GERU / ESTANCIA	ALIMENTADORA	130,54	50,01	159,62
L078	SECCIONADA	CANINDÉ DO S.F. / N. S. DA GLÓRIA	LINHA TRONCAL	160,94	50,88	192,78
L080	SECCIONADA	RIBEIRÓPOLIS / ITABAIANA	LINHA TRONCAL	48,87	41,92	72,95
L232A	SECCIONADA	UMBAUBA / INDIAROBÁ	LINHA TRONCAL	83,43	50,00	103,11
L244	SECCIONADA	AMPARO DO SÃO FRANCISCO / PROPRIÁ	ALIMENTADORA	47,29	45,70	65,08
L246	SECCIONADA	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU VIA MALHADOR	ALIMENTADORA	154,36	50,00	188,23
L247	SECCIONADA	CRASTO / ESTANCIA	ALIMENTADORA	41,69	55,00	48,47
L250	SECCIONADA	BREJO GRANDE / PIRAMBU	ALIMENTADORA	180,62	42,80	256,19
L251	SECCIONADA	ARAUÁ / SALGADO	LINHA TRONCAL	95,99	47,56	124,11
L252	SECCIONADA	ILHA DAS FLORES / NEÓPOLIS	ALIMENTADORA	34,24	49,34	44,64
L253	SECCIONADA	PACATUBA / PIRAMBU	ALIMENTADORA	121,51	44,60	166,47
L256	SECCIONADA	MARIMBONDO / PIRAMBU	ALIMENTADORA	52,52	54,97	60,33



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CODIGO	PROPOSTA	NOME NOVO	TIPO SERVIÇO	EXTENSÃO TOTAL (KM)	VEL. (KM/H)	TEMPO CICLO
L261	SECCIONADA	ALAGADIÇO / ITABAIANA	ALIMENTADORA	68,93	44,78	95,36

Tabela 2.14- Rede Reorganizada - Dimensionamento da Frota das Linhas Seccionadas

COD.	NOME NOVO	TEMPO CICLO (MIN)	CAP. DOS VEÍCULOS	DEMANDA (HP)	INTERV. (HP) (MIN)	OFERTA (HP)	VIAG. (HP)	FROTA (HP)	VIAG. (EP)	INTERV. (EP) (MIN)	DEMANDA (DU)
L001	ARAUÁ / ESTANCIA	74,30	32	11	60	32	1	1	3	480	67
L003	BREJO GRANDE / JAPOATÃ	140,64	20	14	60	20	1	1	4	360	68
L006	CAPELA / N. S. DAS DORES	47,34	36	48	30	72	2	1	21	120	728
L007	CAPELA / ROSARIO DO CATETE	103,04	36	17	60	36	1	1	10	180	334
L009	CARIRA / ITABAIANA	155,83	40	70	30	80	2	5	47	60	1.852
L012	CRISTINÁPOLIS / ESTANCIA	134,54	36	34	60	36	1	2	14	120	475
L014	DIVINA PASTORA / RIACHUELO	30,05	32	17	60	32	1	1	9	180	279
L016	GARARU / AQUIDABÃ	174,48	32	10	60	32	1	1	2	660	59
L017	FREI PAULO / ITABAIANA	52,95	36	18	60	36	1	1	6	240	196
L024	ITABAIANINHA / SALGADO	178,48	32	10	60	32	1	1	3	480	67
L029	MACAMBIRA / ITABAIANA	76,76	40	122	15	160	4	5	52	60	2.053
L037	N. S. DE LOURDES / PROPRIÁ	93,08	36	7	60	36	1	1	3	480	102
L039	PEDRA MOLE / ITABAIANA	166,02	40	66	30	80	2	6	28	60	1.087
L047	PORTO DA FOLHA / PROPRIÁ	195,34	36	5	60	36	1	1	3	480	88
L048	PORTO DA FOLHA / N. S. DA GLÓRIA	208,63	20	9	60	20	1	1	2	660	29
L049	PORTO DO MATO / ITAPORANGA	226,48	28	16	60	28	1	1	4	360	92
L054	SANTANA DO SÃO FRANCISCO / NEÓPOLIS	24,19	32	5	60	32	1	1	3	480	68
L055	SÃO DOMINGOS / ITABAIANA	79,08	40	37	60	40	1	1	37	60	1.455
L056	SÃO MIGUEL DO ALEIXO / ITABAIANA	139,51	40	36	60	40	1	2	12	120	443
L060	TOBIAS BARRETO / SALGADO	192,65	40	70	30	80	2	6	27	60	1.063
L063	TOMAR DO GERU / ESTANCIA	159,62	40	60	30	80	2	5	32	60	1.257
L078	CANINDÉ DO S.F. / N. S. DA GLÓRIA	192,78	40	125	15	160	4	13	81	60	3.234
L080	RIBEIRÓPOLIS / ITABAIANA	72,95	40	93	20	120	3	4	34	60	1.359
L232A	UMBAUBA / INDIAROBA	103,11	36	7	60	36	1	1	6	240	189
L244	AMPARO DO SÃO FRANCISCO / PROPRIÁ	65,08	36	5	60	36	1	1	1	1.320	34
L246	RIBEIROPOLIS / ARACAJU VIA MALHADOR	188,23	40	107	20	120	3	9	44	60	1.724
L247	CRASTO / ESTANCIA	48,47	32	10	60	32	1	1	3	480	92
L250	BREJO GRANDE / PIRAMBU	256,19	28	5	60	28	1	1	2	660	34
L251	ARAUÁ / SALGADO	124,11	36	9	60	36	1	1	4	360	135
L252	ILHA DAS FLORES / NEÓPOLIS	44,64	16	4	60	16	1	1	3	480	34
L253	PACATUBA / PIRAMBU	166,47	36	65	30	72	2	6	21	120	723
L256	MARIMBONDO / PIRAMBU	60,33	32	14	60	32	1	1	5	300	157
L261	ALAGADIÇO / ITABAIANA	95,36	32	17	60	32	1	1	5	300	131

Tabela 2.15- Rede Reorganizada - Indicadores das Linhas Seccionadas

CODIGO	NOME NOVO	DEMANDA (DU)	DEMANDA (MES)	VIAGENS (MES)	PRODUÇÃO QUILOMETRICA	PMM	IPK	IAP	PASS/VIAG (MES)
L001	ARAUÁ / ESTANCIA	67	1.699	101	6.591	6.590,95	0,24	52,57	16,8
L003	BREJO GRANDE / JAPOATÃ	68	1.724	127	14.456	14.456,10	0,11	67,89	13,6
L006	CAPELA / N. S. DAS DORES	728	18.462	583	23.114	23.114,48	0,74	87,96	31,7
L007	CAPELA / ROSARIO DO CATETE	334	8.470	279	22.265	22.264,88	0,35	84,33	30,4
L009	CARIRA / ITABAIANA	1.852	46.967	1.243	153.373	30.674,62	0,28	94,46	37,8
L012	CRISTINÁPOLIS / ESTANCIA	475	12.046	380	40.607	20.303,72	0,28	88,06	31,7
L014	DIVINA PASTORA / RIACHUELO	279	7.075	254	5.253	5.253,12	1,25	87,05	27,9
L016	GARARU / AQUIDABÃ	59	1.496	76	10.571	10.571,36	0,13	61,52	19,7
L017	FREI PAULO / ITABAIANA	196	4.971	178	8.395	8.395,21	0,55	77,57	27,9
L024	ITABAIANINHA / SALGADO	67	1.699	101	14.346	14.345,82	0,11	52,57	16,8
L029	MACAMBIRA / ITABAIANA	2.053	52.064	1.420	71.230	14.246,08	0,68	91,66	36,7
L037	N. S. DE LOURDES / PROPRIÁ	102	2.587	101	7.942	7.942,16	0,30	71,14	25,6
L039	PEDRA MOLE / ITABAIANA	1.087	27.566	761	98.719	16.453,11	0,26	90,56	36,2
L047	PORTO DA FOLHA / PROPRIÁ	88	2.232	101	17.623	17.623,33	0,12	61,38	22,1
L048	PORTO DA FOLHA / N. S. DA GLÓRIA	29	735	76	10.008	10.008,23	0,07	48,38	9,7
L049	PORTO DO MATO / ITAPORANGA	92	2.333	127	26.797	26.796,93	0,08	65,61	18,4
L054	SANTANA DO SÃO FRANCISCO / NEÓPOLIS	68	1.724	101	2.021	2.020,94	0,79	53,36	17,1
L055	SÃO DOMINGOS / ITABAIANA	1.455	36.899	964	51.663	51.663,35	0,66	95,69	38,3
L056	SÃO MIGUEL DO ALEIXO / ITABAIANA	443	11.234	330	34.297	17.148,45	0,30	85,11	34,0
L060	TOBIAS BARRETO / SALGADO	1.063	26.958	735	131.610	21.934,99	0,19	91,69	36,7
L063	TOMAR DO GERU / ESTANCIA	1.257	31.878	862	115.906	23.181,12	0,26	92,45	37,0
L078	CANINDÉ DO S.F. / N. S. DA GLÓRIA	3.234	82.014	2.156	357.396	27.492,02	0,21	95,10	38,0
L080	RIBEIRÓPOLIS / ITABAIANA	1.359	34.464	938	47.214	11.803,46	0,68	91,86	36,7



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CODIGO	NOME NOVO	DEMANDA (DU)	DEMANDA (MES)	VIAGENS (MES)	PRODUÇÃO QUILOMETRICA	PMM	IPK	IAP	PASSAG. (MES)
L232A	UMBAUBA / INDIAROBA	189	4.793	178	15.296	15.295,77	0,29	74,80	26,9
L244	AMPARO DO SÃO FRANCISCO / PROPRIÁ	34	862	51	2.484	2.484,01	0,32	46,96	16,9
L246	RIBEIROPOLIS / ARACAJU VIA MALHADOR	1.724	43.721	1.192	189.515	21.057,20	0,21	91,70	36,7
L247	CRASTO / ESTANCIA	92	2.333	101	4.337	4.336,50	0,50	72,19	23,1
L250	BREJO GRANDE / PIRAMBU	34	862	76	14.139	14.139,10	0,06	40,52	11,3
L251	ARAUÁ / SALGADO	135	3.424	127	12.557	12.556,83	0,25	74,88	27,0
L252	ILHA DAS FLORES / NEÓPOLIS	34	862	101	3.562	3.562,37	0,23	53,36	8,5
L253	PACATUBA / PIRAMBU	723	18.335	583	72.968	12.161,34	0,23	87,36	31,4
L256	MARIMBONDO / PIRAMBU	157	3.982	152	8.223	8.223,18	0,45	81,86	26,2
L261	ALAGADIÇO / ITABAIANA	131	3.322	152	10.791	10.791,24	0,29	68,30	21,9

c) Linhas eliminadas

Das 136 linhas consideradas na operação atual (132 no modelo otimizado e 4 eliminadas), verificou-se a necessidade de eliminar 57 linhas no modelo operacional reorganizado. Com a eliminação destas linhas, as remanescentes e seccionadas passaram a absorver a demanda destes serviços, mesmo que para isso, fosse necessário modificar o tipo de veículo (capacidade). A tabela a seguir relaciona estes 57 serviços eliminados e apresenta para cada um deles, suas justificativas e atendimentos previstos.

Tabela 2.16- Relação das Linhas Eliminadas

CODIGO	NOME	JUSTIFICATIVA / ATENDIMENTO
L002I	BOQUIM / ARACAJU - VIA SALGADO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA 060 ATÉ BOQUIM E INTEGRAÇÃO COM A LINHA 062 (TRONCAL PARA ARACAJU)
L004I	CAMPO DO BRITO / ARACAJU	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 216 ATÉ ITABAIANA E INTEGRAÇÃO COM A LINHA 022 (TRONCAL PARA ARACAJU)
L013I	CUMBE/ ARACAJU	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 036 TRONCAL N. SRA. DA GLORIA
L018I	GARARU / ARACAJU - VIA PROPRIÁ	BAIXA DEMANDA. ITINERÁRIO SERVIDO PELA LINHA ALIMENTADORA 047 (PORTO DA HOLHA/PROPRIÁ) COM INTEGRAÇÃO NA LINHA TRONCAL 050 (PROPRIÁ/ARACAJU)
L020I	GRACHO CARDOSO / ARACAJU - VIA AQUIDABÃ	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 016 E INTEGRADO COM A LINHA TRONCAL 065 P/ ARACAJU
L021I	INDIAROBA / ARACAJU	LIGAÇÃO ENTRE INDIAROBA / ARACAJU ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DAS LINHAS 015 E 062
L023I	ITABAIANINHA / ARACAJU - VIA ESTANCIA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA 083 (TOBIAS BARRETO/ESTANCIA) E A LINHA TRONCAL 015 (ESTÂNCIA/ARACAJU)
L030I	MALHADOR / ARACAJU	ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA 246
L031I	MOITA BONITA/ ARACAJU	ITINERÁRIO SOBREPOSTO AS LINHAS 218 E 213 (OPÇÃO). EM ITABAIANA INTEGRAÇÃO COM A LINHA TRONCAL 078 (CANINDE DO S. FRANCISCO / ARACAJU VIA ITABAIANA).
L032I	MONTE ALEGRE / ARACAJU - VIA ITABAIANA	BAIXA DEMANDA (7PAX/HP). ATENDIMENTO FEITO PELA LINHA 409 ATÉ GLORIA E INTEGRAÇÃO COM A LINHA TRONCAL 078 (CANINDE DO S. FRANCISCO / ARACAJU VIA ITABAIANA)
L035I	NITERÓI / ARACAJU - VIA GLORIA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO AS LINHAS 012 ATÉ GLORIA E INTEGRAÇÃO COM A LINHA 068 PARA ARACAJU
L040I	PEDRINHAS / ARACAJU - VIA BOQUIM	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 051 ATÉ SALGADO COM INTEGRAÇÃO NO TERMINAL PARA A LINHA 028 (TRONCAL LAGARTO / ARACAJU)
L042I	PINHÃO / ARACAJU	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 215 ATÉ ITABAIANA E INTEGRAÇÃO NO TERMINAL COM A LINHA 022 (TRONCAL ITABAIANA / ARACAJU)
L043I	PIRAMBÚ / ARACAJU - VIA BR-101	TRECHO CRÍTICO (PIRAMBU) ATENDIDO PELA LINHA 256 E INTEGRAÇÃO EM JAPARATUBA COM A LINHA 008 P/ ARACAJU
L044I	POÇO REDONDO / ARACAJU	ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA TRONCAL 068 (CANINDE DO S. FRANCISCO/ARACAJU VIA DORES), QUE ATENDE O PONTO FINAL DE POÇO REDONDO DE PASSAGEM
L045I	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA ITABI E DORES	BAIXA DEMANDA (29 PAX/DU). TRECHO CRÍTICO ATENDIDO PELA LINHA TRONCAL 068 (CANINDE DO S. FRANCISCO/ARACAJU VIA DORES)
L046I	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA MONTE ALEGRE	ITINERÁRIO SOBREPOSTO AS LINHAS 220 E INTEGRAÇÃO COM A LINHA TRONCAL 078 (CANINDE DO S. FRANCISCO / ARACAJU VIA ITABAIANA)
L051I	RIACHÃO / ARACAJU - VIA BOQUIM	BAIXA DEMANDA. ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA ALIMENTADORA 060 (TOBIAS BARRETO/SALGADO) E INTEGRAÇÃO COM A LINHA TRONCAL 062 (SALGADO/ARACAJU)



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CODIGO	NOME	JUSTIFICATIVA / ATENDIMENTO
L059I	SIMÃO DIAS / ARACAJU	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 228 (LAGARTO/ POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS) COM INTEGRAÇÃO NA LINHA TRONCAL 022 (LAGARTO/ ARACAJU)
L069I	ITABI / ARACAJU - VIA AQUIDABÃ	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA 016 (GUARARU/AQUIDABÃ) COM INTEGRAÇÃO NA LINHA TRONCAL 065 (AQUIDABÃ/ARACAJU)
L082I	SANTA ROSA DE LIMA / ARACAJU VIA RIACHUELO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 246 (N. SRA. APARECIDA/RIBEIROPOLIS)
L088I	SANTA ROSA DO ERMÍRIO / ARACAJU	BAIXA DEMANDA (7PAX.HP). ATENDIMENTO AO TRECHO CRÍTICO PELA ALIMENTADORA LOCAL 409 COM INTEGRAÇÃO NA LINHA TRONCAL 078 (CANINDÉ DO S. FRANCISCO / ARACAJU VIA ITABAIANA)
L092I	LAGARTO / ITABAIANA	ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA 206
L094I	POÇO VERDE / ARACAJU VIA LAGARTO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 228 (LAGARTO/POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS) COM INTEGRAÇÃO NA LINHA TRONCAL 028 (LAGARTO/ARACAJU)
L097I	PORTO DA FOLHA / ARACAJU - VIA ITABAIANA E MONTE ALEGRE	BAIXA DEMANDA (5PAX.HP). ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA 220 (PORTO DA FOLHA/ITABAIANA), PASSAGEM EM N.SRA. DA GLORIA E INTEGRAÇÃO COM A LINHA TRONCAL 022 (ITABAIANA/ARACAJU)
L202I	ITABAIANA / CAMPO DO BRITO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 207 (ITABAIANA/MACAMBIRA) COM ATENDIMENTO DE PASSAGEM EM CAMPO DO BRITO
L203I	ITABAIANA / CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA TRONCAL 078 (CANINDÉ DO S. FRANCISCO / ARACAJU VIA ITABAIANA)
L204I	ITABAIANA / CARIRA	ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA 009
L205I	ITABAIANA / FREI PAULO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 039 (PEDRA MOLE / ITABAIANA)
L207I	ITABAIANA / MACAMBIRA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 029
L209I	ITABAIANA / MOITA BONITA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 218 (ITABAIANA/POV. CANA BRAVA (MOITA BONITA))
L210I	ITABAIANA / MONTE ALEGRE	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 220 (ITABAIANA/MONTE ALEGRE / PORTO DA FOLHA)
L212I	ITABAIANA / NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA TRONCAL 078 (CANINDÉ DO S. FRANCISCO / ARACAJU VIA ITABAIANA)
L214I	ITABAIANA / PEDRA MOLE	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 039 (PEDRA MOLE/ITABAIANA)
L216I	ITABAIANA / SÃO DOMINGOS	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 55
L217I	ITABAIANA / SÃO MIGUEL DO ALEIXO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 56
L222I	RIBEIRÓPOLIS / ITABAIANA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA 080 (RIBEIRÓPOLIS/ITABAIANA)
L225I	LAGARTO / SIMÃO DIAS	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 228 (LAGARTO/POÇO VERDE VIA SIMÃO DIAS)
L227I	LAGARTO / CRISTINÁPOLIS VIA RIACHÃO	BAIXA DEMANDA (7 PAX HP). TRECHO CRÍTICO ATENDIDO PELA LINHA ALIMENTADORA 060 (TOBIAS BARRETO/SALGADO)
L229I	LAGARTO / TOBIAS BARRETO VIA RIACHÃO	ITINERÁRIO (TRECHO CRÍTICO) ATENDIDO PELA LINHA TRONCAL 062 (TOBIAS BARRETO/ARACAJU VIA LAGARTO)
L230I	ESTÂNCIA / TOMAR DO GERU VIA UBAUBA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 063 (TOMAR DO GERU/ESTÂNCIA)
L231I	ESTÂNCIA / CRISTINÁPOLIS VIA UBAUBA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 063 (TOMAR DO GERU/ESTÂNCIA)
L232I	ESTÂNCIA / UBAUBA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA 083 (ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO)
L235I	UMBAÚBA / ITABAIANINHA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA 083 (ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO)
L236I	ITABAIANINHA / TOBIAS BARRETO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA 083 (ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO)
L243I	JAPARATUBA / ARACAJU - VIA BARRA DOS COQUEIROS	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 256 (MARIMBONDO/PIRAMBU) COM INTEGRAÇÃO NA LINHA TRONCAL 238 (PIRAMBU/ARACAJU VIA BARRA DOS COQUEIROS)
L255I	RIBEIRÓPOLIS / ARACAJU - VIA MOITA BONITA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO PELA LINHA 022 (TRONCAL ITABAIANA / ARACAJU)
L259I	TAPERA DA SERRA / ARACAJU	ATENDIMENTO FEITO PELA LINHA ALIMENTADORA 206 (ITABAIANA/LAGARTO) COM INTEGRAÇÃO NA LINHA TRONCAL 022 (ITABAIANA/ARACAJU)
L305I	ITABAIANINHA / ESTÂNCIA	ATENDIMENTO DE PASSAGEM PELA LINHA ALIMENTADORA 083 (ESTÂNCIA / TOBIAS BARRETO)
L307I	SIRIRI / ARACAJU	ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA TRONCAL 036 (N. SRA DA GLORIA / ARACAJU - VIA DORES)
L400I	GLÓRIA / MONTE ALEGRE / POÇO REDONDO / CANINDÉ	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA TRONCAL 078 (CANINDÉ DO S. FRANCISCO / ARACAJU VIA ITABAIANA)



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CODIGO	NOME	JUSTIFICATIVA / ATENDIMENTO
L402I	N. S. DA GLÓRIA / PORTO DA FOLHA	ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA ALIMENTADORA LOCAL 220 (PORTO DA FOLHA/ITABAIANA)
L403I	LAGOA DO RANCHO / N. S. DA GLÓRIA	ITINERÁRIO ATENDIDO PELA LINHA ALIMENTADORA LOCAL 220 (PORTO DA FOLHA/ITABAIANA)
L404I	GRACHO CARDOSO / N. S. DA GLÓRIA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA 407 (N. S. DA GLÓRIA / AQUIDABÃ)
L405I	ITABI / N. S. DA GLÓRIA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO COM A LINHA ALIMENTADORA 411 (GLÓRIA/ PROPRIÁ)
L512I	NOSSA SENHORA DAS DORES / CAPELA	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA ALIMENTADORA LOCAL 006 (CAPELA/DORES)
LXXII	LAGARTO / SALGADO	ITINERÁRIO SOBREPOSTO A LINHA 028 (INALTERADA)

Na figura a seguir estão representados os itinerários propostos no Modelo Operacional Reorganizado segundo os sistemas Alimentador, Troncal e Estrutural.

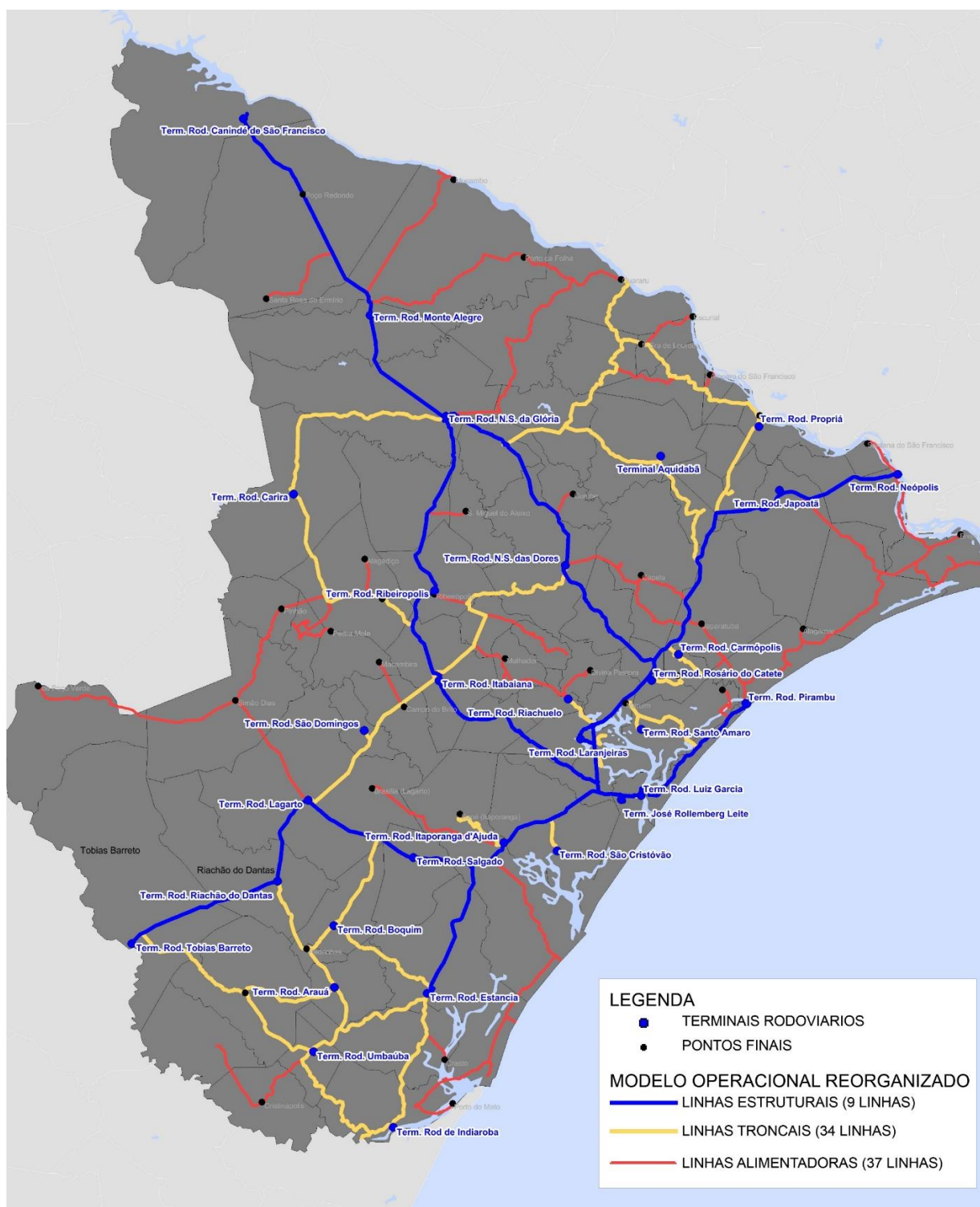


Figura 2.10 – - Rede do Modelo Operacional Reorganizado

A tabela a seguir apresenta um resumo dos indicadores do Modelo Operacional Reorganizado segundo o tipo de sistema.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Tabela 2.17- Resumo dos Indicadores do Modelo Operacional Reorganizado

SISTEMA	ALIMENTADOR A	LINHA ESTRUTURAL	LINHA TRONCAL	TOTAL GERAL
Velocidade Média (km/h)	46	50	44	46
Tempo Médio Ciclo (MIN)	134	255	137	149
Frota (HP)	116	131	122	369
%	31%	36%	33%	100%
Oferta (HP)	1.936	1.400	2.368	5.704
Viagens (HP)	55	35	63	153
Viagens (Mês)	14.761	13.237	23.385	51.383
Percorso Médio Mensal - PMM	13.731	18.257	19.294	16.605
IPKe *	0,34	0,19	0,36	0,33
Prod. Quilométrica (Mês)	1.878.782	2.432.193	2.400.985	6.711.960
Demanda Mensal	479.811	489.499	853.592	1.822.902
Passageiros por Viagem (Mês)	26	51	32	30
IAP – Índice de Aproveitamento Padrão	76,3%	90,85%	85,9%	82,04%

* IPK equivalente: Admitido 7% de gratuidades

Conforme mencionado anteriormente, os resultados do modelo operacional reorganizado necessitam ser comparados com os resultados obtidos no modelo operacional otimizado. Dessa análise é possível verificar importantes alterações nos indicadores de transporte que poderão refletir economia operacional (mão-de-obra e custos variáveis) e consequente redução da tarifa a ser praticada. Dentre as principais alterações nos indicadores operacionais destacam-se:

- Redução de 23% da frota operacional;
- Redução de 26% das viagens na Hora-Pico;
- Redução de 9% da Produção Quilométrica Mensal;
- Aumento de 11% do PMM - Percorso Médio Mensal;
- Aumento de 43% do IPK equivalente;
- IAP de 82% dos veículos na hora-pico.

Para que tais benefícios fossem atingidos tomando como base demanda hora-pico como na situação atual (aferida pelas pesquisas), foi necessário reprogramar com a mesma tipologia veicular, porém com a distribuição de capacidades veiculares diferentes das empregadas no modelo otimizado. A tabela a seguir sintetiza as quantidades de veículos por sistema e suas capacidades requeridas para que seja possível atingir os indicadores acima apresentados.

Tabela 2.18 - Tipologia e Quantidade da Frota

CAPACIDADE DOS VEÍCULOS	TIPO DE SISTEMA			TOTAL GERAL
	QTDE DE VEICULOS - SISTEMA ALIMENTADORA	QTDE DE VEICULOS - SISTEMA ESTRUTURAL	QTDE DE VEICULOS - SISTEMA TRONCAL	
16	1	-	-	1
20	2	-	-	2
24	1	-	1	2
28	3	-	-	3
32	9	-	9	18
36	43	-	38	81



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

40	57	131	74	262
Total Geral	116	131	122	369

3. ITINERÁRIO DAS LINHAS

Este relatório é acompanhado de um apêndice digital que contempla a apresentação do itinerário das linhas descritas na Tabela 2.1.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

ANEXO II

Minuta de Contrato de Concessão

**TERMO DE CONTRATO DE
CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE E A**
_____, **NA FORMA**
ABAIXO:

CONTRATO PJ-____/2022

Pelo presente instrumento, fazem-se presentes de um lado o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE – DER/SE**, pessoa jurídica de direito público interno, organizado sob a forma de Autarquia Especial Estadual, nos termos da Lei Estadual nº 5.697, de 18 de julho de 2005, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.555.286/0001-10, com sede na Avenida São Paulo, nº 3.005, Bairro José Conrado de Araújo, CEP 49085-380, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. **ANDERSON DAS NEVES NASCIMENTO**, brasileiro, maior, capaz, solteiro, engenheiro civil, portador do RG nº 301.497-20– SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 014.696.515-99, residente e domiciliado na Avenida Beira Mar, nº 218, Mansão Emanuel Fonseca, Apartamento 403, Bairro Jardins, CEP nº 49.025-040, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, e pelo seu Diretor de Transportes e Trânsito, o Sr. **EVERTON DA CRUZ MENEZES**, brasileiro, maior, capaz, casado, administrador, portador do RG nº 696.178 – SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 417.313.365-00, residente e domiciliado na Rua Francisco Ferreira Oliveira, nº 95, Aeroporto, CEP 49.038-400, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, portador do RG nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, para o fim especial de celebrarem o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 776/2021-COMPRAS.GOV-DER/SE**, o qual fez gerar a modalidade licitatória **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____/2022**, nos termos do artigo 175 da Constituição Federal; das Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nº 9.074, de 7 de julho de 1995; nº 8.666, de 21 de junho de 1993; do inciso II do artigo 7º da Constituição do Estado de Sergipe; das Leis Estaduais nº 3.800, de 26 de dezembro de 1996; nº 5.848, de 13 de março de 2006 (com os acréscimos e alterações da Lei Estadual nº 6.640, de 26 de junho de 2009); e demais legislação pertinente e com base nas cláusulas a seguir ajustadas:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1ª. DEFINIÇÕES

1.1. Neste CONTRATO, sempre que em maiúsculas, e salvo se do contexto resultar claramente sentido diferente, os termos a seguir indicados terão o seguinte significado:

- I. Administração: a Administração Pública direta e/ou indireta do Estado de Sergipe;
- II. Área de Operação: território e serviços abrangidos no objeto da Concessão, conforme detalhamento dos serviços constante do Anexo I – Projeto Básico – Plano Diretor do Sistema de Transporte Intermunicipal (PDTI) de Passageiros do Estado de Sergipe do Edital;
- III. Área Neutra: território que recebe ligações intermunicipais das duas áreas de operação.
- IV. Autos: é a numeração relacionada às linhas atualmente existentes;
- V. Bagageiro: compartimento do veículo destinado exclusivamente ao transporte de bagagens e encomendas, com acesso independente do compartimento de passageiros;
- VI. Bagagem: conjunto de objetos de uso pessoal do passageiro, devidamente acondicionado em malas, sacos ou pacotes, transportado no bagageiro do veículo, nos termos definidos pelo órgão regulador;
- VII. Bens vinculados: são os bens necessários à prestação adequada e contínua dos serviços que são objeto da Concessão;
- VIII. Bilhete de Passagem: documento que comprova o contrato de transporte entre a Concessionária e o usuário;
- IX. Concessão: outorga para prestação dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular) nos termos da legislação pertinente, do Edital e do Contrato;
- X. Concessionária: empresa ou consórcio de empresas, ao qual foi adjudicado o objeto da licitação;
- XI. Conselho Estadual de Transportes (CET): órgão colegiado integrante da estrutura do DER/SE, a quem compete instituir a política de transporte terrestre intermunicipal, regulamentos e normas;
- XII. Contrato: é o instrumento de outorga da Concessão, celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, que tem por objeto regular as condições de sua prestação exploração;
- XIII. Contratante: O Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- XIV. Demanda: movimento de passageiros, entre pares de localidades, em um período de tempo determinado;
- XV. DOE: Diário Oficial do Estado de Sergipe;
- XVI. Edital: Edital de Concorrência Pública nº ____/2022 e todos os seus Anexos;
- XVII. Frequência: número de viagens em cada sentido, numa ligação, em um período de tempo definido;
- XVIII. Itinerário: percurso a ser cumprido na execução do serviço;
- XIX. Licitação: Concorrência Pública nº ____/2022;
- XX. Linha: ligação entre dois pontos terminais rodoviários e/ou urbanos, com itinerário e frequência definidos, em municípios diferentes;
- XXI. Linha interáreas: ligação entre dois ou mais municípios em áreas de operação distintas;
- XXII. Linha intra-área ou interna: ligação entre dois ou mais municípios em uma mesma área de operação ou utilizando-se de conexão da área operação com a Área Neutra;
- XXIII. Lote: cada uma das Áreas de Operação descritas no Edital, as quais serão adjudicadas de forma individual;
- XXIV. Órgão Regulador: o Conselho Estadual de Transportes (CET) e o Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE;
- XXV. Outorga: atribuição da prestação dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular) à empresa ou consórcio de empresas, mediante licitação pública, nas condições definidas pelo órgão regulador;
- XXVI. Passagem: valor a ser cobrado do usuário, corresponde ao valor da Tarifa e, quando inclusos, pedágio, tributos e outros eventuais;
- XXVII. Plano de Operação: plano composto pelas ligações do sistema concebido no Anexo I – Projeto Básico – Plano Diretor do Sistema de Transporte Intermunicipal (PDTI) de Passageiros do Estado de Sergipe;
- XXVIII. Poder Concedente: o Estado de Sergipe;
- XXIX. Ponto: local de embarque e desembarque de passageiros quando não obrigatório o uso de terminais rodoviários;
- XXX. Ponto de Parada: local que proporcione embarque e desembarque de passageiros e pausa na viagem para descanso ao motorista e usuários;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

XXXI. Ponto de Seção: local para fins de seção tarifária da ligação;

XXXII. Receita Acessória: receita auferida pela Concessionária que não seja decorrente da cobrança de Tarifas, mas de atividades alternativas, Complementares, acessórias ou de projetos associados, tais como transporte de encomendas, aluguel de bagageiros, publicidade etc.;

XXXIII. Receita Tarifária: receitas da Concessionária decorrentes unicamente da cobrança de Tarifas pagas pelos usuários do serviço;

XXXIV. Serviço Adequado: como definido pela Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, em seu artigo 6º, assim considerado aquele que atenda às disposições do Anexo I – Projeto Básico – Plano Diretor do Sistema de Transporte Intermunicipal (PDTI) de Passageiros do Estado de Sergipe.

XXXV. Serviços Delegados: serviços públicos a serem prestados pela Concessionária durante todo o prazo da Concessão, nos termos deste edital e das normas de regulação;

XXXVI. Serviços Não Delegados: serviços de competência do Poder Público, não compreendidos no objeto da Concessão, tais como planejamento integrado entre as Áreas de Operação dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros e fiscalização e autuação de infrações dos serviços;

XXXVII. Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros: Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros (Serviço Regular), que proporcionam a ligação entre municípios sem transpor os limites territoriais do Estado de Sergipe, com cobrança individual de passagens e caráter de serviço aberto ao público;

XXXVIII. Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento: conjunto de equipamentos, “softwares”, procedimentos e informações relacionados à comercialização, contabilização, registro e monitoramento dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros.

XXXIX. Sistema de Transporte: o conjunto de pessoas físicas ou jurídicas e bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, e normas que visem, direta ou indiretamente, viabilizar a prestação dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros;

XL. Tarifa: é a parcela da passagem correspondente ao valor referente à prestação dos serviços pela Concessionária;

XLI. Terminal Rodoviário ou Urbano: local de concentração de ligações com a finalidade de embarque/desembarque e transbordo de passageiros, integração do sistema e regulação de frota.

CLÁUSULA 2ª. – ANEXOS

2.1. Integram o CONTRATO, para todos os efeitos legais e contratuais, o EDITAL, seus anexos e esclarecimentos, bem como a PROPOSTA elaborada pela CONCESSIONÁRIA, vencedora do processo licitatório, do qual advém este CONTRATO.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CLÁUSULA 3ª. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A CONCESSÃO reger-se-á pelo artigo 175 da Constituição Federal; pelas Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nº 9.074, de 7 de julho de 1995; nº 8.666, de 21 de junho de 1993; pelo inciso II do artigo 7º da Constituição do Estado de Sergipe; pelas Leis Estaduais nº 3.800, de 26 de dezembro de 1996; nº 5.848, de 13 de março de 2006 (com os acréscimos e alterações da Lei Estadual nº 6.640, de 26 de junho de 2009); demais legislação pertinente e regulamentos aplicáveis.

CLÁUSULA 4ª. INTERPRETAÇÃO

4.1. As divergências que porventura venham a existir relativamente à aplicação das disposições contratuais, resolver-se-ão da seguinte forma:

CAPÍTULO II - OBJETO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 5ª. OBJETO DA CONCESSÃO

5.1. A CONCESSÃO tem por objeto a operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, compreendendo, ao longo de todo seu prazo de vigência, o seguinte:

I A operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;

II A cobrança de TARIFAS, além dos encargos incidentes ou agregados à TARIFA, por meio da venda de passagens, comercialização dos passes, vales-transporte e demais comprovantes utilizados ou que venham a ser utilizados como contraprestação dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros, em forma de bilhetes, cartões, chips ou assemelhados, ou outras tecnologias que venham a substituí-los, ficando responsável pela guarda e transporte de valores e entrega a quem de direito;

III Manutenção dos veículos, infraestrutura de apoio, instalações e equipamentos vinculados, direta ou indiretamente, à prestação do serviço e todos os demais bens que forem necessários, de qualquer forma, à referida prestação, excetuados os terminais rodoviários e demais infraestruturas cuja responsabilidade de operação e manutenção seja atribuída expressamente ao Poder Concedente ou terceiros;

IV A prestação de SERVIÇO ADEQUADO;

V A exploração de receitas acessórias, na forma aprovada pelo DER/SE;

VI A prestação de informações na forma, periodicidade e abrangência exigidas pela CONTRATANTE.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

5.2. A transferência, a qualquer título, da CONCESSÃO, somente poderá ser feita com a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE e aprovada pelo PODER CONCEDENTE, na forma do artigo 27 da Lei nº 8.987/1995.

5.3. A operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS deverá obedecer ao disposto nas normas, nos padrões e nos procedimentos dispostos no EDITAL e seus Anexos, na PROPOSTA e nos demais elementos normativos legalmente instituídos, afetos ao tema.

5.4. Durante todo o prazo contratual, a CONCESSIONÁRIA deverá manter, em sua estrutura organizacional, responsáveis técnicos que atendam aos requisitos exigidos na legislação vigente e no EDITAL, para o fiel cumprimento dos serviços objeto da CONCESSÃO, especialmente profissional com experiência na exploração dos SERVIÇOS DELEGADOS.

5.5. Eventuais linhas futuramente criadas incluem-se no objeto da CONCESSÃO.

5.6. A alteração de linhas e a criação de novas linhas deverá atender ao disposto no Anexo VII – Norma sistemática de alteração, criação de novas linhas do Edital.

CLÁUSULA 6ª. ESPÉCIE DA CONCESSÃO

6.1. A CONCESSÃO é simples, de serviço público e será explorada em regime de cobrança de TARIFA e de outros serviços prestados aos usuários.

CAPÍTULO III - PRAZO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 7ª. PRAZO DA CONCESSÃO

7.1. O prazo de vigência da CONCESSÃO é de 10 (dez) anos, contados a partir da assinatura do Contrato.

7.2. Após o término do prazo de Concessão, vedadas prorrogações automáticas, considerar-se-á extinta a Concessão, nos termos do Contrato.

7.3. A Concessionária deverá, ao final da CONCESSÃO, colaborar para a transição da prestação do serviço e fornecer as informações operacionais necessárias para a assunção dos serviços por outrem.

7.4. A CONCESSÃO poderá ser prorrogada, por igual prazo ao inicial, a critério do Poder Concedente, mediante Termo Aditivo ao Contrato a ser celebrado entre as partes.

7.5. A CONCESSIONÁRIA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste Contrato, para o início de operação. Após o início da operação, a CONCESSIONÁRIA terá até 30 (trinta) dias para concluir efetivamente a assunção dos serviços, conforme estabelecido no EDITAL.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

7.6. A partir da assunção dos serviços, até a extinção da CONCESSÃO, será de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA a prestação de um SERVIÇO ADEQUADO, mediante a execução do objeto deste CONTRATO.

CAPITULO IV – VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

CLÁUSULA 8ª. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

8.1. O valor estimado do contrato, para a Área de Operação XX, é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

8.2. O valor do contrato tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das Partes para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

CAPÍTULO V - BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

CLÁUSULA 9ª. BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

9.1. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a manter registro e inventário dos bens vinculados à CONCESSÃO e a atender as exigências legais e regulamentares a eles relativas.

9.2. Os bens vinculados à CONCESSÃO poderão ser utilizados na execução de atividades não consignadas no objeto da presente CONCESSÃO, desde que cumpridas as seguintes condições:

I. Inexista qualquer prejuízo à normal prestação do serviço público concedido; e

II. Haja comunicação e aprovação prévia do DER/SE.

9.3. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela administração, operação, guarda, utilização, manutenção, modernização e substituição, em perfeitas condições operacionais, de todos os bens da CONCESSIONÁRIA vinculados aos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS.

9.4. Entende-se por “bens vinculados” à CONCESSÃO todos os bens materiais e imateriais, móveis ou imóveis, contratos e direitos, reversíveis ou não, necessários à prestação adequada e contínua dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS.

9.5. Serão revertidos ao DER/SE, com o advento do termo contratual, livre e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou encargos, os bancos de dados e sistemas de gerenciamento ligados exclusivamente à prestação dos serviços.

9.6. A CONCESSIONÁRIA declara, desde já, que todos os valores necessários à reposição, substituição e manutenção ordinária dos bens reversíveis mencionados na cláusula 9.5 já foram considerados em sua PROPOSTA, razão pela qual concorda que a remuneração decorrente deste CONTRATO é suficiente para tais substituições, reposições ou manutenções.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

9.7. Todos os investimentos previstos originalmente neste CONTRATO, inclusive a manutenção e substituição de bens reversíveis mencionados na cláusula 9.5., deverão ser depreciados e amortizados pela CONCESSIONÁRIA no prazo da concessão, não cabendo qualquer pleito ou reivindicação de indenização por eventual saldo não amortizado ao fim do prazo da concessão, quanto a esses bens.

9.8. Os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido deverão estar amortizados e depreciados dentro do prazo da concessão, a não ser que o contrário seja expresso e formalmente estabelecido e previamente autorizado pelo DER/SE.

9.9. Não serão considerados bens reversíveis os ônibus, as bases operacionais e instalações de prestação de serviços, bem como as demais instalações da Concessionária (sede).

CAPÍTULO VI - CONCESSIONÁRIA

CLÁUSULA 10ª. DA CONCESSIONÁRIA

10.1 Na prestação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, a CONCESSIONÁRIA dirigirá seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia de acordo com os seguintes objetivos:

I. Expansão do número de passageiros servidos pela CONCESSIONÁRIA, ampliação e modernização da frota de veículos, das infraestruturas de apoio, das instalações e dos equipamentos da CONCESSIONÁRIA, para o adequado atendimento das demandas atual e futura;

II. Incremento da sustentabilidade econômica da CONCESSÃO e atingimento de suas metas, observadas a legislação específica, as normas regulamentares, as prescrições deste CONTRATO e as condições da PROPOSTA vencedora da LICITAÇÃO.

III. Cooperação com a CONTRATANTE no sentido de colaborar com estudos e testes que venham a ser necessários com vista ao aperfeiçoamento dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros.

CLÁUSULA 11ª. TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

11.1. No caso de consórcio, o instrumento de constituição deverá estar devidamente registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá observar, além dos dispositivos legais, as cláusulas e condições do EDITAL e seus anexos.

CLÁUSULA 12ª. COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO

12.1 Qualquer alteração na composição do Consórcio CONCESSIONÁRIO, sem prévia anuência da CONTRATANTE, implicará a caducidade do CONTRATO da CONCESSÃO.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

12.2. A dissolução do Consórcio apenas poderá ocorrer após o término dos levantamentos, avaliações e liquidações a que se refere o artigo 35, § 2º da Lei federal nº 8987/1995, providências estas que culminarão com a assinatura de termo de recebimento definitivo.

12.1.1. Até a dissolução, e mesmo após a extinção da CONCESSÃO, as Consorciadas deverão manter o patrimônio líquido mínimo apontado no Edital de Licitação.

CLÁUSULA 13ª. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

13.1. As empresas consorciadas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento deste CONTRATO.

CLÁUSULA 14ª. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

14.1. Durante todo o prazo da CONCESSÃO, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

I. Proceder ao envio de documentos ao DER/SE, nos termos do Anexo V do Edital – Envio de Documentos ao DER/SE;

II. Dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações emergentes deste CONTRATO e que possa constituir causa de intervenção na CONCESSIONÁRIA, de caducidade da CONCESSÃO ou da rescisão do CONTRATO;

III. Apresentar, até 30 de abril de cada ano, atendendo, conforme sua natureza, as disposições constantes do Código Civil, da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Lei nº 11.638/2007, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo, dentre outros, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados, a Demonstração de Resultados do Exercício e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas do Balanço, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e, se companhia aberta, inclusive, a Demonstração do Valor Adicionado;

IV. Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento dos serviços ou da exploração, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos;

V. Apresentar, quando da revisão ordinária, informação atualizada das projeções financeiras da CONCESSÃO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo da CONCESSÃO, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração das projeções financeiras integrantes da PROPOSTA;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

VI. Apresentar outras informações adicionais ou complementares, que a CONTRATANTE venha a solicitar formalmente.

CLÁUSULA 15ª. LICENÇAS

15.1. São de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a obtenção, em tempo hábil, de todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício de todas as atividades objeto da CONCESSÃO, inclusive das autoridades de trânsito, arcando com todas as despesas relacionadas à implementação das providências determinadas pelos referidos órgãos, correndo por sua conta as despesas correspondentes.

CAPÍTULO VII - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE
INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

CLÁUSULA 16ª. TRANSFERÊNCIA DO SERVIÇO

16.1. A operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS será transferida gradualmente para a CONCESSIONÁRIA, mediante as assinaturas do “Termo de Entrega” de cada LINHA assumida pela CONCESSIONÁRIA, tornando-se daí em diante responsável exclusiva da prestação de um SERVIÇO ADEQUADO, competindo-lhe a venda de PASSAGEM e os serviços prestados aos usuários, nos termos deste CONTRATO e seus Anexos.

CLÁUSULA 17ª. DA PUBLICIDADE PRÉVIA

17.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável por promover campanha informativa que garanta ampla divulgação à população envolvida nas alterações operacionais decorrentes deste CONTRATO, a qual deverá ser submetida ao DER/SE.

17.1.1. O planejamento da campanha deverá atender à regulamentação do DER/SE e seu Plano de Mídia deverá ser encaminhado ao DER/SE em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início de operação. O DER/SE terá até 10 (dez) dias úteis para análise e manifestação.

CAPÍTULO VIII – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

CLÁUSULA 18ª. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. Atendidas e mantidas as condições e cláusulas deste CONTRATO, considera-se preservado seu equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA 19ª. RISCOS DA CONCESSÃO

19.1. A CONCESSIONÁRIA assume integral responsabilidade pelos riscos inerentes à operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente deste CONTRATO.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

19.2. É de integral responsabilidade da Concessionária o conhecimento dos riscos por ela assumidos, na execução de suas atribuições no âmbito deste Contrato, devendo adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos assumidos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.

19.3. Variações de receita decorrentes de alterações da demanda de passageiros em relação ao previsto no plano de negócios não serão consideradas para efeito do equilíbrio econômico-financeiro, sendo considerado risco exclusivo da CONCESSIONÁRIA a correta avaliação do possível impacto sobre a exploração dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS decorrente da evolução futura dessa demanda.

19.3.1. A CONCESSIONÁRIA assumirá, integralmente, o risco das projeções das receitas acessórias.

19.4. Sem prejuízo de outros riscos expressamente assumidos pelo PODER CONCEDENTE neste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assume os seguintes riscos:

I. Alterações na política tarifária aplicada aos usuários, notadamente a redução do valor cobrado dos usuários, por qualquer motivo.

II. Mudanças na legislação tributária que tenham impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionados especificamente com a execução dos serviços objeto deste CONTRATO, exceto as mudanças nos impostos e contribuições sobre a renda.

CLÁUSULA 20ª. REGIME TARIFÁRIO E EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

20.1. Pela prestação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, objeto deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA cobrará TARIFAS com valor fixado pelo PODER CONCEDENTE.

20.2. A CONCESSIONÁRIA reconhece que a TARIFA, em conjunto com as regras de reajuste e revisão tarifária, são suficientes para a adequada prestação do serviço concedido.

CLÁUSULA 21ª. ESPECIFICAÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do ajuste. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das partes sofrer os efeitos financeiros, positivos ou negativos, de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado.

21.2. A CONCESSIONÁRIA não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

21.3. O PODER CONCEDENTE não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ele assumidos no Contrato venham a se materializar.

21.4. Somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nas hipóteses abaixo descritas, quando dos eventos a seguir elencados resultar efetivo impacto na equação econômico-financeira do CONTRATO, o qual deverá ser demonstrado pela Parte pleiteante, que deverá comprovar a exata medida do desequilíbrio ensejado pela materialização do evento de desequilíbrio:

I. Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se efetiva alteração substancial dos custos ou da receita/remuneração, para mais ou para menos.

II. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à Concessionária neste CONTRATO.

III. Solicitação pelo PODER CONCEDENTE de emprego de nova tecnologia ou técnica nos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, ou nos bens utilizados para a prestação os serviços, quando não decorrer de obrigações contratuais da Concessionária para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

IV. Ocorrência de caso fortuito ou força maior:

a) Quando as consequências não forem seguráveis no Brasil;

b) Quando as consequências forem seguráveis, no que exceder ao valor da cobertura. Caso a CONCESSIONÁRIA não tenha contratado seguro para o risco materializado, assumirá integralmente o ônus decorrente de sua reparação;

c) Caso determinado evento torne-se segurável após a celebração deste Contrato de Concessão, o disposto nesta cláusula, se aplicará automaticamente.

V. Redução de custos e encargos setoriais, gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.

VI. Materialização de qualquer um dos riscos descritos no CONTRATO e anexos, desde que demonstrado pela Parte pleiteante o efetivo impacto econômico-financeiro e a exata medida do desequilíbrio ensejado pela materialização do evento que não seja decorrente de risco atribuído à Parte pleiteante nos termos deste CONTRATO.

21.5. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA:

I. Se ficar caracterizado, mediante relatório fundamentado pelo PODER CONCEDENTE, que os impactos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

tenham sido, direta ou indiretamente, causados exclusivamente pela negligência, inépcia ou omissão da CONCESSIONÁRIA.

II. Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não ensejarem efetivo impacto nas condições contratuais e não acarretarem efetivo desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO que possa ser demonstrado em sua exata medida.

III. Caso fique apurado que mais de uma parte tenha concorrido direta ou indiretamente, pela negligência, inépcia ou omissão de ambas as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá considerar apenas o valor do prejuízo a que a parte prejudicada não tenha causado.

CLÁUSULA 22ª. REVISÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

22.1. A revisão ordinária do CONTRATO será realizada a cada 4 (quatro) anos da concessão. O processo terá início em datas pré-determinadas pelo DER/SE e terá como propósito:

I. Rever parâmetros de reajuste tarifário;

II. Promover o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em face de todos os eventos extraordinários consignados no período imediatamente precedente ao início da revisão ordinária, sendo que a recomposição se dará nos termos da cláusula 22.14 abaixo.

22.2. No início do processo de revisão ordinária, as PARTES apresentarão relatório que contenha:

I. Para a revisão dos parâmetros de reajuste tarifário, identificação das mudanças de composição dos custos do sistema, contemplando mudanças tecnológicas de frota, mudanças de padrões operacionais, mudanças nas condições supervenientes de prestação dos serviços ou outras causas que venham a afetar a proporção entre os custos contemplados na fórmula paramétrica ou que venham a apontar outros índices utilizados para reajuste que sejam preferíveis para ambas as PARTES por critérios como confiabilidade, isenção, regularidade de publicação ou outros.

II. Para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, face a todos os eventos extraordinários consignados no período imediatamente precedente, as partes documentarão:

a) Síntese de todos os fatos acordados pelas PARTES como motivadores de desequilíbrio econômico financeiro contratual;

b) Avaliação do impacto financeiro dos fatos acordados, sempre observadas as regras específicas para o método de recomposição do equilíbrio econômico- financeiro previstas nesta cláusula;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

c) Proposição de modalidade de recomposição do equilíbrio econômico financeiro, que poderá contemplar uma ou mais modalidades;

d) Quantificação dos valores necessários para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

22.2.1. Uma vez apresentados os relatórios pelas PARTES, deverá ser conduzido processo administrativo específico para que se estabeleça consenso quanto aos elementos descritos no item II.

22.3. O processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou por determinação do DER/SE, observado o procedimento constante neste CONTRATO, e como consequência dos procedimentos relacionados às revisões ordinárias do CONTRATO.

22.4. Somente serão admitidos, em âmbito administrativo, os pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro relativos a eventos ocorridos após a última revisão ordinária do CONTRATO DE CONCESSÃO. As solicitações de reequilíbrio não poderão ocorrer em prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias do fato gerador do pleito.

22.4.1. Mesmo nos casos em que o DER/SE expressamente defina que os eventos de desequilíbrio identificados possam ser tratados nas revisões ordinárias, a configuração de evento de desequilíbrio e o consequente direito ao seu processamento e tratamento somente se darão mediante a tempestiva e antecedente notificação do evento pela Parte pleiteante à outra Parte.

22.5. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA deverá constar de requerimento fundamentado e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto a:

I. Identificação precisa do evento de desequilíbrio, acompanhado, quando pertinente, de evidência da responsabilidade do PODER CONCEDENTE.

II. Projeção de fluxo de caixa marginal decorrente do evento de desequilíbrio, considerando: (i) os fluxos marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem evento; e (ii) os fluxos marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

III. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do evento que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo o regime contábil e tributário aplicável às receitas ou custos supostamente desequilibrados;

IV. Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do evento gerador do desequilíbrio sobre o fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

22.6 Os seguintes procedimentos deverão ser observados para os cálculos que levarão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

I. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro sempre será baseada nas melhores informações disponíveis no momento da avaliação do desequilíbrio, e será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa que expressaria a concretização do negócio, considerando os parâmetros estimados, sem considerar o impacto do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO; e (ii) o fluxo de caixa projetado tomando-se em conta os impactos oriundos do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

II. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento de desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do DER/SE, das projeções realizadas por ocasião da LICITAÇÃO.

III. O valor do desequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto do evento que o ensejou, no fluxo financeiro da CONCESSIONÁRIA, sendo, para tanto, calculado o valor presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação.

22.6.1 A taxa de desconto a ser utilizada nos fluxos dos dispêndios e das receitas marginais para efeito da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO será calculada de acordo com o procedimento descrito a seguir:

I. Serão adotados parâmetros de demanda verificada conforme apurações mensais realizadas pela CONCESSIONÁRIA, além das receitas, despesas e demais informações necessárias para estruturação dos fluxos de dispêndio marginais.

II. A taxa de desconto será definida pelo PODER CONCEDENTE no momento da ocorrência do fato gerador de desequilíbrio que deverá refletir o Custo Médio Ponderado de Capital da época, conforme melhores práticas.

22.7. Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, o DER/SE poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos e/ou econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.

22.8. A critério do DER/SE poderá ser realizada, por intermédio de entidade independente, especializada e com capacidade técnica publicamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro

22.9. O DER/SE, ou quem por ela indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado no procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

22.10. A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a pedido da



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CONCESSIONÁRIA deverá necessariamente considerar em favor do PODER CONCEDENTE os ganhos econômicos extraordinários, que não decorram diretamente da sua eficiência empresarial, propiciados por alterações tecnológicas ou pela modernização, expansão ou racionalização dos serviços, bem como ganhos de produtividade ou redução de encargos setoriais gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.

22.11. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo DER/SE deverá ser objeto de notificação à CONCESSIONÁRIA, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes.

22.12. Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, a Parte terá 90 (noventa) dias para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

22.13. Após manifestação de ambas as Partes, o DER/SE resolverá sobre o cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observadas as disposições desta Cláusula.

22.14. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de escolher a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, que será formalizada em Termo Aditivo ao presente CONTRATO, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação dos serviços, em especial, pelas seguintes:

I. Alteração do prazo de CONCESSÃO;

II. Revisão tarifária, no caso de incidência em todas as Áreas de Operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;

III. Ressarcimento ou indenização à CONCESSIONÁRIA;

IV. Dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais;

V. Assunção pelo PODER CONCEDENTE de custos atribuídos pelo CONTRATO à CONCESSIONÁRIA;

VI. Exploração de receitas acessórias para além do prazo de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, e/ou alteração nos padrões de compartilhamento das receitas acessórias;

VII. Combinação das modalidades anteriores, ou outras permitidas pela legislação, a critério do Poder Concedente.

22.15 Na escolha da medida destinada a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da CONCESSIONÁRIA, relativo aos contratos de financiamento celebrados por esta para a execução do objeto do CONTRATO.

22.16. Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais.

22.17. Caso o DER/SE considere que o evento que deu origem ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato coloca em risco a continuidade ou a qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, a revisão contratual deverá ser realizada de forma imediata pelas partes, caracterizando Revisão Extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

22.18 Não caberá, durante o prazo da CONCESSÃO, qualquer solicitação de reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO por conta de diferenças de quantidades ou alegação de desconhecimento dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS e dos serviços previstos neste CONTRATO, em especial aquelas decorrentes de fatores que possam ser identificados e solucionados pelas técnicas conhecidas à época da PROPOSTA.

CAPÍTULO IX – DAS RECEITAS DE EXPLORAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA E DAS RECEITAS DO PODER CONCEDENTE PELA OUTORGA DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 23ª. COBRANÇA DE PASSAGEM E REAJUSTE DA TARIFA

23.1. A CONCESSIONÁRIA tem o direito e o dever de cobrar PASSAGEM em contrapartida pelos serviços prestados, observadas as condições estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicável.

23.2. A remuneração dos serviços prestados dar-se-á por TARIFA fixada com observância dos seguintes princípios:

I. A economicidade e a modicidade da TARIFA cobrada do usuário;

II. A justa remuneração do capital empregado;

III. A operação dos serviços de acordo com o estabelecido neste CONTRATO, no EDITAL e seus anexos e nos demais instrumentos de gestão e controle aplicados pelo DER/SE;

IV. O equilíbrio econômico-financeiro para a prestação do serviço de transporte.

23.3. O reajuste da TARIFA deverá ocorrer **anualmente**, a contar da data de apresentação da proposta, devendo o valor da TARIFA preservar, em caráter permanente, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do CONTRATO DE CONCESSÃO, de modo que a receita seja suficiente para a cobertura dos custos de prestação dos serviços e da remuneração do capital investido.

23.4. O reajuste da TARIFA será realizado mediante estudo técnico, competindo à CONCESSIONÁRIA requerer e apresentar os dados pertinentes, em até 90 (noventa) dias antes da data-base do reajuste.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

23.5. O PODER CONCEDENTE realizará o reajuste da TARIFA conforme fórmula de reajuste abaixo especificada:

$$R = [(0,313 \times i 1) + (0,418 \times i 2) + (0,232 \times i 3) + (0,037 \times i 4)]$$

Sendo:

- R - Índice de reajuste a aplicar entre os períodos considerados
- i1 - Variação do reajuste de remuneração de pessoal no Estado de Sergipe, apurada a partir do dissídio coletivo da categoria.
- i2 - Variação do preço de óleo diesel para grandes consumidores – média para o Estado de Sergipe.
- i3 - Variação do índice “IPA-DI – Índice de Preços ao Produtor Amplo – Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna – FGV”
- i4 - Variação do índice “INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE.

23.6. A CONCESSIONÁRIA recolherá mensalmente ao DER/SE o valor de 2% (dois por cento) sobre a totalidade das receitas líquidas por ela auferidas no mês anterior aquele correspondente ao pagamento, durante todo o período da Concessão.

CLÁUSULA 24ª. FONTES ACESSÓRIAS DE RECEITA

24.1. Além das TARIFAS pagas pelos usuários, a CONCESSIONÁRIA poderá ser remunerada por receitas acessórias, desde que:

I. O desempenho de atividades diversas do objeto do presente CONTRATO não acarrete prejuízo à normal prestação do serviço público concedido;

II. As fontes das receitas a que se refere este item sejam prévia e expressamente aprovadas pelo DER/SE.

24.2. As receitas acessórias provenientes da prestação de serviços alternativos, complementares, acessórios ou projetos associados devem ser contabilizadas em separado.

24.3. Para todo e qualquer novo serviço gerador de receita acessória que a CONCESSIONÁRIA deseje ver explorado, deverá previamente solicitar a anuência do DER/SE, apresentando e indicando, no mínimo:

I. A fonte e os valores estimados da receita acessória, por ano ou pelo ato, quando este for individualizado;

II. A natureza do serviço a ser explorado;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

III. A ausência de qualquer conflito e/ou impacto negativos na CONCESSÃO, com a exploração da receita acessória;

IV. Os preços a serem praticados e os parâmetros de reajuste periódicos;

V. O compromisso de que eventuais alterações na exploração dos serviços serão comunicadas e devidamente justificadas ao DER/SE.

24.4. É vedado à CONCESSIONÁRIA pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da variação das receitas acessórias.

24.5. Deverá ser revertido mensalmente ao DER/SE o montante de 2% (dois por cento) do total das receitas acessórias líquidas auferidas.

CAPÍTULO X - GARANTIAS E SEGUROS

CLÁUSULA 25ª. GARANTIAS

25.1. A CONCESSIONÁRIA prestará e manterá íntegra garantia de fiel execução deste CONTRATO, em favor do PODER CONCEDENTE e do DER/SE, por meio de [indicar a modalidade de garantia escolhida pela PROPONENTE vencedora: caução em moeda corrente nacional, caução em títulos da Dívida Público do Tesouro Nacional, seguro-garantia ou fiança bancária].

25.1.1 A garantia prestada será de R\$ [...] ([.]), que corresponde a 5% (cinco por cento) do investimento total, para a Área de Operação [...], durante todo o período da CONCESSÃO.

25.1.2 A garantia de execução ofertada deverá ser incondicionada e não poderá conter quaisquer ressalvas que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

25.1.3 É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção e suficiência da garantia de execução prestada neste CONTRATO, inclusive ficando responsável por arcar com todos os custos decorrentes de sua contratação.

25.1.4 O inadimplemento de quaisquer das obrigações decorrentes da CONCESSÃO ensejará a execução imediata da garantia prevista nesta Cláusula, desde que após prévia e formalmente notificada para satisfazer voluntariamente a obrigação inadimplida, a CONCESSIONÁRIA não a regularize no prazo de 15 (quinze) dias.

25.1.5 O DER/SE executará a garantia de fiel execução deste CONTRATO, parcial ou totalmente, para cobrança de quaisquer importâncias que lhe forem devidas, a qualquer título, pela CONCESSIONÁRIA, incluindo ressarcimento de custos e despesas incorridas face ao eventual inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA e execução para pagamento de multas.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

25.1.6 A CONCESSIONÁRIA permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento do objeto deste CONTRATO, assim como pelas demais obrigações a ele inerentes, incluindo pagamentos de multas, indenizações e demais penalidades eventualmente aplicadas, independentemente da execução total ou parcial da garantia de execução.

25.1.7 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao DER/SE documento comprobatório de renovação e atualização da garantia de execução, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do término do prazo de vigência, sob pena de caducidade.

25.1.8 A perda da garantia de fiel execução deste CONTRATO dar-se-á de pleno direito, se vier a ocorrer a rescisão unilateral deste ajuste, em decorrência de inadimplemento de quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da cobrança das obrigações remanescentes.

25.1.9 A liberação ou restituição da garantia dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias após a extinção da CONCESSÃO, desde que não haja nenhum tipo de pendência ou obrigação da CONCESSIONÁRIA, de qualquer natureza, a ser satisfeita.

25.1.10 Sempre que a Garantia de Execução for executada, total ou parcialmente, a CONCESSIONÁRIA ficará obrigada à recomposição de seu valor integral, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados de notificação, sob pena de declaração de caducidade do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 26ª. SEGUROS

26.1. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar os seguros exigidos neste CONTRATO e manter as respectivas apólices válidas durante todo o prazo de duração da CONCESSÃO, de forma a garantir efetivamente a cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à CONCESSÃO, em condições aceitáveis pelo DER/SE.

26.2. Nenhum serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA comprove ao DER/SE que as apólices dos seguros exigidos nos termos desta Cláusula se encontram em vigor.

26.2.1 A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas e que os respectivos prêmios se encontram pagos.

26.3. O PODER CONCEDENTE e o DER/SE deverão ser indicados como cossegurados nas referidas apólices de seguros, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer das condições dos seguros ser previamente aprovado pelo DER/SE. As apólices de seguro deverão conter, ainda, cláusula expressa de renúncia pela seguradora de eventual exercício de sub-rogação nos direitos que tenha ou venha a ter contra o PODER CONCEDENTE e/ou o DER/SE.

26.3.1 A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CONCESSIONÁRIA e o DER/SE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquias ou redução de importâncias seguradas.

26.4 A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT), contratará e manterá em vigor, ao longo do prazo da CONCESSÃO, seguro de responsabilidade civil cobrindo a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE e o DER/SE pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros em relação à mora ou lesão de pessoas e danos a bens resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO.

CAPÍTULO XI - FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 27ª. FISCALIZAÇÃO

27.1. O poder de fiscalização do cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA será exercido diretamente pela CONTRATANTE.

27.2. A CONCESSIONÁRIA facultará à CONTRATANTE livre acesso a todos os bens vinculados à CONCESSÃO, a todos os livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como a livros, registros e documentos relacionados com as atividades abrangidas pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e operacionais, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, todos os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.

27.2.1 As informações de que trata este item deverão estar disponíveis em meio eletrônico e a CONCESSIONÁRIA facultará à CONTRATANTE acesso irrestrito aos mesmos.

27.3 As determinações que a CONTRATANTE vier a fazer, no âmbito de seu poder de fiscalização, deverão ser imediatamente acatadas pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de apresentar o recurso cabível, nos termos da legislação aplicável.

27.4 Eventuais desvios entre o andamento dos serviços e o cronograma em vigor deverão ser objeto de explicações detalhadas e, tratando-se de atrasos, de apresentação das medidas que estão sendo tomadas para superá-los.

27.5 A posterior regularização das faltas apontadas na fiscalização não afasta o descumprimento havido e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade.

27.6 A CONCESSIONÁRIA anui com a utilização, pelo DER/SE, de todas as informações compartilhadas e coletadas, no âmbito das atividades de fiscalização desempenhadas pelo DER/SE, para finalidade de pesquisa e desenvolvimento.

CLÁUSULA 28ª. INTERVENÇÃO

28.1 Em caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações decorrentes deste CONTRATO, para assegurar a adequação e continuidade na prestação de serviços



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

concedidos e/ou o cumprimento, pela Concessionária, das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, a CONTRATANTE proporá ao PODER CONCEDENTE a decretação de intervenção para assumir a execução dos serviços pertinentes à CONCESSÃO.

28.2 Dentre as situações que podem ensejar a intervenção, incluem-se as seguintes:

- I Deficiências graves na organização da CONCESSIONÁRIA ou no normal desenvolvimento das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;
- II Situações que ponham em risco a saúde e a segurança dos usuários, de pessoas e de bens;
- III Não atendimento dos níveis de serviços exigidos;
- IV Graves ou reiterados descumprimentos das obrigações deste CONTRATO;
- V Não apresentação ou renovação das apólices de seguro necessárias ao pleno e regular desenvolvimento contratual;
- VI Utilização da CONCESSÃO para fins ilícitos.

28.1. Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a decretação de intervenção da CONCESSÃO, a CONTRATANTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades incidentes.

28.3.1. Decorrido o prazo fixado sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério da CONTRATANTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, esta proporá ao PODER CONCEDENTE a decretação da intervenção.

28.3.2. A intervenção da Concessão far-se-á por ato motivado do Governador do Estado de Sergipe, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe, indicando, no mínimo, os motivos da intervenção, a designação do interventor, o prazo e os limites da intervenção.

28.4 Decretada a intervenção na CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE assumirá, temporariamente, diretamente ou através de interventor nomeado no decreto de intervenção, a prestação do SERVIÇO, a posse dos bens da CONCESSIONÁRIA, bem como contratos, direitos e obrigações relacionadas com o SERVIÇO, ou necessários à sua prestação.

28.5 Decretada a intervenção, o CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo, que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, justificadamente prorrogável uma única vez por no máximo 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à CONCESSIONÁRIA, amplo direito de defesa.

28.6 Cessada a intervenção, o PODER CONCEDENTE deverá reconduzir a CONCESSIONÁRIA à prestação do SERVIÇO, retornando-lhe a posse dos bens públicos e o



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

exercício da posição contratual, direitos e obrigações inerentes a tal prestação, exceto se decretada a caducidade da CONCESSÃO.

28.7 A cessação da intervenção deverá ser precedida de prestação de contas pelo PODER CONCEDENTE, diretamente ou na pessoa de interventor nomeado para esse fim, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão. O PODER CONCEDENTE indenizará a CONCESSIONÁRIA por eventuais danos diretos que tenha causado durante o período da intervenção.

28.8 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a disponibilizar instalações adequadas, meios operacionais e tudo o que demais for necessário à plena prestação dos serviços objeto do Contrato, para a CONTRATANTE imediatamente após a decretação da intervenção.

28.8.1. As receitas realizadas durante o período da intervenção serão utilizadas para cobertura dos encargos resultantes do desenvolvimento das atividades correspondentes aos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, necessárias para restabelecer o normal funcionamento do SISTEMA DE TRANSPORTE, pagamento dos encargos com seguros e garantias, dos encargos decorrentes de financiamento e ressarcimento dos custos de administração.

28.8.2. No período de intervenção, a Concessionária não fará jus à arrecadação da RECEITA TARIFÁRIA.

28.8.3. Finda a intervenção, o eventual saldo remanescente decorrente da exploração da CONCESSÃO será entregue à CONCESSIONÁRIA, salvo se esta for extinta, situação em que se aplicarão as disposições específicas.

28.8.4. Durante o período de intervenção, se, eventualmente, as receitas não forem suficientes para cobrir as despesas pertinentes ao desenvolvimento da CONCESSÃO, a CONTRATANTE poderá recorrer às garantias estipuladas para suportá-las integralmente.

28.8.5. Caso a garantia não seja suficiente, a CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir o PODER CONCEDENTE ou o DER/SE nos prazos fixados.

28.8.6. A intervenção não é causa de cessação ou suspensão de qualquer obrigação da CONCESSIONÁRIA perante terceiros, inclusive financiadores e garantidores, de modo que será facultado ao PODER CONCEDENTE abdicar da intervenção em favor da assunção de controle da CONCESSÃO por Financiador ou garantidor, nos termos deste CONTRATO.

CAPÍTULO XIV - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

CLÁUSULA 29ª. CASOS DE EXTINÇÃO

29.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

I. Advento do termo contratual;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

II. Encampação;

III. Caducidade;

IV. Rescisão;

V. Anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga;

VI. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, ou recuperação judicial que impeça a execução do CONTRATO;

VII. Caso fortuito e força maior.

29.2. Extinta a CONCESSÃO, haverá a assunção imediata dos serviços pelo PODER CONCEDENTE, nos termos previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA 30ª. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

30.1. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o termo do prazo de sua duração, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO e obrigações pós-contratuais atribuídas à CONCESSIONÁRIA.

30.2. Verificando-se o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte, relativos à operação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS.

30.2.1 A CONTRATANTE não assumirá qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA.

30.3 Com o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos em BENS REVERSÍVEIS.

CLÁUSULA 31ª. ENCAMPAÇÃO

31.1. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, encampar a concessão, desde que previamente autorizado pelo PODER CONCEDENTE, mediante lei específica que especifique os motivos de interesse público que justifiquem tal medida, e notifique a Concessionária com a antecedência que o PODER CONCEDENTE determinar, a qual, em qualquer caso não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

31.2. Em caso de encampação, a CONCESSIONÁRIA terá direito a uma indenização paga previamente, nos termos dos artigos 36 e 37 da Lei Federal nº 8.987/1995.

31.3. A indenização prevista deverá cobrir:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

I. As parcelas dos investimentos realizados e vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;

II. A desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamento por ela contraídos para o cumprimento do CONTRATO, mediante, conforme o caso: (a) assunção, pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiros, por sub-rogação, perante os financiadores credores, das obrigações contratuais remanescentes da CONCESSIONÁRIA ou (b) prévia indenização à CONCESSIONÁRIA, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante financiadores credores.

31.3.1. Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, em decorrência do rompimento dos vínculos contratuais.

31.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, no caso de encampação, poderá ser paga pelo PODER CONCEDENTE diretamente aos financiadores da concessionária, se aplicável, devendo tal valor ser descontado do montante da indenização devida.

31.3. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista para o caso de encampação.

31.4. Na apuração da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE deverá considerar a parcela dos investimentos não amortizados cujo financiamento ainda não estiver quitado perante os financiadores. Os valores referentes aos investimentos cujo financiamento ainda não estiver quitado perante os financiadores serão pagos proporcionalmente, à CONCESSIONÁRIA e aos financiadores, de modo a evitar enriquecimento indevido de qualquer das partes.

CLÁUSULA 32ª. CADUCIDADE

32.1. Poderá ser declarada a caducidade da CONCESSÃO quando houver, por parte da CONCESSIONÁRIA, a inexecução total ou parcial das suas obrigações contratuais, especialmente quando:

I. Os serviços não estiverem sendo executados de forma adequada ou eficiente, com observância das normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade e dos níveis de serviços exigidos neste CONTRATO e seus anexos e nos demais instrumentos de gestão e controle aplicados pelo DER/SE;

II. A CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO que comprometam a continuidade dos serviços ou a segurança dos usuários, empregados ou terceiros;

III. Ocorrer desvio da CONCESSIONÁRIA de seu objeto social;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

IV. Houver alteração no capital social da CONCESSIONÁRIA, ou oneração de suas ações, quotas ou quando em consórcio, de participação, que implique a alteração no poder de decisão (controle) da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia e expressa aprovação da CONTRATANTE;

V. A CONCESSIONÁRIA paralisar os serviços ou contribuir para tanto, ressalvados os casos de força maior;

VI. Ocorrer a cobrança de PASSAGEM em valores diferentes dos fixados neste CONTRATO e seus anexos, exceto quando se tratar de descontos devidamente autorizados;

VII. Ocorrer reiterada oposição ao exercício da fiscalização, não acatamento das determinações da CONTRATANTE ou reincidente desobediência às normas de operação e as demais penalidades previstas neste CONTRATO e nos seus anexos se mostrarem ineficazes;

VIII. A CONCESSIONÁRIA perder as condições econômico-financeiras, técnicas ou operacionais para manter os níveis de serviço adequados, em especial, o patrimônio líquido exigido para fins de habilitação na licitação;

IX. A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos prazos estabelecidos;

X. A CONCESSIONÁRIA não atender à determinação da CONTRATANTE para atender os níveis de serviços e/ou regularizar a prestação dos serviços concedidos;;

XI. A CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação tributária, incluindo contribuições sociais;

XII. A CONCESSIONÁRIA não mantiver íntegra a garantia de fiel execução deste CONTRATO, ou não complementá-la até o valor estabelecido, em tempo hábil, caso seja utilizada, por qualquer motivo, nos moldes do item 25.1;

XIII. A CONCESSIONÁRIA não apresentar, em tempo hábil, novo seguro- garantia caso o seu seja cancelado por qualquer motivo ou tenha a vigência esgotada;

XIV. O valor das multas aplicadas superar o valor da garantia de execução do CONTRATO;

XV. A CONCESSIONÁRIA transferir a CONCESSÃO sem prévia e expressa aprovação da CONTRATANTE.

32.2. A CONTRATANTE, ocorrendo qualquer dos fatos acima relacionados, notificará a CONCESSIONÁRIA para corrigir falhas e transgressões apontadas em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

32.3. Se a CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for fixado pela CONTRATANTE, não corrigir as falhas e transgressões apontadas, este instaurará o competente processo administrativo para configurar a inadimplência da CONCESSIONÁRIA.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

32.4. Comprovada a inadimplência, no processo administrativo, a CONTRATANTE proporá ao PODER CONCEDENTE a declaração, por decreto, da caducidade da CONCESSÃO, independentemente de qualquer pagamento de prévia indenização, que tenha sido apurada no processo administrativo, já descontado o valor das multas e dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA, pelos quais responderão as garantias estipuladas no item 25.1.

32.5. A decretação da caducidade implicará a imissão imediata, pelo PODER CONCEDENTE, na posse de todos os bens e na responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por toda e qualquer espécie de ônus, multas, penalidades, indenizações encargos ou compromissos com terceiros, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.

32.6. A caducidade da CONCESSÃO acarretará para a CONCESSIONÁRIA a retenção de seus eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, cabendo ao PODER CONCEDENTE:

- I. Assumir a execução do objeto do CONTRATO, no local e no estado em que se encontrar;
- II. Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução do serviço, necessários a sua continuidade;
- III. Reter e executar a garantia contratual, para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo PODER CONCEDENTE;
- IV. Aplicar penalidades.

32.7. Declarada a caducidade não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de ônus ou responsabilidade em relação aos encargos, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA, inclusive débitos trabalhistas e previdenciários.

32.8. Declarada a caducidade da concessão, poderá ser devida indenização à CONCESSIONÁRIA, das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas; dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, CONTRATANTE e à sociedade; e quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejam a declaração de caducidade.

32.9. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta, conforme o caso.

32.10. A aplicação da penalidade não exime a CONCESSIONÁRIA do pagamento de indenização dos prejuízos que esta tenha causado ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, ainda que seus efeitos repercutam após a extinção da CONCESSÃO.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

CLÁUSULA 33ª. RESCISÃO

33.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pela CONTRATANTE ou pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim.

33.1.1. A concessionária deverá notificar o DER/SE de sua intenção de rescindir o contrato, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo DER/SE ou pelo PODER CONCEDENTE, expondo os motivos pelos quais pretende ajuizar ação para esse fim, nos termos previstos na legislação.

33.1.2. Os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados até que a decisão judicial, decretando a rescisão do CONTRATO, transite em julgado.

33.2. No caso de rescisão do CONTRATO, a indenização devida à CONCESSIONÁRIA será equivalente àquela exigível na hipótese de encampação, e será calculada da mesma forma.

33.3. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, serão descontados da indenização prevista para o caso de rescisão do CONTRATO.

33.4. Para fins de cálculo da indenização, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

CLÁUSULA 34ª. ANULAÇÃO

34.1. O CONTRATO poderá ser anulado em caso de ilegalidade no processo licitatório, em sua formalização ou em cláusula essencial que comprometa a prestação de serviço, por meio do devido processo administrativo, iniciado a partir da notificação enviada pelo DER/SE à CONCESSIONÁRIA, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

34.1.1. Se a ilegalidade acima não decorrer de ato praticado pela CONCESSIONÁRIA e for possível o aproveitamento dos atos realizados, a CONCESSIONÁRIA e o DER/SE deverão se comunicar, objetivando a manutenção do CONTRATO.

34.2. Na hipótese de anulação do contrato, a CONCESSIONÁRIA será indenizada com o ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados, desde que não tenha concorrido para o vício que motivou a anulação, sendo vedado o pagamento de lucros cessantes.

34.3. As multas e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA serão descontados da indenização prevista neste CONTRATO, até o limite do saldo vencido pelos financiamentos contraídos pela CONCESSIONÁRIA para cumprir as obrigações de investimento previstas no presente CONTRATO, os quais terão preferência aos valores devidos ao PODER CONCEDENTE.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

34.4. Para fins de cálculo da indenização, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a anulação do contrato.

34.5. O PODER CONCEDENTE, por intermédio do DER/SE, poderá promover nova licitação das obras e serviços concedidos, atribuindo ao futuro vencedor o ônus de pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta, conforme o caso.

CLÁUSULA 35ª. DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

35.1. A CONCESSÃO será extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha sua falência decretada, por sentença transitada em julgado, ou no caso de recuperação judicial que prejudique a execução deste CONTRATO.

35.2. Decretada a falência, o PODER CONCEDENTE imitir-se-á na posse de todos os bens afetos à CONCESSÃO e assumirá imediatamente a execução do objeto do presente CONTRATO.

35.3. Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONCESSIONÁRIA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO, com instauração do devido processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis.

35.4. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da CONCESSIONÁRIA extinta, entre seus acionistas, antes do pagamento de todas as obrigações com o PODER CONCEDENTE e com o DER/SE, bem como sem a emissão de termo definitivo de devolução pelo DER/SE.

35.5. No caso de CONCESSIONÁRIA organizada sob a forma de CONSÓRCIO, sobrevindo decisão judicial declarando a falência de alguma das Consorciadas, ou recuperação judicial de alguma das Consorciadas que prejudique a execução deste Contrato, deverá a Consorciada Líder (ou, no caso de falência desta, a Consorciada que detiver maior participação no CONSÓRCIO) submeter ao DER/SE, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da decisão, Plano de Assunção dos Serviços operados pela Consorciada falida, por outra(s) Consorciada(s), devendo restar demonstrado, de modo inequívoco, a capacidade operacional da(s) Consorciada(s) substituta(s), para atendimento à demanda antes atendida pela Consorciada falida.

CLÁUSULA 36ª. DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

36.1. Considera-se caso fortuito ou força maior, com as consequências estabelecidas neste CONTRATO, o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

36.2. O descumprimento de obrigações contratuais comprovadamente decorrentes de caso fortuito ou de força maior, nos termos deste CONTRATO e ANEXOS, não será passível de penalização.

36.3. A parte que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar a outra parte da ocorrência do evento, em até 48 horas.

36.4. Um evento caracterizado como caso fortuito ou de força maior não será considerado, para os efeitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO se, ao tempo de sua ocorrência, corresponder a um risco segurável no Brasil, até o limite da média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas do ramo, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado.

36.5. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, cujas consequências não forem seguráveis no Brasil, as PARTES acordarão se haverá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou a extinção da CONCESSÃO.

36.6. Salvo se o DER/SE der outras instruções por escrito, a CONCESSIONÁRIA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do CONTRATO, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito, cabendo ao DER/SE e ao PODER CONCEDENTE da mesma forma cumprir as suas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito.

36.7. Na hipótese de comprovada ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que tenha havido a extinção da CONCESSÃO, serão suspensas as exigências de medição dos indicadores operacionais relacionáveis à ocorrência, até a normalização da situação e cessação de seus efeitos.

36.8. As PARTES se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.

36.8.1. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO por advento do termo contratual.

CAPÍTULO XV - SANÇÕES E PENALIDADES

CLÁUSULA 37ª. SANÇÕES E PENALIDADES

37.1. O não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros fixados pela CONTRATANTE para a execução dos serviços importarão na aplicação das multas especificadas no EDITAL que deu origem a este CONTRATO.

37.1.1. A aplicação da multa a que alude este item não impede que a CONTRATANTE declare a caducidade do CONTRATO ou aplique outras sanções previstas no CONTRATO ou na legislação pertinente.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

37.2. As multas previstas neste CONTRATO, respeitados os limites estabelecidos, serão aplicadas pela CONTRATANTE segundo a gravidade da infração cometida.

37.3. Caso a CONCESSIONÁRIA não proceda ao pagamento da multa imposta no prazo estabelecido, a CONTRATANTE utilizará as garantias prestadas nos termos deste CONTRATO.

37.4. No caso de fiança bancária ou seguro-garantia, a CONTRATANTE manterá o promitente informado sobre as penalidades eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA.

37.5. Os valores das multas decorrentes das infrações operacionais serão reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à TARIFA, até a data do efetivo pagamento.

37.6. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão ao PODER CONCEDENTE.

37.7. As penalidades e sanções estão previstas em regulamento próprio, conforme Anexo VIII – Sanções do Edital.

CAPÍTULO XVII - USUÁRIOS

CLÁUSULA 38ª. DIREITOS DOS USUÁRIOS

38.1. Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável são direitos e obrigações dos usuários dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS:

I. Receber SERVIÇO ADEQUADO como contrapartida do pagamento de PASSAGEM, ressalvadas as isenções aplicáveis;

II. Receber da CONTRATANTE e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos e para o uso correto dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;

III. Dar conhecimento à CONTRATANTE e à CONCESSIONÁRIA de irregularidades de que tenham tomado conhecimento, referentes à execução dos SERVIÇOS DELEGADOS;

IV. Contribuir para que os SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS permaneçam em boas condições;

V. Ter garantido o seu lugar no ônibus, nas condições fixadas no bilhete de PASSAGEM e nas normas de organização dos serviços;

VI. Receber informações sobre as características do serviço, tais como tempo de viagem, paradas, localidades atendidas, destino final e outras de seu interesse;

VII. Estar garantido pelos seguros previstos neste CONTRATO de CONCESSÃO;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- VIII. Ter garantido o transporte de bagagens conforme estabelecido em regulamento;
- IX. Ser auxiliado no embarque e desembarque pelos prepostos da CONCESSIONÁRIA, especialmente quando portador de necessidades especiais;
- X. Receber resposta formal de reclamações feitas junto à Concessionária, no prazo estabelecido pelo DER/SE, devendo ser-lhe fornecido, quando do encaminhamento da reclamação, um número de ordem que possibilite o acompanhamento do procedimento;
- XI. Recorrer aos agentes de fiscalização do DER/SE para a obtenção de informações, apresentação de sugestões e reclamações quanto aos serviços, ante a omissão da CONCESSIONÁRIA;
- XII. Prosseguir viagem, no caso de sua interrupção, em veículo de características similares ou superiores às daquele em que iniciou a viagem;
- XIII. Em caso de interrupção da viagem e de prosseguimento em veículo de características inferiores às daquele inicialmente utilizado, ser reembolsado da diferença do valor pago pela passagem;
- XIV. Receber, em caso de acidente, imediata e adequada assistência por parte da CONCESSIONÁRIA;
- XV. Levar ao conhecimento do DER/SE as irregularidades referentes ao serviço delegado, por meio de sua Ouvidoria;
- XVI. Poder transportar, sem pagamento, crianças de até cinco anos, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao transporte de menores;
- XVII. Estar garantido pelos seguros previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO;
- XVIII. Ter informações, em locais de fácil acesso, especialmente nos veículos e locais de venda de passagem, sobre os mecanismos de comunicação com a Concessionária e/ou com o DER/SE, através da divulgação dos números de linhas telefônicas, dos sítios na rede mundial de computadores (Internet) e de outros disponíveis, conforme especificado no Anexo IV - Sistema de Relacionamento com Clientes do Edital.

CAPÍTULO XVIII - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA 39ª. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

39.1. A CONTRATANTE, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, obriga-se, de modo geral, a:

- I. Transferir à CONCESSIONÁRIA o controle do SERVIÇO DELEGADO nos termos deste CONTRATO, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, nas condições estabelecidas neste CONTRATO e em seus anexos;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- II. Decidir sobre os termos aditivos, projetos, planos, programas e outros instrumentos correlatos referentes à execução dos serviços concedidos;
- III. Promover estudos técnicos com vista ao aperfeiçoamento dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;
- IV. Fiscalizar a execução dos serviços objeto da CONCESSÃO, zelando pela sua boa qualidade, pela prestação de SERVIÇO ADEQUADO e pela modicidade da TARIFA para os usuários;
- V. Manter a prestação dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, sob sua conta e risco, durante todo o prazo da concessão, conforme a necessidade, em condições adequadas;
- VI. Receber e apurar queixas e reclamações dos usuários e cidadãos;
- VII. Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO de CONCESSÃO;
- VIII. Autorizar reajustes periódicos do valor da TARIFA, de acordo com os critérios e prazos estabelecidos neste CONTRATO e seus anexos;
- IX. Realizar auditorias periódicas, nas contas e registros da CONCESSIONÁRIA, de modo a prevenir passivos insubsistentes que possam comprometer a prestação do serviço;
- X. Decidir sobre a homologação dos acordos operacionais celebrados entre CONCESSIONÁRIAS das Áreas de Operação;
- XI. Arbitrar conflitos entre CONCESSIONÁRIAS decorrentes da operação de LIGAÇÕES interáreas;
- XII. Editar normas e executar atos de regulação, controle e fiscalização da prestação dos SERVIÇOS DELEGADOS;
- XIII. Coibir a prática de concorrência predatória;
- XIV. Fiscalizar e coibir o transporte ilegal de passageiros;
- XV. Estimular o uso do transporte coletivo intermunicipal.

39.2. O PODER CONCEDENTE e o DER/SE não se responsabilizarão por passivos, insubsistência de ativos relacionados às atividades desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA e/ou aos bens vinculados à CONCESSÃO e/ou contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros.

39.3. No cumprimento de suas atribuições, o DER/SE deverá coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos, não permitidos ou não autorizados, bem como



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

fiscalizar e assegurar o cumprimento de suas determinações e das normas contratuais e legais que disciplinam os serviços públicos de transporte.

CLÁUSULA 40ª. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

40.1. A Concessionária, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, obriga-se, de modo geral, a:

- I. Prestar serviços adequados na forma da lei, dos regulamentos pertinentes, das normas técnicas aplicáveis e deste CONTRATO e seus anexos;
- II. Administrar, operar e manter os SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, de modo a garantir o atendimento das diretrizes e dos objetivos gerais da CONCESSÃO;
- III. Manter os padrões de qualidade, nos termos do Anexo VI – Parâmetros de avaliação da qualidade do serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal do Edital;
- IV. Elaborar todos os estudos e projetos necessários ao cumprimento do objeto deste CONTRATO;
- V. Fornecer LIGAÇÕES a todos os municípios de sua Área de Operação, de acordo com o EDITAL, normas regulamentares, este CONTRATO, Edital e seus anexos;
- VI. Contratar pessoal gabaritado para o exercício das funções necessárias ao cumprimento deste CONTRATO, zelando por suas atualizações profissionais;
- VII. Realizar adequada manutenção dos veículos, infraestruturas de apoio, instalações e equipamentos vinculados, direta ou indiretamente, à prestação do serviço, e de todos os demais bens que forem necessários, de qualquer forma, à referida prestação, conforme estabelecido neste CONTRATO e seus anexos;
- VIII. Cumprir o quadro de horários em conformidade com os planos operacionais das LIGAÇÕES e regulamentação do DER/SE;
- IX. Captar, gerir e aplicar os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
- X. Recolher os tributos incidentes sobre suas atividades, bem como cumprir a legislação tributária como um todo, incluindo as obrigações acessórias, buscando meios eficientes de cumpri-la, conforme os mecanismos disponíveis na legislação;
- XI. Manter em perfeitas condições de uso e de segurança os bens vinculados à prestação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS;
- XII. Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução do objeto do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE, o DER/SE e terceiros por todos e



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATO pelo DER/SE;

XIII. Ressarcir ou indenizar e manter o PODER CONCEDENTE e o DER/SE indenidos em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude, dentre outros:

1. de desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie, acrescido de juros e encargos legais, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a USUÁRIOS e órgãos de controle e fiscalização;
2. de ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, enquanto prestadora de serviços públicos, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada;
3. de questões de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionados aos empregados da CONCESSIONÁRIA e de terceiros contratados;
4. de danos ambientais causados pela CONCESSIONÁRIA na Implantação e na execução dos SERVIÇOS DELEGADOS e das atividades geradoras de fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias e de projetos associados;
5. de despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais venha a arcar em função das ocorrências descritas neste item.

XIV. Prestar contas da execução dos serviços ao DER/SE, através da elaboração e da divulgação de relatórios periódicos, na forma, periodicidade e abrangência determinadas pelo DER/SE;

XV. Apresentar relatórios financeiros, contábeis e operacionais na forma, periodicidade e abrangência determinadas pelo DER/SE;

XVI. Informar ao DER/SE quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-la em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

XVII. Gerir e fiscalizar os serviços relativos a receitas acessórias;

XVIII. Submeter veículos, equipamentos e garagens à vistoria do DER/SE ou a seus agentes delegados, periodicamente e sempre que solicitado pelo DER/SE;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- XIX.** Atender prontamente aos pedidos de informações e de esclarecimentos requisitados pelo DER/SE ou demais autoridades, salvo em caso de situações excepcionais, devidamente justificadas ao DER/SE e/ou às autoridades solicitantes;
- XX.** Exibir, em locais de fácil acesso, especialmente nos veículos e locais de venda de passagens, os mecanismos de encaminhamento de reclamações dos usuários à CONCESSIONÁRIA e o DER/SE, de acordo com o Sistema de Relacionamento com Clientes;
- XXI.** Enviar ao DER/SE relatório sobre as reclamações registradas, as respostas formuladas e as providências adotadas, na forma, abrangência e periodicidade estabelecida pelo DER/SE;
- XXII.** Cobrar PASSAGEM dos usuários como contrapartida pelos serviços prestados, observada as condições estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicável;
- XXIII.** Zelar pelos bens vinculados à CONCESSÃO orientando os usuários para a sua adequada utilização;
- XXIV.** Manter atualizados o inventário e o registro dos bens vinculados à CONCESSÃO, zelando pela sua integridade e segurando-os adequadamente;
- XXV.** Manter contabilidade individualizada, específica e exclusiva relativa às atividades desenvolvidas quanto ao objeto da CONCESSÃO, de acordo com as normas e disposições d DER/SE;
- XXVI.** Permitir o livre acesso aos agentes encarregados da fiscalização, em qualquer época, aos veículos, equipamentos e às instalações vinculadas às atividades desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA, bem como aos seus registros contábeis;
- XXVII.** Manter, durante o prazo da CONCESSÃO, todas as condições de habilitação, condições para assinatura do CONTRATO e demais determinações exigidas na LICITAÇÃO;
- XXVIII.** Tomar todas as providências e obter as licenças, autorizações ou permissões necessárias junto às autoridades municipais, estaduais ou federais porventura envolvidas na prestação dos serviços e realização dos investimentos devidos, inclusive as licenças relacionadas à legislação ambiental e respectivas condicionantes, programas ambientais e medidas mitigadoras;
- XXIX.** Executar, às suas expensas, as condicionantes, programas ambientais e medidas mitigadoras;
- XXX.** Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada na prestação do serviço, bem como pelos de seguro de acidente de trabalho, mantendo o PODER CONCEDENTE e o DER/SE isentos de qualquer responsabilização com que não lhes cumpra arcar;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

XXXI. Dar ciência a todas as empresas contratadas para a prestação de serviços relacionadas com o objeto da CONCESSÃO, das disposições deste CONTRATO, das normas aplicáveis ao desenvolvimento das atividades para as quais foram contratadas e das disposições referentes aos direitos dos usuários, ao pessoal contratado e à proteção ambiental e assegurar e responsabilizar-se, perante o PODER CONCEDENTE e o DER/SE, por todas as atividades realizadas pelas empresas contratadas;

XXXII. Publicar, anualmente, suas Demonstrações Financeiras e Relatórios, na forma da legislação vigente e das normas do DER/SE sobre o assunto;

XXXIII. Cumprir as determinações que o DER/SE expedir, no exercício de suas competências legais e regulamentares;

XXXIV. Colaborar com o DER/SE na repressão à prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos, não permitidos ou não autorizados;

XXXV. Contratar os seguros exigidos neste CONTRATO e manter as respectivas apólices válidas durante todo o prazo de duração da CONCESSÃO, de forma a garantir efetivamente a cobertura dos riscos inerentes à execução dos serviços concedidos;

XXXVI. Disponibilizar meios para a guarda, transporte de valores e entrega a quem de direito, dos valores auferidos com a venda de passagens;

XXXVII. Colaborar com o DER/SE na elaboração de estudos técnicos e desenvolvimento tecnológico para o aperfeiçoamento dos serviços prestados, bem como na sua implementação;

XXXVIII. Ter, para início de operação, a frota necessária e com as características e especificações técnicas previstas no Edital e normas regulamentares.

40.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir o disposto na legislação nacional, estadual e municipal relativamente às normas de trânsito e proteção ambiental, submetendo-se a todas as medidas impostas pelas autoridades com poderes de fiscalização do trânsito e do meio ambiente, no âmbito das respectivas competências.

40.3. Nas suas contratações com terceiros, a CONCESSIONÁRIA se obriga a zelar pelo cumprimento rigoroso das disposições deste CONTRATO e demais normas legais regulamentares e técnicas aplicáveis, sobretudo no que diz respeito às medidas de salvaguarda dos usuários dos SERVIÇOS DELEGADOS, do pessoal afeto à CONCESSÃO e ao meio ambiente.

40.4. A CONCESSIONÁRIA deverá instalar a sede administrativa do CONTRATO, bem como suas bases operacionais, em municípios pertencentes à respectiva Área de Operação e/ou Área Neutra, nos limites do Estado de Sergipe.

40.5. A CONCESSIONÁRIA deverá manter suas bases operacionais em municípios no Estado de Sergipe.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

40.6. Os veículos vinculados à CONCESSÃO deverão ser registrados no Estado de Sergipe.

40.7. A CONCESSIONÁRIA deverá manter vínculo empregatício com os motoristas que conduzirem veículos, quando da execução dos serviços previstos neste CONTRATO.

CAPÍTULO XIX - DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 41ª. CONTAGEM DE PRAZOS

41.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência em dias úteis.

CLÁUSULA 42ª. EXERCÍCIO DE DIREITOS

42.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial de qualquer direito que assista a qualquer das PARTES por este CONTRATO, não importa sua renúncia, nem impede o seu exercício posterior, ou constitui novação da respectiva obrigação.

CLÁUSULA 43ª. INVALIDADE PARCIAL

43.1. Se qualquer das disposições deste CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.

CLÁUSULA 44ª. TRANSIÇÃO AO FINAL DA CONCESSÃO

44.1. Sem prejuízo de demais disposições contidas neste CONTRATO e anexos, são obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a boa operacionalização da transição do sistema ao PODER CONCEDENTE ou à concessionária que a suceder na delegação dos serviços:

- I. Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- II. Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- III. Disponibilizar demais informações sobre a operação do SERVIÇO DELEGADO;
- IV. Cooperar com a concessionária sucessora, com o DER/SE e/ou com o PODER CONCEDENTE para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- V. Permitir o acompanhamento da operação do SERVIÇO DELEGADO e das atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pelo DER/SE e/ou pela concessionária sucessora;
- VI. Colaborar com o DER/SE ou com a concessionária sucessora na elaboração de eventuais relatórios requeridos para o processo de transição;
- VI. Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pelo PODER CONCEDENTE ou pela concessionária sucessora;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- VII. Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho do PODER CONCEDENTE e/ou da concessionária sucessora, nesse período;
- IX. Interagir com o PODER CONCEDENTE, a concessionária sucessora e demais atores e agentes envolvidos na operação do SERVIÇO DELEGADO;
- X. Colaborar das demais formas indicadas pelo DER/SE.

CLÁUSULA 45ª. TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

45.1. A transferência da CONCESSÃO dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE, nos termos do artigo 27 da Lei Federal nº 8.987/1995, implicando a ausência de anuência, na caducidade da CONCESSÃO.

45.1.1. Para obter a anuência da CONTRATANTE, o pretendente deverá:

- I. Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- II. Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo EDITAL e CONTRATO.

45.2. A transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA dependerá de prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de caducidade da CONCESSÃO.

45.3. Desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar modificação do controle acionário, estão compreendidos, exemplificativamente, como ato(s) sujeito(s) à prévia anuência do DER/SE, os seguintes:

- I. Celebração de acordo de acionistas;
- II. Emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e
- III. Instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações.

4.5.3. A transferência do controle acionário da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pela CONTRATANTE:

- I. Quando a transferência não prejudicar, nem tampouco colocar em risco a execução do CONTRATO; e
- II. Após 01 (um) ano da ordem de início de operação, mediante a comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas no CONTRATO e eventuais posteriores aditivos.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

45.4. A assunção do controle ou da administração temporária da CONCESSIONÁRIA por financiadores e garantidores deverá contar com a anuência prévia da CONTRATANTE, nos termos do artigo 27-A da Lei Federal nº 8.987/1995.

CLÁUSULA 46ª. ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA

46.1. Dependem de prévia anuência do DER/SE, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO, seus anexos, e na regulação aplicável, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas e declaração da caducidade da CONCESSÃO:

- I. Fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária, ou operação societária, que implique transferência de controle da CONCESSIONÁRIA, inclusive por força de modificação no âmbito das consorciadas;
- II. Redução do capital social da CONCESSIONÁRIA, no caso de constituição de sociedade de propósito específico ou subsidiária integral de empresa estrangeira;
- III. Alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela CONCESSIONÁRIA e relacionados ao presente CONTRATO;
- IV. Eventual alienação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, pelos financiadores e garantidores, para fins de reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA;

CLÁUSULA 47ª. FORO

47.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que o seja.

E por assim terem justo e pactuado, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Aracaju/SE, _____ de _____ de 20____.

PELO CONTRATANTE:

ANDERSON DAS NEVES NASCIMENTO
Diretor-Presidente

EVERTON DA CRUZ MENEZES
Diretor de Transportes e Trânsito



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

PELA CONCESSIONÁRIA:



ANEXO III

CRITÉRIOS PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

1. INSTRUÇÕES GERAIS

Este anexo apresenta o conjunto de planilhas que devem ser apresentadas como caracterização da Proposta Comercial.

Conforme arquivo em anexo digital que acompanha a retirada do Edital, existe um modelo de planilha para cada Área de Operação

- Modelo de Preenchimento Planilha – Lote 1: referente à proposta comercial para área de operação 1;
- Modelo de Preenchimento Planilha – Lote 2: referente à proposta comercial para área de operação 2.

As planilhas devem ser impressas e entregues junto com a Síntese da Proposta, cujo modelo é apresentado no item 3. Os dados digitais também devem ser entregues em CD. Em caso de inconsistência entre informações da versão impressa e da versão digital, prevalecem as informações da versão impressa.

Conforme especificado no Anexo I – Projeto Básico – Plano Diretor do Sistema de Transporte Intermunicipal (PDTI) de Passageiros do Estado de Sergipe, trechos em comum às duas áreas operacionais têm coeficiente tarifário quilométrico fixo. A tarifa interna à Região Metropolitana de Aracaju também possui valor fixado.

Resta ao Proponente apresentar em sua proposta o coeficiente tarifário quilométrico variável que pretende utilizar nas demais seções e linhas pertencentes à sua área operacional.

Destaca-se que tarifas inferiores a R\$/Km 0,221360 serão consideradas inexecutáveis.

Conforme especificado nos Termos do Edital. O vencedor é aquele que superadas as questões de habilitação, propõe a menor tarifa para cada Área Operacional.

2. PLANILHAS DE PREENCHIMENTO PARA PROPOSTA COMERCIAL

O arquivo, em formato *xlsx, compatível com Microsoft Excel, apresenta 12 planilhas, descritas a seguir.

- A – Tarifas Propostas
- B – Dados Operacionais_Lote 1 (ou 2)



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- C – Frota Proposta
- D – Preços
- E – Coeficientes de Consumo
- F – Impostos
- G – Caracterização Frota
- H – Custos Variáveis
- I – Tab. Operac. E Adminstr.
- J - Deprec. e Venda de Ativos
- K - Fluxo de Caixa _Lote 1 (ou 2)
- L - Resumo da Proposta _Lote 1 (ou 2)

O conjunto de planilhas está configurado com um encadeamento de fórmulas. O Proponente só necessitará preencher informações nas planilhas de cor laranja (Planilhas A, C, D, E e F)

O Proponente deve preencher informações destacadas nas células em bege, descritas a seguir:

- Planilha A: O Proponente deve indicar na célula B13 o coeficiente tarifário quilométrico variável proposto, utilizando 6 casas decimais. Na célula B2, o Proponente deve indicar o nome da empresa ou Consórcio que está realizando a proposta.
- Planilha B: contém informações operacionais das linhas pertencentes ao lote, além de fazer o processamento de estimativa da receita tarifária a partir do valor dado pela Proponente. É facultado ao Proponente alterar os dados de demanda se acaso tiver informações próprias para estimativa de receita.
- Planilha C: O proponente deve preencher todas as células na cor bege, onde será especificada a frota por tipo de veículo para todos os anos de concessão, além do cronograma de compra e venda de veículos ao longo da concessão. Algumas células apresentam fórmulas para facilitar o preenchimento automático. Porém fica a critério da Proponente aproveitar essa automatização ou promover o preenchimento de todas as células necessárias. As tabelas em verde fazem uma síntese dos dados da proposta e comparam quantidade de veículos em relação às condições operacionais especificadas na Planilha B. Estas tabelas não devem ser editadas. O Proponente não poderá propor quantidade de veículos inferior aos especificados nos dados operacionais, seja por total, seja por categoria específica.
- Planilha D: O proponente deverá preencher os preços de insumos, custos e salários que utilizará na sua proposta e que devem ser seguidos ao longo do contrato. Todos os preços devem ser preenchidos com duas casas decimais. As células a serem preenchidas são: D5 a D11, C14, D19 a D25, D31 a D37, E31 a E37, D42 a D45, D49, C55 a C58, C70 a C72, C77, C78, C83 a C85, C91 a C93



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- Planilha E: O proponente deve preencher as células em bege que correspondem aos coeficientes de consumo que utilizará na sua proposta. A lista a seguir apresenta as células a serem preenchidas e a quantidade de casas decimais para cada célula:
 - Células C8 a C14, D8 a D14, E8 a E14, F8 a F14, G8 a G14, H8 a H14, I8 a I14 devem ser preenchidas com seis casas decimais;
 - Células B22 a H22 e B24 a H24 devem ser preenchidas sem nenhuma casa decimal;
 - Células B30 a B34 devem ser preenchidas com três casas decimais;
 - Célula B40 deve ser preenchida com duas casas decimais.
- Planilha F: O proponente deve preencher os impostos incidentes sobre o faturamento. As células a preencher, destacadas em bege, são: C4 a C7.
- Planilha G: Esta planilha apresenta uma consolidação da frota proposta e não apresenta células a serem preenchidas pelo proponente.
- Planilha H: Esta planilha apresenta uma consolidação dos custos variáveis em função dos dados operacionais do Lote e dos preços e insumos dados pelo proponente. Esta planilha não apresenta células a serem preenchidas pelo proponente.
- Planilha I: Esta planilha apresenta uma consolidação dos custos operacionais e administrativos em função dos dados operacionais do Lote e dos preços e insumos dados pelo proponente. Esta planilha não apresenta células a serem preenchidas pelo proponente.
- Planilha J: Esta planilha apresenta uma consolidação dos cálculos de depreciação e venda de ativos ao longo do contrato em função dos dados operacionais do Lote e dos preços e insumos dados pelo proponente. Esta planilha não apresenta células a serem preenchidas pelo proponente.
- Planilha K: Esta planilha apresenta o Fluxo de Caixa, em função dos dados operacionais do Lote e dos preços e insumos dados pelo proponente. Esta planilha não apresenta células a serem preenchidas pelo proponente.
- Planilha L: Esta planilha apresenta uma síntese da Proposta para o Lote em questão e consolida dados de referência de tarifa fixadas e proposta, além de dados financeiros e operacionais da proposta. Esta planilha não apresenta células a serem preenchidas pelo proponente.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

3. SÍNTESE DA PROPOSTA (modelo)

**PROPOSTA DE COEFICIENTE TARIFÁRIO QUILOMÉTRICO
VARIÁVEL**

O

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE
– DER/SE

COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº /2022

OBJETO: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS INTERMUNICIPAIS DE
TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS (SERVIÇO REGULAR) DO ESTADO
DE SERGIPE

Razão Social da Licitante: Endereço:

.....CNPJ:.....

Inscrição Municipal nº

O valor de coeficiente tarifário quilométrico variável proposto a ser utilizado no cálculo da tarifa de linhas de transporte intermunicipal de passageiros objeto da presente Concessão para a Área Operacional , salvo linhas cuja seções tenham coeficiente já fixado, para o primeiro ano de operação é de:

Tarifa Proposta (coeficiente quilométrico tarifário variável: .R\$/Km..... (.).

(Utilizar seis casas decimais)

Local e data

Assinatura do Representante Legal da Licitante



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

ANEXO IV
SISTEMA DE RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

O Sistema de Relacionamento é composto pelos seguintes canais de atendimento ao usuário:

- I.** Telefone (0800);
- II.** Endereço eletrônico institucional;
- III.** Formulário eletrônico disponível no site;
- IV.** Outras mídias, tais como: aplicativos, sites de reclamação, mídias sociais e ferramentas eletrônicas de troca instantânea de mensagens.

Para assegurar o direito à informação, a Operadora deverá oferecer aos clientes acesso gratuito à sua Central de Relacionamento através de telefone 0800, que deverá ser divulgado, de forma permanente em todos os veículos que façam parte da frota da Operadora. Esses atendimentos deverão ser registrados e classificados em:

- I.** Informação;
- II.** Reclamação;
- III.** Sugestão;
- IV.** Elogio.

A operadora deverá gravar e armazenar, por período mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, todas as ligações recebidas na central de relacionamento.

A operadora deverá providenciar a infraestrutura de hardware, telecomunicações e recursos humanos para a operação do sistema de atendimento ao cliente .

A hospedagem e demais recursos necessários à operação, manutenção e suporte técnico do aplicativo ocorrerá por conta da operadora .

A central de atendimento deverá fornecer orientações e informações aos USUÁRIOS sobre a operação das linhas, registrar as reclamações, sugestões e elogios, utilizando como referência as diretrizes descritas a seguir.

1. EQUIPE

Os atendentes da central de atendimento da operadora deverão realizar ao menos um treinamento com a equipe do DER/SE, visando garantir o padrão e a uniformidade no atendimento;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

O DER/SE poderá, a seu critério, manter funcionários, ou prepostos, na central de relacionamento da operadora para acompanhamento dos serviços prestados aos USUÁRIOS.

A operadora deverá propor soluções para o roteamento de chamadas recebidas para as centrais do DER/SE, e vice-versa, quando se tratar de assuntos gerenciados exclusivamente por estes, evitando que o cliente tenha que ligar para outra central posteriormente.

2. ACESSIBILIDADE

O DER/SE deverá ter as permissões necessárias ao acesso online dos dados do Sistema de Atendimento ao Cliente implantado pela operadora.

Caso seja necessária disponibilização de licenças para acesso aos sistemas adquiridos pela operadora, estas deverão ser disponibilizadas ao DER/SE.

O DER/SE determinará a quantidade e informará os computadores que deverão obter as licenças.

O sistema deve atender os requisitos de segurança, ser imune a fraudes e com precisão na captura e registro das informações, bem como ser dotado de equipamento suplementar de energia (no break) para suprir as eventuais faltas de energia ou manutenções necessárias na rede.

O sistema deverá permitir a geração de relatórios estatísticos e gerenciais solicitados pelo DER/SE.

A operadora deverá manter infraestrutura de atendimento composta no mínimo pelos seguintes serviços:

- I. - FAX, através de serviço gratuito 0800 ;
- II. - Correio Eletrônico (E-Mail);
- III. - Internet (autoatendimento);
- IV. - Telefônico, através de serviço gratuito 0800.

3. INTERFACE COM USUARIOS

O atendimento telefônico, deverá ser no mínimo de 2ª a 6ª feira, ininterruptamente das 06h00 às 20h00, e nos sábados, domingos e feriados das 07h00 às 15h00, podendo ser ampliado, a critério do DER/SE.

A operadora deverá manter o quadro de atendentes aptos em quantidade adequada, para prestar o atendimento conforme os seguintes parâmetros de avaliação:

- (i). Tempo máximo de espera para atendimento telefônico de 1 minuto;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODoviÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

(ii). Quantidade máxima de tentativas consecutivas: 3.

A operadora deverá avaliar a procedência das sugestões e reclamações, visando à:

- (i) Melhoria dos serviços prestados;
- (ii) Correção de erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços;
- (iii) Prevenção e correção de atos e procedimentos incompatíveis;
- (iv) Proteção dos direitos dos clientes.

A constatação de ausência ou não funcionamento da Central bem como os sistemas previstos neste anexo sujeita a operadora às penalidades previstas.

Todos os gastos referentes ao sistema em questão (investimentos, custos operacionais, testes, manutenção, entre outros), correrão por conta da operadora, com previsão nas projeções financeiras e fluxo de caixa correspondentes deste Edital, de forma que não haja qualquer ônus para DER/SE.

Ao final de cada atendimento o usuário deve ser direcionado à realização de pesquisa de satisfação.

As notas devem ser dadas pelo usuário conforme parâmetros abaixo, sendo que também deverá ser disponibilizada a opção de gravação de complemento da avaliação:

4: Ótimo

3: Bom

2: Regular

1: Ruim

Nos atendimentos realizados através dos demais canais de atendimento ela deverá ser realizada através de link de acesso a pesquisa eletrônica.

4: Ótimo

3: Bom

2: Regular

1: Ruim

4. PROCEDIMENTOS ADOTADOS CONFORME O TIPO DE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

SOLICITAÇÃO DO CLIENTE

4.1 INFORMAÇÕES

Após a identificação e análise da solicitação de informação, o atendente deverá procurar elementos que possam auxiliar em sua resposta, fazendo uso de todos os recursos disponíveis para o atendimento, tais como:

- (i). Informações disponibilizadas no portal do DER/SE na internet (itinerário, tabela horária, tarifa, etc);
- (ii). Informações de ocorrências operacionais registradas na central de operação; (iii). Características operacionais autorizadas;
- (iv). Guias de ruas;
- (v). Programa de procura de CEP.
- (vi). Módulos do Sistema automatizado de controle de oferta, que possam auxiliar nas informações sobre a operação atual das linhas (quadro sinótico, identificação da linha em mapas etc).

O registro de uma informação deverá obedecer ao seguinte fluxo:

- (i). Registro : Durante a prestação da informação solicitada, processa -se o registro no sistema de controle, indicando dados específicos do atendimento (item, subitem, início, fim e número do atendimento de forma automática) visando à geração dos relatórios estatísticos.
- (ii). Efetuar o fechamento estatístico do dia quanto aos atendimentos registrados (conforme parâmetros do item 1) com o objetivo de emitir Relatório Gerencial.
- (iii). Relatório Mensal: Os dados coletados diariamente servirão como base para a emissão do Relatório Mensal.

4.2 RECLAMAÇÕES

A reclamação é uma manifestação de insatisfação do cliente em relação aos serviços prestados.

Verificar se o cliente possui todos os elementos mínimos e necessários para o registro e apuração conforme o assunto da reclamação:

- (i). Nome da empresa;
- (ii). Prefixo ou placas do veículo;
- (iii). Local e data da ocorrência;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- (iv). Linha , sentido e horário da ocorrência;
- (v). O atendente deverá descrever todas as informações necessárias sobre a ocorrência de forma clara e sucinta ;
- (vi). Registrar os dados pessoais e de correspondência do cliente;

As reclamações deverão obedecer ao seguinte fluxo:

- (i). Registrar no sistema de controle; indicando dados específicos do atendimento (item, subitem, início, fim e número do atendimento de forma automática) visando à geração dos relatórios estatísticos;
- (ii). Ao final do registro, informar ao cliente o protocolo e/ou número do registro ; (iii). Encaminhar a reclamação para a área competente para apuração e demais providências;
- (iv). Registrar no Banco de Dados do sistema as providências adotadas;
- (v). Resposta ao cliente, contendo as providências adotadas em razão da sua reclamação;
- (vi). Efetuar o fechamento estatístico do dia quanto aos atendimentos registrados (conforme parâmetros do item 1) com o objetivo de emitir relatório Gerencial;
- (vii). Relatório Mensal: Os dados coletados diariamente servirão como base para a emissão do Relatório Mensal.

A informação da quantidade de reclamações é subsídio necessário para avaliação da qualidade , conforme estabelecido no Anexo – Parâmetros de Avaliação de Qualidade do Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal.

4.3 SUGESTÕES

Sugestão é uma ideia, contribuição ou parecer do cliente em relação às alterações, para melhoria dos serviços, que podem ser realizadas pela operadora, pelo DER/SE ou pelas empresas contratadas ou prestadoras de serviços (terceiras).

As sugestões deverão obedecer ao seguinte fluxo:

- (i). Registrar no sistema de controle; indicando dados específicos do atendimento (item, subitem, início, fim e número do atendimento de forma automática) visando à geração dos relatórios estatísticos . Ao final do registro , informar ao cliente o protocolo e/ou número do registro;
- (ii). Encaminhar a sugestão para a área competente para apuração e demais providências;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- (iii). Registrar no Banco de Dados do sistema as providências adotadas;
- (iv). Resposta ao cliente, contendo análise e providências adotadas em razão da sugestão;
- (v). Efetuar o fechamento estatístico do dia quanto aos atendimentos registrados (conforme parâmetros do item 1) com o objetivo de emitir relatório Gerencial, e
- (vi). Relatório Mensal: Os dados coletados diariamente servirão como base para a emissão do Relatório Mensal.

4.4 ELOGIOS

Elogio é a manifestação do cliente, em razão do grau de satisfação pelos serviços prestados. Os elogios recebidos deverão ser registrados no sistema de controle da operadora indicando dados específicos do atendimento (item, subitem, início, fim e número do atendimento de forma automática) visando à geração dos relatórios estatísticos.

Os elogios deverão obedecer ao seguinte fluxo:

- (i) Ao final do registro, informar ao cliente o protocolo e/ou número do registro;
- (ii) Encaminhar o elogio para a área competente para conhecimento e adoção de medidas que julgarem necessárias (divulgação, por exemplo);
- (iii) Efetuar o fechamento estatístico diário quanto aos atendimentos registrados (conforme parâmetros de registro) emitindo relatório gerencial, e
- (iv) Relatório Mensal - Os dados coletados diariamente servirão como base para a emissão do Relatório Mensal.

5. PRAZOS DE RESPOSTA

Os prazos máximos para as respostas estarão detalhados no quadro abaixo:

ATRIBUTOS	HORAS	DIAS
Reclamação	96	4
Sugestão	72	3
Informação	48	2
Elogio	24	1



6. GERENCIAMENTO DOS ATENDIMENTOS

A operadora deverá apurar os seguintes dados referentes ao atendimento de seu 0800:

- I - Total de chamadas recebidas (chamadas atendidas + chamadas abandonadas);
- II - Total de chamadas atendidas;
- III - Chamadas abandonadas;
- IV - Chamadas em fila de espera;
- V- Chamadas ocupadas (chamadas que não puderam entrar na fila de espera);
- VI- Número de atendimentos por tipo (emergência, informações, cancelamento/alterações serviços contratados e manifestações) e categorias e subcategorias;
- VII- Número de chamadas de emergência atendidas no primeiro toque; VIII - Número de chamadas atendidas em até 30 (trinta) segundos;
- IX - Tempo Médio de Atendimento (TMA) das chamadas por categoria (emergência, informações, cancelamento/alterações serviços contratados e manifestações);
- XI- Tempo Médio de Espera (TME) das chamadas por categoria (emergência, informações, cancelamento/alterações serviços contratados e manifestações);
- XII - Tempo Máximo de Espera (TmáxE) das chamadas por categoria (emergência, informações, cancelamento/alterações serviços contratados e manifestações);
- XIII - Tempo médio de abandono;
- XIV- Chamadas recebidas, atendidas, abandonadas, em fila de espera e ocupadas - por dia e hora (número consolidado);
- XV - Nota Pesquisa de Satisfação (total por nota e nota por tipo de atendimento, categorias e subcategorias);
- XVI - Quantidade de solicitações e de envios de gravações das ligações.

A operadora deverá apurar os seguintes dados referentes aos atendimentos realizados através dos demais canais de atendimento:

- I - Total de atendimentos realizados por canal de atendimento;
- II - Número de demandas concluídas durante o atendimento e registradas na Ouvidoria, por canal de atendimento (a somatória deverá totalizar o valor descrito no inciso I);
- III - Número de atendimentos por tipo (informações, cancelamento/alterações serviços contratados e manifestações) e categorias e subcategorias, por canal de atendimento;
- IV - Número de demandas recebidas através de e-mail e formulário eletrônico que foram concluídas em um dia útil;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

V - Número de demandas recebidas através de mídias sociais, aplicativos, sites de reclamação e ferramentas eletrônicas de troca instantânea de mensagens que foram concluídas em 60 minutos;

VI - Nota da Pesquisa de Satisfação - total por nota, nota por tipo de atendimento, categorias e subcategorias, nota por canal de comunicação;

VII - Quantidade de solicitações e de envio de conteúdo histórico das demandas ao usuário.

7. MENSURAÇÃO DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO

A operadora deverá apurar mensalmente os indicadores de desempenho/performance referentes ao atendimento prestado por seus canais de atendimento .

Após um ano de vigência do contrato da licitação serão definidos os parâmetros para os índices, cujos dados servirão de base para a aplicação de sanções pelo DER/SE. Os indicadores propostos são descritos a seguir.

a) I - Índice de Chamadas Atendidas

$ICA = \text{Total de chamadas atendidas} / \text{Total de chamadas recebidas}$

b) II - Índice de Nível de Serviço (INS) - solicitação de atendimento de emergência

$INS_E = \text{Total de chamadas atendidas no primeiro toque} / \text{Total de chamadas atendidas - solicitação de atendimento de emergência}$

c) III - Índice de Nível de Serviço (INS) - exceto solicitação de atendimento de emergência)

$INS_EE = \text{Total de chamadas atendidas em até 30 segundos} / \text{Total de chamadas atendidas - exceto solicitação de atendimento de emergência}$

d) IV - Índice de Abandono

$IA = \text{Total de chamadas abandonadas pelos usuários em espera (sem que tenham recebido atendimento por operadores)} / \text{Total de chamadas recebidas}$

e) V - Índice de Abandono - Atendimento

$IAA = \text{Total de chamadas abandonadas pelos usuários durante atendimento} / \text{Total de chamadas Atendidas}$

f) VI - Tempo Médio de Abandono

$TA = \text{Tempo total de espera das chamadas abandonadas pelos usuários (sem que tenham recebido atendimento por operadores)} / \text{Total de chamadas recebidas}$



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

g) VII - Índice de Satisfação com Atendimento – por canal de comunicação IS A = somatória das notas 4 (ótimo) e 3 (bom) recebidas / Total de Atendimento Avaliados

h) VIII - Índice de Atendimento - E-mail e formulário eletrônico

ICA_2 = Total de demandas recebidas (e -mail e formulário eletrônico) / concluídas em um dia útil

i) IX – Índice de Atendimento - mídias sociais, aplicativos, sites de reclamação e ferramentas eletrônicas de troca instantânea de mensagens ICA_3 = Total de demandas recebidas (mídias sociais, aplicativos, sites de reclamação e ferramentas eletrônicas de troca instantânea de mensagens) concluídas em 60 minutos / Total de demandas recebidas (mídias sociais, aplicativos, sites de reclamação e ferramentas eletrônicas de troca instantânea de mensagens)

8. SANÇÕES

As penalidades cabíveis serão previstas nos Editais e/ou nos Contratos, sem prejuízo de outras sanções estabelecidas na legislação e/ou na regulação pertinente ao assunto, às quais as entidades reguladas estarão sujeitas.

Para o caso de reincidência, nas penalidades o valor da multa será dobrado.

A atualização do valor das penalidades seguirá o estabelecido no respectivo contrato de cada serviço regulado estão sujeitas à fiscalização do DER/SE.

A apuração das infrações e aplicação das penalidades serão precedidas de processo administrativo próprio, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, obedecido o disposto na Lei.

9. PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO

I. Implantação, operação e divulgação dos canais de comunicação do Sistema de relacionamento com o usuário previstos no presente anexo: em até 60 (sessenta) dias.

II. Cumprimento das exigências relacionadas aos recursos humanos, materiais e tecnológicos referente ao Sistema de Relacionamento com o usuário: 90 (noventa dias).

III. Cumprimento dos requisitos operacionais, administrativos e processuais previstos no Sistema Relacionamento com o usuário: 90 (noventa dias).

IV. Cumprimento dos requisitos e indicadores de qualidade: 90 (noventa dias).

O prazo será contado a partir do início do controle da operação de novos serviços regulados.

No prazo de 30 (trinta) dias deve ser entregue, para aprovação prévia da Ouvidoria e área de tecnologia do DER/SE, projeto contendo descritivo da implantação/adequação de cada determinação estabelecida nesta Portaria.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

O número de telefone 0800 e os demais canais de atendimento deverão ser informados ao DER/SE até 30 dias anteriores à implementação do serviço de atendimento.

O nome e contato do gestor dos canais de atendimento deverá ser informando ao DER/SE até 30 dias anteriores à implementação do serviço de atendimento.

A gravação e o registro do gerenciamento de atendimentos deverão ser enviados ao DER/SE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

O Relatório Mensal, contendo dados coletados diariamente de informações, sugestões, reclamações e elogios, além dos indicadores de qualidade do atendimento deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após o encerramento do mês anterior.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

ANEXO V

ENVIO DE DOCUMENTOS AO DER/SE

1. FORMA DE ENCAMINHAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações deverão ser encaminhadas ao DER/SE por meio de arquivos digitais padronizados, conforme orientações do DER/SE e enviados por site desenvolvido para esse fim, na Internet, e quando houver solicitação de fotocópias de comprovantes, as mesmas deverão ser encaminhadas para o DER/SE por meio de correspondência registrada (AR).

As alterações promovidas pelo DER/SE, referentes ao conteúdo (inclusão ou exclusão de informações) e à forma de envio, ao longo da vigência contratual, terão suas instruções atualizadas e encaminhadas à Operadora, para adequação de seus sistemas de informação.

2. INFORMAÇÕES QUE A OPERADORA DEVE ENVIAR AO DER/SE

Todas as informações previstas neste Anexo serão prestadas a partir do primeiro dia de operação realizada pela Operadora, ainda que a operação não esteja completamente implantada.

2.1. Diariamente

A Operadora deverá enviar ao DER/SE as informações operacionais segmentadas por linha, sentido de deslocamento (ida, volta, circular, horário/anti-horário), tipo de veículo e por tipo de serviço, em até 24 horas após o encerramento da operação diária, conforme as padronizações de arquivos:

Documento 1 - Viagens Realizadas

Documento 2 - Passageiros Transportados por Modalidade de Pagamento, seção tarifária e integrações

Documento 3 - Quilometragem total percorrida (Operacional + Ociosa)

Documento 4 - Ocorrências Operacionais, incluindo os seus motivos.

2.2. Mensalmente

A Operadora deverá enviar ao DER/SE, até o último dia do mês subsequente, as seguintes informações relativas ao mês em questão:

Documento 1 – Consumo de Materiais

- Combustíveis (Litros por tipo de combustível);



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- Lubrificantes (Litros por tipo de lubrificante e respectivo valor);
- Rodagem (quantidade de pneus que esgotaram a vida útil por tipo e respectivo valor);
- Peças e Acessórios.

Documento 2 – Evolução do Quadro de Pessoal e Salários

- Informar os quantitativos físicos do quadro de pessoal por área funcional (Operação e manutenção);
- Quantidade de horas trabalhadas, segregadas em normais, extras e noturnas;
- Informar os quantitativos físicos do quadro de pessoal administrativo por cargo.

Documento 3 – Quantitativos Financeiros

- Valor total de salários pagos;
- Valor total de horas extras;
- Valor total de adicional noturno;
- Valor total dos adicionais de condições de trabalho;
- Valor total dos encargos sociais;
- Valor total dos benefícios.

Documento 4 – Fotocópias dos comprovantes de recolhimento de impostos e contribuições e de aquisição de veículos

- INSS;
- FGTS;
- COFINS;
- PIS;
- ICMS;
- Imposto de renda retido na fonte;
- Nota fiscal de todos os veículos incorporados à frota no período.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Documento 5 – Relatório Mensal de Atendimento ao Usuário

- Dados coletados de informações;
- Dados coletados de sugestões;
- Dados coletados de reclamações;
- Dados coletados de elogios;
- Dados de indicadores de qualidade do atendimento.

As Informações mensais serão avaliadas semestralmente, com a entrega de 30 arquivos completos no semestre.

O item 5 apresenta modelo de planilha a ser preenchida para os documentos de 1 a 3. Já o documento 5 deve seguir recomendações do Anexo 2 – Sistema de Relacionamento com o Cliente.

2.3. Anualmente

Documento 1 - A Operadora deverá enviar ao DER/SE, até o 120º (centésimo vigésimo) dia após o encerramento do exercício social da empresa:

- Demonstrações econômico-financeiras;
- Demonstrações relativas ao balanço social.

Documento 2 - Fotocópias autenticadas:

- Balanço Patrimonial Anual;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos;
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Parecer dos Auditores Independentes.

2.4. Ocasionalmente

Visando adequar a oferta de viagens às variações de demanda, a Operadora deverá apresentar ao DER/SE, sempre que solicitado, dados referentes aos encerrantes do sistema de arrecadação



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

para dias úteis, sábados e domingos, dias estes determinados pelo DER/SE, utilizando arquivo digital padronizado, conforme as instruções disponibilizadas pelo DER/SE.

Em caso de interesse na criação de linhas, a Operadora também deverá elaborar uma proposta para a programação horária e a frota prevista para a linha em questão conforme instruções de parâmetros para dimensionamento e critérios para criação e alteração dos atendimentos intermunicipais, conforme Anexo 5 – Norma Sistemática de Alteração/Criação de Novas Linhas.

3. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES

O DER/SE, a seu critério, poderá realizar ou fazer realizar verificações na fonte de dados na Operadora, para garantir a qualidade das informações enviadas, obrigando-se a Operadora a permitir o acesso dos agentes credenciados do DER/SE às referidas fontes.

4. SANÇÕES E PENALIDADES

O envio das informações dar-se-á impreterivelmente, a partir do início da operação e nas datas estabelecidas, não admitindo-se qualquer prorrogação. O não cumprimento dos prazos por parte da Operadora implicará na aplicação das penas disciplinares previstas nos instrumentos legais e contratuais.

5. MODELO DAS PLANILHAS DOS DOCUMENTOS MENSAIS DE 1 A 3 **DOCUMENTO 1 - PARTE 1: COMBUSTÍVEIS ÓLEOS E OUTROS**

Item	Consumo Total no mês	Km rodada Van (16 lugares)	Km rodada Micro (20 lugares)	Km rodada Micro (24 lugares)	Km rodada Micro 28 lugares)	Km rodada Micro (32 lugares)	Km rodada Micro (36 lugares)	Km rodada Micro (40 lugares)
Diesel (L).								
Óleo motor (L).								
Óleo de caixa de mudança (L).								
Óleo diferencial (L).								
Fluido freio (L).								
Graxa (Kg)								
Arla 32 (L).								



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

DOCUMENTO 1 - PARTE 2: RODAGEM

Item	Consumo de rodagem Van (16 lugares)	Consumo de rodagem Micro (20 lugares)	Consumo de rodagem Micro (24 lugares)	Consumo de rodagem Micro (28 lugares)	Consumo de rodagem Micro (32 lugares)	Consumo de rodagem Micro (36 lugares)	Consumo de rodagem Micro (40 lugares)
Vida útil (KM).							
Pneus que esgotaram vida útil no período.							
Soma da quantidade de Km rodados pelos pneus que esgotaram vida útil.							
Quantidade de recapagens realizadas nos pneus que esgotaram vida útil.							

DOCUMENTO 1 - PARTE 3: PEÇAS E ACESSÓRIOS

Item	Van (16 lugares)	Micro (20 lugares)	Micro (24 lugares)	Micro (28 lugares)	Micro (32 lugares)	Micro (36 lugares)	Micro (40 lugares)
Frota total.							
Total de peças trocadas.							
Valor total gasto com peças (R\$).							



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

DOCUMENTO 2:

Área	Cargo	Quantidade de Funcionários Ativos	Quantidade de Horas Normais Trabalhadas	Quantidade de Horas Extras Trabalhadas	Quantidade de Horas Noturnas Trabalhadas
Operação	Motorista				
	Cobrador				
	Fiscal				
Manutenção	Mecânico				
	Outros				
Administrativo	Assistente Administrativo				
	Secretária				
	Outros				
Total:					

DOCUMENTO 3:

Área	Cargo	Valor Total Pago em Salários (R\$)	Valor Total Pago em horas Extras (R\$)	Valor Total de Adicional Noturno	Valor Total de Adicionais de Condições de Trabalho	Valor Total dos Encargos Sociais	Valor Total dos Benefícios
Operação	Motorista						
	Cobrador						
	Fiscal						
Manutenção	Mecânico						
	Outros						
Administrativo	Assistente administrativo						
	Secretária						
	Outros						
Total:							



ANEXO VI

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL

1. INTRODUÇÃO

O presente anexo tem por objetivo estabelecer indicadores de qualidade, que devem ser observados pela Operadora e serão utilizados para aferir o cumprimento dos níveis de serviço assumidos para a prestação dos serviços de transporte coletivo intermunicipal sobre pneus.

Para cada indicador será definido um valor de referência comparativa, baseado em requisitos técnicos, de mercado ou na análise de resultados obtidos a partir de uma série histórica. Tais indicadores iniciais poderão sofrer, ao longo do período contratual, aperfeiçoamentos, em razão das necessidades constatadas na execução dos serviços. Referidas alterações deverão ser estabelecidas de comum acordo entre o DER/SE e a Operadora, resguardando-se o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

Destaque-se que a persistência de desvios em seus parâmetros, e não cumprimento dos referenciais estabelecidos, deverão ensejar a aplicação de penalidades, conforme os instrumentos regulamentados pelo DER/SE.

A aferição dos indicadores de qualidade será contínua e, quando dependerem de ações de pesquisa, verificação, inspeção ou auditoria, deverão ser executadas no mínimo uma vez a cada período de seis meses.

Ademais, frise-se que, a depender da procedimentalização adotada pelo DER/SE, as medições poderão ser obtidas nos seguintes níveis:

- Linha;
- Operadora;
- Área de Operação.

2. INDICADORES DE QUALIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os indicadores abaixo relacionados possuem finalidade de apurar a qualidade na prestação dos serviços pelas Operadoras. Referidos índices, aferidos pelo DER/SE ou por empresa especializada contratada, comporão, paralelamente, o índice de qualidade dos serviços.

Os indicadores propostos poderão ensejar sanções por descumprimento individual, especificadas em suas respectivas fichas técnicas, bem como global, em razão do não atingimento do índice de qualidade, obtido por meio da ponderação de seus indicadores.



2.1. Índice de Idade média da frota – IMF

OBJETIVO:

Este indicador visa apurar a idade dos veículos da frota contratada.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{Idade Média} = \frac{\sum \text{Idade de } N}{N}$$

Resultado expresso em anos.

Onde:

Numerador: Somatório da idade de todos os veículos componentes da frota.

Denominador: Número de veículos da frota, computados os veículos de reserva técnica operacional

FONTE DE COLETA DE DADOS:

Para o cômputo da idade máxima dos veículos deverá ser utilizada a data do chassi do veículo.

FORMA DE APURAÇÃO

Contínua, ao longo do Período de Vigência do Contrato.

SANÇÕES

A idade máxima dos veículos deverá ser estabelecida na legislação estadual e não poderá ultrapassar 10 (dez) anos

O não cumprimento desses parâmetros poderá ensejar, além de outras medidas previstas contratualmente, duas ações opcionais ou cumulativas:

- (i) Determinação de pagamento o DER/SE da diferença de remuneração tarifária auferida a mais pela operadora pela utilização de veículos de idade superior à contratada, considerando o cálculo do Modelo Tarifário nos itens de remuneração e depreciação de capital dos veículos utilizados;
- (ii) Retirada dos veículos necessários ao ajuste dos dois parâmetros aos valores contratados, com a redução correspondente de serviços operados pela Operadora, necessários para ajuste da frota disponível ao atendimento da demanda correspondente.

A redução dos serviços determinada pelo DER/SE se dará por meio da suspensão temporária da Ordem de Serviço Operacional – OSO, no tocante às linhas de maior Ipk, por, no máximo, 365



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

(trezentos e sessenta e cinco) dias. Referida suspensão não poderá ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

Determinada a suspensão temporária da OSO, o DER/SE poderá, a seu critério, transferir a operação temporária das linhas às demais Operadoras.

A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Fator de Idade Média	Nota para Índice de Idade Média
Abaixo de 5 anos	1
Entre 5 a 7 anos	0,7
Entre 7 a 10 anos	0,4
Acima de 10 anos	0

2.2. Índice de cumprimento de partidas – ICP

OBJETIVO:

Este indicador visa avaliar a eficiência no cumprimento das partidas programadas (OSO) por faixa horária, a fim de garantir a regularidade em todas as faixas horárias.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$ICP = \left[\frac{ICP \text{ (ida)} + ICP \text{ (volta)}}{2} \right]$$

Onde:

Numerador: **ICP** = Índice de Cumprimento das Partidas (por sentido de operação):

$$ICP \text{ ida} = \frac{Pr}{Pp}$$

$$ICP \text{ volta} = \frac{Pr}{Pp}$$

PP = Partidas Programadas para o período em análise

PR = Partidas Realizadas para o período em análise

No caso em que o número de partidas realizadas seja maior que o programado, o cumprimento deverá ser de 100%.

Partida: é o deslocamento do veículo da origem no seu Terminal Principal (TP) até seu Terminal Secundário (TS) que é o seu destino ou vice-versa.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Partidas Realizadas: Fiscalização com equipamentos eletrônicos e informações do Sistema de Bilhetagem

FONTES DE COLETA:

O indicador avalia o desempenho do subsistema (linha, empresa, consórcio, área de operação, etc.) com relação ao cumprimento da especificação contratada por meio da medição do grau de cumprimento das partidas a partir do índice referente às quantidades de descumprimentos partida dentro das faixas horárias de operação da linha.

Para a obtenção dos dados, serão utilizadas as seguintes informações:

- Partidas Programadas: Ordem de Serviço de Operação – OSO
- Partidas Realizadas: Fiscalização com equipamentos eletrônicos e informações do Sistema de Bilhetagem

FORMA DE APURAÇÃO

A verificação do indicador será semestral.

A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Fator de Cumprimento de Viagens	Nota para Índice de Cumprimento de Viagens
Acima de 97%	1
Entre 97% e 90%	0,75
Entre 90% e 85%	0,5
Entre 85% e 80%	0,25
Abaixo de 80%	0

2.3. Índice de quilômetros entre ocorrências de segurança pública - IOSP

OBJETIVO:

Este indicador visa avaliar os tipos, a frequência e a gravidade das ocorrências de segurança pública que possam colocar em risco a segurança dos usuários, operadores e terceiros, no tocante a integridade física e material.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$Iosp = \frac{\text{KM percorrida}}{1000000 / N_o}$$



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Onde:

Numerador: Km percorrida: soma da quilometragem percorrida por viagem realizada, dentro do período de apuração, compreendendo: a saída do terminal principal, chegada no terminal secundário e o retorno ao terminal principal mais a quilometragem ociosa (saída e retorno ao local de estacionamento e outros deslocamentos sem carregar passageiros)

No: Número de ocorrências por semestre.

FORMA DE APURAÇÃO

A verificação do indicador, por área operacional, será semestral. Este índice destina-se ao acompanhamento conjunto das Operadoras e do DER/SE, para planejamento de ações corretivas, visando principalmente a segurança dos usuários, dos operadores, mas sujeitará a Operadora a punições contratuais caso não cumpra compromissos com as ações corretivas planejadas.

A sugestão inicial para esse indicador baseou-se em dados de outros sistemas. Com o decorrer do tempo, sugere-se aferir a sua validade através de uma série histórica do sistema.

A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Fator de Ocorrências	Nota para Índice de Segurança Pública
Índice de quilômetros entre ocorrências acima ou igual a 1,95	1
Índice de quilômetros entre ocorrências entre 1,95 e 0,95	0,8
Índice de quilômetros entre ocorrências entre 0,95 e 0,65	0,6
Índice de quilômetros entre ocorrências entre 0,65 e 0,48	0,4
Índice de quilômetros entre ocorrências abaixo de 0,48	0,2

2.4. Índice de Documentos entregues diariamente – DD

OBJETIVO:

A Operadora deverá enviar o DER/SE as informações operacionais segmentadas por linha, sentido de deslocamento (ida, volta, circular, horário/anti-horário), tipo de veículo e por tipo de serviço, em até 24 horas após o encerramento da operação diária, conforme especificado no Anexo de Documentos que deverão ser enviados o DER/SE.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$DD = \frac{N \text{ de dados entregues}}{4 \times D}$$



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Onde:

Numerador: Número de dados entregues diariamente, no período do semestre

Denominador: Quantidade de documentos diários que devem ser entregues ao longo do semestre.

D = quantidade de dias no semestre

FORMA DE APURAÇÃO:

Os documentos devem ser entregues diariamente de forma completa para serem contabilizados. Assim, a quantidade de documentos a ser entregue no semestre é igual ao produto entre quatro documentos e a quantidade de dias do semestre. A seguir a lista de documentos a ser entregues diariamente:

- Documento 1 - Viagens Realizadas
- Documento 2 - Passageiros Transportados por Modalidade de Pagamento, seção tarifária e integrações
- Documento 3 - Quilometragem total percorrida (Operacional + Ociosa)
- Documento 4 - Ocorrências Operacionais, incluindo os seus motivos.

A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Índice de Entrega de Dados Diários	Nota para Índice de Entrega de Dados
Entrega de 100%	1
Entrega de 100% a 90%	0,9
Entrega de 90% a 85%	0,8
Entrega de 85% a 50%	0,5
Abaixo de 50%	0

2.5. Índice de Documentos entregues mensalmente - DM

OBJETIVO:

A Operadora deverá enviar o DER/SE, até o último dia do mês subsequente, as seguintes informações relativas ao mês em questão, conforme instruções contidas no Manual técnico de padronização de arquivos

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$DS = \frac{N \text{ de dados entregues}}{30}$$



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Onde:

Numerador: Numero de dados entregues.

Denominador: 6(meses) * 5 (documentos) = 30

FORMA DE APURAÇÃO:

As Informações mensais serão avaliadas semestralmente, com a entrega de 30 arquivos completos no semestre conforme especificado no Anexo – Documentos que Deverão ser Enviados o DER/SE.

- Documento 1 – Consumo de Materiais
- Documento 2 – Evolução do Quadro de Pessoal e Salários
- Documento 3 – Quantitativos Financeiros
- Documento 4 – Fotocopias dos comprovantes de recolhimento de impostos e contribuições.
- Documento 5 – Relatório Mensal de Atendimento ao Usuário A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Índice de Entrega de Dados Semestrais	Índice de Entrega de Dados Semestrais
Entrega acima de 90%	1
Entrega entre 90% a 75%	0,9
Entrega entre 75% e 60%	0,8
Entrega entre 60% a 45%	0,6
Entrega entre 45% a 30%	0,4
Entrega abaixo de 30%	0

2.6. Índice de quilômetros entre Acidentes– IAQ

OBJETIVO:

Este indicador visa avaliar os tipos, frequência e gravidade dos acidentes que possam pôr em risco a integridade física dos usuários, tripulação e terceiros.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$IAQ = \frac{KM \text{ percorrida}}{Na}$$

1000000



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Onde:

Numerador: Km percorrida: soma da quilometragem percorrida por viagem realizada, dentro do período de apuração, compreendendo: a saída do terminal principal, chegada no terminal secundário e o retorno ao terminal principal mais a quilometragem ociosa (saída e retorno ao local de estacionamento, terminais de integração e estações de transferência)

Na: Número de acidentes.

FONTE DE COLETA DE DADOS:

Para a obtenção dos dados, serão utilizadas as seguintes informações:

- Km percorrida: Sistema de Bilhetagem
- Acidentes: Registro de Ocorrência – Operadoras

FORMA DE APURAÇÃO:

A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Fator de Acidentes	Nota para Índice de Acidentes por Km
Índice de quilômetros entre acidentes acima de 1	1
Índice de quilômetros entre acidentes entre 1 e 0,87	0,7
Índice de quilômetros entre acidentes entre 0,87 e 0,43	0,5
Índice de quilômetros entre acidentes entre 0,43 e 0,29	0,3
Índice de quilômetros entre acidentes menor que 0,29	0

2.7. Índice de Pontualidade das partidas realizadas – CPP

OBJETIVO:

Este indicador objetiva medir a pontualidade das partidas realizadas na linha visando a tomada de ações no sentido de melhorar a confiabilidade do atendimento.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$CPP = \frac{Npc - Npa}{Npc}$$

Onde:

Numerador: Npc: Número de partidas consideradas no semestre.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Npa: Número de partidas consideradas com desvio de 5 minutos do horário programado.

Denominador: Npc = número de partidas consideradas no semestre.

FONTE DE COLETA DE DADOS:

Para a obtenção dos dados, serão utilizadas as seguintes informações:

- Horários programados: Ordem de Serviço de Operação – OSO
- Horários realizados: Fiscalização com equipamentos eletrônicos e informações do Sistema de Bilhetagem

PARÂMETRO MANDATÓRIO:

90% (noventa por cento) de cumprimento do horário programado para início do serviço de cada partida, com tolerância máxima de 5 (cinco) minutos do horário programado para início do serviço de cada partida.

FORMA DE APURAÇÃO

A verificação do indicador será semestral.

A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Fator de Cumprimento de Horário	Nota para Índice de Cumprimento de Horário
Acima de 90%	1
Entre 90% e 75%	0,8
Entre 75% e 60%	0,6
Entre 60% e 45%	0,4
Abaixo de 45%	0,2

2.8. Média de quilômetros entre falhas – MKBF

OBJETIVO:

Este indicador objetiva medir a eficiência da manutenção na execução dos reparos corretivos e preventivos da frota, disponibilizando veículos seguros e confiáveis para a operação das linhas.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{MKBF} = \frac{\text{Km total percorrida (linha+ociosa)}}{\text{Total de RA+SOS (falhas nos veículos)}}$$



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Onde:

Numerador: Quilometragem Total Percorrida (linha + ociosa): refere-se a quantidade de ½ viagens realizadas pela linha mais a quantidade de percurso ocioso G/TP – TS/G (apuradas pelo Sistema de Monitoramento), multiplicada pela quilometragem prevista em OSO para ambos os casos.

Denominador: Total de RA – Recolhimento Antecipado: Quando o veículo, em decorrência de falhas durante a operação, interrompe a partida ou o serviço e recolhe à oficina/local de estacionamento antes do horário previsto na tabela, sem o auxílio do socorrista. Mesmo que não ocorra perda de partidas ou uma ocorrência sem transbordo, o fato deverá ser registrado e considerado nas estatísticas do mês do MKBF, uma vez que o objetivo é medir a eficiência da manutenção.

Total de SOS (falhas mecânicas): Quando o veículo, em decorrência de falha ou quebra mecânica durante a operação, fica impossibilitado de operar, necessitando de reparos técnicos no local ou remoção para a oficina/local de estacionamento através de guincho.

Nos casos em que o operador solicitar SOS e o socorrista não conseguir solucionar o problema por completo, deixando o veículo apenas em condições para recolhimento à oficina / local de estacionamento, deverá ser registrado apenas o SOS.

FONTE DE COLETA DE DADOS:

Para a obtenção dos dados, serão utilizadas as seguintes informações:

- Km percorrida: Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, Sistema de Monitoramento da Operação e OSO
- Ocorrências RA/SOS: Relatório Mensal de Ocorrências da Operadora, por data, veículo, linha, hora e tipo de ocorrência.

PARÂMETRO MANDATÓRIO:

Nos primeiros 06 meses de operação 8.000 km entre falhas, até o 12º mês de operação 10.000 km, até o 18º mês de operação 30.000 km e a partir do 24º mês de operação 50.000 km entre falhas.

FORMA DE APURAÇÃO

A apuração será semestralmente, tendo como base cada linha operada pela Operadora.

A pontuação do índice, já considerando a evolução pretendida no 24º mês, é dada pela seguinte relação:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Fator de Falhas por KM	Nota para Índice de Falhas por Km
Acima de 50.000km	1
Entre 50.000km e 30.000km	0,9
Entre 30.000km e 10.000km	0,7
Entre 10.000km e 8.000km	0,5
Entre 8.000km e 6.000km	0,3
Menor ou igual a 6.000km	0

2.9. Índice de Satisfação dos usuários – IS

OBJETIVO:

Este indicador visa aferir e acompanhar o grau de insatisfação dos usuários com relação à prestação dos serviços.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$IS = \frac{\text{Número de usuários transportados}}{\text{Número de reclamações dos usuários}} \times \frac{1}{100.000}$$

Onde:

Numerador: Número de usuários transportados: é a soma do total de passageiros que tiveram sua viagem registrada no validador eletrônico, independentemente do tipo de passagem (pagante, gratuita, estudante, etc), obtida por meio da contagem de todos os cartões pelo seu número lógico, com o total de pagantes em dinheiro registrados no cartão de bordo, dividido por dois.

Denominador: Número de Reclamações: total de manifestações de usuários que indiquem uma desconformidade ou descontentamento com os serviços prestados, expressas na forma de reclamações, solicitações, sugestões e pedidos, excetuando-se os pedidos de informações, coletados pela central telefônica e postos de atendimento dos usuários, caixas de reclamações e sugestões dos pontos de parada e terminais de integração e pelos serviços de atendimento aos usuários mantidos pelas Operadoras, tabulados pelo DER/SE.

Será considerada a soma do total de reclamações apuradas, pela data de ocorrência, inclusive as relativas a um mesmo usuário, as quais serão relacionadas aos atributos da qualidade do serviço estabelecidos pelo DER/SE e classificadas conforme a tabela de códigos de assunto, padronizada pelo DER/SE. O fechamento será efetuado até o quinto dia útil de cada mês. Conforme especificado no Anexo de Atendimento de Reclamações.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

FONTE DE COLETA DE DADOS:

Para a obtenção dos dados, serão utilizadas as seguintes informações:

- Reclamações: central telefônica e postos de atendimento dos usuários, caixas de reclamações e sugestões dos pontos de parada e terminais e pelos serviços de atendimento aos usuários mantidos pelas Operadoras, tabuladas pelo DER/SE

- Usuários: Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

PARÂMETRO MANDATÓRIO:

A verificação do indicador, por lote, será semestral e comparada com a média do sistema não poderá exceder em 10% esta média.

Em relação ao indicador de cada lote, no primeiro semestre de cumprimento do contrato, a Operadora deverá apresentar uma redução de 2% do seu IR a cada semestre, nas cinco verificações seguintes.

FORMA DE APURAÇÃO

A verificação do indicador será semestral. A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Fator de Satisfação do Usuário	Nota para Índice de Satisfação do Usuário
Acima de 80%	1
Entre 80% e 60%	0,8
Entre 60% e 40%	0,6
Entre 40% e 20%	0,4
Entre 20% e 5%	0,2
Menor ou Igual a 5%	0

2.10. Índice de infrações Operacionais por Veículo – IIO

OBJETIVO:

Este indicador visa acompanhar o desempenho das Operadoras e seus operadores, relativo às irregularidades cometidas, conforme Regulamento de Operação, visando a implementação de ações para a melhoria das relações com usuários.

FÓRMULA DE CÁLCULO:

$$\text{IIO} = \frac{\text{n de Infrações}}{\text{quantidade da frota}} \times 180$$



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Onde:

Numerador: Quantidade de infrações operacionais por veículo por dia no período de 6 meses.

Denominador: Quantidade da Frota.

FONTE DE COLETA DE DADOS:

Para a obtenção dos dados, serão utilizadas as seguintes informações:

- Número ponderado de Autos de Infração: análise de dados da Polícia Rodoviária e dados dos órgãos de trânsito municipais;
- Número de operadores: Área de RH da Operadora ou Sistema de Bilhetagem.

FORMA DE APURAÇÃO

A apuração será realizada semestralmente, tendo como base cada linha operada pela Operadora. A pontuação do índice é dada pela seguinte relação:

Índice de Infrações	Nota para Índice de Infrações
Nenhuma infração	1
Índice de infrações entre 0 e 0,002	0,8
Índice de infrações entre 0,002 e 0,006	0,5
Índice de infrações entre 0,006 e 0,011	0,3
Índice de infrações maior que 0,011	0

3. CRITÉRIOS DE APURAÇÃO DOS INDICADORES DO SERVIÇO

Os indicadores descritos anteriormente são consolidados através do preenchimento da seguinte tabela

3.1. Tabela de dados que deverá ser entregue pelas Operadoras

DADOS GERAIS:	VALORES:
Número de usuários transportados no semestre.	
Número de reclamações dos usuários.	
Número de informações diárias entregues (0 a 732).	
Número de dados mensais completos (0 a 36).	



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Número de partidas com desvio de 5 minutos em relação ao horário programado no período de análise.	
Número de partidas consideradas no período de análise.	
Partidas programadas de ida para o período de análise.	
Partidas realizadas de ida para o período de análise.	
Partidas programadas de volta para o período de análise.	
Partidas realizadas de volta para o período de análise.	
Número de ocorrências de segurança pública no período de análise.	
Quilometragem total percorrida em 6 meses.	
Número de acidentes no período de análise.	
Quantidade da frota operacional.	
Total de registros de RA (Recolhimento Antecipado)	
Total de registros de SOS (falhas mecânicas)	
Somatória da idade de todos os veículos da frota.	

3.2. Periodicidade

Para efeito de apuração dos parâmetros e indicadores, considerar a periodicidade máxima de 6 (seis) meses, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço Inicial da operação.

A critério do DER/SE, a aferição de tais índices poderá ocorrer em menor periodicidade, em razão de necessidades do sistema, nos termos previstos acima.

3.3. Divulgação dos resultados

Os resultados serão divulgados pelo DER/SE em reunião plenária ou individual com as Operadoras, ocasião em que serão apresentadas as pontuações de cada Operadora, bem como a documentação relativa ao seu desempenho por linha ou área de operação.

3.4. Condições de fiscalização

A Operadora deverá oferecer todas as condições aos funcionários ou prepostos do DER/SE encarregados da execução das fiscalizações, inspeções, pesquisas e levantamentos necessários à apuração da qualidade dos serviços. Entre essas condições incluem-se o acesso aos veículos aos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

pátios de estacionamento ou durante a operação, e sua disponibilização para fiscalizações e inspeções.

Adicionalmente, a Operadora deverá fornecer as informações necessárias à aferição dos indicadores, quando solicitadas.

3.5. Ajustes na metodologia

O processo de monitoração por indicadores deve ser dinâmico, de maneira a acompanhar a evolução dos sistemas de transportes, suas transformações e adaptações ao longo do tempo.

Assim, a metodologia apresentada neste Anexo, inclusive critérios de pontuação e ponderação, poderão ser alterados durante a execução dos contratos de outorga do serviço.

Caberá ao DER/SE, sempre mediante prévia oitiva da Operadora, a iniciativa de rever a metodologia vigente, elaborando, quando entender oportuno, os estudos e propostas para ajustes metodológicos, podendo inicia-los a partir de sugestões tecnicamente fundamentadas encaminhadas por uma ou mais Operadoras.

As propostas deverão ser encaminhadas, acompanhadas de sua fundamentação e detalhamento, cabendo ao DER/SE a decisão final acerca das alterações a serem introduzidas nos métodos de apuração e de cálculo dos índices.

3.6. Padrão Mínimo de Desempenho / Nota Mínima de Suficiência

Define-se como Padrão Mínimo de Desempenho / Nota Mínima de Suficiência a pontuação, em qualquer um dos índices parciais, abaixo da qual o desempenho de uma Operadora será considerado insuficiente, acarretando em ilícito contratual. No caso de aferição de índice insatisfatório para os índices parciais, a Operadora ficará obrigada a implementar ações de cunho corretivo, caso essa aferição insatisfatória se reflita no desempenho do NG, ensejará o respectivo sancionamento.

Isto significa que, caso uma Operadora, num ciclo de avaliação da qualidade, alcance, em qualquer um dos índices, pontuação inferior à Nota de Suficiência Mínima, ela estará obrigada a planejar, programar e implantar medidas para a recuperação de seu desempenho, no respectivo índice, no ciclo seguinte do Índice de Qualidade.

Contudo, caso a Operadora obtenha um índice insatisfatório em um dos índices da NG, esta receberá as sanções previstas no item 3.6.1., infra.

3.6.1. Das sanções por não atingimento do Padrão Mínimo de Qualidade

Valor da NG	Penalidade
5,0 < NG < 4,5	Advertência escrita



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

$4,5 < NG < 4,0$	Infração Média
$4,0 < NG \leq 3,5$	Infração Grave
$NG < 3,5$	Intervenção

3.7. Plano de recuperação de indicadores

Caso a Operadora incorra, reincidentemente, em índices desconformes ao parâmetro mandatório estabelecido pelo DER/SE, esta deverá apresentar programa de recuperação de seu desempenho.

Será considerado reincidência a obtenção de índice abaixo do parâmetro mandatório por 2 (dois) semestres consecutivos.

Referido programa deverá abranger, para cada indicador insatisfatório, as seguintes ações:

- Estratégia a ser adotada, dedicada a recuperar a suficiência de seu desempenho;
- Descrição detalhada das ações que comporão a estratégia proposta;
- Programação de implantação das ações programadas;
- Recursos envolvidos;
- Metas de desempenho intermediárias para fim de cumprimento do parâmetro mandatório.

A procedimentalização e os critérios de aceitabilidade do programa serão regulamentados pelo DER/SE.

O programa de recuperação será de responsabilidade exclusiva da Operadora, a quem caberá arcar com os recursos necessários à sua implementação.

3.8. Apuração da Nota Geral do Sistema (NG)

A apuração final do NG de cada Operadora será realizada por meio da somatória de todos os índices das categorias solicitadas que totalizará 10 (dez) pontos, obedecendo a seguinte fórmula:

$$NG = IS + DD + DM + CPP + ICP + IOSP + IAQ + MKBF + IMF + IIO$$

Onde:

NG = Nota Geral do Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros;

IS = Índice de Satisfação dos Usuários;



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

DD = Índice de Documentos entregues diariamente;

DM = Índice de documentos entregues mensalmente;

CPP = Índice de Pontualidade das partidas realizadas;

ICP = Índice de Cumprimento de Partidas;

IOSP = Índice de Ocorrência de Segurança Pública;

IAQ = Índice de Acidentes por km;

MKBF = Media de km entre falhas;

IMF = Índice de Idade Média da Frota;

IIO = Índice de Infrações Operacionais por Veículo.

4. SANÇÕES

A aplicação das sanções previstas no presente capítulo é condicionada à prévia realização de plano de recuperação de indicadores.

Restado infrutífero o plano de recuperação de indicadores, por motivos imputáveis à Operadora, poderá o DER/SE imputar multa no valor de até 10 (dez) vezes o valor correspondente ao maior valor previsto para multa de infrações graves no CONTRATO.

O descumprimento dos parâmetros objetivos do plano de recuperação poderá ensejar, antes de outras medidas previstas contratualmente, duas ações opcionais ou cumulativas:

- A determinação de pagamento ao Poder Público de multa no valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor correspondente ao maior valor previsto para multa de infrações graves no CONTRATO;
- A redução de serviços operados pela Operadora, que o DER/SE julgue necessários para ajuste dos recursos disponíveis ao atendimento dos parâmetros correspondentes.



ANEXO VII

NORMA SISTEMÁTICA DE ALTERAÇÃO/CRIAÇÃO DE NOVAS LINHAS

INTRODUÇÃO

O presente anexo tem por objetivo estabelecer as definições, critérios e procedimentos a serem observados pela Operadora quando da necessidade de criação ou alteração das características operacionais dos atendimentos intermunicipais, estabelecendo ainda a metodologia recomendada para o dimensionamento dos mesmos.

As propostas de alteração dos atendimentos intermunicipais deverão considerar os benefícios advindos de sistemas de integração e a ampliação ou a manutenção da área de abrangência do sistema atual, não provocando desatendimento à parcela da população que conta com serviço de transporte existente, salvo em casos excepcionais.

O DER/SE, conforme previsto na legislação vigente, poderá, a qualquer tempo, unilateralmente, criar, alterar ou extinguir atendimentos intermunicipais.

1. DEFINIÇÕES

1.1. EXTENSÃO MÉDIA

É obtida através do cálculo da média aritmética das extensões, expressas em quilômetros, de ida e volta, apuradas através de medição do itinerário do atendimento.

1.2. TEMPO DE CICLO

É o tempo, expresso em minutos, necessário para que o veículo esteja disponível para a realização de uma nova partida, sendo constituído pelo somatório dos tempos de percurso (deslocamento entre os terminais, por sentido) de ida, volta e dos tempos de terminal, considerando as variações por faixa horária.

$$TC = TV1 + TV2 + TP1 + TP2$$

Onde:

TC = Tempo de Ciclo

TV1 = Tempo da viagem de ida

TV2 = Tempo da viagem de volta

TP1 = Tempo de Terminal Principal



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

TP2 = Tempo de Terminal Secundário

É importante observar que o tempo de terminal é determinado em função das características operacionais de cada ponto (manobra, tempo mínimo de pausa para os operadores no ponto, etc.), sendo adotado, geralmente, o valor mínimo de 02 (dois) minutos.

1.3. PERÍODOS CARACTERÍSTICOS DE OPERAÇÃO

Pré-Pico = 00h00 às 05h59

Pico Manhã = 06h00 às 07h59

Entre-Pico = 08h00 às 15h59

Pico Tarde = 16h00 às 18h59

Pós-Pico = 19h00 às 23h59

Destaca-se que os períodos citados têm o propósito de exemplificação e que cada atendimento possui características operacionais diversas, que indicam períodos característicos de maior ou menor duração quando comparados aos períodos ilustrados.

1.4. CAPACIDADE DO VEÍCULO

Como o sistema não permite passageiros em pé, a capacidade do veículo é correspondente ao número de assentos do veículo, não sendo contabilizado o assento do motorista e de outros eventuais funcionários operacionais.

1.5. ÍNDICE DE RENOVAÇÃO

É a relação entre o total de passageiros transportados na viagem (ida ou volta) e a lotação máxima ocorrida naquela viagem, calculado da seguinte forma:

$$\text{ÍNDICE DE RENOVAÇÃO} = \frac{PMV}{LMV}$$

Onde:

PMV = Total de Passageiros Transportados na Viagem (ida ou volta)

LMV = Lotação Máxima do Veículo Atingida na Viagem

O Índice de Renovação deverá ser apurado pela Operadora através de metodologia consagrada, abrangendo todos os períodos característicos de operação e ser encaminhado ao DER/SE para subsidiar a análise de alteração das características operacionais.



1.6. NÚMERO DE PARTIDAS

É o fator determinante da frequência da linha, estabelecendo o total de partidas necessárias para atender à demanda, por faixa horária.

$$NP = \frac{DF}{IR * CT}$$

Onde:

NP = Número de Partidas

DF = Demanda na Faixa Horária

IR = Índice de Renovação

CT = Capacidade Total do Veículo

1.7. FROTA

Para o cálculo da frota necessária, devem ser utilizados os seguintes critérios:

- Para um tempo de ciclo menor ou igual ao tempo do período de pico, aplica-se a seguinte fórmula:

$$F = \frac{TC}{ip}$$

Onde:

F = Frota mínima necessária

TC = Tempo de Ciclo, em minutos

ip = Menor intervalo, em minutos, entre partidas

- Para um tempo de ciclo maior que o tempo do período de pico, aplica-se a seguinte fórmula:

$$F = TP1/ip1 + TP2/ip2 + ... + TPn /ipn$$

Onde:

F = Frota mínima necessária

TP1 + TP2 + ... + TPn = Tempo de Ciclo (TC)

TP1 = Tempo de pico, em minutos, com o menor intervalo entre partidas



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

TP2 = Tempo de pico, em minutos, com o segundo menor intervalo entre partidas, adjacente ao tempo de pico anterior

TPn = Tempo de pico, em minutos, com o enésimo menor intervalo entre partidas, adjacente ao tempo de pico anterior

ip1 = Menor intervalo entre partidas, em minutos

ip2 = Segundo menor intervalo entre partidas, em minutos

ipn = enésimo menor intervalo entre partidas, em minutos

Considerando a tabela horária proposta e os outros dados operacionais projetados para o atendimento, pode-se quantificar o número de veículos necessários para a operação, sendo a frota máxima determinada em função do número de partidas necessárias na faixa horária de maior carregamento (hora/pico).

2. CRITÉRIOS

2.1. TABELA HORÁRIA

Serão analisadas as tabelas horárias, de acordo com os seguintes critérios:

As tabelas horárias poderão sofrer processo de readequação quando a evolução da demanda atualizada, excetuados os meses de janeiro, fevereiro e julho, demonstrar variação de +/- 10% (dez por cento) da demanda de projeto das tabelas horárias vigentes para os atendimentos das linhas de Sergipe que possuam demanda superior a 2.500 passageiros/dia. Para os demais atendimentos a variação a ser considerada é de 15% (quinze por cento) da demanda.

A primeira e a última viagem não poderão ter redução em seu horário maior que 10 (dez) minutos, salvo quando tratar-se de uma nova viagem, mantendo-se os horários vigentes.

A quantidade de viagens nos períodos de pico poderá ser reduzida proporcionalmente à variação de demanda.

O período de análise da variação de demanda será compreendido entre o mês em que foram autorizadas as características operacionais vigentes e o último mês informado.

Será considerado o registro de reclamações na Ouvidoria – DER/SE referente à programação horária, nos últimos 06 (seis) meses.

Deverá ser informado o DER/SE se o atendimento opera com tabelas horárias diferenciadas aos dias úteis, como por exemplo, segundas e sextas mais fortes, dias primeiro, quinze e trinta, com outras tabelas devido aos dias de pagamento, etc.



3. PROCEDIMENTOS

Para a avaliação dos itens 3.1. a 3.3. deverão constar no pedido da Operadora informações relativas à Estimativa de Receita e Custos Operacionais, descritos ao final deste item.

3.1. CRIAÇÃO DE ATENDIMENTO INTERMUNICIPAL

Para subsidiar a análise de viabilidade de criação de novos atendimentos intermunicipais, a ser elaborada pelo DER/SE, é necessário o encaminhamento de expediente, elaborado especificamente para este fim, contendo os dados e suas complementações, apresentados a seguir.

3.1.1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Deve conter os argumentos que levaram a Operadora a concluir pela necessidade de criação de atendimento no Estado de Sergipe, apresentando pesquisas operacionais e/ou de origem destino que justifiquem a solicitação e caracterizando, em detalhes, a área que deverá ser atendida, as principais vias a serem utilizadas e possíveis interferências com linhas municipais, intermunicipais ou outro meio de transporte que esteja inserido na área de abrangência do atendimento proposto.

3.1.2. DADOS OPERACIONAIS

A Operadora, através do preenchimento do Formulário 1, acrescido de um croqui ilustrativo, deverá encaminhar o DER/SE o itinerário detalhado (sentidos ida e volta) do atendimento intermunicipal metropolitano proposto, necessidade de estabelecimento de seccionamentos tarifários, especificando área de estocagem dos veículos, etc.

Deverão ser apresentados também os dados operacionais relacionados a seguir, que definem as condições mínimas a serem atendidas por qualquer atendimento intermunicipal do Sistema, considerando as informações expostas nos itens 1. DEFINIÇÕES e 2. CRITÉRIOS

- Extensão Média
- Tempo de Ciclo
- Capacidade do Veículo
- Tabela Horária
- Frota

As tabelas horárias deverão respeitar os critérios definidos para o atendimento da demanda estimada, contendo a descrição dos horários de chegada e saída dos pontos terminais, horário de saída e retorno ao local de estacionamento, bem como a utilização de veículos oriundos ou que se destinam a outros atendimentos existentes (frota conjunta), observando que, havendo operação que envolva veículos de diferentes tecnologias e capacidades, devem-se informar as partidas de cada tipo de tecnologia separadamente.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Caso a criação envolva sistemas integrados, a Operadora deverá apresentar proposta de tabelas horárias que considere a coordenação existente entre a rede alimentadora e troncal, em especial, no que se refere as primeiras e últimas partidas.

3.2. ALTERAÇÃO DE ITINERÁRIO E TERMINAIS DOS ATENDIMENTOS INTERMUNICIPAIS

Para subsidiar a análise de viabilidade de alteração de atendimento intermunicipal a ser elaborada pelo DER/SE, é necessário o encaminhamento de proposta fundamentada desde que a alteração pleiteada esteja dentro da sua área ou região de influência e não prejudique o atendimento da demanda.

3.2.1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Deve conter os argumentos que levaram a Operadora a concluir pela necessidade de alteração do atendimento existente no Estado de Sergipe, apresentando pesquisas operacionais e/ou de origem e destino que justifiquem a solicitação e caracterizando, em detalhes, a área que deverá ser atendida e/ou desatendida, as principais vias a serem utilizadas e possíveis interferências com linhas municipais, intermunicipais ou outro meio de transporte que esteja inserido na área de abrangência do atendimento a ser alterado.

3.2.2. DADOS OPERACIONAIS

A Operadora, através do preenchimento do Formulário 1, acrescido de um croqui ilustrativo, deverá encaminhar ao DER/SEo itinerário detalhado (sentidos ida e volta) do atendimento intermunicipal metropolitano a ser alterado, especificando, caso necessário, o local exato para onde serão realocados os Terminais Principal e Secundário, alteração em seccionamentos tarifários e as condições de área de estocagem dos veículos, etc.

Caso haja necessidade de se reprogramar o atendimento que estiver sofrendo alterações de itinerário e/ou terminal, devido à mudança significativa no seu tempo de ciclo, ou por qualquer motivo que o exija, a Operadora deverá encaminhar juntamente com o pedido de alteração, as respectivas propostas de tabela horária, frota e informações constantes do Modelo 1, anexo, provenientes do sistema de bilhetagem eletrônica, em meio eletrônico, referentes aos “encerrantes dos cobradores” abrangendo 03 (três) dias úteis, 02 (dois) sábados e 02 (dois) domingos, para avaliação.

No período em que o sistema de bilhetagem não estiver implantado a Operadora deverá encaminhar as informações mencionadas em planilha eletrônica, nos moldes do Modelo

1. Deverão ser apresentados também os dados operacionais relacionados a seguir, que definem as condições mínimas a serem atendidas por qualquer atendimento intermunicipal metropolitano do Sistema, considerando as informações expostas nos itens 1. DEFINIÇÕES e 2. CRITÉRIOS

- Extensão Média



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

- Tempo de Ciclo
- Capacidade do Veículo
- Índice de Renovação
- Tabela Horária
- Frota

As tabelas horárias deverão respeitar os critérios definidos para o atendimento da demanda constatada, contendo a descrição dos horários de chegada e saída dos pontos terminais, horário de saída e retorno ao local de estacionamento, bem como a utilização de veículos oriundos ou que se destinam a atendimentos existentes (frota conjunta), observando que, havendo operação que envolva veículos de diferentes tecnologias e capacidades, devem-se informar as partidas de cada tipo de tecnologia separadamente.

Para os atendimentos componentes de sistemas integrados a Operadora deverá apresentar proposta de alteração das tabelas horárias que considere a coordenação existente entre a rede alimentadora e troncal, em especial, no que se refere as primeiras e últimas partidas.

3.3. ALTERAÇÃO DE TABELA HORÁRIA DOS ATENDIMENTOS INTERMUNICIPAIS

É necessário, para subsidiar a análise de viabilidade de alteração de atendimento intermunicipal a ser elaborada pelo DER/SE, o encaminhamento de proposta fundamentada, com descrição de justificativas conforme apresentado a seguir.

3.3.1. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Deve conter os argumentos que levaram a Operadora a concluir pela necessidade de se alterar o atendimento existente no Estado de Sergipe, apresentando pesquisas operacionais que justifiquem a solicitação e caracterizando, em detalhes, a oferta de transporte proposta, alterações no comportamento da demanda ou nas condições de prestação do serviço, englobando aspectos de distribuição do passageiros ao longo do itinerário, existência de novos polos de atração/geração de demanda, volume de passageiros transportados, tempo de ciclo, alteração do tipo de veículo e possíveis interferências com linhas municipais, intermunicipais ou outro meio de transporte que esteja inserido na área de abrangência do atendimento a ser alterado.

3.3.2. DADOS OPERACIONAIS

Na proposta deverão ser apresentados os dados operacionais relacionados a seguir, que definem as condições mínimas a serem atendidas por qualquer atendimento intermunicipal metropolitano do Sistema, considerando as informações expostas nos itens 1. DEFINIÇÕES e 2. CRITÉRIOS e, também, informações provenientes do sistema de bilhetagem eletrônica, em



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

meio eletrônico, referentes aos “encerrantes dos cobradores” abrangendo 03 (três) dias úteis, 02 (dois) sábados e 02 (dois) domingos, para avaliação.

No período em que o sistema de bilhetagem não estiver implantado a Operadora deverá encaminhar as informações mencionadas em planilha eletrônica, nos moldes do Formulário-Modelo 1.

- Tempo de Ciclo
- Capacidade do Veículo
- Índice de Renovação
- Tabela Horária
- Frota

As tabelas horárias deverão respeitar os critérios definidos para o atendimento da demanda constatada, contendo a descrição dos horários de chegada e saída dos pontos terminais, horário de saída e retorno ao local de estacionamento, bem como a utilização de veículos oriundos ou que se destinam a atendimentos existentes (frota conjunta), observando que, havendo operação que envolva veículos de diferentes tecnologias e capacidades, devem-se informar as partidas de cada tipo de tecnologia separadamente.

Para os atendimentos componentes de sistemas integrados a Operadora deverá apresentar proposta de alteração das tabelas horárias que considere a coordenação existente entre a rede alimentadora e troncal, em especial, no que se refere as primeiras e últimas partidas.

3.4. ESTIMATIVA DE RECEITA

Baseado em pesquisas específicas, na expectativa de demanda a ser transportada e/ou acrescida e, considerando a tarifa média a ser praticada, obtida através de uma medição prévia do itinerário a ser percorrido, a Operadora deverá estimar a receita mensal do atendimento, informando ao DER/SE a quantidade de passageiros/dia prevista para os dias úteis, sábados e domingos e feriados.

3.5. ESTIMATIVA DE CUSTOS OPERACIONAIS

Na estimativa de custos operacionais consideram-se os desembolsos marginais que efetivamente deverão ser acrescentados à estrutura de custo da Operadora com a alteração do atendimento, uma vez que a estrutura administrativa, bem como o pessoal de manutenção e de apoio operacional, a princípio, não sofre acréscimo, em face da economia de escala.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Exemplo de Preenchimento de Formulário

FORMULARIO 1
DADOS OPERACIONAIS

OPERADORA: LINHA: L039I

DENOMINAÇÃO: ITABAIANA-PEDRA MOLE

TERMINAL PRINCIPAL: Itabaiana

TERMINAL SECUNDÁRIO: Pedra Mole

EXTENSÃO

IDA	VOLTA	MÉDIA
62.97	62.97	62.97

TEMPO DE PERCURSO

IDA	VOLTA	TEMPO DE CICLO
82,5 MIN	82,5 MIN	168 MIN

FROTA

Dias Úteis	Sábados	Domingos/Feriados
6	4	1

VIAGENS

Dias Úteis	Sábado	Domingo/Feriados
31	19	3

Observações:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Exemplo de Preenchimento de Formulário

TABELA HORÁRIA – DIA ÚTIL

Partidas Pedra Mole

Veículo	Chegada	Saída	Observação
1	05:00	05:03	**
2	06:00	06:03	**
3	07:00	07:03	*
1	07:50	07:53	*
4	08:30	08:33	*
2	08:50	08:53	*
5	09:30	09:33	*
3	09:50	09:53	*
6	10:15	10:18	*
1	10:40	10:43	*
4	11:20	11:23	*
2	11:40	11:43	*
5	12:20	12:23	
3	12:40	12:43	**
6	13:05	13:08	**
1	13:30	13:33	**
4	14:10	14:13	**
2	14:30	14:33	*
5	15:10	15:13	
3	15:30	15:33	*
6	15:55	15:58	*
1	16:20	16:23	*
4	17:00	17:03	*
2	17:30	17:33	*
5	18:00	18:03	*
3	18:20	18:23	**
6	18:45	18:48	**
1	19:10	19:13	**
4	19:50	19:53	**
2	20:20	20:23	**
5	20:50	20:53	**

Partidas Itabaiana

Veículo	Chegada	Saída	Observação
1	06:25	06:28	**
2	07:25	07:28	**
3	08:25	08:28	*
1	09:15	09:18	*
4	09:55	09:58	*
2	10:15	10:18	*
5	10:55	10:58	*
3	11:15	11:18	*
6	11:40	11:43	*
1	12:05	12:08	*
4	12:45	12:48	*
2	13:05	13:08	*
5	13:45	13:48	
3	14:05	14:08	**
6	14:30	14:33	**
1	14:55	14:58	**
4	15:35	15:38	**
2	15:55	15:58	*
5	16:35	16:38	
3	16:55	16:58	*
6	17:20	17:23	*
1	17:45	17:48	*
4	18:25	18:28	*
2	18:55	18:58	*
5	19:25	19:28	*
3	19:45	19:48	**
6	20:10	20:13	**
1	20:35	20:38	**
4	21:15	21:18	**
2	21:45	21:48	**
5	22:15	22:18	**

* – Não opera aos domingos

** – Não opera aos sábados e domingos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Exemplo de Preenchimento de Formulário

MODELO 1

OPERADORA: NONONONONONONONO

LINHA: XXX - PEDRA MOLE – ITABAIANA

DATA: 31/07/2016

Partidas de PEDRA MOLE

Seção PEDRA MOLE - FREI PAULO

Seção PEDRA MOLE - ITABAIANA

Seção FREI PAULO – ITABAIANA

Veiculo	Partida	Tempo de Viagem	Passageiros
1	05:00	00:20	1
2	06:00	00:21	3
3	07:00	00:18	8
1	07:50	00:22	9
4	08:30	00:23	14
2	08:50	00:21	14
5	09:30	00:23	11
3	09:50	00:17	14
6	10:15	00:22	20
1	10:40	00:21	23
4	11:20	00:20	20
2	11:40	00:21	25
5	12:20	00:21	22
3	12:40	00:20	27
6	13:05	00:18	13
1	13:30	00:20	4
4	14:10	00:21	16
2	14:30	00:21	12
5	15:10	00:20	2
3	15:30	00:20	11
6	15:55	00:20	2
1	16:20	00:19	2
4	17:00	00:18	5
2	17:30	00:21	9
5	18:00	00:22	12
3	18:20	00:20	10
6	18:45	00:20	2
1	19:10	00:18	9
4	19:50	00:21	2
2	20:20	00:20	2
5	20:50	00:18	1
TOTAL			325

Veiculo	Partida	Tempo de Viagem	Passageiros
1	05:00	00:35	2
2	06:00	00:36	3
3	07:00	00:33	8
1	07:50	00:37	18
4	08:30	00:38	28
2	08:50	00:36	28
5	09:30	00:38	11
3	09:50	00:32	14
6	10:15	00:37	20
1	10:40	00:36	23
4	11:20	00:35	40
2	11:40	00:36	25
5	12:20	00:36	44
3	12:40	00:35	54
6	13:05	00:33	26
1	13:30	00:35	8
4	14:10	00:36	32
2	14:30	00:36	24
5	15:10	00:35	4
3	15:30	00:35	22
6	15:55	00:35	2
1	16:20	00:34	4
4	17:00	00:33	10
2	17:30	00:36	9
5	18:00	00:37	24
3	18:20	00:35	20
6	18:45	00:35	4
1	19:10	00:33	9
4	19:50	00:36	2
2	20:20	00:35	2
5	20:50	00:33	1
TOTAL			521

Veiculo	Partida	Tempo de Viagem	Passageiros
1	05:20	00:15	6
2	06:21	00:15	17
3	07:18	00:15	16
1	08:12	00:15	14
4	08:53	00:15	3
2	09:11	00:15	16
5	09:53	00:15	8
3	10:07	00:15	15
6	10:37	00:15	12
1	11:01	00:15	14
4	11:40	00:15	18
2	12:01	00:15	12
5	12:41	00:15	7
3	13:00	00:15	18
6	13:23	00:15	17
1	13:50	00:15	9
4	14:31	00:15	18
2	14:51	00:15	14
5	15:30	00:15	16
3	15:50	00:15	19
6	16:15	00:15	14
1	16:39	00:15	2
4	17:18	00:15	12
2	17:51	00:15	17
5	18:22	00:15	6
3	18:40	00:15	10
6	19:05	00:15	11
1	19:28	00:15	4
4	20:11	00:15	4
2	20:40	00:15	3
5	21:08	00:15	14
TOTAL			366



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Partidas de ITABAIANA

Seção ITABAIANA - FREI PAULO

Veículo	Partida	Tempo de Viagem	Passageiros
1	06:28	00:20	6
2	07:28	00:21	13
3	08:28	00:18	5
1	09:18	00:22	21
4	09:58	00:23	26
2	10:18	00:21	11
5	10:58	00:23	3
3	11:18	00:17	14
6	11:43	00:22	3
1	12:08	00:21	20
4	12:48	00:20	21
2	13:08	00:21	5
5	13:48	00:21	15
3	14:08	00:20	5
6	14:33	00:18	3
1	14:58	00:20	7
4	15:38	00:21	10
2	15:58	00:21	10
5	16:38	00:20	18
3	16:58	00:20	15
6	17:23	00:20	10
1	17:48	00:19	20
4	18:28	00:18	10
2	18:58	00:21	25
5	19:28	00:22	22
3	19:48	00:20	11
6	20:13	00:20	12
1	20:38	00:18	14
4	21:18	00:21	1
2	21:48	00:20	5
5	22:18	00:18	7
TOTAL			368

Seção ITABAIANA - PEDRA MOLE

Veículo	Partida	Tempo de Viagem	Passageiros
1	06:28	00:35	12
2	07:28	00:36	26
3	08:28	00:33	5
1	09:18	00:37	21
4	09:58	00:38	52
2	10:18	00:36	22
5	10:58	00:38	3
3	11:18	00:32	14
6	11:43	00:37	6
1	12:08	00:36	20
4	12:48	00:35	42
2	13:08	00:36	5
5	13:48	00:36	30
3	14:08	00:35	10
6	14:33	00:33	3
1	14:58	00:35	14
4	15:38	00:36	10
2	15:58	00:36	10
5	16:38	00:35	36
3	16:58	00:35	30
6	17:23	00:35	10
1	17:48	00:34	20
4	18:28	00:33	20
2	18:58	00:36	25
5	19:28	00:37	22
3	19:48	00:35	22
6	20:13	00:35	24
1	20:38	00:33	14
4	21:18	00:36	1
2	21:48	00:35	10
5	22:18	00:33	14
TOTAL			553

Seção FREI PAULO - PEDRA MOLE

Veículo	Partida	Tempo de Viagem	Passageiros
1	06:48	00:15	7
2	07:49	00:15	10
3	08:46	00:15	3
1	09:40	00:15	2
4	10:21	00:15	16
2	10:39	00:15	3
5	11:21	00:15	13
3	11:35	00:15	15
6	12:05	00:15	13
1	12:29	00:15	2
4	13:08	00:15	18
2	13:29	00:15	10
5	14:09	00:15	18
3	14:28	00:15	13
6	14:51	00:15	15
1	15:18	00:15	7
4	15:59	00:15	16
2	16:19	00:15	12
5	16:58	00:15	17
3	17:18	00:15	7
6	17:43	00:15	3
1	18:07	00:15	12
4	18:46	00:15	16
2	19:19	00:15	14
5	19:50	00:15	2
3	20:08	00:15	14
6	20:33	00:15	3
1	20:56	00:15	12
4	21:39	00:15	17
2	22:08	00:15	4
5	22:36	00:15	11
TOTAL			325



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

ANEXO VIII

SANÇÕES

As sanções previstas se dividem em dois tipos: Administrativas e Operacionais. Cada um dos tipos possui ainda as categorias de infração leve, média, grave e gravíssima

1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações leves

Infração	Critério de imposição da Sanção
1.1. Não manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados a delegação dos serviços.	Por item e por dia de constatação.
1.2. Obter o índice de NG, conforme cálculo estabelecido no Anexo 4 - Parâmetros de Avaliação da Qualidade do Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal, valor inferior a 5,0 e superior ou igual a 4,5.	Por constatação e por vistoria em terminal, corredor ou para o serviço de transporte coletivo.

Infrações Médias

Infração	Critério de imposição da Sanção
1.3. Não fornecer o DER/SE, nos prazos solicitados, todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto do contrato.	Por documento ou informação e por dia de constatação.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

1.4. Não fornecer os elementos constantes do Anexo 2 – Envio de Documentos o DER/SE, na forma e periodicidade nele indicados, ou não informar no prazo de vinte e quatro horas, sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira, não prevista nesse anexo.	Por dia de constatação.
1.5. Deixar de comunicar o DER/SE no prazo de 15(quinze) dias após homologação dos fatos, eventuais alterações de cláusulas de seu estatuto ou contrato social, ocorridas durante a vigência do contrato.	Por alteração e por dia de constatação.
1.6. Durante fiscalização da operação ou inspeção técnica veicular, apresentar documento do veículo em desacordo com a legislação vigente ou com as especificações técnicas divergentes	Por veículo e por dia de constatação.
1.7. Para as inspeções periódicas, caso haja alteração de propriedade dos veículos, não juntar cópia dos documentos que comprovem a propriedade e compromisso registrado em Cartório de Títulos e Documentos, que conste declaração formal do proprietário, cedente, arrendante, locador ou possuidor por qualquer outro título hábil, da vinculação ao contrato, dos veículos que não são de propriedade da Operadora.	Por veículo e por dia de constatação.
1.8. Deixar de comunicar em 24 (vinte e quatro) horas o DER/SE, acidente sem vítima e suas causas.	Por ocorrência e por dia de constatação.
1.9. Não exibir documentação do veículo ou de sua tripulação aos Agentes da fiscalização.	Por veículo e por dia de constatação.
1.10. Não portar o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) atualizado;	Por veículo e por dia de constatação.
1.11. Não divulgar a alteração da tarifa com aviso em local de fácil leitura.	Por veículo e por dia de constatação.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

1.12. Não disponibilizar o DER/SE as reclamações e sugestões recebidas na Central de Relacionamento com o Cliente da Operadora.	Por dia de constatação.
1.13. Não responder nos prazos determinados as notificações da Central de Atendimento ao Cliente e Ouvidoria do DER/SE.	Por notificação não respondida e por dia de constatação.
1.14. Não dar solução às reclamações feitas pelos usuários, quanto aos seus serviços de comercialização ou de seus credenciados.	Por reclamação não solucionada.
1.15. Não disponibilizar nos documentos de comercialização e nos postos de vendas, espaço específico para constar telefone e o endereço eletrônico do DER/SE, para possibilitar o registro das informações.	Por ocorrência constatada.
1.16. Obter o índice de NG, conforme cálculo estabelecido no Anexo 4 – Parâmetros de Avaliação da Qualidade do Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal, valor inferior a 4,5 e superior ou igual a 4,0.	Por constatação e por vistoria em terminal, corredor ou para o serviço de transporte coletivo.

Infrações Graves

Infração	Critério de imposição da Sanção
1.17. Negar-se a receber documentos ou tomar ciência dos mesmos quando encaminhados ou apresentados pelo Poder Concedente.	Por ocorrência e por dia de constatação.
1.18. Deixar de apresentar anualmente os documentos de regularidade relativos a Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia do Tempo de serviço (FGTS), bem como da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.	Por certidão não apresentada e por dia de atraso.
1.19. Não responder por eventuais desídias e faltas quanto as obrigações decorrentes da delegação dos serviços, nos termos estabelecidos no contrato.	Por ocorrência e por dia de constatação.
1.20. Deixar de comunicar em 24 (vinte e quatro) horas o DER/SE, acidente com vítima e suas causas.	Por ocorrência e por dia de constatação.
1.21. Não permitir, obstruir ou dificultar	Por dia de constatação.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

a ação de fiscalização e a realização de auditorias.	
1.22. Por inadimplemento parcial do contrato.	Por dia de constatação.
1.23. Ceder ou alienar ou transferir propriedade de veículo registrado sem prévia autorização do DER/SE.	Por veículo
1.24. Deixar de manter a frota cadastrada conforme estabelecida em Ordem de Serviço Operacional, inclusive a frota reserva.	Por veículo e por dia de constatação.
1.25. Não disponibilizar quadro de pessoal para realização de treinamentos quando solicitado pelo Poder Concedente	Por ocorrência constatada
1.26. Transmitir informações do sistema de controle de oferta e monitoramento, via sistema de integração, com intervalo maior que 60 segundos.	A cada transmissão com intervalo maior que 60 segundos da transmissão anterior
1.27. Negar-se a enviar a documentação exigida, quando o DER/SE solicitá-la fora de sua periodicidade.	A cada dia de atraso em relação a data estipulada para entrega.
1.28. Permitir que as informações confidenciais relativas ao sistema de bilhetagem venham a ser de conhecimento de terceiros não autorizados.	Por ocorrência constatada.
1.29. Recusar-se a prestar esclarecimentos ou informações a equipe de fiscalização ou auditoria própria ou contratada do DER/SE.	Por ocorrência constatada.
1.30. Não permitir o acesso aos locais e aos sistemas da equipe de fiscalização ou auditoria própria ou contratada do DER/SE as suas dependências.	Por ocorrência constatada.
1.31. Não garantir, possibilitar ou permitir o acesso online do DER/SE, as informações referentes a operação do transporte, emissão, comercialização e compensação dos créditos eletrônicos, emissão e distribuição de cartões, diretamente ao Sistema Central da Bilhetagem Eletrônica.	Por dia de acesso impossibilitado.
1.32. Não permitir amplo acesso do DER/SE aos sistemas e equipamentos automatizados de controle de oferta, integrados ao Sistema de Bilhetagem	Por dia de constatação.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Eletrônica.	
1.33. Apresentar documentação ou sistema de controle de estoque cujo saldo seja divergente dos saldos físicos ou eletrônicos apurados em procedimento de fiscalização / auditoria realizada pela equipe designada pelo DER/SE.	Por ocorrência constatada
1.34. Transmitir informações do sistema de controle de oferta e monitoramento, via sistema de integração, sem as variáveis necessárias definidas no Manual de Integração.	A cada transmissão com pelo menos uma variável não preenchida
1.35. Transmitir informações do sistema de controle de oferta e monitoramento, via sistema de integração, fora dos padrões definidos no Manual de Integração.	A cada transmissão fora dos padrões
1.36. Transmitir informações do sistema de controle de oferta e monitoramento, via sistema de integração, com informações não condizentes com a operação real.	A cada transmissão com informações incorretas
1.37. Deixar de comunicar em 24 (vinte e quatro) horas o DER/SE, acidente com vítima e suas causas.	Por ocorrência e por dia de constatação.
1.38. Permitir que as informações confidenciais relativas ao sistema de bilhetagem venham a ser de conhecimento de terceiros não autorizados.	Por ocorrência constatada.
1.39. Recusar-se a prestar esclarecimentos ou informações a equipe de fiscalização ou auditoria própria ou contratada do DER/SE.	Por ocorrência constatada.
1.40. Não permitir amplo acesso do DER/SE aos sistemas e equipamentos automatizados de controle de oferta, integrados ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica.	Por dia de constatação.
1.41. Deixar de apresentar veículo para inspeção técnica veicular, sem justificativa e comprovação.	Por veículo e por dia de constatação.
1.42. Obter o índice de NG, conforme cálculo estabelecido no Anexo de Parâmetros de Avaliação da Qualidade do Serviço de Transporte, valor inferior a	Por constatação e por vistoria em terminal, corredor ou para o serviço de transporte coletivo.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

4,0 e superior ou igual a 3,5.

Infrações Gravíssimas

Infração	Critério de imposição da Sanção
1.43. Obstruir ou não conceder amplo acesso aos serviços não delegados.	Por dia de constatação.
1.44. Promover a alteração do contrato social ou do contrato de constituição do consorcio sem prévia anuência do Poder Concedente.	Por dia de constatação.
1.45. Fornecer informação relativa aos aspectos do presente termo a terceiros, inclusive de meios de publicidade, sem prévia autorização por escrito do DER/SE.	Por informação e por dia de constatação.
1.46. Falsificar ou utilizar documento falso em informação ao Agente Fiscal ou ao Poder Concedente.	Por ocorrência e por dia de constatação.
1.47. Não submeter à prévia análise do DER/SE as propostas técnicas elaboradas pelos fabricantes e fornecedores dos equipamentos e softwares componentes da Bilhetagem Eletrônica.	Por ocorrência constatada.
1.48. Não permitir ao DER/SE realizar o monitoramento de toda a implantação da Bilhetagem Eletrônica.	Por dia de implantação.

2. SANÇÕES OPERACIONAIS, INCLUSIVE SISTEMAS DE BILHETAGEM E MONITORAMENTO

Infrações leves

Infração	Critério de imposição da Sanção
2.1. Empregado operacional (motorista, etc.) não portar crachá indicativo de suas funções.	Por empregado em situação irregular e por dia de constatação
2.2. Trafegar com porta aberta.	Por veículo e por ocorrência.
2.3. Fumar ou permitir que se fume dentro do veículo em operação ou dos terminais.	Por ocorrência e veículo.
2.4. Permitir o transporte de bagagem fora do local apropriado	Por veículo e por ocorrência
2.5. Permitir presença de ônibus com	Por veículo e por ocorrência.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

motor funcionando, em plataformas de embarque ou desembarque por período superior a 5 minutos ou sem o motorista estar ao seu volante.	
2.6. Veículo trafegar no período noturno com farol baixo e demais lanternas de sinalização apagadas, ou luzes de salão apagadas.	Por veículo e por ocorrência.
2.7. Veículo trafegar no período diurno com faróis baixos apagados	Por veículo e por ocorrência.
2.8. Na operação, deixar de cumprir até 10% das partidas desde que a frota utilizada seja igual ou maior que a frota determinada pelo Poder Concedente.	Por constatação.
2.9. Efetuar partidas com divergência entre os horários previstos, superiores a 5 minutos, em mais de 50% das viagens programadas para o período fiscalizado.	Por constatação.
2.10. Não emitir o recibo de venda dos bilhetes ou créditos eletrônicos.	Por cliente atendido
2.11. Empregar pessoal destreinado, inabilitado ou inidôneo para as atividades de atendimento do usuário.	Por veículo e por ocorrência.
2.12. Empregado operacional em serviço (motorista, etc.) estar sem uniforme completo ou o uniforme estar em condições inadequadas de asseio.	Por empregado em situação irregular e por dia de constatação.
2.13. Utilizar na limpeza interna do veículo/terminal substância que prejudique o conforto do usuário ou da tripulação	Por veículo/ terminal/ponto de embarque e desembarque e por dia de constatação.
2.14. Permitir o transporte de volume que cause transtorno a movimentação dos passageiros e desconforto a qualquer um deles.	Por veículo e por ocorrência.
2.15. Manter depósito de volumes, mercadorias ou resíduos, inclusive lixo, em áreas operacionais.	Por ocorrência e por dia de constatação.
2.16. Veículo iniciar operação no período matutino, observadas as condições meteorológicas e considerando-se as circunstâncias do sistema viário, com as seguintes não conformidades: assentos sujos ou molhados; piso sujo ou molhado; piso escorregadio; habitáculo sujo ou com a presença de insetos; carroçaria externa	Por veículo e por dia de constatação



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

suja.	
2.17. Empregar pessoal destreinado, inabilitado ou inidôneo para as atividades de atendimento do usuário.	Por ocorrência constatada
2.18. Veículo iniciar operação no período matutino, observadas as condições meteorológicas e considerando-se as circunstâncias do sistema viário, com as seguintes não conformidades: assentos sujos ou molhados; piso sujo ou molhado; piso escorregadio; habitáculo sujo ou com a presença de insetos; carroçaria externa suja.	Por veículo e por dia de constatação
2.19. Veículo iniciar a operação no período matutino com qualquer uma das seguintes não conformidades: 1) Porta danificada; 2) Ausência de qualquer um dos espelhos internos; 3) Corrimão de embarque ou desembarque solto e ou danificado (amassado ou com revestimento rasgado); 4) Ausência de puxador ou separador de janela; 5) Triângulo ausente; 6) campainha de solicitação de parada inoperante; 7) Saída de emergência sem instrução de uso ou sem identificação; 8) Banco solto ou danificado (rasgado ou estrutura quebrada); 9) Balaústre solto ou ausente; 10) Letreiro inoperante; 11) Limpador de para-brisa direito inoperante ou ausente; 12) Luz de freio inoperante; 13) Luz de placa de licença inoperante.	Por veículo, por evento e por dia de constatação.
2.20. . Veículo trafegar no período noturno com farol baixo e demais lanternas de sinalização apagadas, ou luzes de salão apagadas.	Por veículo e por ocorrência.
2.21. Veículo em operação com letreiro inoperante, ou letreiro com denominação incorreta da linha, ou com letreiro sem iluminação.	Por veículo e por ocorrência.

Infrações Médias

Infração	Critério de imposição da Sanção
-----------------	--



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

2.22. Não zelar pela proteção ao meio ambiente, no que lhe compete.	Por ocorrência e por dia de constatação.
2.23. Parar ou efetuar manobras de forma brusca ou desnecessária, ou trafegar em velocidade superior à permitida na via constatada através da análise do tacógrafo.	Por veículo e por ocorrência.
2.24. Transportar passageiros em pé	Por veículo e por ocorrência.
2.25. Estacionar veículo para guarda ou pernoite em local não autorizado pelo DER/SE.	Por veículo e por dia de constatação.
2.26. Na operação, deixar de cumprir mais de 10% das partidas, desde que a frota utilizada seja igual ou maior a frota determinada pelo DER/SE.	Por constatação.
2.27. Operar veículo com passageiro sentado no painel.	Por veículo e por ocorrência.
2.28. Condutor falando ou manipulando qualquer aparelho de comunicação ou utilizando fone de ouvido com o veículo em movimento, exceto eventual equipamento de comunicação com o CCO.	Por veículo e por ocorrência.
2.29. Motorista/tripulação não capacitado a operar equipamento tipo elevador ou rampa para portadores de mobilidade reduzida.	Por veículo e por dia de constatação.
2.30. Operacionalizar lojas não expressamente autorizadas pelo DER/SE.	Por ocorrência constatada.
2.31. Transportar passageiro sem o pagamento da tarifa, ressalvada a exceção dos passageiros beneficiados na legislação pertinente.	Por veículo e por ocorrência.
2.32. Iniciar a operacionalização sem que os sistemas de bilhetagem e controle de oferta e monitoramento estejam em funcionamento, adequado ao estabelecido e autorizados pelo DER/SE.	Por ocorrência constatada.
2.33. Veicular campanha publicitária e/ou propaganda relativa a distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos, sem prévia autorização do DER/SE.	Por ocorrência constatada.
2.34. Não manter estrutura adequada e condizente para cadastramento, de responsabilidade do DER/SE dos usuários com isenção de tarifa.	Por ocorrência constatada.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

2.35. Não manter a estrutura do sistema de distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos nos níveis aceitáveis, de modo a causar queda na qualidade dos serviços prestados.	Por ocorrência constatada.
2.36. Recusar-se a efetuar trocas de bilhetes ou créditos eletrônicos aos usuários, conforme determinação do DER/SE.	Por ocorrência constatada.
2.37. Não atender de forma adequada ao público em geral e aos usuários, em particular, ou não responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, ou manter funcionário com comportamento inadequado no cumprimento do serviço ou no atendimento a usuários, ou manter empregado cujo afastamento tenha sido exigido pelo DER/SE.	Por veículo e por ocorrência.
2.38. Deixar de disponibilizar ou não operar serviço de achados e perdidos.	Por dia de constatação.
2.39. Não executar serviços, programas de gestão e treinamento de seus empregados.	Por dia de constatação.
2.40. Não manter a estrutura do sistema de distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos nos níveis aceitáveis, de modo a causar queda na qualidade dos serviços prestados.	Por ocorrência constatada.
2.41. Durante fiscalização da operação ou inspeção técnica veicular, apresentar documento do veículo em desacordo com a legislação vigente ou com as especificações técnicas divergentes	Por veículo e por dia de constatação.
2.42. Utilizar cartazes, letreiros ou qualquer forma de publicidade em veículo, terminal, abrigo, ponto de parada ou viário segregado, em desconformidade com as instruções do DER/SE.	Por ocorrência e por dia de constatação.
2.43. Permitir ou executar serviços de manutenção, limpeza ou abastecimento de veículo em locais e instalações não autorizadas pelo DER/SE ou com passageiros a bordo.	Por veículo e por ocorrência.
2.44. Veículo iniciar a operação com qualquer uma das seguintes não conformidades: buzina inoperante;	Por veículo e por dia de constatação. Extintor ausente ou descarregado está inserido nas falhas graves e prevê a



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

corrimão de embarque ou desembarque ausente; piso solto ou liso; banco ausente; farol baixo ou alto inoperante; qualquer uma das setas inoperante; extintor de incêndio ou danificado ou vencido ou fora das especificações; janela com vidro ausente; lanterna dianteira ou traseira inoperantes; luz vigia dianteira ou traseira inoperante; ar condicionado inoperante (somente para veículos com janelas lacradas), degrau dianteiro ou traseiro danificado, elevador/rampa para cadeirante danificado, inoperante ou fora das especificações.	retirada de circulação do veículo.
2.45. Não apresentar laudo de vistoria válido do veículo, expedido pelo DER/SE, INMETRO ou outra entidade que esteja credenciada pelo DER/SE	Por veículo não adequado e por dia de constatação.

Infrações Graves

Infração	Critério de imposição da Sanção
2.46. Deixar de executar os serviços, controles e atividades relativos a delegação dos serviços, com zelo, diligência e economia, não utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, desrespeitando as regras e procedimentos estabelecidos pelo DER/SE.	Por ocorrência e por dia de constatação.
2.47. Deixar de cumprir as determinações legais relativas a legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados.	Por empregado em situação irregular e por dia de constatação.
2.48. Não adotar providências necessárias a garantia do patrimônio público e a segurança no transporte dos usuários.	Por ocorrência e por dia de constatação.
2.49. Não responder perante ao DER/SE e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência.	Por ocorrência e por dia de constatação.
2.50. Recusar ou dificultar o embarque de passageiros com direito à gratuidade.	Por veículo e por ocorrência.
2.51. Não integrar os serviços quando determinado pelo Poder Concedente.	Por veículo utilizado na operação dos serviços não integrados e por dia de constatação.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

2.52. Não acionar todos os recursos a sua disposição, deixando de garantir a fluidez do tráfego e o padrão adequado do serviço concedido.	Por recurso não acionado e por dia de constatação.
2.53. Não divulgar adequadamente, ao público em geral e ao usuário em particular, a adoção de esquemas especiais de circulação quando da ocorrência de situações excepcionais.	Por dia de constatação.
2.54. Desacatar o Agente Fiscal ou qualquer autoridade do Poder Concedente.	Por ocorrência.
2.55. Não prestar esclarecimento aos Agentes Fiscais em matéria de serviço.	Por ocorrência.
2.56. Na operação da linha ou serviço complementar for constatado quantidade de viagens a menos, com frota utilizada inferior a estabelecida pelo Poder Concedente.	Por constatação.
2.57. Deixar de providenciar transporte para os passageiros no caso de interrupção ou paralisação da viagem.	Por veículo e por ocorrência.
2.58. Obstruir ou dificultar o transporte de Agente Fiscal ou qualquer autoridade do Poder Concedente.	Por ocorrência e por veículo.
2.59. Alterar o itinerário definido pelo Poder Concedente sem prévia autorização do DER/SE, salvo impossibilidade de uso da via, devidamente comprovada.	Por veículo e por ocorrência.
2.60. Alterar ponto terminal definido na Ordem de Serviço Operacional, salvo impossibilidade do uso da via devidamente comprovada.	Por veículo e por ocorrência.
2.61. Operar linha ou serviço complementar de transporte coletivo regular de passageiros não autorizado.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
2.62. Deixar de executar a primeira ou a última viagem da linha.	Por constatação.
2.63. Deixar de manter a frota cadastrada conforme estabelecida em Ordem de Serviço Operacional, inclusive a frota reserva.	Por veículo e por dia de constatação.
2.64. Não fazer ou interromper a viagem, sem justa causa.	Por veículo e por dia de constatação.
2.65. Deixar de cumprir resolução, portaria e norma das autoridades	Por ocorrência e por dia de constatação.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

competentes do Poder Concedente ou determinação de Agente Fiscal ou do DER/SE, em matéria de serviço.	
2.66. Não cumprir determinação do DER/SE no processo de operacionalização dos créditos eletrônicos.	A cada infração ocorrida.
2.67. Operar com o sistema de controle de oferta e monitoramento com dados cadastrais divergentes do sistema de monitoramento do DER/SE ou da Ordem de Serviço Operacional.	Por ocorrência constatada
2.68. Liberar frota, total ou parcial, com versão de software desatualizada, impedindo a cobrança correta e/ou impossibilitando o usuário de pagar a tarifa com o cartão eletrônico	Por equipamento/veículo e por dia de constatação
2.69. Nas linhas integradas, não aceitar bilhetes de integração.	Por dia de constatação.
2.70. Não atender prontamente as reclamações, exigências ou observações da equipe de fiscalização do DER/SE.	Por ocorrência constatada.
2.71. Emitir/distribuir bilhetes ou créditos eletrônicos não expressamente autorizados pelo DER/SE.	A cada infração ocorrida.
2.72. Não cumprir determinação do DER/SE no processo de operacionalização dos créditos eletrônicos.	A cada infração ocorrida.
2.73. Manter bilheterias atendendo ao público em horário inferior ao de funcionamento do respectivo terminal ou em quantidade insuficiente a demanda constatada.	Por ocorrência constatada
2.74. Paralisar os serviços de distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos.	A cada período superior a 3 horas de paralisação.
2.75. Vincular a distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos aos usuários a cobrança de taxas de qualquer natureza, sem anuência do DER/SE.	Por ocorrência constatada
2.76. Manter loja ou local de venda desabastecido de bilhete ou créditos eletrônicos.	Por local e por dia de desabastecimento.
2.77. Manter visor de validadores da Bilhetagem Eletrônica sem condições de visualização pelos passageiros ou posicionados de modo a dificultar a	Por equipamento/veículo e por dia de constatação



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

visualização quanto à tarifa cobrada	
2.78. Deixar de implantar a Central de Relacionamento com o Cliente no prazo previsto.	Por dia de constatação.
2.79. Não adequar a sua frota aos portadores de deficiências, de acordo com as disposições do Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e demais normas vigentes sobre a matéria.	Por veículo não adequado e por dia de constatação.
2.80. Não dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e material, para a perfeita execução dos serviços.	Por recurso indisponível e por dia de constatação.
2.81. Não favorecer o embarque e desembarque de criança, gestante, idoso e deficiente físico.	Por ocorrência e por veículo.
2.82. Permitir o embarque de passageiro conduzindo combustível, material nocivo a saúde ou animal, exceto cão de guia para deficientes visuais.	Por veículo/terminal e por ocorrência.
2.83. Negar troco ao passageiro.	Por veículo e por ocorrência.
2.84. Deixar de providenciar transporte para os passageiros no caso de interrupção ou paralisação da viagem.	Por veículo e por ocorrência.
2.85. Não adequar a sua frota aos portadores de deficiências, de acordo com as demais normas vigentes sobre a matéria e o plano de incorporação da acessibilidade prevista na proposta técnica.	Por veículo não adequado e por dia de constatação.
2.86. Deixar de substituir veículos no prazo previsto da proposta técnica.	Por veículo não substituído e por dia de constatação.
2.87. Utilizar veículos diferenciados do previsto na proposta, com atendimento inferior ao padrão definido para o serviço.	Por veículo e por dia de constatação.
2.88. Veículo em operação com qualquer uma das seguintes não conformidades: porta ausente ou inoperante; espelho retrovisor externo ausente; limpador de para- brisa esquerdo inoperante ou ausente ou quebrado; conjunto de farol baixo ou alto inoperante; conjunto de luzes de freio esquerda e direita inoperante; pneu liso; saída de emergência ausente ou danificada; para-brisa ausente; vidro traseiro faltante ou quebrado; tacógrafo ausente ou	Por veículo e por dia de constatação com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

inoperante; extintor ausente ou descarregado.	
2.89. Não manter veículos que permitam atendimento igual ou superior ao padrão de serviço.	Por dia de constatação.
2.90. Empregar nos veículos, acessórios, tecnologias e equipamentos nos serviços sem prévia inspeção e aprovação do DER/SE.	Por veículo e por dia de constatação.
2.91. Não acatar medidas determinadas pelos responsáveis investidos de autoridade, em caso de acidentes ou situações anormais a rotina.	Por ocorrência.
2.92. Omitir socorro a passageiro no caso de acidente.	Por veículo e por dia de constatação.

Infrações Gravíssimas

Infração	Critério de imposição da Sanção
2.93. Deixar de adquirir, implantar ou gerir os sistemas e equipamentos automatizados de controle da oferta de frota.	Por equipamento / sistema não adquirido e por dia de constatação.
2.94. Deixar de adquirir e instalar os validadores para o sistema de arrecadação e controle.	Por dia de constatação.
2.95. Empregado trabalhando na pista de rolamento sem coletes reflexivos.	Por funcionário e por dia de constatação
2.96. Não operar linhas ou serviços nas condições atuais com as características operacionais autorizadas e a frota aprovada no PLANO DE EXECUÇÃO, a partir do início da operação e, por no mínimo, noventa dias após a OPERAÇÃO PLENA.	Por dia de constatação e por linha.
2.97. Entregar a condução do veículo em operação a pessoa não habilitada pela Autoridade de Transito para o transporte coletivo de passageiros.	Por ocorrência e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
2.98. Paralisar parte ou o conjunto das linhas regulares ou seus serviços complementares, sem justificativa ou concorrer para tanto.	Por serviço paralisado e por dia de constatação.
2.99. Utilizar, na operação, veículo não cadastrado no DER/SE.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

2.100. Utilizar veículo de terceiro, sem autorização prévia e expressa do DER/SE.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
2.101. Operar linha ou serviço sem prévia autorização do Poder Concedente.	Por constatação.
2.102. Estiver o motorista dirigindo alcoolizado ou sob o efeito de substância tóxica.	Por constatação, sendo o veículo retirado de circulação até a apresentação de condutor habilitado.
2.103. Cobrar tarifa diversa da autorizada.	Por veículo e por ocorrência.
2.104. Deixar de observar seccionamento tarifário.	Por veículo e por ocorrência.
2.105. Praticar seccionamento tarifário sem prévia autorização do Poder Concedente.	Por veículo e por ocorrência.
2.106. Emitir/distribuir bilhetes ou créditos eletrônicos sem autorização do DER/SE.	A cada ocorrência constatada, 400 tarifas da linha intermunicipal de menor extensão.
2.107. Não instalar e manter, em local determinado pelo DER/SE, equipamentos e sistema que permitam a autorização da emissão dos créditos eletrônicos de forma segura, automática e sincronizada em tempo real com o Sistema Central da Bilhetagem Eletrônica.	Por ocorrência constatada.
2.108. Não permitir a utilização do Sistema da Bilhetagem Eletrônica, a todos os serviços de transporte intermunicipais metropolitanos da RMA que serão operados diretamente ou contratados pelo DER/SE.	A cada lote de remição não realizada correspondente a 400 tarifas da linha intermunicipal de menor extensão.
2.109. Elaborar ou alterar os sistemas da Bilhetagem Eletrônica sem o monitoramento e autorização do DER/SE.	Por ocorrência constatada.
2.110. Implementar e efetivar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica sem autorização expressa do DER/SE	Por dia de implementação.
2.111. Deixar de adquirir, implantar ou gerir os sistemas e equipamentos automatizados de controle da oferta, integrados ao sistema de Bilhetagem Eletrônica.	Por equipamento não adquirido e por dia de constatação.
2.112. Ultrapassar a idade máxima limitada da fabricação do chassi, conforme previsto.	Por veículo e por dia de constatação.
2.113. Utilizar veículo cujas	Por veículo e por dia de constatação, com



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

características tenham sido alteradas, sem submetê-lo a inspeção por parte dos órgãos competentes e do DER/SE.	a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
2.114. Utilizar, na operação, veículo que, após sinistro grave, não tenha sido submetido à nova inspeção técnica veicular pelo DER/SE ou órgãos competentes (quando aplicável).	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
2.115. Utilizar, na operação, veículo que tenha sido reprovado em inspeção técnica veicular do DER/SE.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Anexo IX

Modelos de Declarações

1. Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

Concorrência Pública nº XXX/2022

Concessão para Prestação e Exploração dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros no Estado de Sergipe

Prezados Senhores,

Pelo presente, (PROPONENTE), por seu(s) representante(s) legal(is), declara, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sob as penas da legislação aplicável, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo aqueles em contrato de aprendiz, maiores de quatorze anos.

(Local), (Data) (
Assinatura com firma reconhecida)

(PROPONENTE)

Por seu representante legal RG nº
CPF/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

2. Declaração de Inexistência de Processo Falimentar

Concorrência Pública nº XXX/2022

Concessão para Prestação e Exploração dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros no Estado de Sergipe

Prezados Senhores,

Pelo presente, (PROPONENTE), por seu(s) representante(s) legal(is), declara, sob as penas da legislação aplicável, que não se encontra em processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente.

(Local), (Data)
(Assinatura com firma reconhecida)

(PROPONENTE)

Por seu representante legal RG nº
CPF/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

3. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Concorrência Pública nº XXX/2022

Concessão para Prestação e Exploração dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros no Estado de Sergipe

Prezados Senhores,

Pelo presente, (PROPONENTE), por seu(s) representante(s) legal(is), declara, sob as penas da legislação aplicável, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na Concorrência Internacional em epígrafe; que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera; que não está em cumprimento de pena de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública, de qualquer esfera; e que se compromete a comunicar ocorrência de quaisquer fatos supervenientes relacionados com o objetivo dessa Declaração.

(Local), (Data)
(Assinatura com firma reconhecida)

(PROPONENTE)

Por seu representante legal RG nº
CPF/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

4. Declaração de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho conforme Decreto nº 42.911, de 06/03/98.

Concorrência Pública nº XXX/2022

Concessão para Prestação e Exploração dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros no Estado de Sergipe

Prezados Senhores,

Pelo presente, (PROPONENTE), por seu(s) representante(s) legal(is), declara, sob as penas da legislação aplicável, e que nos termos do § 6º do Artigo 27 da Lei 6544 de 22 de novembro de 1989, a (PROPONENTE) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância no disposto Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

(Local), (Data)
(Assinatura com firma reconhecida)

(PROPONENTE)

Por seu representante legal RG nº
CPF/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

5. Declaração de Investimentos, Operação, Gestão e Manutenção.

Concorrência Pública nº XXX/2022

Concessão para Prestação e Exploração dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte Coletivo de Passageiros no Estado de Sergipe

Prezados Senhores,

Pelo presente, (PROPONENTE), por seu(s) representante(s) legal(is), declara, sob as penas da legislação aplicável, de que a (LICITANTE) se compromete a efetuar todos os investimentos e demais intervenções necessárias para permitir a operação, gestão e manutenção do serviço público como estabelecido neste EDITAL e seus ANEXOS, bem como que se compromete a arcar com as despesas, ônus, encargos, dispêndios e obrigações pecuniárias, nos termos do detalhamento constante de sua proposta.

(Local), (Data)
(Assinatura com firma reconhecida)

(PROPONENTE)

Por seu representante legal RG nº
CPF/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Anexo X

Compromisso de Capacidade Técnico-Operacional

Modelo de compromisso de capacidade técnico-operacional

Concorrência Pública nº XXX/2022

Proponente:

DECLARAÇÃO

(PROPONENTE), por seu(s) representante(s) legal(is) que esta subscreve(m), vem, por meio desta, apresentar sua declaração, sob as penas da lei, de que tem Capacidade Técnico-Operacional, dispondo de pessoal capacitado nas diversas áreas administrativas, técnicas e operacionais, de frota adequada e suficiente para o pleno cumprimento do contrato e garagens adequadas à guarda e manutenção de sua frota.

Declaramos, ainda, que manteremos a nossa capacitação técnica e operacional mencionada acima por toda a vigência do contrato.

(Local), (Data)
(Assinatura com firma reconhecida)

(PROPONENTE)

Por seu representante legal RG nº
CPF/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Anexo XI

Termo de Compromisso Formal Recíproco Proponente/Profissional

Concorrência Pública nº XXX/2022

Proponente:

Em atendimento ao Edital da Concorrência Pública nº XXX/2022, venho declarar que autorizo a inclusão do meu nome na equipe técnica indicada pela (NOME DA PROPONENTE), para execução dos serviços que constituem o seu objeto, caso a mesma venha a ser vencedora da licitação, me comprometo a participar efetivamente dos mesmos.

Aracaju/SE, de de

(nome, RG, CPF, assinatura do profissional)

Concordo e assumo a responsabilidade pela indicação do profissional (nome e qualificação) para compor a equipe para execução dos serviços em conformidade com o Edital de Licitação.

Aracaju/SE, de de

(PROponente)

Por seu representante legal RG nº
CPF/MF sob o nº



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DE LICITAÇÃO – CEML

Anexo XII

Declaração de Pleno Conhecimento

Concorrência Pública nº XXX/2022

Proponente:

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins da concorrência em epígrafe, que temos inteiro conhecimento das características dos locais e da região abrangida pela futura prestação do serviço e dispomos dos elementos suficientes à elaboração da proposta referente ao objeto desta licitação.

(PROPONENTE)

Por seu representante legal RG nº
CPF/MF sob o nº